**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Migração, trabalho e saúde: trabalhadores haitianos
em canaviais na República Dominicana**

Wendy Ledix

Dissertação apresentada para ao Programa de
Pós-graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Saúde Pública

Orientadora: Profa. Dra. Áurea Maria Zöllner
Ianni

São Paulo
2021

Migração, trabalho e saúde: trabalhadores haitianos em canaviais na República Dominicana

Wendy Ledix

Dissertação apresentada para ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Saúde Pública

Orientadora: Profa. Dra. Áurea Maria Zöllner Ianni

Versão revisada
São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

- A todos que não temem a morte pelo medo de não poder viver...
- A *Ylisse Promesse*: um primo, um irmão, um amigo, um compadre, um mentor, um pai que não chegou a ser avô, um jovem que queria respirar, um dos filhos esquecidos de Deus, um sujeito que perdeu as pernas pela poeira da fronteira e que usou os joelhos e as palmas das mãos para andar que nem cachorro, um corpo haitiano que adubou a terra dominicana sem sequer saber o porquê e o como...

Até logo, sangue bom!

AGRADECIMENTOS

A todos que pisam na terra, que flutam no ar, que nadam na água e que, portanto, justificam a minha e nossa existência.

Às vibrações naturais pela vida, segurança e sobretudo, esperança. Nelas, encontrei a energia necessária para tornar mais prazerosa a tarefa de concluir a redação desta dissertação.

Aos meus pais, mesmo distantes fisicamente, que sempre estão ao meu lado, me apoiando nos nossos projetos.

Aos parentes, amigos, familiares, grupos de estudo e pesquisa, que me deram plena assistência -direta ou indiretamente- durante a pesquisa.

A todos os professores que contribuíram no meu ensino - infantil, primário, secundário e superior.

À minha orientadora pela constante orientação acadêmica.

Aos professores da banca por terem aceito o convite.

À Universidade de São Paulo (USP), principalmente a Faculdade de Saúde Pública por ter abrigado um projeto de pesquisa dessa natureza.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

A você que está lendo essa frase, respirando e sorrindo. Saiba que *eu sou* porque *você é!*

Ayibobo!

PREFÁCIO

Nasci no Grande Norte do país considerado o mais empobrecido das Américas, o Haiti. Posso dizer que sou um privilegiado por ter tido a oportunidade de acessar a educação fundamental até ingressar no ensino superior, o que é para muitos uma utopia. A minha cidade natal (*Gonaïves*), para não dizer o país inteiro, é alvo de vários distúrbios políticos, econômicos, sociais, e até mesmo naturais. Embora este cenário tenha sido reforçado após as enchentes devastadoras que atingiram esta cidade, respectivamente, em 2004 e 2008, nenhuma restauração e prevenção têm sido efetuadas, o que acarreta a fuga massiva rumo ao exterior e desvenda a realidade de que o Haiti seja um Estado falido.

Da infância e adolescência carrego memórias que desperta(va)m a minha curiosidade em pesquisar sobre os fluxos, entre idas e vindas, partidas e chegadas de seres humanos denominados “estrangeiros” no país de destino. E sendo produto de uma onda migratória recente, isto me incentivou a focar-me sobre o assunto. Assim, como trabalho de conclusão de curso em uma instituição composta majoritariamente por “migrantes a estudo”, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), fiz uma pesquisa no Sul do Brasil envolvendo trabalhadores haitianos em frigoríficos. Dos resultados, descobri que seria da minha exigência iniciar sem tardar, um outro estudo, uma outra investigação.

Vivo com o corpo o que eu pesquiso, e a minha organicidade gera a minha praticidade. De fato, pelas narrativas e pelas vivências tanto no Haiti como na República Dominicana e no Brasil, surgiu o meu interesse em pesquisar sobre as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores haitianos em canaviais na República Dominicana neste mestrado, tendo o seguinte tema: “Migração, trabalho e saúde: trabalhadores haitianos em canaviais na República Dominicana”.

Este projeto se desdobra em quatro capítulos de resultados, após a introdução, os objetivos e os procedimentos metodológicos. O primeiro capítulo é uma revisão da literatura histórica entre antiguidade e contemporaneidade da República do Haiti e o segundo abrangendo as grandes tendências do êxodo da força de trabalho haitiana da era ditatorial ao cenário hodierno, enfatizando o traçar dos fluxos desta força de trabalho e o porquê deste abandono da terra natal depois das ditaduras militares hereditárias Papa Doc e Baby Doc em 1986. Os outros capítulos abordam os assuntos relacionados aos objetivos específicos da pesquisa, tais como: investigar as formas de recrutamento e o tipo de inserção de

trabalhadores haitianos nos canaviais da República Dominicana; e por fim, descreve e analisa os processos sociais de saúde-doença destes trabalhadores.

Sem a menor dúvida, ter-se-ia desejado que este trabalho oferecesse pistas para o entendimento do processo migratório e laboral de haitianos na República Dominicana e nos canaviais. Assim, haveria meio de pensar em políticas públicas de cunho internacional envolvendo os trabalhadores migrantes. Entender a migração haitiana rumo à República Dominicana é entender as raízes seculares da fuga de “cidadãos” haitianos para muitos outros países, inclusive o mais recente país receptor: o Brasil.

Esta Dissertação é um convite urgente a repensar os paradigmas aos quais apegamos até agora nas abordagens da realidade política do Haiti e do seu subdesenvolvimento. De antemão, busca oferecer uma visão panorâmica dos componentes da migração laboral transnacional forçada, tais como o trabalho escravo, o tráfico de pessoas e de órgãos, entre outros. Afinal, caberá aos entes competentes a responsabilidade de gerenciar os fluxos, se isto for uma das suas preocupações.

Boa leitura!

Wendy Ledix

Mestre em Saúde Pública (USP)

LEDIX, W. **Migração, trabalho e saúde**: trabalhadores haitianos em canaviais na República Dominicana. 2021. Dissertação - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2021.

RESUMO

Introdução - A migração de trabalhadores haitianos rumo à República Dominicana não tem sido sempre uma tarefa amena na sua cronicidade. A travessia carrega consigo uma série de fatores, entre os quais: o reinventar a vida; o encarar do desconhecido; novas perspectivas de vida pelo trabalho, já que é este que faz nascer o migrante. Vale frisar que, nos últimos tempos, os canaviais têm sido os espaços de acolhimento da maioria dos trabalhadores migrantes. Vários fatores têm impactado na vida destas pessoas, cuja desproteção trabalhista é evidenciada através dos riscos e acidentes de trabalho, debilitando a saúde. No quadro de uma força de trabalho ambulante que logo transformou-se em proletariado precário, a "questão social" está à superfície, devido às condições objetivas de trabalho, à falta de fiscalização por parte de órgãos que prestam proteção aos trabalhadores, e à debilidade da regulação do fluxo internacional de migração, favorecendo a manutenção da lógica da escravidão moderna. Se antigamente os dois países -a República do Haiti e a República Dominicana- eram apenas uma única ilha tendo um único povo convivendo pacificamente, com o advento da modernidade, uma fronteira, ou melhor dizer, uma barreira burocrática se impõe e, hodiernamente, as evidências mostram que há ódio contínuo, políticas de inimizade, e até mesmo, de morte, vigorando no meio dos dois povos modernos. **Objetivo** - Investigar as condições de recrutamento, trabalho e saúde dos trabalhadores haitianos em canaviais da República Dominicana e procurar um caminho para um possível retorno à irmandade das duas nações. **Métodos** - Foi feita uma revisão sistemática em diversas bases de dados sobre os temas: Haiti, migração, trabalho, saúde, haitianos, canaviais, República Dominicana. Foram analisados documentos oficiais dos governos dos dois países. Foi feita uma análise de discursos, de relatórios de organizações internacionais e textos jornalísticos. **Resultados** - As condições de vida precárias de trabalhadores haitianos em canaviais na República Dominicana marcam um fato crônico e a permanência silenciosa das medidas discriminatórias demonstra um aviltamento dos órgãos competentes locais e internacionais sobre o assunto. **Considerações finais** - Os governos dominicano e haitiano precisam chegar num consenso - através de políticas públicas- para monitorar, controlar, regular e fiscalizar os fluxos migratórios. Além, disso, é evidente que cabe exclusivamente ao Estado haitiano, a responsabilidade de propiciar a inclusão efetiva da sua diáspora e conter a saída massiva de sua classe trabalhadora a fim de colocá-las a serviço da sociedade.

Palavras-chave: Migração; Saúde; Trabalhadores haitianos; Canaviais; República Dominicana.

LEDIX, W. **Migration, work and health:** haitian workers in sugarcane fields in the Dominican Republic. 2021. Dissertação - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2021.

ABSTRACT

Introduction - The migration of Haitian workers to the Dominican Republic has not always been an easy task in its chronicity. The crossing carries with it a series of factors, among which: the reinventing of life; the face of the unknown; new perspectives of life through work, as this is what gives birth to migrants. It is worth noting that, in recent times, sugar cane fields have been the welcoming spaces for most migrant workers. Several factors have impacted on the lives of these people, whose joblessness is evidenced through the risks and accidents at work, weakening their health. In the context of a mobile workforce that soon turned into a precarious proletariat, the "social issue" is on the surface, due to objective working conditions, the lack of inspection by bodies that provide protection to workers, and the weakness regulation of the international migration flow, favoring the maintenance of the logic of modern slavery. If in the past the two countries - the Republic of Haiti and the Dominican Republic - were just a single island with a single people living together peacefully, with the advent of modernity, a border, or better said, a bureaucratic barrier is imposed and, today, the Evidence shows that there is continued hatred, policies of enmity, and even death, prevailing in the midst of the two modern peoples. **Objective** - To investigate the conditions of recruitment, work and health of Haitian workers in sugarcane fields in the Dominican Republic and to look for a way for a possible return to the brotherhood of the two nations. **Methods** - A systematic review was carried out on several databases on the topics: Haiti, migration, work, health, Haitians, sugar cane fields, Dominican Republic. Official documents from the governments of the two countries were analyzed. An analysis of speeches, reports from international organizations and journalistic texts was carried out. **Results** - The precarious living conditions of Haitian workers in sugarcane fields in the Dominican Republic mark a chronic fact and the silent permanence of discriminatory measures demonstrates a humiliation by the competent local and international bodies on the subject. **Final considerations** - The Dominican and Haitian governments need to reach a consensus - through public policies - to monitor, control, regulate and inspect migratory flows. In addition, it is clear that it is the exclusive responsibility of the Haitian State to promote the effective inclusion of its diaspora and to contain the massive departure of its working class in order to place them at the service of the society.

Keywords: Migration; Health; Haitian workers; Sugarcane; Dominican Republic.

LEDIX, W. **Migración, trabajo y salud:** trabajadores haitianos en campos de caña de azúcar en República Dominicana. 2021. Dissertação - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2021.

RESUMEN

Introducción - La migración de trabajadores haitianos a República Dominicana no siempre ha sido una tarea fácil en su cronicidad. La travesía conlleva una serie de factores, entre los que destacan: la reinención de la vida; el descubrimiento del desconocido; nuevas perspectivas de vida a través del trabajo, ya que esto es lo que da a luz a los migrantes. Cabe señalar que, en los últimos tiempos, los campos de caña de azúcar han sido los espacios de acogida de la mayoría de los trabajadores migrantes. Varios factores han impactado la vida de estas personas, cuya desprotección se evidencia a través de los riesgos y accidentes laborales, debilitando su salud. En el contexto de una fuerza de trabajo móvil que pronto se transformó en un proletariado precario, el "tema social" está en la superficie, debido a las condiciones objetivas de trabajo, la falta de fiscalización por parte de los organismos que brindan protección a los trabajadores y la debilidad de la normativa internacional. flujo migratorio, favoreciendo el mantenimiento de la lógica de la esclavitud moderna. Si en el pasado los dos países - República de Haití y República Dominicana - eran una sola isla con un solo pueblo conviviendo pacíficamente, con el advenimiento de la modernidad, se impone una frontera, o mejor dicho, una barrera burocrática y, hoy, las evidencias muestran que existe un odio continuo, políticas de enemistad e incluso, de muerte, prevaleciendo en medio de los dos pueblos modernos. **Objetivo** - Investigar las condiciones de reclutamiento, trabajo y salud de los trabajadores haitianos en los campos de caña de azúcar en República Dominicana y buscar la forma de un posible retorno a la hermandad de las dos naciones. **Métodos** - Se realizó una revisión sistemática de varias bases de datos sobre los temas: Haití, migración, trabajo, salud, haitianos, campos de caña de azúcar, República Dominicana. Se analizaron documentos oficiales de los gobiernos de los dos países. Se realizó un análisis de discursos, informes de organismos internacionales y textos periodísticos. **Resultados** - Las precarias condiciones de vida de los trabajadores haitianos en los campos de caña de azúcar en la República Dominicana marcan un hecho crónico y la permanencia silenciosa de las medidas discriminatorias demuestra una humillación por parte de los organismos locales e internacionales competentes en la materia. **Consideraciones finales** - Los gobiernos dominicano y haitiano necesitan llegar a un consenso - a través de políticas públicas - para monitorear, controlar, regular e inspeccionar los flujos migratorios. Además, es claro que es responsabilidad exclusiva del Estado haitiano promover la inclusión efectiva de su diáspora y contener la salida masiva de su clase trabajadora para ponerla al servicio de la sociedad.

Palabras clave: Migración; Salud; Trabajadores haitianos; campos de caña; República Dominicana.

LEDIX, W. **Migration, travail et santé**: travailleurs haïtiens des champs de canne à sucre en République Dominicaine. 2021. Dissertação - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2021.

RÉSUMÉ

Introduction - La migration des travailleurs haïtiens vers la République Dominicaine n'a pas toujours été une tâche facile dans sa chronicité. La traversée comporte une série de facteurs, parmi lesquels: la réinvention de la vie; l'affront de l'inconnu; de nouvelles perspectives de vie par le travail, car c'est celui-ci qui fait naître les migrants. Il est à noter que ces derniers temps, les champs de canne à sucre ont été les lieux d'accueil de la plupart des travailleurs migrants. Plusieurs facteurs ont impacté la vie de ces personnes, dont la manque de protection ouvrière se traduit par les risques et accidents de travail, fragilisant leur santé. Dans le contexte d'une main-d'œuvre mobile qui s'est vite transformée en prolétariat précaire, le «problème social» est à la surface, en raison des conditions de travail objectives, du manque d'inspection des organismes de protection des travailleurs et de la faiblesse de la réglementation des flux migratoires internationaux, favorisant le maintien de la logique de l'esclavage moderne. Si dans le passé les deux pays - la République d'Haïti et la République Dominicaine - n'étaient qu'une seule île avec un seul peuple vivant ensemble pacifiquement, avec l'avènement de la modernité, une frontière, ou mieux dit, une barrière bureaucratique est imposée et, aujourd'hui, les preuves montrent que la haine, les politiques d'inimitié et même de mort persistent au milieu des deux peuples modernes. **Objectif** - Enquêter sur les conditions de recrutement, de travail et de santé des ouvriers haïtiens dans les champs de canne à sucre en République Dominicaine et chercher une voie pour un éventuel retour à la fraternité des deux nations. **Méthodes** - Une révision systématique a été réalisée sur plusieurs bases de données sur les thèmes: Haïti, migration, travail, santé, haïtiens, champs de canne à sucre, République Dominicaine. Des documents officiels des gouvernements des deux pays ont été analysés. Une analyse de discours, des rapports d'organisations internationales et des textes journalistiques a été réalisée. **Résultats** - Les conditions de vie précaires des travailleurs haïtiens dans les champs de canne à sucre en République Dominicaine marquent un fait chronique et la permanence silencieuse des mesures discriminatoires démontre une humiliation par les instances locales et internationales compétentes en la matière. **Considérations finales** - Les gouvernements dominicain et haïtien doivent parvenir à un consensus - à travers des politiques publiques - pour surveiller, contrôler, réguler et inspecter les flux migratoires. De plus, il est clair qu'il est de la responsabilité exclusive de l'État haïtien de promouvoir l'inclusion effective de sa diaspora et de contenir le départ massif de sa classe ouvrière afin de la mettre au service de la société.

Mots-clés: Migration; Santé; Travailleurs haïtiens; Champs de canne à sucre; République Dominicaine.

LEDIX, W. **Migrasyon, travay ak sante**: travayè ayisyen nan jaden kann nan Repiblik Dominikèn. 2021. Dissertação - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2021.

REZIME

Entwodiksyon - Migrasyon travayè ayisyen yo an Repiblik Dominikèn pat janm yon travay fasil depi nan tan lontan. Travèse a chaje ak faktè, pami yo: reyenvante lavi; fè fas ak enkonni an; lòt pèspektiv nan lavi ak travay, paske se sa a ki bay nesans ak migran an. Fòk nou sonje ke, nan dènye tan yo, chan kann yo te espas yo akeyi pifò travayè migran yo. Plizyè faktè te afekte lavi moun sa yo, kote mank pwoteksyon travayè ak aksidan nan travay afekte sante yo. Nan kontèks yon mendèv mobil ki ta pral tounen yon proletarya mizerab, “pwoblèm sosyal la” parèt, akòz kondisyon travay, mank enspeksyon pa bò kote enstans konsène yo, ak feblès règleman migrasyon entènasyonal la lakoz nou ka pale de esklavaj modèn. Si nan tan lontan de peyi yo - Repiblik Ayiti ak Repiblik Dominikèn - te jis yon sèl zile ak yon sèl pèp ki tap viv ansanm nan lapè, depi lè modènite a rive a, yon fwontyè, osinon, yon baryè biwokratik parèt tèt li, e jounen jodi a, prèy yo montre ke gen rayisans, politik ki kreye ènmi, e menm lanmò, kap flannen nan mitan de pèp modèn sa yo. **Objektif** - Mennen ankèt sou kondisyon rekritman, travay ak sante travayè ayisyen yo nan chan kann an Repiblik Dominikèn epi chèche yon fason pou rekonsilye de nasyon yo. **Metòd** - Yon revizyon sistematik te fèt sou plizyè baz done sou tèm sa yo: Ayiti, migrasyon, travay, sante, Ayisyen, chan kann, Repiblik Dominikèn. Dokiman ofisyèl ki soti nan gouvènman tou de peyi yo te analize. Yon analiz diskou, rapò kèk òganizasyon entènasyonal ak tèks jounal te fèt. **Rezilta** – Move kondisyon lavi travayè ayisyen yo nan chan kann an Repiblik Dominikèn make yon reyalyte kwonik epitou pèmanans an silans ki genyen nan mezi diskriminatwa yo demontre yon imilyasyon pa bò kote enstans konpetan lokal ak entènasyonal yo sou sijè sa a. **Konsiderasyon final yo** - Gouvènman dominiken ak ayisyen yo bezwen rive jwenn yon konsansis - atravè politik piblik - pou veve, kontwòle, règle ak enspekte ond migratwa yo. Anplis de sa, li klè ke se responsablite eksklizif Leta Ayisyen pou ankouraje enklizyon efikas dyaspora li a e pou anpeche depa klas travayè a yon fason pou mete li o sèvis sosyete a.

Mo kle: Migrasyon; Sante; Travayè ayisyen yo; Chan kann; Repiblik Dominikèn.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.- Mapa da ilha de Hispaniola (Haiti e República Dominicana)

Imagem 2.- Repartição de imigrantes haitianos por ramo de atividades.

Imagem 3.- Protesto de dominicanos de origem haitiana.

Imagem 4.- Um protesto em solo dominicano.

Imagem 5.- Deportação e retorno de repatriados.

LISTA DE SIGLAS

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BINUH - Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti

CARICOM - Comunidade do Caribe

CCD - Conseil de Coopération Douanière

CEA - Conselho Estatal do Açúcar

CEP - Conselho Eleitoral Permanente

CERFAS - Centro de Pesquisa, Reflexão, Formação e Ação Social

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CNLTP - Comitê Nacional de Luta contra o Tráfico de Pessoas

CNUCED - Conferência das Nações-Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

CODEVI - Companhia de Desenvolvimento Industrial

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSPJ - Conseil Supérieur du Pouvoir Judiciaire

ENI - Encuesta Nacional de Inmigrantes

EPI - Equipamento de Proteção Individual

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GARR - Grupo de Apoio a Repatriados e Refugiados

HRDF - Haitian Resource Development Foundation

IBESR - Institut d'études sociales et de recherches

IBUTG - Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo

IHSI - Institut Haïtien d'Informatique et de Statistiques

JCE - Junta Central Electoral

MANUH - Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti

MHAVE - Ministério de Haitianos que Vivem no Exterior

MINUAH - Missão das Nações Unidas no Haiti

MINUJUSTH - Missão das Nações Unidas pelo Apoio à Justiça no Haiti

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti

MIPONUH - Missão de Polícia Civil da ONU no Haiti

MITNUH - Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti

OACNUDH - Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

OBMICA - Observatório Migrantes do Caribe

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

OEА - Organização dos Estados Americanos

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONE - Oficina Nacional de Estadística

ONG - Organização Não Governamental

ONPES - Observatório Nacional da Pobreza e Exclusão Social

ONU - Organização das Nações Unidas

PARDN - Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento Nacional

PLD - Partido da Libertação Dominicana

PNH - Polícia Nacional Haitiana

PNUE – Programme des Nations Unies pour l’Environnement

PRD - Partido Revolucionário Dominicano

TVPA - Lei de Proteção às Vítimas do Tráfico

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Imagem 1.- Mapa da ilha de Hispaniola (Haiti e República Dominicana)

Carte 1. L'île d'Hispaniola

Fonte: Haiti – République Dominicaine: Défis environnementaux dans la zone frontalière. PNUE, 2013.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1. NATUREZA DA PESQUISA	24
3.2. PESQUISA DE CAMPO	24
3.2.1. Coleta de dados	24
3.2.2. Armazenamento de dados	25
3.3. LIMITES DA PESQUISA	26
4. RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO	27
CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DO HAITI: A LITERATURA HISTÓRICA ENTRE ANTIGUIDADE E CONTEMPORANEIDADE	27
1.1. O HAITI NA ANTIGUIDADE E O FENÔMENO DA “DESCOBERTA”	28
1.2. A CRIAÇÃO DA NAÇÃO	32
1.3. O HAITI E OS DIREITOS HUMANOS	38
1.4. A OCUPAÇÃO NORTE-AMERICANA	44
1.5. A DITADURA HEREDITÁRIA: PAPA DOC E BABY DOC	48
1.6. O ATUAL HAITI	50
1.7. AS CLASSES DOMINANTES: IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO	53
1.7.1. A “desindustrialização precoce”	59
1.7.2. A montagem do Estado democrático de Direito	60
1.8. CONCLUSÃO	64

CAPÍTULO 2: O ÊXODO DA FORÇA DE TRABALHO HAITIANO: AS GRANDES TENDÊNCIAS DEPOIS DA ERA DITATORIAL	65
2.1. O FIM DO DUVALIERISMO E O SEU LEGADO	65
2.2. A CHEGADA DA MINUSTHA	72
2.3. UM EVENTO ASSASSINO: O TERREMOTO	76
2.4. E AGORA?	81
CAPÍTULO 3: AS FORMAS DE RECRUTAMENTO E O TIPO DE INSERÇÃO DE HAITIANOS NA REPÚBLICA DOMINICANA	85
3.1. CRUZAR A FRONTEIRA: UM ASSUNTO COMPLEXO	86
3.2. A INSERÇÃO DO OUTRO LADO	93
3.3. CORRENTES DE OPINIÃO E AÇÃO	94
3.3.1. Por uma análise neoliberal	98
3.3.2. Uma crítica por André Corten	100
3.4. UMA ABORDAGEM ATUALIZADA DA SITUAÇÃO	103
3.5. O RETORNO FORÇADO AO “PAÍS DE IMIGRANTES”	112
3.6. A IMPLANTAÇÃO DA CODEVI NO TERRITÓRIO HAITIANO	115
CAPÍTULO 4: OS PROCESSOS SOCIAIS DE SAÚDE-DOENÇA DOS TRABALHADORES MIGRANTES	118
4.1. A LUTA PELA VIDA NA MIGRAÇÃO	118
4.2. CONDIÇÕES DE TRABALHO	120
4.3. SOFRIMENTO: O TRABALHO COMO PROCESSO DE LUTA E DE LUTO	124
4.4. NAS INTERFACES DA SAÚDE	128
4.4.1. Saúde física das vidas em trânsito	129
4.4.2. Saúde mental dos corpos em movimento	135

4.4.3. A síndrome de Ulisses	141
4.4.4. O vodu no processo social de saúde-doença	144
4.5. MIGRAÇÃO LABORAL, SAÚDE E COVID-19	147
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
*** “Uma proposta de saída. Breve sugestão!”	157
6. REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

*Nem rir, nem chorar
Entender*

(Spinoza)

O Haiti e a República Dominicana compartilham um território insular no mar do Caribe, sendo a segunda, hoje em dia, a primeira destinação de migração para a grande maioria de haitianos dos setores populares (BOURGEOISE, 2018). De fato, eles estão presentes em inúmeros setores da economia dominicana assim como em todo o conjunto territorial dominicano. Historicamente, os haitianos têm principalmente trabalhado no setor açucareiro (CORTEN, 1986) e hodiernamente, estes ocupam também o setor da construção civil, do turismo, do trabalho doméstico, do comércio ambulante assim como o setor agrícola (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2004).

As relações haitiano-dominicanas marcadas por diferenças consideráveis em termos de riquezas sociais, econômicas, ambientais e culturais, e o contexto migratório - regidos por uma fronteira de 380 quilômetros com quatro entradas (saídas)- têm sido e continuam sendo tão complexos (PNUE, 2013) que Voyneau (2005) e Bourgeoise (2018) utilizam as respectivas nomenclaturas *el problema haitiano*¹ e *la cuestión haitiana* para esta conjuntura e mostram que além de uma discriminação cultural ancorada nas mentalidades dominicanas, há também uma discriminação prática e jurídica. É exatamente a combinação desses dois tipos de discriminação que permite, segundo Voyneau, a constituição de uma discriminação institucionalizada para com os haitianos e os dominicanos de ascendência haitiana, mesmo sabendo que:

“1. Todos os seres humanos têm direito à liberdade de circulação e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Todos os seres humanos têm o direito de deixar qualquer país, inclusive o seu próprio e de regressar ao seu país.”²

¹ Segundo o autor, o conceito designa o sentimento anti-haitiano institucionalizado e manipulado pelas classes dirigentes (dominantes) da sociedade dominicana. É isso que Bourgeoise (2018) também descobre sob o nome de: "la cuestión haitiana".

² Artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A República Dominicana tem recebido uma parte da população haitiana em seu território desde um longo tempo. As causas desta migração do oeste para o leste da ilha de Hispaniola foram diversas, mas sabe-se que a migração ocorre em função do trabalho, na sua essência; já que de acordo com Sayad (1998) é o trabalho que faz nascer o migrante. Contudo, a intervenção dos EUA na República Dominicana no início do século XX mudou para sempre a natureza e o fluxo dessa migração do oeste para o leste, ocultando a forte motivação econômica do setor açucareiro. A população dominicana passou a ser profundamente marcada pelo fluxo migratório e, por consequência, procurou e continua procurando por todos os meios livrar-se do vizinho da ilha em seu território (DUPUY, 2016).

A exasperação da população dominicana diante da migração haitiana em seu território atingiu seu nível mais alto durante a década de 1990 com a consequente multiplicação das expulsões de pessoas de origem haitiana. Segundo um relatório de 2002 da ONG “*Human Rights Watch*”, houve várias tentativas na década passada de expulsar a comunidade haitiana da República Dominicana (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002). No total, cerca de 65.000 haitianos foram deportados ao longo do período de dez anos (Ibid.). A *Human Rights Watch* reconhece em seu relatório a violação de certas leis internas sobre deportações e o fracasso do governo dominicano em respeitar certas convenções internacionais de direitos humanos.

Ainda em 2007, havia manchetes internacionais pelos maus-tratos a trabalhadores migrantes descendentes de haitianos. O documentário “*Price of Sugar*” (preço do açúcar), em que um padre denominado Christopher Hartley denunciou e acusou o governo dominicano de envolvimento na perpetuação da escravidão dos cortadores de cana haitianos, alertou a comunidade internacional (MARTINEZ, 2012). Antes deste documentário, ninguém ousara descrever o corte da cana-de-açúcar, tal qual o mesmo vem sendo praticado na República Dominicana desde o começo do século XX, perpetuando a forma de escravidão moderna (Ibid.). A *Human Rights Watch*, em seu relatório de 2002 sobre a República Dominicana, destacou a relutância do governo dominicano em integrar a comunidade haitiana em seu território. Além das deportações em massa, as pessoas de origem haitiana enfrentam, há muito tempo, os obstáculos e as práticas discriminatórias da burocracia dominicana, particularmente no que diz respeito à concessão de cidadania dominicana e o acesso tanto à educação quanto à saúde (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002).

Séguy (2014), no primeiro capítulo da sua tese, trata a situação dos haitianos migrantes em solo dominicano como “doce escravidão no paraíso dominicano” (p. 61), e apresenta como a decisão No. 168/13 do Tribunal Constitucional da República Dominicana divulgada na quinta-feira, 26 de setembro de 2013, tira a nacionalidade dos dominicanos de ascendência haitiana nascidos no país depois de 1929. Isto é, pessoas que durante 10 décadas mantiveram-se devidamente registradas como dominicanas, nos termos da Constituição do país e das leis vigentes.

O Tribunal Constitucional, cujas decisões são inapeláveis, considera que todos os haitianos que entraram na República Dominicana para trabalhar nos canaviais depois de 1929 estão “em trânsito” e, conseqüentemente, seus filhos nascidos no país não podem reivindicar a nacionalidade dominicana a menos que, excepcionalmente, tenham regularizado seu estatuto migratório (SEGUY, 2014). A situação entre os dois países vai tão longe que a última decisão marcante é a construção de um muro na fronteira. Nos canais midiáticos da Haïti24, em data de 11 de maio de 2021, encontra-se a manchete “Construção de um muro entre o Haiti e a República Dominicana: as obras estão progredindo bem”, alcançando 23 quilômetros (MEZIL, 2021), ou seja, mais de 6% da extensão fronteiriça.

Em um mundo habitado por cerca de 7,8 bilhões de pessoas, há uma estimativa de 280.6 milhões de migrantes internacionais (OIM, 2020). Segundo o último Censo Demográfico da República Dominicana efetuado pela "Oficina Nacional de Estadística" (ONE), foram identificados 524.632 imigrantes no país, entre os quais 458.233, ou seja, 87.3% são haitianos, num percentual de 65,4% homens e 34,6% mulheres (ONE, 2015). Esses sujeitos ambulantes internacionais tornam-se parte substancial da configuração de uma nova classe laboral: o precariado (STANDING, 2014).

A pressão exercida sobre os trabalhadores para que respondam de forma imediata às demandas do mercado, e cujas atividades passaram a ser ainda mais controladas e calculadas em frações de segundos, assim como a dinâmica do capital em eliminar completamente os tempos mortos dos processos de trabalho, tem configurado, enormemente, o ambiente de trabalho em espaço de adoecimento (ANTUNES; PRAUN, 2015).

Apesar da escassez de informações e das dificuldades envolvidas na produção de dados a respeito da situação de saúde dos trabalhadores migrantes, há evidências de que há uma maior vulnerabilidade a doenças em geral e a outras enfermidades específicas à sua condição (PRADO; COELHO, 2015). Com efeito, esses trabalhadores apresentam taxas de

acidentes de trabalho mais elevadas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, os migrantes internacionais, vistos como grupos marginalizados e vulneráveis, estão expostos à complicações mais diversas de saúde física e/ou mental (WHO, 2005).

Ante o exposto, esta pesquisa objetivou investigar as condições de recrutamento, trabalho e saúde dos trabalhadores haitianos em canaviais da República Dominicana, descrevendo as tendências contemporâneas do êxodo da força de trabalho haitiano rumo à República Dominicana; o tipo de inserção laboral de haitianos na República Dominicana, descrevendo e analisando os processos sociais de saúde-doença desses trabalhadores.

Para efetuar esta tarefa, o presente texto apresenta os resultados em quatro capítulos: o primeiro abraça a literatura histórica da ilha do Haiti entre a antiguidade e contemporaneidade que nos permitiu compreender as causas conjuntural e estrutural da fuga massiva da classe trabalhadora haitiana rumo à República Dominicana, entendendo o que está por trás dessa barreira, econômica, política, simbólica, social, e muitas vezes, burocrática, a fronteira; o segundo traça os momentos das tendências contemporâneas do êxodo da força de trabalho; o terceiro aborda as formas recrutamento e a inserção social/laboral no país vizinho; e o quarto descreve e analisa os processos sociais de saúde-doença desses trabalhadores.

2. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- ✓ Investigar as condições de recrutamento, trabalho e saúde dos trabalhadores haitianos em canaviais da República Dominicana.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Descrever as tendências contemporâneas do êxodo da força de trabalho haitiano rumo à República Dominicana;
- ✓ Investigar as formas de recrutamento e o tipo de inserção de haitianos na República Dominicana;
- ✓ Descrever e analisar os processos sociais de saúde-doença destes trabalhadores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. NATUREZA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com dados obtidos por meio de fontes secundárias.

Em geral, a pesquisa qualitativa é caracterizada por três elementos: descrição, análise e interpretação (GIBSON & BROWN, 2009³ apud DUPUY, 2016). Embora a descrição sirva apenas para reiterar, predominantemente, perspectivas teóricas já estabelecidas, a análise e a interpretação oferecem novas maneiras de interpretar essas teorias (Ibid.). Entre esses três elementos - descrição, análise e interpretação -, não há relevância de um sobre o outro, mas é o seu arranjo que acabará por determinar a relevância do método adotado.

Em qualquer projeto de pesquisa, a escolha do método é uma escolha criteriosa que deve ser, na medida do possível, informada pela pergunta da pesquisa, as intenções do pesquisador, mas também os resultados que ele pretende alcançar (RICHARDS & MORSE, 2013⁴ apud DUPUY, 2016). A fim de atingir nossos objetivos, nesta pesquisa, utilizamos, como procedimento metodológico, a análise crítica do discurso que, no universo da pesquisa qualitativa, cumpre a mesma função que todos os outros procedimentos, ou seja, questionar a “realidade” social ao supor que essa realidade é apenas uma construção social (Ibid.).

3.2. PESQUISA DE CAMPO

3.2.1. Coleta de dados

A primeira fase da pesquisa esteve baseada em uma revisão bibliográfica sobre o tema. Foram selecionados livros e artigos científicos das temáticas gerais e específicas relativas ao projeto, para leitura e conhecimento. Também foi feita uma revisão sistemática de literatura nas bases de dados: Lilacs, PubMed, Redalyc, Scopus, Web of Science, Sociological Abstracts, HAL-SHS (Sciences de l'Homme et de la Société) com as palavras “Haiti”, “migração”, “trabalho”, “saúde”, “haitianos”, “canaviais”, “República Dominicana”. Em termos de arranjo, fizemos o uso do seguinte: (*Haiti or haitians*) and migration and work and

³ GIBSON, W. J; BROWN, A. **Working with qualitative data, SAGE Research Methods**. 222 p., doi: <http://dx.doi.org.proxy.bib.uottawa.ca/10.4135/9780857029041>, 2009. Consulté le 12 décembre 2015.

⁴ RICHARDS, L; MORSE, J. M. **Readme first for a user's guide to qualitative methods (third edition)**. Los Angeles, SAGE Publications Inc, 2013. 311 p.

health and cane fields and Dominican Republic, tirando uma palavra-chave de trás para frente a cada busca em cada base de dados.

Em algumas bases (Redalyc, Sociological abstracts, HAL-SHS), não encontramos nenhum artigo sobre a nossa temática. Com todas as palavras-chave, conseguimos muitos artigos, principalmente sobre *migração e/a trabalho*, porém quase todos foram descartados (por exemplo, encontramos 4936 na base *PubMed*). No que diz respeito à *saúde*, detectamos poucos artigos, e usamos três, dos quais, respectivamente, dois (2) tratam da questão do HIV e (1), da questão da filariose linfática: (BREWER et al., 1998), (CARRASCO et al., 2018), (KEYS et al., 2019).

A pesquisa levou em consideração informações históricas, demográficas, socioeconômicas, domínio de idiomas, incluindo, sobretudo, as informações sobre os trabalhadores, a caracterização das suas condições/relações de trabalho e manifestações de sofrimento.

Como recurso analítico, e sempre que possível, utilizaram-se também relatórios das seguintes organizações internacionais: OIM, OIT e OMS. Também foram utilizados materiais publicados pela grande mídia como alguns jornais, tais como *Le Nouvelliste* e *Diario Libre*, que são, respectivamente, do Haiti e da República Dominicana.

3.2.2. Armazenamento de dados

Os artigos coletados nas bases de dados foram guardados o Mendeley⁵ que é uma ferramenta versão desktop e on-line que ajuda o redator (autor) a gerenciar, compartilhar e descobrir conteúdo para sua pesquisa. Ele consiste em:

Mendeley Desktop, que permite:

- a extração automática de dados (autores, título, data de publicação etc.) de documentos em bancos de dados e internet em geral;

⁵ Para mais detalhes, entre nesta web site:<
<https://www.bibliotecas.ufu.br/sites/bibliotecas.ufu.br/files/media/documento/mendeley.pdf>>. Acesso em: 05/02/2020.

- a filtragem da coleção de referências (biblioteca Mendeley) por autor, título ou palavra-chave;
- a exportação dos detalhes do documento em diferentes estilos de referência;
- o compartilhamento e sincronização da biblioteca (ou partes dela) com colegas;
- a utilização de plug-in para citar documentos diretamente no Microsoft Word.

A versão on-line que complementa o Mendeley Desktop com:

- back-up on-line de sua biblioteca: armazena seus documentos em sua conta para acesso em qualquer lugar pelo navegador;
- estatísticas detalhadas: quantas vezes seus artigos foram baixados ou lidos, se o interesse em um tópico de pesquisa está em crescimento ou em declínio, etc;
- rede de pesquisa para manter o controle de publicações de seus colegas, participações em conferências, prêmios etc., e ajuda a descobrir pessoas com interesses de investigação semelhantes aos seus;
- mecanismo de recomendação para os artigos que lhe interessam, mas que ainda não estão em sua biblioteca.

3.3. LIMITES DA PESQUISA

Segundo Gibson e Brown (2009, apud DUPUY, 2016), a qualidade de um projeto de pesquisa depende quase inteiramente do sucesso da análise. No entanto, o rigor de um projeto de pesquisa vai muito além da análise de dados; também é preciso levar em conta o processo de pesquisa, ou seja, a coleta, o tratamento e a interpretação dos dados a partir de um referencial teórico. Esse processo de pesquisa, que depois leva à análise, às vezes tem limites que devem ser reconhecidos e é essa transparência por parte do pesquisador que acabará por determinar, entre outras coisas, o rigor do projeto de pesquisa. Reconhecemos, no âmbito deste projeto de pesquisa, *três limitações principais*.

Em primeiro lugar, este trabalho era também para ser resultante de uma *pesquisa participante* que, além de ser uma ferramenta de pesquisa, é também uma postura na

compreensão de uma maneira diferente de entender o fazer científico onde as possibilidades de construção de um ambiente de diálogo - entre pesquisador e pesquisados - nos trabalhos de campo são evidenciadas (BRANDÃO, 1981). Devemos considerar como uma limitação a influência geopolítica da República Dominicana e da República do Haiti [em relação ao Brasil], a questão diplomática e burocrática e as consequências que isso tem sobre a acessibilidade tanto às informações de fontes primárias quanto aos documentos das bibliotecas (e outros pontos) dos dois países. Para documentos disponíveis e cuja consulta seja pública, as chances de serem encontrados virtualmente (*online*) são tão raras quanto sua disponibilidade. Para tentar preencher o vazio, recorreremos aos canais midiáticos através dos seus textos jornalísticos disponíveis *online*.

Depois, nos confrontamos com um problema linguístico. A cultura idiomática francesa ou/e a crioula (idiomas oficiais do país do autor) é/são diferente/s da portuguesa. Então, a tradução de muitas expressões não pode ser feita apenas literalmente: é preciso uma certa adaptação semântica, cultural e espacial. Por exemplo, muitos documentos analisados estão em francês, e para não trair os autores - principalmente nas citações diretas (por exemplo: (FULANO, ANO, p. X) - ao traduzi-los para o português, tivemos que deixar a citação original tal qual ou anexar a fonte em nota de rodapé.

Finalmente, a terceira e última limitação que tivemos que enfrentar foi a de tempo e dos imprevistos causados pela pandemia do novo coronavírus. Como todo projeto de pesquisa feito no âmbito de uma Dissertação de mestrado tem que obedecer a um prazo, fomos obrigados a adequar a quantidade de dados que analisaríamos e também os meios pelos quais os obteríamos. Por esse mesmo motivo, não pudemos viajar para a República Dominicana e Haiti e, portanto, tivemos que restringir nosso campo de investigação, ou seja, o local onde realizamos a pesquisa e coletamos nossos dados.

4. RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DO HAITI: A LITERATURA HISTÓRICA ENTRE ANTIGUIDADE E CONTEMPORANEIDADE.

É de uma verdade absoluta que o protagonismo dos seres humanos na história pode ser efetuado como atores, assim como simples narradores. Deste modo, pode-se afirmar que “a história significa tanto os fatos em questão como uma narrativa sobre os fatos, tanto *o que*

ocorreu como aquilo que se diz ter ocorrido” (TROUILLOT, 2016, p. 21). Michel-Rolph Trouillot (2016) continua alegando que o primeiro coloca ênfase no processo sócio-histórico, o segundo, na história sobre esse processo. A história, como ciência, deixa um campo de livre circulação para os seus adeptos e diferentes narrativas: os historiadores. Enquanto uns a contam mais estritamente, outros se referem à epopeia. Neste capítulo, buscaremos abordar a história do Haiti baseando-nos nos fatos da sua evolução.

A evolução do Haiti na contemporaneidade vem levantando muitas indagações sem respostas ou respostas alimentadas por todos os tipos de subjetivismo. As profundas contradições desta sociedade, geralmente, consideram o país como uma exceção, ao invés de enxergar as suas peculiaridades. No essencial, o processo haitiano é de fato semelhante ao que ocorre em outros espaços e outras épocas do continente latino-americano, com características que encontramos com mais ou com menos força em diferentes sociedades. No entanto, como fato mais recente, o terremoto do 12 de janeiro de 2010 não só deixou uma marca indelével no tecido histórico da nação, como também desvendou ao mundo inteiro a precariedade existente no país, o que colocou o Haiti em um impasse difícil.

Para a historiadora haitiana, Suzy Castor (2012, p. 35), “considerar esse momento difícil como um evento isolado sem colocá-lo em uma perspectiva histórica, nos incentivaria a falar de *estado falido*, *insustentável*, ou *estado pária*, *sem futuro possível*, e tornaria muito difícil entender suas continuidades e rupturas”. Segundo Castor (2012), não se pode construir o futuro sem questionar o passado, que dá ao presente toda a sua densidade e suas ambiguidades.

É evidente que ao considerar as tendências e características atuais do Haiti é necessário referir-se a certos fatores históricos, tanto no tempo antigo como no contemporâneo, que moldaram e afetaram sua evolução como nação “independente” desde 1804.

1.1. O HAITI NA ANTIGUIDADE E O FENÔMENO DA “DESCOBERTA”

O Haiti, pequena parcela de terra de 27 750 km² – portanto, a terceira maior ilha depois de Cuba e República Dominicana, situada no mar caribenho das Antilhas – passou por momentos de grandes transformações econômicas, sociais, culturais, políticas (HURBON,

1987), até mesmo nominais durante a sua história. Vários nomes têm sido atribuídos a ela de acordo com as mudanças ocorridas. Estas aparecerão no decorrer do texto.

A literatura histórica do país teve início com a descoberta da ilha pelos marinheiros espanhóis chefiados pelo Cristóvão Colombo⁶. Jean-Claude Dorsainvil (1934) traçou o percurso dos marinheiros até chegarem ao Haiti, que eles iriam chamar de Hispanhola (pequena Espanha). Assim, antes de “descobrir” a Hispanhola no dia 6 de dezembro de 1492, a tropa dos marinheiros havia passado por Bahama, Guanahani que iriam chamar San-Salvador – em memória aos perigos da travessia, e em Cuba, respectivamente em 12 e 26 de outubro de 1492. Desta forma, é possível chamar este acontecimento de descoberta?

Partindo da lógica de que se ignorava, em 1492, a existência de um continente, hoje denominado de Américas com as Antilhas, bem como a presença de povos indígenas em grupos independentes, os espanhóis se convenceram da denominação da chegada como *descoberta*, que mais tarde se tornou conhecido como “El Nuevo Mundo”. Para os indígenas, talvez fosse apenas uma simples “chegada” de indivíduos diferentes, bem equipados, montados a bordo de objetos monstruosos, os navios. Para um pesquisador que está fora do quadro contextual, dizer que esse acontecimento foi uma descoberta ou uma simples chegada demonstra, sem sombra de dúvida, certa intencionalidade. Para um justo batismo seria necessário analisar a fundo as relações de poder entre os dois povos.

⁶ “Nascido em Gênova, Colombo recebeu uma educação completa relativa à época. Aos quinze (15) anos, ele navegou primeiro no Mediterrâneo, depois no Oceano Atlântico. Pela sua preocupação, Cristóvão dedicava-se apaixonadamente à sua profissão e colhia ansiosamente longas histórias de seus companheiros marítimos [...] A imaginação de Colombo funcionou nesses dados vagos. Ele gradualmente se convenceu de que a terra era redonda [...] Marinheiro qualificado e forte por sua convicção, Colombo resolveu fazer uma viagem no Oceano. Ele precisava de barcos e dinheiro. Gênova, sua cidade natal, é abordada: a resposta lhe lembrou de que ninguém é profeta no seu país. Aonde ir? Na Espanha? Na Inglaterra? Na França? Estes países estavam em guerra. Após longas hesitações, Cristóvão Colombo decidiu ir para o Portugal. Ele foi tratado de louco e visionário e depois de oito (8) anos de processo incessantes [...] sua ideia foi acolhida pela rainha Isabela [...] Ela se engajou a fornecer dois navios ao navegador e a lhe atribuir os títulos e prerrogativas de Almirante e Vice-rei de terras que ele *descobriria*. A tenacidade de Colombo fez outra conquista: os irmãos Pinzon, convencidos, eles também, de que existiam terras no oceano, ofereceram a Colombo um terceiro navio [...]. As três (3) caravelas, com equipamentos completos estavam prestes no dia 3 de agosto de 1492. Eram elas a *Santa Maria*, a *Nina* e a *Pinta* (Pinta, navio dos Pinzon)” (DORSAINVIL, J.-C, 1934, p. 3-4-5).

Dorsainvil (1934) nos lembra da simplicidade da organização política, social e religiosa dos *Chemis*; o grupo dos povos indígenas originários da ilha.

“O Haiti tinha cinco (5) caciquats ou reinos. Cada cacique era assistido, na administração do seu reino, por um conselho de idosos, depositários das tradições do país. Os cinco grandes chefes viviam em perfeita harmonia. Os parentescos os uniram. Quando o país foi ameaçado, as forças militares dos cinco reinos se tornaram comuns para repelir o inimigo comum. Sem gendarmes. Eles trabalhavam o ouro, teciam o algodão e moldavam o barro para fazer canos, utensílios de cozinha e estatuetas” (DORSAINVIL, 1934, p. 9-10).

De acordo com Seguy (2014), quando a expedição do marinheiro Cristóvão Colombo, em 1492, se aproximou das costas da ilha do Ayiti, abriu-se para o moderno capitalismo europeu o que seus missionários chamaram de “Novo Mundo” – quer dizer, todo o continente “América”. A civilização europeia será, assim, imposta como a única civilização. Em nome dessa civilização moderna/colonial/escravista, milhões de chemis (chamados de índios pelos espanhóis), divididos em Caribes, Arawacks e Ciboneys que povoavam o Haiti no momento da invasão de Colombo foram destruídos.

Diante do fato, percebe-se que o extermínio massivo dos indígenas originou-se, em parte, com a nova morfologia do trabalho na qual eles foram inseridos, sem deixar de lado as formas de rebelião que os mesmos praticavam para resistir e existir. Os espanhóis que desembarcaram junto com Colombo não demoraram muito para controlar o país com suas armas modernas, procedendo à repartição das terras e dos habitantes – os índios – como bens imóveis e móveis entre eles. Antes de expor sobre o papel do Haiti na acumulação do capital colonial, o autor Franck Seguy relata que, “ainda hoje, os alunos haitianos estudam esse processo de distribuição de terras e de pessoas sob o nome de *repartimiento*, repartição de terras e pessoas entre os invasores” (SEGUY, 2014, p. 229).

“O papel do país na acumulação primitiva do capital moderno/colonial/escravista, nesse sentido, é incontestável. Os invasores espanhóis, com esse *repartimiento*, vão reduzir à escravidão os primeiros habitantes encontrados nesse território – os índios. Os povos reduzidos à escravidão vão trabalhar na agricultura, mas, sobretudo, sucumbirão em massa na busca de ouro em benefício dos invasores. Quando os índios

conseguiram fugir, o governador Bobadilla ordenava que fossem perseguidos por cães adestrados na caça de fugitivos. A crueldade dos moderno-coloniais escravistas não demora antes de destruir, por genocídio⁷, os milhões de indígenas repartidos entre os cinco departamentos Magua (Norte), Marien (Noroeste), Xaragua (Sudoeste), Maguana (Centro) e Higuey (Nordeste)” (Ibid.).

A presença espanhola no Haiti mudaria o estilo de vida, a forma de ver/entender o mundo, até mesmo os modos de (re) produção. Na imanência repressiva de luta, sob a feroz custódia dos marinheiros “vomitados” pelo mar, a resistência tornou-se um imperativo; o que acarretaria a exterminação massiva. Extermínio (in)completamente efetuado dos chamados índios, “desde 1499, já começou a ser observada a presença dos primeiros africanos escravizados no Ayiti” (FOUCHARD, 1988⁸ apud SEGUY, 2014, p. 230), enquanto Dorsainvil (1934, p. 27) aponta que “é em 1503 que recebeu-se os primeiros africanos no Haiti” que foram capturados no continente africano e levados à América nos navios negreiros, no seio do comércio triangular (Europa-África-América). Assim, iniciou o “*Tráfico Negreiro*”!

Independentemente de qual das duas datas, percebe-se que o tráfico negreiro não demorou muito para efetivar-se logo após o mito da descoberta da terra dos indígenas exterminados. Com a chegada dos “oriundos da África”, uma nova era abriu-se, um novo sistema surgiu. Os braços indígenas disponíveis sumiram, e os dos escravizados do continente africano sucederam. Foram esses braços forçados a disponibilizarem-se, que se rebelaram contra o sistema colonial, escravagista e desumano. O que daria luz a uma revolução que deixou ao Haiti o apelido de “*Primeira nação livre de homens livres*” do mundo (SEGUY,

⁷ Seguy (2014) mostra que esta mortalidade provocada dos povos indígenas ayitianos foi tão rápido que não se registraram muitas coisas da sua história. “Alguns nomes de indígenas, porém, ficaram célebres, no Haiti, pela resistência memorável das suas lutas indígenas daquele período. É o caso, por exemplo, de Anacaona, Rainha de Xaragua (região sudoeste). A cidade de Léogane, estabelecida naquela região, é conhecida como *a cidade de Anacaona*. Seu irmão, Guarionex, Rei da região de Marien, no noroeste, é também famoso. Guacanagaric é outro indígena que ficou celebre por ter combatido vitoriosamente a expedição de Bobadilla, governador espanhol que tomou posse da ilha. Contudo, devido à sofisticação dos meios de guerra modernos usados pelos invasores, os indígenas não resistiram por muito tempo” (Ibid., 2014, p. 229-230). Dorsainvil (1934) nos lembra que “o genocídio (extermínio indígena) oriundou-se, não somente nos trabalhos forçados, mas também numa epidemia de varíola” (p. 26). De onde vem esta epidemia? É possível que esta fosse trazida nos barcos espanhóis? A história se abstém!

⁸ FOUCARD, J. **Les marrons de la liberté**. Port-au-Prince: Editions Henri Deschamps, 1988.

2104, p. 51), isto é, a primeira república negra da humanidade, a primeira libertação dos escravos negros do mundo colonial e consequentemente, a primeira nação formada por ex-escravos (LEDIX, 2017).

1.2. A CRIAÇÃO DA NAÇÃO

No campo reflexivo de Jean Casimir (2018), a revolução haitiana pode ser definida como a "destruição de um sistema escravagista pela introdução de uma comunidade nacional" (p. 36), onde a mensagem insólita de igualdade entre as raças foi dada. O fato de um bando de negros escravos e analfabetos cominar uma derrota ao exército de Napoleão Bonaparte considerado o mais bem equipado e treinado da época foi percebido pelo Ocidente como absurdo e inaceitável (SEITENFUS, 2014). Tal acontecimento tem sido silenciado pela historiografia das relações internacionais que apresenta a vitória nipônica na guerra russo-japonesa, em 1905, como sendo a primeira derrota de forças armadas brancas para não brancas (Ibid.), enquanto a revolução haitiana havia ocorrido há mais de um século antes. Isto é, estamos frente a um feito ímpar na história da humanidade: um exército branco derrubado por forças armadas de outra raça, no caso, negra.

Para uma justa análise, antes de adentrar os aspectos desta revolução vitoriosa haitiana sobre a metrópole francesa, é preciso frisar que “o Haiti conheceu duas colonizações no início da vigência da modernidade: a espanhola (1492-1697) e a francesa (1697-1803)” (SEGUY, 2014, p. 35). O autor mostra não somente que a destruição sistemática do meio ambiente do país é, à luz da verdade, uma das consequências destas colonizações, mas também, a construção com madeira do Haiti de muitos monumentos históricos na França e o nome de *Pérola das Antilhas* atribuído ao Haiti não era fruto de uma imaginação literária prolífica.

De acordo com Jean-Claude Dorsainvil (1934), aventureiros franceses - fugindo da guerra de religiões (catolicismo e calvinismo) - começaram a chegar ao Haiti em 1625, onde instalaram-se na *île de la Tortue*⁹ (ilha da tortuga/tartaruga) e sobre o balneário (as costas) noroeste(s), em *Port-Margot*. “Desde no início, os aventureiros franceses formaram dois grupos: os *boucaniers* que praticavam a caça e os *flibustiers* que praticavam pirataria¹⁰ nos

⁹ Ilha pertencente à República do Haiti.

¹⁰ Seguy (2014, p. 134-135), descreve: “À medida que as atividades de pirataria iam diminuindo em rendimento, as diferentes nacionalidades europeias estabelecidas em diversas partes da Ilha tiveram que se adaptar à realidade; por isso, elas começaram a praticar a caça e a agricultura. Assim, foi experimentado o

navios que passavam pelo atlântico” (DORSAINVIL, 1934, p. 39-40). Todos (ou quase todos) os alvos de caça e piratagem não se afastam da possibilidade de serem propriedades espanholas. “A França, estando em guerra com a metade da Europa, precisou dos *flibustiers* para aniquilarem as colônias espanholas, inglesas e holandeses das Américas” (Ibid., p. 42). E também, depois de 205 anos de exploração irracional da ilha do “Ayiti” (nome indígena do Haiti que faz referência à sua terra alta e montanhosa), o império espanhol entrou em declínio e não conseguiu viabilizar por muito tempo a manutenção da colônia.

Porém, no final do século XVII, com a assinatura do *Tratado de Ryswick*¹¹ (1697), a ilha foi oficialmente dividida em duas partes: “a Espanha ficará com a parte leste, hoje República Dominicana, enquanto cederá a oeste, a atual República do Haiti, à França” (SEGUY, 2014, p. 134). A ilha de “São Domingos [o Haiti já] não era uma pátria, mas apenas uma terra de trânsito aonde se esperava permanecer somente o tempo suficiente para acumular uma fortuna rápida” (PEAN, 2000, p. 84¹² apud Ibid.). Jean Casimir (2018) mostra que a apropriação de recursos da ilha de São Domingos e o seu repovoamento pelo tráfico de negros marcam a história dos haitianos em tempos modernos. “A partir de 1697, a França gere este território, onde ela amontoa indivíduos isolados, sem história, sem tradição e sem reconhecimento do meio” (Ibid., p. 37).

No segundo capítulo do livro *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, Trouillot apresenta a história do Haiti com uma história impensável, e a Revolução Haitiana como um não evento. O autor fez uso das palavras do colono La Barre para explicar que ninguém em São Domingos preparou um plano de reação a uma possível insurreição geral dos

cultivo do cacau, do índigo, do algodão, do café até adotar a cana-de-açúcar. C. L. R. James (op. cit., p. 9) ressalta que somente a extração do suco para produzir o açúcar bruto levava de três a quatro semanas, por meio de jornadas de trabalho de dezesseis a dezoito horas diárias, durante sete a oito meses por ano. O trabalho começava antes do amanhecer e se prolongava até às onze da noite, quando a iluminação o permitia. Enquanto o *Code Noir* de Luís XIV (1685) teoricamente procurava proporcionar aos trabalhadores escravizados nessas condições, um mínimo de tratamento alimentar, James nos diz que a real ração concedida pelos senhores era tão pouca e tão irregularmente distribuída que muitas vezes os trabalhadores costumavam passar metade de uma semana sem se alimentarem. Num caso como esse, quando se soma todas as formas de torturas habituais, perfeitamente autenticadas pelas testemunhas da época e cujo relato pode ser encontrado em todos os historiadores do período, fica evidente que a população submetida a esse labor não tinha como se manter constante simplesmente pela reprodução. É assim que se entende o ritmo do tráfico negreiro na colônia de São Domingos”.

¹¹ Foi este tratado quem delimitou o linguístico vis-à-vis aos dois países: a República Dominicana ficou com o espanhol da Espanha e a República do Haiti, com o francês da França.

¹² PEAN, L. J. R. **Économie politique de la corruption**. (De Saint-Domingue à Haïti 1791 - 1870). Port-au-Prince: Éditions Mémoire, 2000.

escravizados, visto que, para eles, "africanos escravizados e seus descendentes não seriam capazes de conceber a liberdade, muito menos ainda de formular estratégias¹³ para obter e assegurar essa liberdade" (TROUILLOT, 2016, p. 122).

"Em 1790, apenas alguns meses antes da insurreição que sacudiu São Domingos e provocou o nascimento do Haiti independente, o colono La Barre assegurava à sua esposa metropolitana que a vida nos trópicos seguia pacífica. Ele escreveu: *Não há inquietação entre nossos negros... Eles nem sequer concebem algo assim. São muito tranquilos e obedientes. Uma revolta entre eles é impossível.* E outra vez: *Nada temos a temer da parte dos negros; são tranquilos e obedientes.* E ainda outra: *Os negros são muito obedientes e sempre serão. Dormimos com as portas e janelas abertas. A liberdade para os negros é uma quimera*¹⁴. As avaliações de La Barre não eram de modo nenhum singulares. Vejamos como este capataz, constantemente, tranquilizava seus patrões com palavras semelhantes: *Vivo tranquilamente no meio deles sem qualquer pensamento sobre um levante da sua parte, a menos que sejam açulados pelos próprios brancos*¹⁵" (Ibid., p. 120-121, grifos meus).

As escritas de La Balle não escondem a ideia de posse, de relação de poder assimétrica, e acima de tudo de dominação imposta. As condições desta dominação são diversas; desde a captura dos negros em sua terra de origem, até o desembarque no destino

¹³ Além da fuga massiva e da prática dos cultos de matriz africana, os escravizados utilizaram outras estratégias, tal como o nascimento de uma língua comum: o crioulo haitiano. "O crioulo haitiano é a língua da revolução que instituiu, de um só golpe, três feitos históricos, a primeira república negra da humanidade, a primeira libertação dos escravos negros do mundo colonial e a primeira nação formada por ex-escravos. Após aproximadamente doze anos de revoltas e batalhas, os negros que entrariam para a história como os haitianos, fizeram capitular a então poderosa França de Napoleão, afugentaram a Espanha e a Inglaterra e, dessa forma, amedrontaram inúmeros senhores de engenho das Américas, especialmente no Brasil, que fez surgir o termo *haitianismo* no léxico da língua portuguesa" (LEDIX, 2017, p.6-7). E o haitianismo é um conceito que faz referência ao Haiti no seu processo de independência. Aos olhos dos colonizadores, ele é visto como o "perigo haitiano", onde as então populações escravizadas buscariam na independência do Haiti um modelo de construção de uma alternativa política.

¹⁴ Trecho citado pelo historiador Roger Dorsinville em *Toussaint Louverture ou La vocation de la liberté* (Paris: Julliard, 1967). Trouillot (2019) menciona que "o historiador, ao citar essas palavras, destaca que, poucos meses mais tarde, a insurreição escrava mais importante da história conhecida reduziu à insignificância esses argumentos abstratos sobre a obediência dos negros"(p. 121)

¹⁵ Parte citada por Jacques Cauna em *Au temps des isles à sucre* (Paris: Karthala, 1987).

então desconhecido; desde a ruptura com a família (ou o grupo) a que cada sujeito pertencia, até a introdução no campo de trabalho forçado. O sistema escravagista se mantém, o colonialismo se fortifica e a produção agrícola cresce exponencialmente.

São Domingos conheceu uma fase de prosperidade. Segundo Seguy (2014), o tráfico negreiro prosperava, e de acordo com um censo realizado em 1789 foram alistados cerca de 500.000 cativos escravizados produzindo açúcar, café, algodão e índigo, com 30.000 brancos e 27.000 alforriados, além da agricultura de víveres para o consumo cotidiano dos habitantes; mantinham 3.117 engenhos de café, 3.115 de índigo, 793 de açúcar, 789 de algodão, 182 cachaça, 54 de cacau, 370 fornos de cal etc. “Estes produtos iam para as províncias como Bordeaux, Nantes, Marseille, Havre, La Rochelle, Dunkerque, Saint Malo, etc - cujos 1500 navios ancoravam regularmente nos portos de São Domingos”. Assim, Péan (2000) nos lembra de que “em 1789, São Domingos produzia 180 milhões de libras de mercadoria, muito mais que todas as colônias inglesas e espanholas das Antilhas, as quais, juntas, produziam por 117 milhões de libras” (apud SEGUY, 2014, p. 136).

Entretanto, Seitenfus (2014) nos lembra que em 1720 a colônia francesa já produzia 21 milhões de libras de açúcar, e em 1788 alcançava a impressionante cifra de 52 milhões. Vale sublinhar que, segundo o autor, mais de 750 grandes barcos se encarregavam de transportar as riquezas agrícolas da ilha para a metrópole, e até 1789, 11 dos 17 milhões de libras esterlinas exportados pela França provinham da colônia de São Domingos. O futuro Haiti respondia por um terço (1/3) do comércio exterior da França. Esta situação de prosperidade exorbitante tornou famosa a colônia, que logo se tornou conhecida como a “Pérola das Antilhas” (p. 44).

Demesvar Delorme ¹⁶ (1873), historiador haitiano (1831-1901), ao analisar esta prosperidade esplêndida, relata que ela era desonrada pela iniquidade da escravidão e a

¹⁶ Na edição mais nova (2009) do livro de Demesvar Delorme intitulado *La misère au sein des richesses: Réflexions diverses sur Haïti*, especificamente na introdução, *Les Éditions Fardin* nos apresenta o autor apropriadamente da seguinte forma: “Delorme é um dos primeiros doutrinários haitianos. Ele exerceu, sobre o seu século, uma influência política, social e literária das mais distinguidas. Dominou a cena haitiana de 1859 a 1901 pela caneta, a palavra e a ação. Delorme passou quinze (15) anos da sua existência fora da sua terra natal, tanto como estudante ou exilado político, quanto como diplomata. Assim, ele conheceu Lamartine, Victor Hugo, entre outros. Percorreu vários cantos do mundo (os principais países da América e alguns da Europa) em busca de grandes valores espirituais e morais legados pelo passado ou ofertados pelo presente a fim de levar para o seu país. Frente a grandes problemas políticos, sociais e raciais que atravessava a coletividade haitiana a pós a independência (1804), alguns jovens patriotas interrogavam a história da humanidade, denunciavam certos comportamentos passados e exaltavam outros, faziam sugestões e estabeleciam, às vezes, verdadeiros programas para um Haiti próspero e regenerado. São eles: Demesvar Delorme, Anténor Firmin, Louis-Joseph Janvier, Solon Ménos. Eles escreviam e publicavam obras, frutos das suas experiências e pesquisas no decorrer

Revolução Francesa de 1789, que pleiteava a causa de todos os oprimidos; iniquidade esta que logo destruiria a opressão no solo de São Domingos pelas mãos dos próprios escravizados. “Após longas lutas visando o triunfo dos direitos do oprimido, a guerra da independência e as contendas civis têm diminuído gradativamente esta riqueza agrícola que fazia a admiração da América e da Europa” (DELORME, 1873, p. 24, nova edição lançada em 2009 por Les Éditions Fardin). Como pensar tal processo histórico, buscar entender os levantes internos da colônia vis-à-vis a Revolução Francesa de 1789?

A França possuía o capital e a “mão de obra” que ela achava que podia administrar à sua maneira. Trouillot (2016) defende a tese que o sistema colonial/escravagista forneceu o impulso mais vigoroso para a transformação do etnocentrismo europeu em racismo científico. Deste modo, descreve:

“No início do século XVIII, a racionalização ideológica da escravidão afro-americana passou a basear-se crescentemente em formulações explícitas da ordem ontológica herdada da Renascença. Mas ao fazê-lo, também transformou a visão de mundo renascentista, aproximando muito mais seus pretensos descompassos das próprias práticas que os confirmavam. Os negros eram inferiores e, em decorrência, escravizados; os escravos negros comportavam-se mal e, em decorrência, eram inferiores. Em resumo, a prática da escravidão nas Américas assegurou que os negros continuassem a ocupar a posição mais baixa no mundo humano” (TROUILLOT, 2016, p. 127-128).

Seja qual for a natureza da análise e/ou da interpretação, é evidente que a situação de São Domingos criou grupos (categorias, estratos sociais, classes) diferentes um do outro. Um branco, um negro; um rico (enriquecendo), um pobre (empobrecendo), um superior e um inferior; classes oriundas do processo de produção com a superexploração.

Hurbon (1987) faz uma análise estabelecendo conexões entre a Revolução antiescravagista na ilha de São Domingos e a revolução francesa destacando que desde o anúncio das perturbações na França em 1789, os colonos reagiram em São Domingos, estabelecendo a sua própria assembleia para enfrentar as decisões imprevisíveis da metrópole

da segunda metade do século XIX. Eles são estudados na história da literatura haitiana no capítulo dos teóricos ou escritores políticos e sociais (*École Patriotique: 1860-1915*)" (Les Éditions Fardin, 2009, p. 5-6-17)

em relação à escravidão. Os *Petits Blancs*¹⁷ (Pequenos Brancos) e os mulatos tiveram tempo para entender que podiam reclamar os direitos políticos e a igualdade com relação aos Brancos. Neste contexto, dois anos mais tarde, em 1791, a revolta geral dos escravos não foi uma surpresa.

As lutas de classe passaram a ser um imperativo: enquanto os colonos brancos representavam a metrópole na colônia, ocupando o topo da pirâmide; os pequenos brancos e mulatos reclamavam a igualdade com os grandes brancos; os escravos negros, por sua vez, queriam “simplesmente” a *liberdade*. De fato, seria uma liberdade jurídica ou formal para muitos, já que houve fugitivos e a fuga era considerada como uma resistência ao sistema opressor. “As tradições religiosas africanas não podiam ser mantidas, a não ser na clandestinidade e logo, os colonos aprenderiam o perigo que representava para o sistema o livre exercício de cultos africanos” (HURBON, 1987, p. 139). Como os cultos unem pessoas, eles também assumem uma lógica colonial. Contudo, a evidência é que “no caso do Haiti, sabemos que a luta para a independência tomou o seu ponto de partida durante uma cerimônia-vodu em agosto de 1791” (Ibid.).

Durante a cerimônia, os fugitivos fizeram o julgamento de “viver livre ou morrer”. Lutando junto com Toussaint Louverture (que tinha um papel mais diplomático), Jean Jacques Dessalines, herói da história do Haiti e o primeiro imperador, deixou explícito que o único meio certo de vencer a metrópole colonialista consistia em “koupe tèt, boule kay/ espalhar sangue e fogo por toda parte” (SEGUY, 2014, p. 151). Literalmente, essa expressão crioula significaria “cortar garganta, queimar casa”.

Além disso, os métodos utilizados eram de diversas dimensões e, de acordo com Seitenfus (2014), serão marcados pela luta sem quartel, pela constante sede de vingança, e também pelo ódio a turvar a razão. No entanto, o terror imposto pelas tropas francesas havia sido rebatido na mesma moeda. Dessalines, herói premido pela missão e circunstâncias históricas, declarou: “Sim, nós respondemos a estes verdadeiros canibais, guerra por guerra, crimes por crimes, ultrajes por ultrajes, Eu salvei meu país. Eu vinguei a América” (Ibid., p. 47). Não é à toa que quando Rochambeau, um comandante militar francês, semeia o terror e assassina 500 negros obrigando-os a cavar sua própria fossa comum, Dessalines não hesita e o

¹⁷ Segundo Jean-Claude Dorsainvil (1934), até 1789, havia em São Domingos (Haiti), três classes de homens: os negros, os mulatos e os brancos; e os últimos eram divididos em *grands blancs* (grandes brancos) que eram os grandes funcionários, grandes fazendeiros e grandes negociadores, enquanto os *petits blancs* (pequenos brancos) ou *blancs manants* eram os pequenos funcionários, empregados de grandes plantações e operários.

faz provar do seu próprio veneno. Sob o olhar incrédulo e apavorado dos colonos franceses, ele crava 500 postes nas circunferências da cidade do Cado, em cada um enforca um branco, deixando-os expostos para que sirvam de lição (SEITENFUS, 2014). Descartando a possibilidade de que a violência tenha que ser resolvida pela violência, é preciso frisar que ela se curvaria apenas perante uma maior, embora as duas tenham naturezas diferentes.

Finalmente, com a última batalha em 1803, conhecida como *Bataille de Vertières*¹⁸, os negros escravizados, através do *Exército Indígena*¹⁹, conseguiram vencer o exército de Napoléon Bonaparte que era considerado o maior da época. Finalmente, “no dia 1 de janeiro de 1804, na Praça de Armas em Gonaïves, Boisrond-Tonnerre –o redator do ato da independência- leu o ato que fez do Haiti um estado livre e independente” (DORSAINVIL, 1934, p. 163).

1.3. O HAITI E OS DIREITOS HUMANOS

"Cogito ergo sum"

[Penso, logo existo]

Esta sucinta frase do filósofo e matemático francês René Descartes (1637) apareceu no seu livro “Discours de La Méthode” como *je pense, donc je suis*. Neste livro, o autor alcança essa conclusão após duvidar da verdade de todas as coisas. Para ele, mesmo que duvidasse de tudo, não poderia duvidar de que ele mesmo existe, pelo menos enquanto *coisa que pensa*.

A lógica do filósofo, portanto, não conseguiu se manter por muito tempo, já que logo em seguida, em “Méditations Métaphysiques” (1641), essa conclusão surge como “je suis,

¹⁸ Foi a última batalha vitoriosa do exército Indígena (nome dado em memória os "primeiros" habitantes da terra do Haiti) sobre o exército do Napoléon Bonaparte que deu luz ao Haiti independente. "Vertières" é o nome do lugar em que esta batalha ocorreu no dia 18 de novembro de 1803. A palavra não existia no dicionário da academia francesa – talvez por não ter aceito a derrota-, e num texto jornalístico publicado pelo LOOP em fevereiro de 2019, reportaram que Dany Laferrière, academicista haitiano fez entrar esta palavra no dicionário como sendo, segundo ele: “pequeno lugar que viu a única e verdadeira revolução negra onde o escravo conseguiu perturbar todos os valores do colonialismo estabelecidos para se tornar um cidadão”. Para ler e ver a reportagem completa: <http://www.loophaiti.com/content/le-mot-vertieres-entre-dans-un-dictionnaire-francais-pour-la-1e-fois>.

¹⁹ De acordo com Dorsainvil (1934), o exército indígena seria uma tropa formada por escravizados para combater o exército francês de Napoleon Bonaparte. Este nome “indígena” foi atribuído ao exército em memória dos "nativos da ilha", os indígenas.

j'existe / eu sou, eu existo". De fato, a existência do ser [humano] surge em decorrência do seu pensamneto de que *ele é*. Coisa não pensa.

Esta ideia de coisa para designar um indivíduo se matém no Haiti colônia através do *Code Noir*²⁰ (Código Negro), projetado para fornecer um arcabouço legal para o exercício da escravidão nas Antilhas, e que torna o escravo um ser/objeto “móvel” capaz de ser adquirido por um senhor da mesma forma que um bem. Enquanto a metrópole francesa, no proceso da sua revolução, adotou a “Déclaration des Droits de l'homme et du citoyen”²¹ (declaração dos direitos do homem e do cidadão) em agosto 1789, garantindo que todos os homens nasçam e continuem livres e iguais em direitos, ela ainda tinha escravos em vários países da América e África. A partir daí, vem a problemática: Tudo que é legal é normal? Quem a França considerava como homem ou cidadão? Quando a injustiça vira lei, entender o “sentido da luta” pela justiça se torna um imperativo. Com o nascimento da nação haitiana, o “novo homem” apareceu, e a França não teve outra escolha que admitir o ocorrido.

Os revolucionários haitianos, ao lançarem as premissas dos direitos políticos fundamentais, que abrirão o processo de descolonização, tiveram que escrever uma carta aos revolucionários franceses evidenciando as disparidades (i)mensuráveis entre negros e brancos da época.

Somos negros, é verdade, mas diga-nos, cavalheiro, vós que sois tão judicioso, qual é a lei que diz que o homem negro deve pertencer e ser propriedade do homem branco? Sim, cavalheiro, somos livres como vós, e é apenas em razão de vossa avareza e de nossa ignorância que alguém seja ainda mantido em escravidão até os dias de hoje, e que possamos sequer achar o direito que vós pretendeis ter sobre nós. Somos vossos iguais, então, por direito natural, e à própria natureza agrada a diversidade de cores entre a raça humana. Não é um crime ter nascido negro, nem uma vantagem ser branco.²²

Esse trecho revela que a “liberdade” pregada pela Revolução Haitiana, antes de tudo, era algo *pensado, acreditado, sentido* e logo, *vivido*. Se, segundo Descartes *coisa não pensa*, as então *coisas* que protagonizaram a luta anticolonialista - logo, anticapitalista-, provaram o

²⁰ Les Essentiels. Le Code Noir. Bibliothèque nationale de France: Gallica, 2021.

²¹ Les Essentiels. La Déclaration des droits de l'homme (1789). Bibliothèque nationale de France: Gallica, 2021.

²² Trecho da carta enviada aos revolucionários franceses, em julho de 1792, por lideranças da Revolução Haitiana (In: SEITENFUS, 2014, p. 37).

contrário, pois elas “pensavam” as estratégias sofisticadas para traçar o caminho da justiça social; “acreditavam” que o negro não era -e não é- inferior ao branco; “sentiam” na veia a onda da liberdade, por direito natural; e finalmente, “viviam” o fruto da luta pelo sentimento de seres livres.

O *Leviatã*²³, livro de filosofia política que relata a aventura política moderna a partir do estado primitivo do homem – no qual Hobbes descreve como um estado de “guerra de todos contra todos”, dominado pela bestialidade das relações –, mostrou *o homem como lobo do homem*. No caso estudado aqui, *o homem como o lobo da coisa* passou por um processo reversível: *a coisa como lobo do homem*. Nesta fase, a criadora (a modernidade) não conseguiu controlar a criação (a primitividade).

Em janeiro de 1804, as coisas iriam adquirir um novo status: seres livres. Para regulamentar esta liberdade, um ano depois, nasceu a primeira Constituição²⁴ do país: a de 1805, na qual dois dos grandes princípios fundadores da nação apareceram: a noção da liberdade (artigo 2: L'esclavage est à jamais aboli / A escravidão é abolida para sempre) e a da igualdade (artigo 3: [...] l'égalité aux yeux de la loi est incontestablement reconnue[...] / [...]a igualdade perante a lei é incontestavelmente reconhecida[...]). Além disso, não há como não mencionar os artigos 12, 13, e 14. O primeiro declara que: “*Nenhum branco, independente de sua nação, colocará o pé neste território a título de senhor ou proprietário, e não poderá no futuro adquirir propriedade alguma*”. Mas o segundo já faz uma especificação “*o artigo precedente não tem efeito algum para as mulheres brancas naturalizadas haitianas pelo Governo, nem para as crianças nascidas ou a nascer delas. Estão ainda compreendidos neste presente artigo, os alemães e poloneses naturalizados pelo Governo*”.

De acordo com o texto “Identitarismo branco”²⁵ de Vladimir Safatle, de fato, ao tentar reescravizar os haitianos, Napoleão enviou tropas nas quais havia uma legião de 5.200 poloneses. Ao chegar ao campo de batalha, eles descobriram que não se tratava de uma revolta de prisioneiros, como os franceses haviam lhes contado, mas uma insurreição pela liberdade. Muitos soldados desertaram e começaram a lutar ao lado dos haitianos. Eles foram

²³ HOBBS, T. *Le Léviathan*. Vrin, 2005.

²⁴ DESSALINNES, J-J. *Constitution d'Haïti*. [20 mai 1805]. Gallica (en ligne). Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k316887c/f5.item.texteImage>>. Acesso em: 08/05/2021.

²⁵ Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/09/05/identitarismo-branco-por-vladimir-safatle/?fbclid=IwAR3cA8isEoObQG0i0w3b_1GjG0Uc62ng24cOU2eQakcEbXowbE_xZgyc4Jl>. Acesso em: 08/05/2021.

para o Haiti acreditando que estavam a defender os “ideais iluministas”, mas logo compreenderam que tais ideais estavam, de fato, do outro lado do campo de batalha.

Daí o sentido do artigo 14 da Constituição haitiana: *“Toda acepção de cor dentre as crianças de uma mesma família, cujo chefe de Estado é o pai, deve necessariamente cessar. Os haitianos serão conhecidos apenas através da denominação genérica de Pretos”*. Ou seja, essa estratégia política permitiu fazer de um termo, até então usado como marca de exclusão, o nome de uma verdadeira universalidade por vir. O nome de algo que indica o vetor efetivo de uma sociedade em revolução. Para os haitianos, pretos serão também todos aqueles que lutaram ao seu lado por uma sociedade radicalmente livre e igualitária, que não queriam mais defender uma sociedade marcada pela espoliação, segregação e silenciamento, mesmo que eles sejam brancos de pele, como os poloneses (Ibid.).

O imperador Jean-Jacques I (Jean Jacques Dessalines), em algum momento passou a recrutar cidadãos da República vizinha, os Estados Unidos da América, oferecendo recompensas aos capitães marítimos para facilitar a chegada de negros norte-americanos ao Haiti (ALEXANDER, 2013, p. 199). Toussaint Louverture, assim, declarou que “é conosco [no Haiti] que reinam os verdadeiros direitos humanos” (HURBON, 1987, p. 77) e logo o país se abriria a servir de refúgio para qualquer pessoa negra oprimida em seu país.

Esse país chamado de Haiti, e, por favor, chame-o por seu nome Haiti e não outra coisa que você ouve outras pessoas chamando. Essa é uma terra que os fundadores definiram que seria o refúgio para todas as pessoas negras do mundo. [...] Não é a propriedade do pequeno grupo que estava ali, mas a visão deles era a seguinte: nós vamos criar um espaço aqui, um espaço onde qualquer pessoa negra fugindo de qualquer tipo de estrago opressivo, qualquer caos opressivo, ela pode vir aqui e instantaneamente qualquer pessoa negra que pisar os pés nessa terra se tornará automaticamente livre e uma cidadã... (relato de Bayyinah Bello, professora e historiadora, In: LEDIX, 2017, p. 277).

Um oasis para os negros no deserto discriminatório oriundo da modernidade? Para essa interrogação, de resposta afirmativa, o mundo moderno - capitalista, racista, machista, entre outros- teve de reagir. Talvez a situação atual do Haiti explique as consequências de tal reação para com esse país dos negros. Mesmo com a conotação pejorativa dada à palavra “*negra*” (homem negro, mercado negro, magia negra, sexta-feira negra), a noção de

negritude, vista aqui, vai além da cor de pele: é uma ideologia. Daí, a frase mágica: “*Ce blanc est un bon nègre; épargnez-le.*”²⁶ (Esse branco é um bom negro; poupe-o.). Para entender melhor a negritude, não basta apenas analisar os escritos de Frantz Fanon. É preciso ler Aimé Césaire, precisamente em “Discurso sobre o colonialismo”; Anténor Firmin com “De l'égalité des races humaines (Antropologie positive)” (Da igualdade das raças humanas (antropologia positiva)), livro que vai de encontro ao posicionamento de Arthur de Gobineau em “Essai sur l'inégalité des races humaines” (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas); Cheikh Anta Diop no seu livro “Civilisation ou Barbarie: Anthropologie sans Complaisance” (Civilização ou Barbárie: Antropologia sem Complacência). O último foi quem “derrubou o racismo científico, ao provar que o Egito antigo era uma civilização negra.”²⁷

“Sem dúvida, de 1804 a 1806, a primeira Constituição *Dessalinienne* estabeleceu a liberdade dos cultos no país. Mas, desta data até agora, a penalização do vodu tem sido sistemática” (HURBON, 1987, p. 193). Segundo o autor, em respeito às hierarquias criadas entre os escravos, uma homogeneidade cultural tem sido guardada, e a lógica simbólica do vodu resultou em um desafio total: a liberdade ou a morte.

²⁶ Frase extraída do texto “Une révolution invisible” de Dany Laferrière, lido nas ondas da Radio-Canada, no qual ele defende a supressão da palavra *nègre* (negro). “A palavra em si não me interessa. É a jornada (caminhada) dele que importa para mim. Essa palavra seca e nua, sem o sangue e os risos que a irriga, é apenas um insulto na boca de um racista” [...] “Basta dizer uma palavra de cinco letras para que se acaba em transe com os braços e os pés amarrados, como se a palavra fosse mais forte do que a escravidão. Os escravos não fizeram a revolução para que nos encontrássemos à mercê da palavra negro.” [...] “Essa palavra está na origem de uma arte particular que o poeta Senghor e alguns intelectuais ocidentais falsamente chamaram de arte negra. Melhor seria dizer a arte dos negros. Ou simplesmente a arte.” [...] “Nosso ferimento pessoal e nossas histórias individuais apenas lhe dão energia para continuar seu caminho. Não é uma palavra, é um mundo. Alias, ela não nos pertence. Nós apenas nos encontramos em seu caminho em algum dado momento.” [...] “Capturaram homens e mulheres na África que se tornaram escravos na América, depois negros quando o Haiti se tornou uma nação independente, e isso, por sua própria constituição.” [...] “Se a palavra revolução significa uma reviravolta total dos valores estabelecidos, a do escravo que se tornou livre é a mais completa.” [...] “Então, quando um racista me chama de negro, eu me viro com um sorriso radiante e digo “é uma honra ser, senhor”. Além disso, Toussaint e depois Dessalines introduziram a palavra “negro” na consciência da humanidade, tornando-a um sinônimo para a palavra homem. Um negro é um homem, ou melhor, todo homem é negro. O racista que agora nos ouve sabe que é um negro pela graça de Jean-Jacques Dessalines, o fundador da nação haitiana? É por esta graça que um grande número de brancos foi poupado após a independência do Haiti. Foi por essa graça que todos os poloneses que vivem no Haiti puderam imediatamente se tornar negros, ou seja, homens.” [...] “Você conhece tal revolução da linguagem? A palavra que serviu para escravizar o escravo libertará o mestre. Mas, para ser livre, ele precisa se tornar um negro.” [...] “E espero que tenhamos a coragem de apagá-lo do rosto glorioso de Jean-Jacques Dessalines, fundador da nação haitiana que se dizia ser o negro fundamental.” Para uma leitura integral do texto, consulte: < https://ici.radio-canada.ca/ohdio/premiere/emissions/dessine-moi-un-dimanche/segments/entrevue/206724/dany-laferriere-racisme-mot-en-n?fbclid=IwAR1IRKeVff9CZYBEuYfQxTiku8mNA_wzGGcBW2Oi3GqTleZ5UsaRdS8vcz0>. Acesso: 09/05/2021.

²⁷ Portal Geledés, 2016.

Como diz o sociólogo haitiano Lewis Ampidu Clorméus (2015), o vodu haitiano, além de ser uma das relíquias africanas mais gritantes do Haiti, mistura nacionalismo, religião e política, e forma uma memória dos oprimidos. Portanto, é uma herança.

A América Latina iria usufruir desta experiência haitiana. Dorsainvil (1934) nos testemunhou que Pétion (presidente do Haiti na época) e Bolívar se encontraram em Porto Príncipe. Enquanto Pétion pensava em reforçar o Poder Executivo, instituindo uma presidência vitalícia com atribuições estendidas, Bolívar aproveitou aquela experiência política para pensar o Estado, preconizando Constituições modeladas segundo a Constituição do Haiti de 1816. Simon Bolívar recebeu todo o apoio de Pétion sob a promessa de abolir a escravidão por onde quer que passasse. Bolívar começou “libertando os 1500 escravos que trabalhavam sob o seu vasto domínio de San-Mateo, perto de Caracas e mais tarde proclamará a independência da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia” (p. 216).

Na mesma corrente de pensamento de Dorsainvil, Eduardo Galeano (2010)²⁸ (in SEGUY, 2014, p. 151-152) completou:

Nem sequer Simón Bolívar, que tão valente soube ser, teve a coragem de firmar o reconhecimento diplomático do país negro. Bolívar havia podido reiniciar a sua luta pela independência americana [independência dos países da América Latina], quando a Espanha já o havia derrotado, graças ao apoio do Haiti. O governo haitiano havia-lhe entregue sete navios e muitas armas e soldados, com a única condição de que Bolívar libertasse os escravos, uma ideia que não havia ocorrido ao Libertador. Bolívar cumpriu com este compromisso, mas depois da sua vitória, quando já governava a Grande Colômbia, deu as costas ao país que o havia salvado. E quando convocou as nações americanas à reunião do Panamá, não convidou o Haiti, mas convidou a Inglaterra.

Seguy (2014) critica O Libertador das Américas, Simón Bolívar, por não ter convidado o Haiti - cujo pecado tem sido o fato de ter cometido *El delito de la dignidad*- no congresso do Panamá, por ele, convocado. O autor mostra o isolamento do Haiti nos primórdios do século XIX e consequentemente a barreira para as novas classes dominantes

²⁸ GALEANO, E. **Cinco siglos de prohibición Del arcoiris en el cielo americano**. 02 nov. 2010. Disponível em: <http://www.lahaine.org/index.php?p=48952&lhsd=3>. Acesso: 09 dez. 2010.

locais usufruírem a sua nova condição. Enquanto o país precisava ser reconstituído em uma nação formada por cidadãos livres, “em 1814, o então presidente Alexandre Pétion, negociou diretamente com a antiga metrópole uma indenização geral de 150 milhões de francos. Trata-se da mal chamada *Dívida da independência*” (ibid., p. 152); o que tornou as bases para a constituição da nação muito difíceis.

Uma dívida que vai indenizar os colonos traumatizados pela guerra da independência; uma dívida que indenizará a França pela perda das propriedades (escravos e terras) no Haiti; uma dívida que vai exigir dos então livres a trabalharem duro para quitá-la, provavelmente em situação análoga à escravidão. Mas, não seria o dever da França indenizar o Haiti? A resposta, pela história e pela verdade dos fatos, poderia ser um sim, mas é não, já que a escravidão era normal e a sua abolição, não. Embora a França tenha cometido um crime contra a humanidade, reconhecido hodiernamente, a sua potência o esconde e a protege.

No contexto atual, dizer que o Haiti é livre seria uma quase tautologia. Vários fatos, tanto internos quanto externos, têm barrado a emergência da criação de uma nação. Mas, as exigências da criação de uma nação nasceram a partir das reivindicações internas. Os escritos de Suzy Castor vêm fazendo o balanço:

“Quatro grandes demandas atravessam então esta era: a exigência de um estado que garanta a modernização, uma nação integrada por todos os cidadãos haitianos, um país capaz de prover a si próprio e um Haiti soberano no concerto das nações. A solução para as contradições políticas, sociais e etnoculturais não conseguiu iniciar a modernização porque foi truncada no desembarque, em 28 de julho de 1915, das marinhas norte-americanas que impuseram militarmente sua lógica e sua própria solução, perturbando o curso histórico da nossa vida de povo” (CASTOR, 2012, p. 36).

1.4. A OCUPAÇÃO NORTE-AMERICANA

Assim como outros países do Caribe e da América Latina, o Haiti passou pela política do *big stick*²⁹ (*gros bâton*, *grande bastão*), da perda da soberania, da independência política e da adaptação das estruturas nacionais aos interesses do ocupante. Castor (2012), no seu texto

²⁹ Nome introduzido pela historiadora Suzy Castor ao se referir à ocupação norte-americana do Haiti.

intitulado “Les racines séculaires d’une difficile construction nationale” (As raízes seculares de uma difícil construção nacional), especificamente no subtítulo “L’occupation nord-américaine et la modernité avortée” (A ocupação norte-americana e a modernidade abortada), ao abordar a ocupação norte-americana sobre a República do Haiti, destaca os impasses dos processos de modernização no país.

Após a independência em 1804, o Estado confiscava as propriedades que pertenciam ao reino da França e aos colonos franceses. “Assim, de 66 a 90% das terras cultivadas tornaram-se propriedades do Estado” (CASTOR, 1978, p. 27), devido a uma desproporcionalidade do crescimento da classe trabalhadora em relação à produção agrícola: “a produção abundante e diversificada no período colonial tornou-se uma produção de subsistência, com uma baixa taxa de exportação de café e de cacau” (p. 29).

Poucos anos depois do centenário da independência do Haiti (1804 - 1904), uma nova era iria se abrir. Castor (1988) afirma que desde novembro de 1914 os norte-americanos haviam decidido ocupar militarmente o Haiti. Somente estavam esperando o momento oportuno. “E os últimos solavancos de agonia do regime feudal haitiano lhes forneceram a ocasião de colocar o plano em execução” (p. 61).

Na afirmação da autora, o peso parece recair sobre o Haiti; a má gerência do país teria originado a intervenção militar americana. Por um lado, o enunciado pode ser verídico; porém, do outro, é preciso pensar que o mundo estava em guerra (Primeira Guerra Mundial) e as grandes potências precisavam de recursos - que talvez não tivessem - para resistirem. Não se pode esquecer que a doutrina Monroe introduziu este processo de imperialização exacerbada. Seguy (2014, p. 37-38), ao situar o Haiti em meio a tudo isso, escreve:

No momento em que os poderosos abrem o século XX por uma primeira grande guerra (chamada Primeira Guerra Mundial), os Estados Unidos, todo-poderosos nas Américas, valendo-se da doutrina Monroe – “A América aos [norte-] americanos”, isto é às classes dominantes dos Estados Unidos – estabelecem a sua primeira ocupação militar no Haiti (1915-1934). Um dos primeiros atos dessa invasão foi o assalto ao Banco Central do Haiti. Toda a reserva de ouro do *Banque de la République d’Haïti* foi saqueada pelos *Marines* (marinheiros) e levada para Washington. Outro ato foi a expulsão de boa parte dos camponeses das suas terras – os mesmos camponeses

cujo duro trabalho pagou o rapto francês, mal chamado “dívida da independência”. Esses camponeses e camponesas foram “embarcados”, como se fosse aos tempos do tráfico negreiro, para as plantações de cana-de-açúcar norte-americanas em Cuba e na República Dominicana. Não por acaso que cerca de 460.000 descendentes haitianos foram recenseados neste país vizinho em 2012. O ocupante tinha decretado: “A mão de obra negra é mais rentável e menos custosa”. As terras roubadas aos camponeses foram entregues a companhias norte-americanas que rapidamente as transformaram em desertos; é o caso do Savann Dezole (Gonaïves) onde faleceu a maioria das 3.000 vítimas da tempestade tropical Jeanne, em setembro de 2004. Enquanto a França e os Estados Unidos ocupam o top do ranking dos saqueadores de recursos haitianos, há de destacar que não estão sozinhos. Países como a Inglaterra ou a Alemanha nunca sentiram constrangimento em mandar seus navios de guerra para as águas haitianas, como, por exemplo, na ocasião do “Caso Luders”, conhecido de qualquer estudante secundarista que já estudou em manuais da história haitiana. Luders era um alemão preso no Haiti, em 1897, por ter violado as leis do país. Porém, o governo alemão se aproveitou desta oportunidade para mandar seus navios de guerra no porto da capital haitiana e exigir um resgate de 20.000 dólares.

A partir daí, pode-se entender não só a expropriação de milhares de trabalhadores, e a emigração forçada como cortadores de cana para a República Dominicana e para Cuba, mas também outros aspectos que têm afetado a emergência de uma sociedade moderna no Haiti.

A situação piorou tanto que, em 1937, o ditador dominicano, no quadro de uma limpeza étnica, conduziu um massacre de mais de 30 mil trabalhadores haitianos, batizado de “*Massacre du Persil*”³⁰, com a cumplicidade da burguesia haitiana (SEGUY, 2014). O

³⁰ Nome dado à perturbação social provocada pelo massacre de vários trabalhadores migrantes haitianos em 1937 que modificou profundamente os modos de relações entre o Haiti e a República Dominicana (BOURGEOIS, 2018). O nome *Massacre du Persil* vem da tática linguística (sotaque) utilizada para a matança. Um dos instrumentos criado para a identificação de haitianos foi pedir que pronunciassem a palavra *perejil* (**persil** em francês e salsinha em português), uma palavra particularmente difícil de pronunciar por não falantes de espanhol, onde os haitianos que não conseguiram pronunciar foram executados no local (MARÍÑEZ, 2017).

massacre de 1937 também é conhecido pelos dominicanos como *El Corte*, expressão nascida do fato de o ditador dominicano Rafael Leonidas Trujillo Molina ter ordenado sua execução não com armas de fogo, mas com facões e facas, para fazer parecer que foi o resultado de conflitos entre camponeses dominicanos e haitianos, sendo que estes últimos, supostamente, teriam “invadido” as terras dos primeiros ou roubaram seu gado (MARÍÑEZ, 2017). Ao formular o pressuposto de que as duas populações se odiavam, Trujillo procurou se defender aos olhos da comunidade internacional (VEGA, 1988).

De acordo com Castor (1987), nunca houve hostilidade que justificasse essa violência, e camponeses dominicanos, que até então conviviam pacificamente com os haitianos, não tinham nada a ganhar matando dezenas de milhares de haitianos. Portanto, os próprios números mostram que longe de ser o resultado de disputas locais, tratou-se de um crime de estado que só beneficiou Trujillo. Se, historicamente, a República Dominicana tem sido a terra de refúgio de milhares de trabalhadores haitianos, também “foi lá que havia ocorrido um massacre do tipo genocida, mesmo antes de Hitler ter realizado o Shoah”, termo referente ao crime nazista; o holocausto judeu (MARÍÑEZ, 2017, p. 75).

Em função desse massacre, a quantidade de trabalhadores haitianos na República Dominicana diminuiria consideravelmente, porém, o fluxo migratório não foi definitivamente interrompido. Laënnec Hurbon (1987) apresenta a evolução em número do fluxo migratório durante alguns anos específicos.

“De 1912 a 1928, ou seja, durante o período da ocupação americana (que se estende de 1915 a 1934), milhares de camponeses, desapropriados pelo invasor e submetidos à labuta, saem como cortadores de cana para as plantações americanas da República Dominicana e Cuba. Um golpe para freiar a onda migratória parece ter sido marcado pelo massacre de 30.000 haitianos, ordenado pelo ditador Trujillo, em 1937. No entanto, por volta de 1950, existiam 19.000 haitianos ainda presentes na República Dominicana, mas em 1964, a população haitiana estimou-se em cerca de 60.000 e, em 1970, 300.000 pessoas”³¹ (p. 34).

³¹ Para não trair o autor por qualquer erro de tradução, disponibilizo o trecho original: “De 1912 à 1928, c'est-à-dire pendant la période de l'occupation américaine (qui s'étend de 1915 à 1934), des milliers de paysans,

O Haiti e a República Dominicana foram ocupados pelos Estados Unidos da América, mas as consequências não foram as mesmas. O Dr. Georges Eddy Lucien afirma que “a ocupação do Haiti pelos EUA causou um tipo de centralização que, na lógica de W. F. Willoughby, garante o máximo controle” (LAROSE, 2013, p. 88). O professor Sauveur Pierre Etienne também admite que essa ocupação contribuiu, na República Dominicana, para a criação de um estado moderno que caracterizou-se pela institucionalização dos aparelhos repressivos e administrativos do Estado. “Mas essa ocupação também deixa consequências socioeconômicas insuperáveis no Haiti, como a devastação da cobertura florestal, a remoção de reservas de ouro, etc” (Ibid.).

A diferença entre o Haiti e a República Dominicana está no modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelos estadunidenses. “Se na República Dominicana as indústrias são criadas, no Haiti, os americanos criam a mão de obra. Isso leva ao fenômeno de *Braceros e Batey*” (Ibid.) que são respectivamente os trabalhadores braçais haitianos e a plantação na qual estes têm sido inseridos. É durante a ocupação americana que a emigração forçada haitiana na República Dominicana se torna cada vez mais massiva.

Para Desrosiers (2014), a ocupação americana prosseguiu com o processo de expropriação/pauperização dos pequenos produtores segundo as necessidades da instauração de uma “industrialização” do Haiti, conforme as necessidades dos EUA. Durante este período, as melhores terras de domínio estatal foram entregues às companhias estadunidenses. Esta ocupação “respondeu às necessidades de dominação neocolonial em plena Guerra Mundial e as da oligarquia haitiana em busca do controle total sobre as classes camponesas em luta contra o regime latifundiário” (p. 95).

1.5. A DITADURA HEREDITÁRIA: PAPA DOC E BABY DOC

“A partir da ocupação americana, em 1915, surge no Haiti um período de crise do Estado-nação, cuja ditadura de Duvalier teria sido o produto mais perigoso” (PIERRE-

expropriés par l'envahisseur et soumis à la corvée, partent comme coupeurs de canne dans les plantations américaines de la République Dominicaine et de Cuba. Un coup d'arrêt semble être marqué avec le massacre de 30 000 Haïtiens ordonné par le dictateur Trujillo à Santo Domingo en 1937. Vers 1950, on parle de 19 000 Haïtiens encore présents en République Dominicaine, mais, dès 1964, la population haitienne y est évaluée à environ 60 000 et, en 1970, à 300 000 personnes”.

CHARLES, 1978³² apud HURBON, 1987, p. 127). A política americana no Haiti não difere da das potências europeias que, depois de saírem do país, deixam um traço indelével, um dano. O que dizer, então, deste regime militar? O sociólogo Laënnec Hurbon, através do seu livro *Comprendre Haïti. Essai sur l'État, la nation, la culture* (Compreender o Haiti. Ensaio sobre o Estado, a nação, a cultura), nos guiará.

Ele relatou que François Duvalier, Papa Doc, assumiu o poder em 1957, e rapidamente entenderia que a sua manutenção implicaria a limitação das prerrogativas do exército. Assim, criou uma entidade especial, os Voluntários da Segurança Nacional, conhecidos sob o nome de *tonton-macoutes*. Apresentada à nação como uma “*força de dissuasão*”, a definição veio do próprio ditador: “esta entidade tem só uma alma: Duvalier; conhece somente um chefe: Duvalier; luta para um único destino: Duvalier no poder” (DUVALIER, 1969³³ apud HURBON, 1987, p. 19).

O recrutamento dos *tonton-macoutes*, geralmente secreto, perpassa todos os estratos da sociedade e estes eram personagens cruéis que fariam de tudo para defender o ditador. A ponto que, Hurbon (1987, p. 20), exaltando a imperatividade do medo, escreve: “o sistema consegue progressivamente destruir todos os laços de solidariedade familiar: pode-se temer um cunhado, uma cunhada, um primo, um tio, etc., pois ninguém sabe em que momento um membro deterá um crachá de *tonton-macoute*”. Em algumas regiões, muitas vezes rurais, “o desenvolvimento do *macoutismo* fez com que certos comerciantes e pequenos produtores reduzissem o volume das suas atividades para evitarem trabalhar ao benefício dos *tonton-macoutes*” (Ibid.).

De certa forma, o regime militar interferiu na produção agrícola do país, no modo de produção e na venda de braços para a produção internacional, como Hurbon (1987) nos relata - que milhares de camponeses teriam sido vendidos como *néo-esclaves*, cortadores de cana, na República Dominicana -, como se o espectro do estado escravagista não parasse de atormentar o país, embora a escravidão tenha sido abolida no final do século XVIII, em 1791.

³² PIERRE-CHARLES, G. *Haïti: la crisis ininterrumpida 1930-1975*, Cuadernos Casa de las Americas, Habana, 1978.

³³ DUVALIER, F. *Mémoires d'un leader du Tiers monde*. Paris, Hachette, 1969. A versão original está assim posta: “ce corps n'a qu'une seule âme : Duvalier, ne connaît qu'un seul chef : Duvalier, ne lutte que pour un seul destin : Duvalier au pouvoir”.

A situação perpetuava quando o Jean-Claude Duvalier, Baby Doc, tomou o poder em 1971, “em decorrência de uma forte mobilização popular” (SEGUY, 2014, p. 274). No dia 7 de fevereiro de 1986 o regime militar conheceu o seu fim.

“Na manhã de sete (7) de fevereiro, um imenso grito de alegria foi ouvido em todo o país. Em Porto-Príncipe, todas as categorias sociais confundidas, homens e mulheres, estão varrendo o palácio presidencial. A imprensa estrangeira se surpreende com a fúria com que as pessoas caçam os tonton-macoutes. Alguns são apedrejados, outros queimados vivos. Suas casas são saqueadas e queimadas. A rapidez com que os tonton-macoutes são vistos, mostra a que ponto a raiva popular estava contida anteriormente” ³⁴ (HURBON, 1987, p. 17).

Em meio ao caos, repensar os paradigmas para estabelecer a paz é uma opção. Mas os sucessores do Jean-Claude Duvalier não têm agido da devida forma para garantir o bem-estar social.

1.6. O ATUAL HAITI

No cenário hodierno, o assunto que mais causou confusão e distúrbio para o país é o PetroCaribe (L'affaire PetroCaribe). O historiador, Christophe Wargny, em um texto intitulado “Haiti: crime de lèse-développement”, publicado no jornal “Libération” no dia 25 de novembro de 2019, descreve a situação atual do país:

“Nunca antes a situação atingiu tal paroxismo de incerteza e miséria desde o golpe de estado de 1991 ou o pós-terremoto de 2010. O país está parado. As comunicações sofrem por barreiras e as escolas, fechadas. Acostumado há séculos ao modo de sobrevivência, o Haiti está se aproximando do colapso. O PIB estagna enquanto a população

³⁴ Eis está a versão original: “Au matin du 7 février, un immense cri de joie est entendu aux quatre coins du pays. À Port-au-Prince, 500.000 personnes environ, toutes catégories sociales confondues, hommes et femmes, déferlent autour du palais présidentiel. La presse étrangère est surprise par la rage avec laquelle le peuple traque les macoutes. Certains sont lapidés, d'autres brûlés vifs. Leurs maisons sont pillées et incendiées. La rapidité avec laquelle des macoutes sont repérés démontre jusqu'à quel point la colère populaire se contenait auparavant”.

aumenta. A moeda local entra em colapso. As importações encarecem os preços. A agricultura, primeiro empregador, sofre. O fornecimento de petróleo é irregular, a eletricidade, um luxo. Dois terços da população vivem com dois (2) euros por dia, enquanto 1% detém 40% da riqueza do país. Todo mundo sonha com emigração.”³⁵

Le Nouvelliste (2015) nos reporta que o fundo PetroCaribe foi criado em 2005 pelo então presidente da Venezuela Hugo Chavez e facilitou para 18 países, entre eles o Haiti, a compra de petróleo a preço baixo com o direito de reembolsar a fatura em 25 anos com juros de 1%. Assim, nas suas relações sempre fraternais que manteve com o Haiti, decidiu, depois do terremoto, manter o programa que poderia financiar projetos de desenvolvimento no país.

O volume de derivados de petróleo importado pelo Haiti é estimado em 32,7 milhões de barris, que iguala 1.549.429.870, 70 dólares. Esse dinheiro foi mal gerido pelos governos, o que originou uma crise imensa que colocou o país num espiral de caos.

A cada crise no Haiti, sempre há uma intervenção humanitária da comunidade internacional, “uma resposta” recorrente à crise haitiana. A insegurança alimentar, o analfabetismo, a dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde, à educação, ao transporte e a falta de uma estrutura de proteção social dos cidadãos roem a vida do povo haitiano, precarizando-a, enquanto a “comunidade internacional” apela, ainda e sempre, os atores políticos da elite e a um diálogo frágil em torno de um mesmo sistema de poder e serviços centralizados que há séculos não apresentam nenhum benefício ao povo.

Vítima de uma corrupção endêmica e uma degradação de direitos e condições de vida, o povo haitiano, em meados do ano 2018, decidiu externalizar o sofrimento invadindo as ruas para manifestar-se contra o atual governo, exigindo a demissão do presidente Jovenel Moïse para dar espaço a uma transição. Em meio às turbulências, chamar a comunidade internacional é o último recurso para quem quer se manter no poder.

A ajuda humanitária e o diálogo impostos pelos atores internacionais, testemunham, em certa medida, a sua cumplicidade com o regime atual que acarreta esse *status quo*. É explícito que a dita ajuda humanitária, muitas vezes, permite ao Estado abandonar a sua

³⁵ Texto completo disponível em: https://www.liberation.fr/debats/2019/11/25/haiti-crime-de-lese-developpement_1765410?fbclid=IwAR0SdjPGQMaauy18stjoh3j77kN12q8BP3UgjXhTBO-IAx97gEq_co7FNlQ. Acesso em: 28/11/2019.

posição desconfortável de responsabilidade. Ora, esta ajuda está envolvida na reprodução de um sistema com o qual, evidentemente, os manifestantes haitianos querem romper.

A ajuda nem sempre é pedida, mas sim, imposta. Séguy (2014) afirma que a literatura histórica do Haiti se desenrola como um destino de uma vítima das relações internacionais, nas quais é possível perceber que a exploração e a dominação do Norte sobre o Sul representam o principal marcador. “Para tratar com os haitianos, a *Internacional Comunitária*³⁶ conhece apenas uma linguagem: a da força” (Ibid., 2014, p. 165).

O autor fez um recorte mostrando que de 1993 até 2014 o Haiti já recebeu cinco missões de apoio para a manutenção da paz ou de estabilização: a Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUAH), a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (MANUH), a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (MITNUH), a Missão de Polícia Civil da ONU no Haiti (MIPONUH) e a Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti (MINUSTAH) que completou 10 anos em 1º de junho de 2014. No cenário mais recente, as missões chegam ao país com um campo de abrangência mais poderoso e frágil.

Le Nouvelliste³⁷ nos reporta que a MINUJUSTH (Mission des Nations unies pour l'appui à la Justice en Haïti – Missão das Nações Unidas pelo Apoio à Justiça no Haiti) substituiu a MINUSTAH desde outubro de 2007, e que foi sucedida pelo BINUH (Bureau intégré des Nations unies en Haïti – Ofício Integrado das Nações unidas no Haiti), adotado pelo Conselho de Segurança da ONU na terça-feira 25 de junho de 2019 por treze votos contra duas abstenções. A República Dominicana e a China se abstiveram afirmando que o mandato não era suficientemente robusto, pois a situação política, econômica e social continua sendo *precária*, de acordo com o julgamento do embaixador José Singer (LE NOUVELLISTE, 2019).

³⁶ “O conceito de **Internacional Comunitária** é uma criação inovadora de Jean Anil Louis-Juste, assassinado por causa da sua militância política poucas horas antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010. O professor Louis-Juste formalizou este conceito na sua tese de doutorado, apresentada no programa de pós-graduação em Serviço social da Universidade Federal de Pernambuco, em 2007, com o título: *Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade. Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti*. O conceito foi criado justamente num estudo a respeito da formação social haitiana para designar as instituições tanto nacionais quanto internacionais e seu complexo ideológico-político chamado de *Comunidade Internacional*, mas cujo papel é derrotar toda luta que procuraria se embasar na Internacional Comunista” (SEGUY, 2014, p. 26).

³⁷ Fundado em 1898, é o maior e mais antigo jornal do Haiti, e o mais antigo jornal em língua francesa da América.

A crise sanitária planetária causada pela pandemia da Covid-19 vem aumentando a lista das crises -já crônicas- do Haiti. Em entrevista ao EL PAÍS³⁸, o presidente do país caribenho insiste que está em andamento um golpe de Estado que utiliza as ruas para causar desestabilização, garante que continuará no poder até 2022 e acusa um grupo de oligarcas corruptos -acostumados a controlar presidentes, ministros, Parlamento e Poder Judiciário- vinculado ao setor elétrico de tentar assassiná-lo para se apoderar do país.

Essa confusão é parte de um suposto ato injusto causado pelo presidente: o uso do artigo 134-2 da Constituição para declarar a caducidade do Parlamento enquanto não usou o mesmo (artigo) para admitir o término do seu mandato em 2021. “O artigo 134-2 da Constituição é aplicável aos senadores e deputados, bem como ao Presidente da República, decide o CSPJ”³⁹. O Conselho Superior do Poder Judiciário (CSPJ) não teve o poder de tirar o poder inconstitucional do presidente. Agora, a iniciativa é emendar a Constituição atual, adaptando-a à realidade do povo. Porém, na nova Constituição⁴⁰ proposta, particularmente no artigo 139, o presidente teria uma imunidade durante e mesmo após o seu mandato. Ou seja, uma blindagem completa.

1.7. AS CLASSES DOMINANTES: IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Enquanto o Haiti estava executando o pagamento da dívida da independência e aplicando na prática a trilogia "liberdade, igualdade, fraternidade", grupos vindos de diversos países decidiram, ali, migrar. É exatamente no início do século XX que os “sahnando” começaram a entrar no território haitiano. Com uma composição de, pelo menos dez (10) outras famílias, majoritariamente sírio-libanêses: os *Acra*, *Apaid*, *Bigio*, *Boulos*, *Brandt*, *Mevs* irão formar a elite econômica do país e terão o total apoio da ditadura militar hereditária dos *Duvalier* (ARNAUD, 2012), passando a ter não apenas o controle econômico do Haiti -através das entradas e saídas de mercadorias- mas também o controle político. Em uma entrevista concedida a Arnaud Robert (op. cit.) do jornal *Le Monde*, Marc-Antoine Acra,

³⁸ GARCÍA, J. Jovenel Moïse: "Um grupo de oligarcas quer se apoderar do Haiti". Cidade do México: EL PAÍS, 2021.

³⁹ GEFFRARD, R. L'article 134-2 de la Constitution est applicable aux sénateurs et aux députés comme au président de la République, tranche le CSPJ. Haïti: Le Nouvelliste, 2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.haitilibre.com/docs/CCI-CONSTITUTION_Projet-de-Constitution-2-fevrier-2021-20h00.pdf>. Acesso em: 24/05/2021.

jovem empresário de 36 anos não escondeu a sua gratidão para com a ditadura “[...] *C'est Duvalier qui a misé sur nous. On lui doit beaucoup.*” / [...] *Foi Duvalier quem apostou em nós. “Devemos muito a ele”*. De acordo com o jornalista, este empresário importava produtos de primeiras necessidades para a população: dez mil toneladas de arroz importadas anualmente dos Estados Unidos e chapa ondulada, aquela que se vê por toda parte nas favelas do país, que ele galvanizava.

Uma economia dependente, baseada em importação, traduz claros interesses das classes dominantes. Enquanto milhares de toneladas de arroz são desembarcadas nos portos todo ano, as maiores plantações de arroz do país, principalmente as do departamento *Artibonite*, que representam os 28.000 hectares irrigados pelo rio do Artibonite (um dos maiores do Haiti) passam por severos momentos de seca (EXALUS, 2013). Segundo a correspondência de Exalus Mergenat (2013), a escassez de água advém não somente da captação d'água para alimentar as turbinas da barragem hidrelétrica Peligre [quase disfuncional], mas também decorre do desejo das autoridades haitianas de destruir a produção local em favor dos produtos importados após acordo com empresários internacionais.

A precedente declaração não é a única que demonstra explicitamente de que lado estão algumas famílias que detêm o monopólio econômico do país. Destacam-se algumas outras declarações, dignas de análises, tiradas no texto jornalístico de Robert:

(1) Clifford Apaid, 35, filho de Andy Apaid, uma figura industrial politizada que participou da queda de Aristide em 2004.

“Le séisme a été pour nous le 'perfect storm', une tragédie bénéfique. Il nous a permis de faire repartir les commandes à la hausse.” (“O terremoto foi para nós a 'tempestade perfeita', uma tragédia benéfica. Isso nos permitiu aumentar os pedidos novamente.”)

“Il n'y a aucune gloire, nous le savons, à travailler dans la sous-traitance. Nous ne participons pas à la création d'une classe moyenne. Si l'Etat était stable, nous pourrions nous développer et non nous contenter de coudre des vêtements que les Américains nous envoient.” (“Não há glória, sabemos, em trabalhar em subcontratação/terceirização. Não estamos participando da criação de uma classe média. Se o estado fosse estável, poderíamos crescer e não apenas costurar as roupas que os americanos nos enviam.”)

(2) A família de Marc-Antoine Acra, 36, se estabeleceu no Haiti em 1918. Ela veio do Líbano.

“Nous sommes perçus comme des rapaces. Mais nous souffrons aussi de la pauvreté endémique du pays.” (“Somos vistos como raptos. Mas também sofremos com a pobreza endêmica do país [Haiti].”)

“Le pays [Haiti] a toujours été dirigé par des descendants d'Européens.” (“O país sempre foi governado por descendentes de europeus.”)

(3) Reginald Boulos, que se opõe frontalmente ao regime de Aristide, importador de carros robustos destinados a ONGs, conheceu o pior quando sua esposa foi sequestrada.

“Elle a été libérée quatre jours plus tard, contre 250 000 dollars.” (“Ela foi libertada quatro dias depois por US \$ 250.000.”)

“[...]ce pays ne voulait pas que mon cerveau fasse du bien, alors il allait faire de l'argent.” (“[...] este país não queria que meu cérebro fizesse nenhum bem, então ia ganhar dinheiro.”)

Uma análise interpretativa baseada no próprio texto de Arnaud e em outros materiais nos permitiria entender o porquê destas declarações e o contexto histórico-cultural que, por trás delas, escondem-se.

(1) Se Clifford Apaid admitiu que o terremoto foi uma tempestade perfeita para aumentar o seu lucro é justamente porque, segundo ele, a Lei Hope, que tem sido reforçada depois do sismo, permite “trabalhar” com os Estados Unidos sem taxas de importação; o que, de fato, é uma continuidade da sonegação legal. Segundo Daniel Jean-Louis et Jaqueline Klammer (2016), uma das condições que a administração Bill Clinton apresentou ao presidente Aristide para o seu retorno ao poder foi a redução da tarifa sobre a importação de arroz dos Estados Unidos no país. A tarifa passou de 35% para 3%. Naquele momento, Bill Clinton confessou que “esta oportunidade” ajudaria o Haiti a desenvolver a sua capacidade industrial, importando provisionamentos, ao invés de encorajar o setor agrícola. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ajudaram a administração do presidente Clinton a aplicar estas medidas. As consequências foram: do consumo nacional, apenas 17% é produção local; 93 mil famílias de pequenos agricultores de arroz desempregadas, sem contar outros tipos de trabalhadores que ficaram na ociosidade (Ibid.).

As instituições do Estado que seriam os catalizadores dos recursos, acabam ficando sem arrecadação - eis o enfraquecimento, o empobrecimento do Estado já falido-, as famílias

Apaid e os interesses estadunidenses concentram o lucro, e as famílias de sobreviventes continuam sobrevivendo até acharem uma eventual saída, que pode ser através das fronteiras físicas. De fato, as palavras de Marc-Antoine já demonstram a intenção. E a sonegação legal segue.

De acordo com Arnaud (2012), Clifford, representante da terceira geração de empresários de origem libanesa, monta camisetas, jalecos e calças para grandes marcas americanas (Hayes, Cherokee, Dickies) em fábricas que empregam mais de 10.000 trabalhadores no Haiti. Ao todo, um milhão de unidades é vendida por semana a 15 centavos de dólar a unidade. Em frente às portas de suas fábricas, nas primeiras horas da manhã, filas intermináveis de diaristas se aglomeram por um salário de 6 a 8 dólares (Ibid.). Se por um lado, o empresário glorifica a “Lei Hope”, por outro, ele diz que não participa da criação de uma classe média trabalhando na terceirização.

Com uma amizade lamentada pela queda dos Duvalier, e uma inimizade juramentada por Aristide - que assumiu a transição ditadura-democracia no país -, a família Apaid se sentiu mais ameaçada com o seguinte pronunciamento do então presidente Jean Bertrand Aristide, transcrito por Antoine Lyonel Trouillot (2015) em *Le Nouvelliste*: « *Wòch nan dlo pral konn doulè wòch nan solèy (A pedra na água conhecerá a dor da pedra no sol)* ». De acordo com o autor, a declaração era ameaçadora e a fórmula para alcançá-la não era explícita e assim, abria espaço para “más interpretações”. O político em questão e alguns dos seus familiares e seguidores se tornaram, eles próprios, “wòch nan dlo / pedra na água”, testemunhou Lyonel.

(2) Se os *Acra* são vistos como raptos é justamente porque esta possibilidade existe, já que no Caribe como um todo - as estatísticas mostram - a desigualdade social está batendo recordes (TROUILLOT, 2015). O Haiti não é exceção à regra. Pela primeira vez, esta é até uma área em que as oligarquias do país estão assumindo a liderança. Crise política. Rumores de desordem iminente (Ibid.). Segundo o Observatório de Nacional da Pobreza e da Exclusão Social em parceria com o Grupo do Banco Mundial, apesar de um declínio nas taxas de pobreza monetária e multidimensional desde 2000, o Haiti continua sendo um dos países mais pobres e desiguais da América Latina: “20% mais ricos detêm mais de 64% da renda total do país, enquanto os 20% mais pobres detêm apenas 1%” (ONPES; WORLD BANK GROUP, 2012, p. 12); desigualdade esta (BID, 2020), que pode ser uma das fontes de fuga em massa da população para outros países, e até mesmo outros continentes.

Um outro aspecto da declaração de Marc-Antoine Acra desvenda a colonização do território haitiano e de sua sociedade na contemporaneidade. Os discursos sobre o colonialismo são diversos, mas aqui revelaremos uma forma operante mais concreta através da intelectualidade que, no pensamento de Frantz Fanon (1997) é o “intelectual colonizado”⁴¹. Como isso se deu? Uma análise transversal de um caso -o da comemoração do bicentenário de nação haitiana- nos permitirá entender o fato aqui posto.

De acordo com Thomas Piketty (2020), economista francês, a injustiça mais extrema é a de querer indezinar alguns sujeitos por quererem deixar de serem escravos, com uma dívida considerável avaliada a 300% do PIB haitiano da época para compensar os proprietários franceses pela perda de propriedades escravistas. O país começou a efetuar o pagamento em 1825 (data da reclamação) e arrastou esta dívida como um grilhão até 1950, depois de muitos refinanciamentos e juros pagos aos banqueiros franceses e americanos.

Pagamento contestado, caos imposto! O presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide, no quadro dos festejos do bicentenário da independência do Haiti em 2004, lançou uma campanha exigindo da França a devolução do pagamento injusto avaliado à época em US\$ 21.685.135.371,48. Em meio a isso, Aristide sofreu um golpe, com a cumplicidade da comunidade internacional, em resposta à sua “irresponsável ousadia” de lançar a campanha solicitando o ressarcimento deste dinheiro (SEITENFUS, 2014).

Piard J. Fatal (2019), no seu texto “*Liste complete des Konze*⁴² de 2004 / *Lista completa dos Konze de 2004*”, enumerou todos os intelectuais haitianos reunidos em Kolektif Non / Coletivo Não, que conseguiram afixar a sua assinatura para não celebrar o bicentenário e, desta forma, ofuscando crimes irremediáveis contra o país. Segundo o escritor, estes intelectuais alienados, deixando-se manipular pelo ideário do imperialismo francês e americano, e querendo se demonstrar uma aliança com a elite econômica, são cúmplices em

⁴¹ De acordo com o autor, "o intelectual colonizado aprendera com seus mestres que o indivíduo deve afirmar-se. A burguesia colonialista introduzira a golpes de pilão no espírito do colonizado a ideia de uma sociedade de indivíduos em que cada um se encerra em sua subjetividade, em que a riqueza é a do pensamento. Ora, o colonizado que tiver a sorte de se estranhar no povo durante a luta de libertação descobrirá a falsidade dessa teoria" (p. 35).

⁴² No imaginário haitiano, Konze refere-se a "traidor". Durante a ocupação americana, Jean-Baptiste Conze (Konze, em crioulo), traiu Charlemagne Peralte livrando-o à morte pelo sargento americano Hanneken. Se no Haiti, Peralte era um chefe rebelde que se opôs à invasão americana de 1915, para a "Marine Corps University", ele era apenas um "supremebandleader / líder supremo dos bandidos". Texto disponível na íntegra em: < <https://www.usmcu.edu/Research/Marine-Corps-History-Division/Information-for-Units/Medal-of-Honor-Recipients-By-Unit/Sgt-Herman-Henry-Hanneken/>>. Acesso em: 07/04/2021.

macular a memória de Dessalines, Christophe, Capois, Pétion, Boyer, heróis da luta pela independência.

Retomando a ideia de “intelectual colonizado” de Fanon, para assimilar a cultura do opressor esse intelectual tem de fornecer garantias (FANON, 1997). É nesse sentido que, talvez, o boicote da comemoração dos 200 anos de independência da República do Haiti seja uma dessas garantias. Outro aspecto é esse intelectual tornar suas as formas de pensamento da burguesia colonial. “Isso se verifica na incapacidade do intelectual colonizado para dialogar porque não sabe fazer-se inessencial em face do objeto ou da ideia” (p. 37). O intelectual, objetivamente, se comporta como um oportunista vulgar, e suas manobras, na realidade, não cessam (Ibid.). Esta realidade não é “típica e exclusiva” do Haiti, ela atravessa o Caribe e a América Latina a ponto de Eduardo Galeano (2010), em plena lucidez, escrever que “o racismo mais feroz da história da América Latina encontra-se nas palavras dos intelectuais mais famosos e célebres do final do século XIX e nos atos dos políticos liberais que fundaram o Estado moderno” (p. 6).

(3) A família *Boulos*, através de Reginald reivindicou um ato de sequestro; um caso que não é o único. Em outubro de 2012, Clifford Brandt, uma figura conhecida no setor privado foi presa em sua empresa especializada na venda de automóveis pelo seu envolvimento no sequestro de dois jovens, Coralie e Nicolas Moscoso, de 23 e 24 anos, filhos de outro empresário haitiano (DAUDIER, 2012). De acordo com esse autor, executivos da Polícia Nacional do Haiti, em veículos com vidros escuros e que fariam parte da rede de relações do empresário, teriam participado desse sequestro. Um dos mais potentes chefes de gangues do Caribe, pertencendo a uma das famílias mais ricas conhecidas no Haiti, foi mantido preso atrás das grades (MICHEL, 2018). Essa captura envolveu um processo de fuga. Segundo Alterpresse (2014), em Hondo Valle, não muito longe da fronteira haitiano-dominicana, uma patrulha de soldados dominicanos teria capturado três homens: Clifford Brandt e dois outros fugitivos que não ofereceram resistência, 48 horas após sua fuga espetacular da prisão do município de Croix-des-Bouquets no Haiti.

Conclusão (123): Os discursos de membros da elite econômica do Haiti recolhidos por *Arnaud Robert*⁴³ e aqui analisados revelam explicitamente não apenas a sua implicação na vulnerabilidade político-econômica do país, mas também a impotência, ou melhor dizer, a

⁴³ Jornalista e escritor suíço. A sinceridade dos entrevistados demonstra certa confiança no jornalista, e o seu fenótipo interfere diretamente nas entrevistas.

ausência do Estado Haitiano nas operações da vida cotidiana. Desta forma, a opressão internacional consegue um espaço propício para a sua vigência e manutenção. No caso do Haiti, a ausência de um projeto de país expressa a ausência desse ideário entre seus próprios dirigentes. Hermann Cebert (2015) aponta a ausência do sentimento de pertencimento da elite econômica ao país, o que não é muito diferente para a elite intelectual.

1.7.1. A “desindustrialização precoce”

Este termo designaria a falência da industrialização no seu processo de constituição. É possível relacionar esta falência com a atuação da "elite econômica de importação"? Como a situação política interferiu neste processo? Entender o desmonte da segunda maior empresa do país pode nos facilitar a atingir a nossa problemática.

O fechamento da “Haitian American Sugar Company”, conhecida como Hasco, deixará 3.500 funcionários ociosos e afetará de 30.000 a 40.000 pequenos plantadores de cana-de-açúcar em regiões ao redor da capital. Esta usina de açúcar que era o segundo maior empregador do Haiti fechou por causa do contrabando sem precedentes e crescente de açúcar de Miami e da República Dominicana (THE NEW YORK TIMES, 1789). Os trabalhadores da Hasco ganhavam \$ 4,20 por dia, consideravelmente mais do que o salário mínimo diário normal de \$ 3 (Ibid.).

Segundo o jornal, desde que o ditador Jean-Claude Duvalier fugiu, o amplo contrabando de produtos básicos como óleo de cozinha, farinha, arroz, açúcar e leite em lata baixou os preços ao consumidor, mas levou à falência vários fabricantes locais, o que fez com que centenas de milhares de haitianos perdessem seus empregos.

Deste modo, presencia-se a formação de um exército industrial de reserva. Enquanto a classe trabalhadora passou a não viver do trabalho, a classe econômica dominante usufruiu do poder do contrabando e depois da importação para “controlar a cabeça e a barriga” de todo um povo, especialmente a partir do período dos Duvaliers. Este processo provocou o aumento da taxa de violência nos “bairros populares” dos grandes centros urbanos.

No discurso do antigo presidente Jean-Bertrand Aristide perante os habitantes de Martissant sobre o desaparecimento de Félix Bien-Aimé, ele menciona a frase “*la paix dans*

la tête, la paix dans le ventre / paz na cabeça, paz na barriga”⁴⁴ para explicar que a insegurança e a violência em Grande Ravine, em FortMercredi e em outros bairros se devem à pobreza e ao fato de não haver ninguém que escute as reivindicações do povo.

A falta de empregos e o crescimento da pobreza, com complicações para o cotidiano haitiano, induziram o governo do presidente Michel Joseph Martelly (2011-2016) a adotar a política “*Haiti is open for business*”⁴⁵ (*Haiti está aberto para negócios*), para chamar investidores estrangeiros e vista como uma saída para propiciar um bem-estar no país.

Em réplica ao discurso do então presidente, muitos comentaristas abriram o campo para reflexões: “Haiti is open for business, not for workers rights” (PRACA, 2013), “Haiti is Open TO Business but not yet FOR business” (MONTREUIL, 2014). “Five Years Later, Is Haiti Really Open for Business?” (BUZBY, 2015). Além disso, a comunidade caribenha, por meio de um delegado da ONU, reagiu: “Haiti ‘notyet’ open for business” (CARICOM-UN, 2013). Segundo ele, o slogan “Haiti está aberto para negócios” tem sido um grito de guerra para o governo, que busca investidores externos para ajudar o país a se reconstruir após o devastador terremoto de 2010, mas o problema é muito mais amplo: quando amigos do Haiti e investidores em potencial estão se perguntando se “o Haiti está aberto para negócios, ... alguns dizem que sim. Mas a maioria, após um período de reflexão, está dizendo: 'Ainda não.'”

1.7.2. A montagem do Estado democrático de Direito

A passagem do regime autocrático para o democrático irá exigir uma certa participação popular através de partidos políticos. Estes cumpririam a função essencial de aglutinar, por meio do voto, as demandas sociais.

De acordo com Carnoy (1984), a democracia, no contexto haitiano, aparece como um sistema ideal para indivíduos utilitaristas, organizados em um número incalculável de grupos voluntários, competitivos, não hierarquizados, etc., que reúnem seus interesses mediante o

⁴⁴ Documento completo disponível no repositório da Duke University: <https://repository.duke.edu/dc/radiohaiti/RL10059-RR-1103_01>. Acesso em: 12/04/2021.

⁴⁵ DELVA, Joseph Guyler. Haiti says "open for business" with new government. Reuters, 2011. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-haiti-government-idUSTRE79E22N20111015>>. Acesso: 01/05/2021.

sistema partidário e o voto. Além disso, no caso haitiano, segundo Laënnec Hurbon e Alain Gilles (2014), muitos partidos políticos giram em torno de personalidades que os criaram, com objetivo principal participar das eleições para chegar ao poder, tornando-se quase que propriedade privada de seus fundadores. Eles não se identificam com interesses de grupos, categorias sociais ou classes. Os ativistas mais proeminentes desses partidos parecem ter pressa para obter lugares nos aparelhos de poder (executivo ou legislativo), tendem a não seguir nenhuma ideologia precisa, e passam facilmente de um partido ao outro (Ibid.). No entanto, esses mesmos autores mostram que existe uma tendência para formar agrupamentos ou alianças com outros movimentos, organizações ou partidos. Assim, trata-se, preferencialmente, de estratégias eleitorais, já que esses grupos se desfazem no término do período eleitoral. Sabine Manigat (1990) em seu livro *Les partis politiques* não conta menos de uma dúzia de grupos na véspera das “primeiras eleições democráticas” de 16 de dezembro de 1990.

A tendência dos presidentes em exercício de criar seus próprios partidos políticos indica claramente que eles estão procurando se manter no poder pelo maior tempo possível, usando não apenas dispositivos de Estado para atrair o apoio de funcionários públicos ou funcionários da administração pública, mas também a multidão de indigentes pronta para aceitar as ofertas econômicas mais baixas de sobrevivência (HURBON; GILLES, 2014). Partidos fora do poder também acham que, ao chegar no poder, têm mais chances de ganhar novos membros. Nesta perspectiva, os partidos políticos permanecem dominados pelo tempo das campanhas eleitorais, sem o tempo para a sua consolidação e enraizamento social. Desta forma, desde o fim da ditadura militar até os dias atuais, o país atravessa “uma longa transição democrática” (p. 22).

No que tange às eleições, Seitenfus (2014) mostra que, se por um lado, existe um Conselho Eleitoral Permanente (CEP) composto por nove membros, suscetíveis de sofrer injunções de natureza político-partidária, por outro, o Estado haitiano -na maioria das eleições- participa somente com 25% do orçamento eleitoral, sendo o restante proveniente do exterior. Desta forma, “os principais Estados e organizações internacionais financiadores compõem um grupo que acompanha, aconselha, sugere, exerce pressões, sem descartar ameaças veladas ou explícitas” (p. 75).

Para Sonntag (1977), nos primórdios do capitalismo não foi necessário que a esfera política fosse dominante, pois o consenso se estabelecia na dinâmica interna da estrutura

econômica que emergia, requerendo a intervenção política apenas para manter a ordem dos Estados absolutistas. O “Estado” democrático surge como necessidade para garantir a reunificação política da sociedade dividida em classes, decorrente do desenvolvimento do capitalismo, pois “toda dominação realiza a unificação do corpo social como organização da ordem política” (LECHNER, 1985⁴⁶, p. 88, apud FLEURY, 1992). Esta função estatal, de dar coerência e unidade à sociedade fragmentada em classes, é inerente à natureza do Estado capitalista, em sua forma democrática moderna.

De acordo com Lechner (1981), toda política é um conflito de particularidades e o Estado é uma forma de generalidade onde não se pode pensar a política sem referência a uma forma que sintetize a sociedade dividida. Portanto, vale salientar que, na sociedade moderna, o Estado é a forma mais desenvolvida de concentração de poder e “tal esquecimento implicaria transformar a política em uma simples atividade moralizante que não assuma as realidades da dominação” (VEGA, 1984, p. 153).

O fato de que o Estado ser o lugar privilegiado dos conflitos de classe e sujeitos sociais diversos, torna-se um espaço de expressão, por excelência, tanto dos interesses de classe como da formação dos próprios atores sociais (TOURAINÉ, 1976). Com base nesta análise, o Estado democrático de Direito no Haiti traz consigo um problema que só a política pode resolver.

A Constituição de 1987 (um ano após o fim da ditadura), a mais democrática na história do Haiti, indica, entre outras características, o desejo dos legisladores de fazerem com que o Parlamento exerça o controle do Executivo (SEITENFUS, 2014). Odcecados pela maldição do Palácio Nacional segundo a qual, inclusive os Chefes de Estado eleitos democraticamente se transformam em autocratas quando instalados no poder, os Constituintes tomam a decisão de atar as mãos do presidente, obrigando o primeiro ministro (e o seu Gabinete) a obter maioria parlamentar (Ibid.).

Deste modo, a estrutura democrática com a independência dos poderes não se faz regra no Haiti. O Poder Legislativo interfere direta e legalmente no Executivo. E, além disso, é possível que ocorra uma dupla orientação do Executivo podendo fragilizá-lo, já que o primeiro ministro designado pode não estar de acordo com o plano de governo do presidente eleito democraticamente.

⁴⁶LECHNER, N. Aparato de Estado y forma Estado. México: Siglo XXI Ed., 1985.

Seitenfus (2014) nos lembra que de todas as recentes experiências haitianas de transição política da ditadura para a democracia, a longa, caótica e sempre adiada democratização, é a única que ainda não pode definir as regras do combate pelo poder. Se por um lado o escritor mostra a debilidade do sistema econômico e político haitiano, por outro, ele alerta sobre a interferência da Comunidade Internacional em manter o sistema precário por meio da manutenção da ideia de um Estado haitiano falido, do envio de forças armadas para, supostamente, resolver conflitos que o Estado deveria resolver, do financiamento e fraude das eleições, etc. “O objetivo da comunidade internacional, entretanto, não pretende compreender, muito menos aceitar, uma realidade contraditória. Ela busca simplesmente estabilizar um poder político instável, normalizar um país anormal” (Ibid., p. 62), impondo os parâmetros da democracia representativa.

Sônia Fleury (1994, p. 34) mostra que enquanto o Estado funciona como “organizador das classes dominantes, corresponde-lhe papel inverso em relação às classes dominadas, ou seja, os aparelhos de Estado agem no sentido de desorganizar e dividir as classes dominadas”. Desta forma, o próprio processo impede a tematização de certas problemáticas sociais, o que dificulta a organização das classes dominadas em torno de suas demandas comuns. Há, no entanto, duas modalidades de ação do Estado frente às lutas populares: a repressão, que, mesmo onde não se estabelece como relação prioritária é uma possibilidade inerente e sempre virtualmente presente, ademais de ser, na maioria dos casos, uma realidade dolorosamente vivida; os aparelhos de Estado, que desorganizam as classes dominadas através da criação de um consenso ideológico imprescindível à manutenção da dominação burguesa (FLEURY, 1994).

Fleury (1992), em “Estado y Crisis: una perspectiva latino-americana”, analisa o estágio atual do capitalismo a partir da perspectiva analítica dos países capitalistas periféricos e aborda a questão da crise do Estado numa perspectiva sociopolítica, seguindo vários autores (Poulantzas, Offe, Przeworski, Stepan, Evers, Sonntag, entre outros). Sua tese central visa demonstrar a historicidade e singularidade da relação entre a democracia como sistema de governo e o processo capitalista. A autora identifica que a etapa atual do capitalismo monopolista restaura o caráter intrinsecamente autoritário da dominação burguesa, seja como um Estado de exceção ou como uma resposta a uma situação de crise econômica e política do Estado de Direito democrático burguês. Para ela, o autoritarismo evidenciado pela atual crise do Estado na América Latina se institucionaliza em formas e funções que se diferenciam do

modelo democrático clássico (Ibid.). O Haiti, no pensamento de Fleury (1992; 1994), não é exceção.

1.8. CONCLUSÃO

No livro *Genèse de l'État Haïtien*, os autores Hector e Hurbon (2009) ilustraram que durante a dominação espanhola na América Latina dos séculos XVI a XIX, a Espanha era, enquanto metrópole, uma importante interlocutora natural das nações europeias. Ela controlava muitas áreas territoriais e comerciais das Américas, mas não tinha em momento nenhum plano de desenvolvimento das colônias.

Considerado esse contexto, o nascimento da nação haitiana não se distingue da revolução haitiana; uma é produto da outra. Classe oprimida e a nação dominada emergem de um mesmo processo. “A nação faz a sua aparição em oposição ao Estado colonial/moderno, ela é a conversão de um grupo de indivíduos em uma totalidade orgânica para a criação de um agrupamento coesivo essencial à existência e à sobrevivência do indivíduo” (CASIMIR, 2018, p. 407).

“A independência do Haiti, portadora da mensagem de igualdade entre as raças, se constitui em acontecimento insólito e foi percebida pelo Ocidente como absurda e inaceitável” (SEINTENFUS, 2014, p. 30). Ela é acompanhada de um projeto de defesa de direitos dos cidadãos, como o deseja a revolução francesa para a França. A independência de 1804 define um projeto decolonial de defesa de direitos do homem sem distinção. A revolução reivindica a soberania da nação na sua totalidade. Toussaint Louverture (1793), falando do seu país Haiti, e referindo-se à revolução francesa, chegou a dizer: “c’est chez nous que règne le véritable droit de l’homme” (É aqui [Haiti] que reina o verdadeiro direito do homem) (LOUVERTURE, 1793⁴⁷ apud HURBON, 1987, p. 77).

De fato, percebe-se que o Haiti desde a sua independência frágil nem teve condições de montar um sistema de proteção para os seus trabalhadores, o que impacta na sua precariedade até os dias atuais. As diversas formas da sua colonização não contribuíram, e a fuga de trabalhadores tornou-se norma da vida.

⁴⁷ LOUVERTURE, T. lettre au commandant français Chaulatte, le 27 août 1793, citée par PLUCHON, P. **Toussaint Louverture, De l'esclavage au pouvoir**, Port-au-Prince, Édition de l'École, 1979.

CAPÍTULO 2: O ÊXODO DA FORÇA DE TRABALHO HAITIANO: AS GRANDES TENDÊNCIAS DEPOIS DA ERA DITATORIAL.

O Haiti, na sua existência, passou por grandes fluxos migratórios dos seus habitantes tanto a nível nacional quanto internacional. Não há uma única razão que explique a dispersão do povo haitiano fora das suas fronteiras de origem.

Segundo Dupuy (2016), desde a proclamação da independência do país em 1804, as razões que acarretam a mobilidade, ou melhor, a fuga de “cidadãos” haitianos são múltiplas, e hoje podem ser divididas em três principais: a político-econômica, o meio ambiente e a pobreza. A combinação delas gera a manutenção do fluxo migratório - menor ou maior - rumo a outros países e até mesmo continentes.

A partir do “Haiti independente” de 1804, a migração haitiana pode ser dividida em quatro grandes ondas: a época da ocupação americana, a era das ditaduras de François Duvalier, as décadas de 1970 e 1980, e o pós-terremoto do 12 de janeiro de 2010 (ALSCHER & BOUILLOT, 2010⁴⁸ apud DUPUY, 2016).

A fim de caracterizar a migração haitiana mais recente, tendo em vista o objetivo desta pesquisa de investigar as condições de trabalho de haitianos nos canaviais da República Dominicana, traçaremos os fluxos da força de trabalho haitiano e o porquê deste abandono da terra natal, mais especificamente após as ditaduras militares hereditárias de Papa e Baby Doc, em 1986.

2.1. O FIM DO DUVALIERISMO E O SEU LEGADO

A queda dos Duvalier na manhã do dia 07 de fevereiro de 1986 gerou “um imenso grito de alegria nos quatro cantos do país” (HURBON, 1987, p. 17) que, de modo desesperado, cedeu lugar a uma transição interminável, fazendo ressurgir as contradições, então renovadas, que atravessam a sociedade haitiana.

⁴⁸ ALSCHER, S; BOUILLOT, F. « Île d’Hispaniola : Des voisins inégaux confrontés à des défis semblables : dégradation environnementale et migration », *Hommes et migrations*, n° 1284, p. 84-96, 2010.

Para Nascimento (2011), ainda que o Estado haitiano tenha sido sempre a alavanca central da arbitrariedade e da violência, esta norma não foi uma constante, e o país teria passado também por períodos de calma social, estabilidade, a prevalência dos direitos civis e do estado de direito. “A violência patrocinada e promovida pelo Estado alcançou um nível sem precedentes durante o regime dos Duvalier” (NASCIMENTO, 2011, p. 139).

Nos anos de 1986, uma realidade se impunha: o país pouco produzia, enquanto a sua população e o consumo aumentavam. A fraqueza estrutural do aparelho produtivo se manifestava no setor agrícola - fragilização do mundo rural, expulsão do campesinato rumo a grandes cidades nutrindo as favelas (urbanização selvagem), ou rumo ao exterior ampliando os campos de refúgio, e por fim, precarização total da vida; no contexto de um crescimento do setor industrial deficiente, cresce também o setor informal no panorama econômico (LEDIX, 2020).

Em face de situação tão deplorável, a burguesia tradicional mudou, a classe média torna-se reduzida, e as condições de vida das categorias populares tronam-se mais desumanas. Entretanto, em comparação com as épocas anteriores, ocorreram mudanças significativas (CASTOR, 2012). Em um país onde a instabilidade política e econômica é constante e a pobreza crescente, é exatamente na emigração que a população tem, desde sempre, encontrado a resposta para a prosperidade e oportunidades. Em muitos casos, um pensamento ilusório.

Martín Lienhard (2011), no seu livro intitulado “Expulsados, desterrados, desplazados: Migraciones forzadas en América Latina y en África” escreve:

“Cada día, en algun lugar de nuestra aldea global, hay individuos, familias, grupos y comunidades enteras que toman la decisión de partir hacia alguna de las supuestas tierras de promisión: principalmente América del Norte, Europa y Australia. Lo que los incita a abandonar su lugar de residencia habitual puede ser la pobreza, la falta de acceso a los servicios básicos, la falta de perspectivas económicas y profesionales o la esperanza de poder ofrecer a sus hijos un futuro mejor. En cualquiera de estos casos, la emigración constituye, por lo menos hasta cierto punto, una “opción”: los individuos, las familias y los grupos en cuestión pueden “elegir” entre partir o no partir o entre irse ahora o más tarde. Para otros, en

cambio, irse o no irse no es una opción, sino una cuestión de vida o muerte. Me refiero a las personas perseguidas por motivos políticos, religiosos y étnicos, entre otros. La única solución que les queda, si es que existe, es la huida. Su primer refugio suele ser el país vecino” (p. 15).

Neste contexto, a situação do Haiti não parece ser diferente. Frente às barreiras para uma vida digna, a emigração se impõe. Assim, segundo Matibag (2003), no mesmo ano do fim do regime ditatorial haitiano em 1986, 90% dos cortadores de cana no território dominicano eram de origem haitiana. Esses trabalhadores migrantes também se dispersaram no exterior (fora da ilha) durante o mesmo período; 30.000 foram encontrados nas Bahamas, 400.000 nos Estados Unidos, 40.000 no Canadá e 6.000 na África e na França (ibid.)

Com o fim da ditadura e a emergência da democracia, a população esperava não somente a melhora das suas condições objetivas de vida, como também uma maior segurança e exercício de cidadania diante do Estado. Castor (2012) nos lembra, que a consolidação de um grande movimento social e as lutas contra a tentativa de reconstruir um duvalierismo sem Duvalier abriram, com as eleições de dezembro de 1990, uma nova fase cheia de ilusões de mudança. Pela primeira vez desde a ocupação americana, o exército não era mais a fonte de poder e a crise dessa supremacia estadunidense parecia ter encontrado uma saída, um resultado; mas era apenas uma ilusão que tomou fim com um sangrante golpe de estado militar sete meses depois (Ibid.).

Um governo democraticamente eleito se instalou na pessoa de Jean-Bertrand Aristide como presidente, tendo *Lavalas*⁴⁹ como lema. Castor (2012) relata que apesar do progresso lento do ponto de vista legal e da melhoria das condições de vida dos cidadãos, teria sido possível se transformar em um potente mecanismo para avançar na construção de uma nação integrada.

“O poder Lavalas quis destruir o antigo, mas não conseguiu construir o novo. O modelo híbrido da democracia representativa enxertado no duvalierismo não consegue funcionar devido ao seu enredamento em suas próprias contradições e, acima de tudo, o choque com os avanços

⁴⁹ No Haiti, Lavalas (avalanche) designa a "Família Lavalas": partido político representado pelo antigo presidente Jean-Bertrand Aristide. O dito partido teve momentos de vigência interrompidos. De acordo com Castor (2012), além do interlúdio militar (1991-1994) e do governo interino (2004-2006), o poder de governo Lavalas cobriu toda a transição.

da consciência cidadã da população e pela transparência exigida na evolução do mundo internacional. Um Estado autoritário opera com mais ou menos força e nuances e, adaptando-se às novas realidades nacionais ou internacionais, enriquece seu modo de operação com novos instrumentos. Assista-se à disfunção seguida pelo colapso das instituições, de um Estado fraco em seus poderes de condução e construção nacional, incapaz de cumprir suas funções soberanas”⁵⁰ (p. 40).

A vigência do governo populista de Aristide, não supriu as necessidades do povo, que sofre há décadas. A arbitrariedade continuou seus rumos e a tão indesejada insegurança reemergiu com muita força. Gabriel Bidegain (2013) alega que depois do golpe de Estado contra o presidente Aristide, em 1991, a migração seguiu o seu rumo de forma lenta e constante.

De acordo com Wooding e Moseley-Williams (2009), mais de 100.000 deixaram o país na época do golpe e da deportação⁵¹ do ex-presidente em 1991. Alguns cruzaram a fronteira do país vizinho, a República Dominicana, enquanto outros navegaram para Guantânamo, Cuba e Estados Unidos. Destes, aproximadamente cerca de 46.000 *boat*

⁵⁰ Siga a versão original: “Le pouvoir Lavalas a voulu détruire l'ancien, mais il n'est pas parvenu à construire le nouveau. Le modèle hybride de la démocratie représentative greffé sur le duvaliérisme n'arrive pas à fonctionner, empêtré dans ses propres contradictions et surtout contré par les avances de la conscience citoyenne de la population et par la transparence exigée de l'évolution du monde international. Un État autoritaire se cherche avec plus ou moins de force et de nuances, qui, s'adaptant aux nouvelles réalités nationales ou internationales, enrichit de nouveaux instruments son mode de fonctionnement. On assiste au dysfonctionnement puis à la destruction des institutions, d'un État faible dans ses attributions de conduction et de construction nationale, incapable de remplir ses fonctions régaliennes.”

⁵¹ Segundo Seguy (2014), eleito em fevereiro de 1991, Jean-Bertrand Aristide foi deposto por um golpe militar em data de 30 de setembro do mesmo ano. Ficou exilado por três anos nos Estados Unidos, antes de ser reinstalado no poder em 15 de outubro de 1994 pela administração de Bill Clinton, terminando assim seu mandato que corria até 7 de fevereiro de 1996. Elegeram-se de novo em 2001, mas seu mandato de 5 anos foi interrompido em 29 de fevereiro de 2004 por intervenção dos EUA em cumplicidade com a França e o Canadá com um golpe de Estado. Em uma entrevista concedida a Paula Sperb do jornal *Veja*, Ricardo Seitenfus afirmou que já no dia 26 de fevereiro de 2004, houve uma reunião para decidir sobre o destino do Haiti onde Jacques Chirac e George W. Bush (então presidentes da França e dos Estados Unidos respectivamente) ligaram para Lula (então presidente do Brasil) oferecendo ao Brasil a liderança das tropas da MINUSTAH no Haiti. Em seguida, Seitenfus disse que a França insistiu em aprovar a missão porque o ex-presidente Aristide havia reclamado a dívida de 22 bilhões de dólares que a França tem para com o Haiti. Para a leitura completa da matéria, clique no link seguinte: < <https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/ricardo-seitenfus-haitianos-sao-prisioneiros-da-propria-ilha/> >. Acesso em: 06/02/2020.

*people*⁵² foram interceptados em alto mar e encaminhados para os campos de detenção de Guantânamo Bay em Cuba, onde alguns ficaram presos por cerca de um ano (HANDERSON, 2018). Em seguida, “72% dos 36.596 interrogados pelos Serviços de Imigração (sigla em inglês: INS) nessa base, tiveram o pedido de refúgio indeferido e, conseqüentemente, foram deportados ao país de origem” (LITTLE, 1997, p. 3⁵³ apud HANDERSON, 2018).

Assim posto, pode-se afirmar que o desenvolvimento desigual do capitalismo nos diferentes países de destino propicia o entendimento do movimento migratório. Alguns conseguem financiar uma fuga por via aérea ou marítima (*boat people*) para ir aos Estados Unidos, outros, não. Tal é o caso dos que migram a trabalho para a República Dominicana, que muitas vezes cruzam a fronteira a pé e de forma clandestina. Além do mais, tirando os que vão a estudo, os menos instruídos migram rumo à República Dominicana (BIDEGAIN, 2013). São estes que compõem os sujeitos do nosso estudo.

A exasperação da população dominicana diante da migração haitiana em seu território atingiu seu nível mais alto durante a década de 1990, com a conseqüente multiplicação das expulsões de pessoas de origem haitiana. Segundo um relatório de 2002 da ONG “*Human Rights Watch*”, houve várias tentativas nessa década de expulsar a comunidade haitiana da República Dominicana (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002). No total, cerca de 65.000 haitianos foram deportados ao longo do período de dez anos (*ibid.*). A *Human Rights Watch* reconhece em seu relatório a violação de certas leis internas sobre deportações e o fracasso do governo dominicano em respeitar certas convenções internacionais de direitos humanos (*Ibid.*).

Nascimento (2011), muitos fatores podem ser apontados para entender as dimensões da imigração haitiana, entre os quais se enquadra o dramático aprofundamento da pobreza, com o embargo econômico adotado em 1993 e 1994 contra o país. E este não foi o único. Luc Rémy (2013) apresenta detalhes sobre as sanções, em formato de embargos, impostas ao Haiti: já em 8 de outubro de 1991, a Organização dos Estados Americanos aplicaram um embargo comercial ao país devido aos seus distúrbios internos; no início de junho de 1993, o

⁵² Identifica aqui os sujeitos arranjados a bordo de um navio de uma forma precária geralmente, navegando nas ondas do mar, fugindo de uma condição ainda mais precária na esperança de chegar em um El Dorado.

⁵³ LITTLE, C. **Haitians deserve benefits Nicaraguans and Cubans got through legislation**. Declaração escrita não publicada apresentada à comissão do Senado sobre Imigração, no dia 17 de dezembro de 1997, em Washington D.C, 1997.

Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) deu prioridade ao embargo sobre os produtos petroleiros e de armamento, tendo enviado uma missão ao país (MINUHA - Missão das Nações Unidas no Haiti), onde ocorreria uma suspensão do embargo de agosto de 1993 a outubro 1993; em maio de 1994, o CSNU votou um embargo quase completo que excluiu apenas a ajuda humanitária; e por fim, em outubro de 1994, o Haiti ficou isento de embargos. O que mostra explicitamente que de outubro de 1991 a outubro de 1994, o país só ficou em “um intervalo sem embargo” de dois meses.

Além da comunidade europeia, países como o Canadá, os Estados Unidos, a Argentina, a Venezuela não paravam de incentivar os embargos para pressionar o Haiti a deixar de ser um problema para a paz. Também promoveram o envio de missões ao país (Ibid.). Enquanto isto, um aumento dos contatos haitiano-dominicanos pela autorização da manutenção do escambo comercial surgiu durante o embargo internacional contra o Haiti (CORTEN, 1994⁵⁴ apud BOURGEOIS, 2018).

As condições de vida e a sua precarização pelos embargos operam, historicamente, como componentes de expulsão populacional, pondo milhares de pessoas em movimento. Após uma ligeira desaceleração nos anos 90, as ondas migratórias haitianas recuperaram-se novamente no início dos anos 2000, quando 2.000 pessoas haitianas foram interceptadas por guardas costeiros americanos (ALSCHER e BOUILLOT, 2010⁵⁵ apud DUPUY, 2016). A fase transitória da ditadura para a democracia é marcada por momentos de turbulências que afetaram a sociedade haitiana e impulsionam o fluxo migratório, não só dentro da ilha, mas também para o exterior.

De acordo com Castor (2008), a transição pós-duvalierista custou muito ao país podendo-se distinguir quatro fases: a primeira vai da queda dos Duvalier à eleição de Jean-Bertrand Aristide em 1990, quando os herdeiros do regime militar trataram de reproduzir os mesmos hábitos autoritários, fazendo ressurgir os antagonismos crescentes dos setores populares contra o neo-duvalierismo; a segunda é o advento do governo Aristide, de dezembro de 1990 a setembro de 1991, fruto do grande movimento social que, mais tarde,

⁵⁴ CORTEN, A. Port-au-Prince, Washington, Santo Domingo. Premières leçons d'un embargo (note). *Études Internationales*, n. 4, v. 25, 1994, pp. 671 - 692.

⁵⁵ Referência mencionada anteriormente.

passou por um *golpe de Estado*⁵⁶; a terceira⁵⁷ corresponde ao restabelecimento no poder do “sacerdote dos pobres” (outubro de 1994 a fevereiro de 2004), que trouxe novas ilusões e oportunidades, mas também rupturas, perversões e derivas com a reprodução de velhos esquemas do passado como abusos de poder, corrupção, clientelismo, autoritarismo e acentuou as deformações econômicas e sociais do sistema; a quarta, e última, consiste na saída da transição (março 2004 a fevereiro de 2011) em que o governo interino de Alexandre Boniface-Gérard Latortue teve como objetivo por em marcha e fazer funcionar o aparato do Estado completamente destruído, realizar as reformas institucionais indispensáveis e combater a insegurança, de maneira que o próximo governo, com toda a legitimidade que lhe conferiam as eleições, encontrasse um caminho aberto para situar o país nos trilhos da modernidade e da justiça social.

A missão não foi cumprida. De fato, assiste-se a um “Estado independente sem povo soberano” (CASIMIR, 2018, p. 377), produzindo cada vez mais sobreviventes e conseqüentemente, força de trabalho barata tanto a nível nacional quanto internacional. A expulsão é frequente nas grandes cidades do país pela falta de infraestrutura e alta criminalidade.

A instabilidade persiste, o povo resiste. A resistência se deu pela decisão de seguir vivendo no Haiti, ou fora, na diáspora. Quando o medo de perder uma vida, um sonho, uma carreira é menor que o de enfrentar as peripécias da migração - enfrentar uma nova cultura, às vezes uma nova língua, lidar com a diversidade, viver longe de entes queridos e até mesmo morrer no imaginário dos deixados para trás -, a diáspora se fortalece.

Haiti é nitidamente um país de emigração, com um estoque de emigrados que apresenta uma tendência crescente. Em 2015, 1.2 milhão de haitianos viviam na diáspora, seja 11.2% da população do país (7.4% em 1990; 8.5% em 1995; 9.3% em 2000; 10.3% em 2005; 10.9% em 2010) (OCDE/INURED, 2017). A instabilidade política, opressão econômica e / ou

⁵⁶ “A experiência revelou ser uma ilusão com o violento golpe de Estado militar realizado por um exército cada vez mais gangsterizado. Em que pese a brutal repressão, a resistência popular se reforçou. Em plena época do pós-guerra fria, o exército perdeu seus aliados tradicionais. Tropas estadunidenses começaram a repor no poder o presidente constitucional” (Castor, 2008, p. 2).

⁵⁷ “Assistiu-se a incapacidade de gestão do poder Lavalas, Jean Bertrand Aristide - René Préval - Jean Bertrand Aristide, com um jogo de alianças cada vez mais reduzido, uma diminuição crescente da capacidade de mobilização, uma perversão sistemática de grandes setores anteriormente entusiastas. Isto teve grandes conseqüências que se refletiram na desilusão e desespero de amplas camadas da população” (Ibid., p. 2-3).

desastres naturais aumentaram o fluxo de emigração (Ibid.). Essas perturbações e confusões internas desestabilizaram ainda mais a ordem social. Diante de tal situação, a comunidade internacional tem considerado necessário impôr ao país “missões de paz”, como foi o caso da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

2.2. A CHEGADA DA MINUSTAH

Considerado uma ameaça à paz internacional e à estabilidade do Caribe, o Haiti propiciou a intervenção da Organização Nações Unidas (ONU). Segundo Paulo Roberto e Eduardo Uziel (2017), para estabilizar o país, restabelecer o estado de direito e normalizar a vida pública, a resolução 1.529 de fevereiro de 2004 adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas acordou o desenvolvimento urgente de uma Força Multinacional Interina (FMI), seguida de uma missão – em 30 de abril pela resolução 1542- para garantir uma intervenção a longo prazo, a Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH) / Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.

Esta nova missão internacional era a sexta implementada no país no lapso de um decênio (1994 - 2004) (CASTOR, 2008) e corresponde à oitava missão da ONU no país, definida para atuar por seis meses, a partir de junho de 2004, e que foi sendo ampliada sob o comando do Exército Brasileiro (KÜHN, 2006⁵⁸ ; CARREIRO, 2009⁵⁹ apud MAMED; LIMA, 2016). A mesma acaba ficando até 2017 (SARDENBERG, 2017), depois de 13 anos de missão dita da paz. A cada vez que chegava a hora das tropas armadas da MINUSTAH irem embora, e com a pressão popular, surgia um problema.

O papel desta missão era criar uma estratégia eficaz em parceria com a Polícia Nacional Haitiana (PNH) para enfrentar a insegurança civil, até chegar ao desarmamento de grupos rebeldes -que eram financiados pelos poderes para os apoiarem- oriundos da transição (ditadura-democracia); e capacitar a PNH para assegurar a continuidade pós-missão (CASTOR, 2008). “Ao revelar sua incapacidade para combater de maneira eficaz esta

⁵⁸ KÜHN, A. **Guerra e persuasão: estudo de caso da operação psicológica do Exército Brasileiro no Haiti**. 112 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - Rio Grande do Sul.

⁵⁹ CARREIRO, M. Brasil no Haiti: o desastre da Minustah. **Revista Eletrônica Tempo Presente**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 2, 2009.

insegurança, surgiu ao questionamento da sua presença no país e gerou a sensação de tarefa não cumprida” (Ibid., p. 3).

Nascimento (2011) confirma que os grupos armados, em atividade nas áreas mais carentes, alguns leais ao ex-presidente Aristide e outros a facções políticas rivais, e ainda outros puramente criminosos, têm se enfrentado constantemente, com a sempre cambaleante Polícia Nacional Haitiana e com os capacetes azuis das forças armadas da MINUSTAH. Estes, por vezes demasiado tímidos, por vezes demasiado ferozes, mas jamais surgindo como uma força de manutenção da paz capaz de transmitir à população uma sensação mínima de confiança e segurança. “Talvez o mais alarmante seja o fato de que muitos moradores pobres digam ter tanto medo dos capacetes azuis quanto de qualquer grupo armado” (Ibid., p. 142-143).

Ainda, sobre os destroços de um país aniquilado pela miséria e por conflitos tanto internos como externos, grandes transnacionais norte-americanas, em especial do setor têxtil, como a GAP ou a Levi’s, iniciaram em 2004 um processo que pode transformar o Haiti em um território composto por maquiladoras e zonas francas. Nesse sentido, sob pretexto de ajudar na “reconstrução” do país, empresas norte-americanas estão inundando o Haiti com propostas de geração de emprego, oferecendo, proporcionalmente, o menor salário do mundo (GLASS, 2004).

Contudo, a introdução da epidemia de cólera no Haiti, advinda do batalhão nepalês da MINUSTAH e anunciada oficialmente no dia 19 de outubro de 2010, matou mais de 9.000 cidadãos entre os 800.000 infectados pela bactéria, e a ONU, gozando do comportamento servil do governo haitiano, recusou-se a reconhecer e assumir a sua responsabilidade (SEGUY. 2014). “O representante no Haiti da OEA, em 2010, o diplomata Ricardo Seitenfus, concedeu uma entrevista ao jornal suíço *Le Temps*, no qual ele reconheceu o caso do Haiti como prova do fracasso da ajuda internacional” (Ibid., p. 29). O caráter miserável permanece na sociedade haitiana, favorecendo ondas migratórias em gestação.

Quando Castor (2008) aponta os elementos básicos para a compreensão do processo de empobrecimento do Haiti, ela escreve:

“[...] cerca de 60% da população está abaixo da linha de pobreza; uma esperança de vida de 58,1 anos; 49% de crianças sem escolarização; 75% da população sem acesso à água potável. Nas

áreas rurais, somente 13,1% dos habitantes chega a satisfazer adequadamente suas necessidades de alimentos. De fato, tal situação é resultado da extensão do sistema de exclusão de maiorias e da debilidade estrutural do aparato produtivo, que se manifesta no caráter arcaico da estrutura agrária, a desestruturação do mundo rural e a expulsão dos camponeses às cidades ou ao exterior como *boat people*, sem o crescimento concomitante de outro setor econômico. Se o setor agroindustrial não pôde se desenvolver, tampouco se conseguiu promover a indústria maquiladora, a atividade turística, o artesanato ou a produção agrícola orientada para o mercado interno ou para o exterior” (p. 2, grifos meus).

Por conseguinte, passados mais de dez anos da atuação da missão estabilizadora, e cinco anos de ajuda humanitária pós-terremoto, o cenário no Haiti piorou com uma profunda crise social: **cerca de 80% da população continua vivendo abaixo da linha da pobreza** e mais de 170 mil pessoas ainda moram em tendas fixadas a céu aberto; mais de 70% da população vive com menos de US \$ 2,00 por dia; a falta de saneamento básico acarreta a constante disseminação de doenças; o analfabetismo alcança entre 50 a 60% do povo; o deficiente sistema elétrico abastece poucas moradias e é frequentemente cortado; a debilidade das infraestruturas persiste e a maior parte dos habitantes não existe oficialmente por não possuir documentação (MAMED; LIMA, 2015, grifos meus).

A presença da MINUSTAH no país parece ter piorado a sua situação. “As intervenções humanitárias carregam em si todos os germes que cedo ou tarde acabam pervertendo suas possíveis e tão escassas realizações” (SEGUY, 2014, p. 30), e emprestando palavras de Lyonel Trouillot (2010) ⁶⁰, o autor diz:

“a ação humanitária carrega consigo essa contradição de que, ao declarar querer atender problemas emergenciais, ela justifica ao mesmo tempo sua própria existência. A ação humanitária não vem somente para ajudar, também vem para comprovar sua necessidade.

⁶⁰ TROUILLOT, L. *Haïti: le bien et le mal...* Disponível em: <<https://journals.openedition.org/humanitaire/881>>. Acesso em: 07/02/2020.

Torna-se assim impossível ao humanitário pensar seu desaparecimento”⁶¹ (Ibid.).

É neste contexto que, segundo os textos publicados no *Haitian Resource Development Foundation* (HRDF, 2012), Frantz Duval e Jocelyn Coulon denominam respectivamente o Haiti de: *Le paradis des ONG* (O paraíso das ONG) e *La république des ONG* (A república das ONG).

Anos depois da “missão de paz” da MINUSTAH, “U.N. Peacekeepers in Haiti Said to Have Fathered Hundreds of Children” (As forças de paz da ONU no Haiti disseram ter gerado centenas de crianças) apareceu como manchete no *The New York Times*. Segundo a matéria jornalística de 2019, que se baseia em um estudo acadêmico, mulheres e meninas foram deixadas para trás para enfrentar a pobreza, o estigma social e a maternidade solteira, com centenas de crianças no país mais pobre do Hemisfério (PELTIER, 2019). A autora principal do estudo disse que os Estados membros, que contribuem com tropas para os esforços de manutenção da paz das Nações Unidas, também têm responsabilidade direta em ajudar as mães e crianças. “Não é um problema da ONU, é um problema militar brasileiro, ou um problema militar uruguaio”, disse Lee. “A ONU, no entanto, não encontrou uma maneira de responsabilizar as tropas dos Estados membros” (Ibid.).

Se desde a ditadura havia uma desistência dos intelectuais de viver no país, por várias razões entre as quais a política (HURBON, 1987), esta fuga continuou com a vigência da MINUSTAH. Özden (2006, p. 6) denomina este fenômeno de “*brain drain*” (fuga de cérebros). Estima-se que cerca de 80% de haitianos possuidores de diplomas superiores estão fora do Haiti (Ibid.) e a tendência é de que até 90% destes continuem deixando o país a cada ano (SEGUY, 2014). “A falta de empregos formais evocada como se fosse a causa única da tendência à migração dos jovens haitianos, se for investigada a fundo, pode se revelar no mínimo duvidosa” (Ibid., p. 70).

Falar de fuga de cérebros parece pejorativo, até mesmo paradoxal. Özden usou esta expressão apenas para designar a “fuga” de “pessoas com algum tipo de diploma”, consequentemente, “intelectuais”. A palavra fuga não causa nenhum problema, mas usar

⁶¹ A versão original: L'action humanitaire porte en elle cette contradiction qu'en déclarant vouloir répondre à des problèmes d'urgence elle justifie en même temps sa propre existence. L'action ne vient pas qu'aider, elle vient aussi faire la preuve de sa nécessité. Il est dès lors impossible à l'humanitaire de penser sa disparition.

cérebro -que seja no sentido próprio ou figurado- somente para uma categoria, enquanto se sabe que todo ser humano é dotado de um, é de cunho problemático. Ao invés de usar a expressão do Özden, seria mais humilde usar a fuga de pessoas com certa qualificação certificada por uma instituição ou, resumindo, a “fuga de diplomados”. “*Brain drain*” apresenta mais uma beleza semântica do que uma bagagem analítica.

Para ir ao encontro dos dizeres de Seguy, cabe salientar que a migração em contexto nenhum expressa uma única causa, mas pode haver uma causa desencadeadora que, na realidade, expressa causas profundas. No caso aqui analisado, além da falta de empregos formais, as influências das ONGs e as mais variadas dimensões da precariedade podem ser consideradas como causas profundas do abandono – desejável ou não - dos diplomados haitianos.

Discutindo a situação de imigrantes haitianos no exterior, Seguy (2014) relata que a política migratória do Canadá – onde se encontra uma parte considerável desses haitianos – não oferece quase nenhuma possibilidade para um desempregado obter o visto permanente oferecido em Porto Príncipe. Os candidatos, além de serem portadores de diplomas superiores, devem pagar uma taxa de 1000 dólares pelo estudo do seu dossiê, equivalentes a 45.000 gourdes⁶² na época (2013), enquanto o salário de um professor universitário em tempo integral da rede pública, até meados do mesmo ano, era abaixo de 40.000 gourdes. O candidato, depois disso, deve comprovar que conseguiria se manter no Canadá nos primeiros meses caso não encontre o seu primeiro emprego no país. “Dados que têm circulado nos fóruns haitianos apontam que pelo menos 3.000 famílias teriam deixado o Haiti com visto permanente rumo ao Canadá somente durante o ano 2012” (SEGUY, 2014, p. 70). No Haiti, a máquina de fabricar migrantes é a que funciona melhor e encontra impulso nos eventos de calamidade pública.

2.3. UM EVENTO ASSASSINO: O TERREMOTO

Era uma terça-feira do dia 12 de janeiro de 2010 e um terrível terremoto de 7,2 graus na escala Richter aniquilou a região Oeste do Haiti, às 16 horas e 53 minutos (SEGUY, 2014). Segundo o autor, como de costume, a fraqueza institucional haitiana combinada com a guerra das estatísticas e os interesses econômico-políticos por trás delas, dificultarão o conhecimento

⁶² Unidade monetária haitiana.

do balanço real com exatidão. Mas, tanto o governo quanto as instituições internacionais presentes no Haiti oficializaram a estatística de 300.000 mortos e 300.000 feridos, entre os quais 5.000 amputados, sem poder contabilizar as perdas materiais, pois demoraria anos para ter-se uma avaliação que se aproxime do real.

Se as condições políticas, sociais e econômicas do Haiti já estavam deterioradas, predominando formas criminais de sobrevivência, a existência de grupos armados e o terrorismo de Estado (CASTOR, 2008), depois do sismo, considerado como uma das maiores catástrofes do mundo, estas e outras condições de (sobre)vida se agravaram, acentuando o fluxo migratório de haitianos ao exterior.

O *Institut Haïtien d'Informatique et de Statistiques*⁶³ (IHSI)/ Instituto Haitiano de Estatística e Tecnologia da Informação mostra que em março de 2009 a população total do Haiti (27 750 km²) era de 9.923.243 habitantes, entre os quais 3.664.620 moravam na região Oeste, onde fica a capital, Porto Príncipe. (IHSI, 2009). Isto significa que a estimativa de 300.000 mortos representa cerca de um décimo da população da região mais afetada.

Logo após o sismo, o estado de exceção se impôs. Rémy (2013) entende que a implementação do estado de exceção envolveu um despertar de consciência popular e intervenções concretas dos atores nacionais e estrangeiros com a finalidade de agir no Haiti visando resultados imediatos, céleres, douradouros (sustentáveis), e com efeitos multiplicadores abundantes. Assim, a urgência não somente revelou medidas de resgates emergenciais, mas também a necessidade de estimular um desenvolvimento com o qual as elites políticas haitianas tivessem alguma responsabilidade. É desta forma que o *Plan d'Action pour le Relèvement et le Développement National*/ Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento Nacional (PARDN).

O PARDN de março de 2010 é o documento oficial do governo, detalhando aos seus parceiros internacionais as necessidades a serem atendidas e no qual houve a estimativa de “8

⁶³ Segundo as informações adquiridas no site do IHSI, "O Instituto Haïtien de Estatística e Tecnologia da Informação (IHSI) é uma instituição especializada, responsável por produzir informações quantificadas, confiáveis e oportunas sobre todos os aspectos dos fenômenos econômicos, sociais, demográficos, etc. disponível para autoridades (órgãos) governamentais, organizações nacionais e internacionais e usuários de todos os tipos. Evoluindo no centro do Sistema Nacional de Estatística, o IHSI, como um órgão descentralizado do Ministério da Economia e Finanças, colabora com os serviços estatísticos de outros ministérios e mantém relações privilegiadas com instituições nacionais e internacionais, ao mesmo tempo, produtores e usuários de informações estatísticas". Disponível em: < http://www.ihsi.ht/accueil_presentation_general.htm>. Acesso: 25/01/2020.

bilhões de dólares as perdas e danos produzidos no curso das últimas semanas”(p. 5). "Esse número pouco depois foi reavaliado a 11.5 bilhões de dólares" (SEGUY, 2014, p. 24). Dados do PARDN (2010, p. 7) mostram que mais de “105.000 residências foram totalmente destruídas e mais de 208.000 irreversivelmente danificadas. 1.300 edifícios educacionais, 50 hospitais e centros de saúde desmoronaram (...)”. Diante das crescentes dificuldades de acesso a alimentos e serviços básicos, cerca de 1,3 milhões vivem em abrigos temporários na região metropolitana de Porto Príncipe e mais de 600.000 pessoas deixaram as áreas de desastre para refugiarem-se no resto do país (Ibid.).

Este cenário reflete o inverso do processo do êxodo rural. A população em geral e trabalhadores que haviam deixado o campo por motivos distintos, voltaram à fase inicial, às condições precárias de vida. Fato que pode ser interpretado como um retrocesso, mas se tornou uma forma de evitar deixar o país por um período indeterminado. Audebert (2012) assinalou um duplo movimento: algumas pessoas se deslocaram em direção ao meio rural - mesmo aquelas que nunca haviam residido no interior do país -, e outras, aproximadamente 350.000, que dispunham de algum recurso, optaram por deixar o país. De acordo com Handerson (2015), é neste contexto que se situa a chegada de centenas de pessoas de nacionalidade haitiana em janeiro de 2010 pela fronteira entre Brasil, Colômbia e Perú, especificamente na cidade de Tabatinga no Estado do Amazonas e depois, no mesmo ano, o fluxo de imigrantes que segue pela fronteira Brasil, Bolívia e Perú, na cidade de Brasileia, no Acre.

Vale ressaltar também que após esse desastre natural, com 70% da infraestrutura da capital nacional haitiana (Porto Príncipe) destruída ou danificada (WOODING, 2013), as autoridades dominicanas programaram por necessidade e de forma temporária uma "política humanitária de fronteiras abertas" (ibid., p. 254), que permitia aos sobreviventes ficar na ilha em vez de viajar para o exterior (ibid.), se é que eles teriam condições.

Segundo o último Censo Demográfico da República Dominicana efetuado pela “Oficina Nacional de Estadística” em 2012, foram identificados 524.632 imigrantes no país, entre os quais 458.233, ou seja, 87.3% são haitianos num percentual de 65,4% homens e 34,6% mulheres (ONE, 2015). Com base nisso, pode-se declarar que a República Dominicana, até agora, é o país no qual se concentra a maior parte da população migrante haitiana, levando-se em consideração que a segunda população é a estadunidense com 13.514 pessoas, equivalente a 2,57% da população migrante em território dominicano (Ibid.).

Na falta de um programa de criação de empregos e sem nunca estabelecer um quadro firme para o início, o funcionamento e o desenvolvimento de empresas privadas e a proteção dos consumidores, é decretado que o Estado Haitiano é mau gestor, as empresas públicas (Minoterie, Ciment d'Haïti, Usines Sucrères, Loterie de l'État Haïtien, Magasin de l'État, Cimenterie d'Haïti, etc) mal administradas, privatizadas ou fechadas (RÉMY, 2013).

Nesta mesma lógica, a comunidade internacional declara o Estado Haitiano “sem capacidade de absorção dos fundos internacionais destinados ao país e confiou a gestão de tais fundos a um grupo de ONGs que buscam os seus interesses na ausência de toda supervisão e toda legislação adequada e séria” (Ibid., p. 245). Organizações Não Governamentais (ONG) internacionais, que sequer entendem o modo de viver haitiano, estão invadindo o país segurando a bandeira da “ajuda humanitária”. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por si só, tem trabalhado com mais de 30 ONGs nacionais e internacionais (PNUD, 2012) naquele território. Fato ampliou o processo da *ONGização do Haiti*⁶⁴.

A exemplo disso, Seitenfus (2014), no título do oitavo capítulo do seu livro, questionou o verdadeiro nome do país: “HAITI OU HAITONG?” (p. 265) e citou Raoul Peck referindo-se à ajuda humanitária: “A ajuda é violenta, cega, preponente. Um monstro paternalista que varre tudo que encontra pela frente. Ela faz de conta resolver os problemas que, de fato, ela mantém e agrava” (op. cit.).

Entretanto, no ano 1987, quando foi criada a “Unité de coordination des activités d'ONG” (UCAONG), o número total de ONGs computadas no território haitiano era ainda abaixo de 1.000 (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 106). Já em fevereiro de 2010, um mês depois do sismo, Seguy (2014, p. 27) transcreve os dizeres o Primeiro-Ministro haitiano da época Jean-Max Bellerive, lançando a seguinte acusação contra os grandes financiadores de ONGs:

“São eles que permitem que as ONGs façam o que querem. São eles que não exigem que as ONGs prestem conta ao governo. Toda a força das ONGs vem daqueles que as providenciam em dinheiro. Invés de

⁶⁴ A terminologia refere-se ao fato de que o país está sob o total controle de ONGs. Mesmo com a atuação delas, percebe-se que o problema persiste, aliás o dito problema é a essência da existência delas. Seguy (2014) demonstra isso na sua tese da seguinte forma: "Num país como o Camboja, o número de pessoas infectadas de AIDS girava em torno de 6000 quando o país foi colocado sob o protetorado da ONU em 1991. De acordo com Kalyanee Mam, cineasta cambojana radicada atualmente nos EUA, já no ano seguinte (1992), o número tinha subido para 20 000 antes de alcançar 90 000 em 1995. Enquanto o país, ainda nos anos 1960, era conhecido como “A Pérola do Oriente” devido especialmente à sua atratividade turística e sua indústria próspera, hoje o cambojano comum depende do assistencialismo para sobreviver” (p. 30-31). Sob costódia das ONG, a precarização da vida é norma.

brigar com 4.000 ONGs, número que tem aumentado para 10.000 desde o terremoto, eu prefiro discutir com 10 financiadores principais que oferecem dinheiro a um conjunto de ONGs que criam certo grau de bagunça”.

“A confissão de impotência por parte de um dirigente político que não manda no seu próprio país não podia ser mais sincera, direta, franca ... e reveladora!” (Ibid., p. 27). O brasileiro Ricardo Seitenfus, Representante Especial do Secretário Geral da OEA e Chefe do Escritório da mesma instituição no Haiti, deu uma entrevista ao jornalista Arnaud Robert do jornal Suíço “Le Temps” em 19 de dezembro de 2010, no qual ele não fez questão de esconder uma verdade sobre o Haiti.

“Desde o terremoto, o Haiti se tornou uma encruzilhada essencial. Para ONGs transnacionais, o Haiti se transformou em um local de passagem forçada. Eu diria pior que isso: de treinamento profissional. A idade dos voluntários que chegaram depois do terremoto é muito baixa; eles pousam no Haiti sem nenhuma experiência. E o Haiti, posso dizer, não é adequado para amadores. Após o dia 12 de janeiro, por causa do recrutamento massivo, a qualidade profissional caiu muito. Existe uma relação perversa entre a força das ONGs e a fraqueza do Estado Haitiano. Algumas ONGs existem apenas por causa do infortúnio haitiano” (ROBERT, Le Temps, 2010).

A empolgação do brasileiro, combinada com a persistência do jornalista expressada nas perguntas-chave, permitiram-me destacar a seguinte parte:

“Diante da imensa importação de bens de consumo para alimentar os desabrigados, a situação da agricultura haitiana ainda está deteriorada. O país oferece um campo livre para todas as experiências humanitárias. É moralmente inaceitável considerar o Haiti como um laboratório. A reconstrução do Haiti e a promessa de 11 bilhões de dólares que fazemos brilhar inflamam muitos interesses. Parece que um monte de gente veio ao Haiti, não para o Haiti, mas para fazer negócios. Para mim, enquanto americano, é uma pena, uma ofensa à nossa consciência” (Ibid.).

Apesar de Seitenfus haver perdido o seu cargo no Haiti logo após ter pronunciado estas palavras (GAUTHIER, 2011), os seus pronunciamentos serviram de pistas às questões aqui, anteriormente, formuladas; de que o caso haitiano, em diversas circunstâncias, está sendo pensado por cabeças estrangeiras para o benefício estrangeiro. Se por um lado, o país serve como campo de treinamento para profissionais estrangeiros, jovens, brancos, por outro lado, não seria nem um pouco ilusório dizer que os haitianos (negros) representam uma categoria de objetos de experiência.

Até em espaços estratégicos da administração pública haitiana operam, pelo menos, tantos estrangeiros como haitianos e, às vezes, dentro de escritórios em alguns ministérios do governo, a mesa de trabalho de um relevante funcionário haitiano pode se encontrar no meio de dois tarefeiros estrangeiros (SEGUY, 2014) ⁶⁵. Isto evidencia não somente a ocupação territorial pelas ONGs - munidas dos seus próprios funcionários criteriosamente definidos-, mas também a ocupação do aparelho estatal.

2.4. E AGORA?

O Haiti vem sendo abalado por uma onda de protestos contra a corrupção, e os movimentos refletem o combate contínuo de diversas categorias contra a exclusão na qual foi introduzida a imensa maioria dos cidadãos há decênios (DARBOUZE, 2019). "A população exige o estabelecimento de um novo sistema com mais direitos, justiça e equidade" (Ibid., p. 1). E as demandas crescerão em conformidade ao crescimento populacional.

As estimativas demográficas do IHSI, de 2015, indicam que cerca de 2.618.894 pessoas - contando com 1.255.303 homens e 1.363.591 mulheres, sendo 1.506.062 de 18 anos para cima- viviam na área metropolitana da capital haitiana, constituída pelas cidades de Porto Príncipe, Tabarre, Pétiön-Ville, Carrefour, Cité Soleil, Delmas, Kenscoff e Gressier. Considerando que a superfície total do espaço metropolitano gira em torno de 159 km², o que

⁶⁵ O autor relata uma das suas experiências apropriadas: "A bordo de um voo Porto Príncipe- Cabo Haitiano, no dia 22 de julho de 2013, uma ex-camarada de graduação, hoje funcionária de uma organização internacional, contou-nos que foi convidada a participar de uma reunião de ONGs ditas locais. Uma vez chegada ao lugar, ela encontrou trinta e cinco participantes dos quais apenas quatro eram haitianos. Assim, mesmo com a mais generosa boa vontade, não há como escapar da obrigação de levantar questões sobre as tarefas reais desempenhadas pelas missões de cooperação que se revezam no Haiti e que, desde o terremoto de 2010, ali se desdobram" (p. 28). E em nota de rodapé, explica: "Para ironizar sobre a corrida desenfreada e engarrafada dos *blancs* – sinônimo de (missionários) estrangeiros – no Haiti, profere-se a brincadeira sarcástica de que chegará um dia em que haverá tantos *blancs* em circulação nas ruas haitianas que são eles que perguntarão, surpreendidos: "De onde vem que esse país contém tantos Negros ?" Para entender o sentido humorístico da ironia é preciso saber que o Haiti é um país cuja cerca de 95% da população é negra" (Ibid.).

representa uma densidade de 16.523 pessoas a cada km² (IHSI, 2015). De certa forma, esta estatística demonstra as importantes necessidades da população em relação à questão imobiliária. Assim, dada a situação deficiente pós-terremoto, a oferta não corresponde à demanda.

Entretanto, a população total do país (27.750 km²) é estimada em cerca de 10.911.819 habitantes, sendo 5.408.465 homens, 5.503.354 mulheres e 6.296.351 de 18 anos em diante (Ibid.). O que indica uma densidade de 393 habitantes por km² e uma concentração populacional na região metropolitana de Porto Príncipe de 24%.

O acesso à habitação digna é um luxo no país. Enquanto as moradias que têm uma aparência estética e uma estrutura sólida são alugadas pelos membros das ONGs e soldados da Minustah que geralmente recebem um salário gordo, os haitianos -mesmo diplomados- estão deixando o país em busca de uma estabilidade de vida digna (SEGUY, 2014).

Partimos da premissa de que o trabalho é a própria justificativa do migrante, em razão de que, em última instância, o próprio migrante desaparece no momento em que desaparece o trabalho a ele oferecido. Para Sayad (1998), um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser imigrante, primeiro, mas também ser humano - sua qualidade de homem estando subordinada à sua condição de imigrante. É o trabalho que faz “nascer” o imigrante.

Pela proximidade geográfica, os haitianos oriundos de uma migração ilegal e forçada têm sempre cruzado a fronteira dominicana, e a elevação crescente do fluxo migratório reforça o sentimento e a prática xenófoba, alimentando a indústria açucareira em braços (CASTOR, 1978). Assim, a migração permanece como um problema social. Se por um lado ela retira de um local os principais motores da economia; por outro, ela desestabiliza qualquer luta sindical pelo reajuste de salário e trabalho digno com a disponibilização de braços precários.

Ainda em 2007, havia manchetes internacionais pelos maus-tratos a trabalhadores migrantes descendentes de haitianos. O documentário “*Price of Sugar*” (preço do açúcar) em que um padre nomeado, Christopher Hartley, denunciou e acusou o governo dominicano de envolvimento na perpetuação da escravidão dos cortadores de cana haitianos, alertou a comunidade internacional (MARTINEZ, 2012). Antes desse documentário ninguém ousara

descrever o corte da cana-de-açúcar tal qual o mesmo vem sendo praticado na República Dominicana desde o começo do século XX, como uma forma de escravidão moderna (ibid.). A *Human Rights Watch*, em seu relatório de 2002 sobre a República Dominicana, destacou a relutância do governo dominicano em integrar a comunidade haitiana em seu território. Além das deportações em massa, as pessoas de origem haitiana enfrentam há muito tempo os obstáculos e as práticas discriminatórias da burocracia dominicana, particularmente no que diz respeito à concessão de cidadania dominicana e o acesso tanto à educação quanto à saúde (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002).

Séguy (2014, p. 61), no primeiro capítulo da sua tese, trata a situação dos haitianos migrantes em solo dominicano como “doce escravidão no paraíso dominicano” e a contextualiza da seguinte forma:

“A decisão No. 168/13 do Tribunal Constitucional da República Dominicana divulgada na quinta-feira, 26 de setembro de 2013, arrebatou a nacionalidade aos dominicanos de ascendência haitiana nascidos no país depois de 1929, ou seja, a quatro gerações de pessoas que, durante 8 décadas, foram devidamente registradas como dominicanos, nos termos da Constituição do país e das leis vigentes. [...] O Tribunal Constitucional, cujas decisões são inapeláveis, considera que todos os haitianos que entraram na República Dominicana para trabalhar nos canaviais depois de 1929 estão “em trânsito” e, conseqüentemente seus filhos nascidos no país não podem reivindicar a nacionalidade dominicana a menos que, excepcionalmente, tivessem regularizado seu estatuto migratório” (SEGUY, 2014, p. 61-62).

Essa sentença, segundo o autor, baseada em critérios aberta, exclusiva e essencialmente raciais – por conseguinte racistas, –, é considerada por diversas organizações de defesa de direitos humanos como uma violação de pelo menos cinco artigos da própria constituição dominicana, o que prejudicaria um número bastante considerável da população da República Dominicana de acordo com o Ministério da Economia do país. Um censo recente (2012) deste Ministério mostra que cerca de 500 mil imigrantes haitianos vivem no território dominicano, sem indicar com precisão o número de dominicanos de ascendência haitiana.

Em justaposição ao conceito de biopolítica de Michel Foucault, Achille Mbembe, no seu livro “Necropolítica” escreve:

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do **controle físico e geográfico** – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à **produção de fronteiras** e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais (MBEMBE, 2016, p.135, grifos meus).

Do controle físico e geográfico, “corpos sem história” sucumbiram ao trabalho precário num espaço “repartido” pelo poder colonial/moderno/escravista. E da produção de fronteiras, com a invasão de franceses na ilha, um pouco mais tarde, a Espanha vai repartir a ilha do Haiti com a França, em decorrência do Tratado de Ryswick, assinado em 1697. Assim, a Espanha ficará com São Domingos, a parte leste chamada hoje de República Dominicana, enquanto cederá a oeste, a atual República do Haiti, à França.

Viver numa sociedade de risco gera a existência precária de um indivíduo precário, visto por Le Breton (2012, p. 55) como sendo aquele que tem o risco como parte intrínseca da sua condição humana. Condições de existência menos precárias, uma esperança de vida crescente, não são suficientes para neutralizar o sentimento de vulnerabilidade.

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, **deslocamentos** e violência sem nenhuma proteção (BUTLER, 2015, p. 46, grifo meu).

Como diz Butler: “A condição precária da vida nos impõe uma obrigação” (p. 14). Talvez o enunciado acima seja a justificativa da migração haitiana rumo à República Dominicana, especialmente depois do terremoto que destruiu o país no dia 12 de janeiro de 2010.

Assim como o sismo deu continuidade ao fluxo migratório, ele também desvendou ao mundo todas as formas de precariedade existentes. É genuíno afirmar que o terremoto é a causa ocasional do aumento do fluxo migratório rumo a vários lugares do mundo na contemporaneidade, assim como é evidente dizer que a falência da modernidade e a falta de um sistema de proteção dos cidadãos (trabalhadores), entre outras, podem ser consideradas como as causas profundas.

Ao fenômeno da industrialização e ao consequente rompimento das relações tradicionais do feudalismo está associada à emergência da pobreza como problema social, isto é, o surgimento da necessidade de algum tipo de proteção social, legal ou assistencial, para regular as condições de trabalho e minorar os sofrimentos decorrentes da situação de miséria (FLEURY, 1994, p. 61). Nesta linha, surgiria um estado de “bem-estar social”. Para Fleury (p. 77), o Estado de “bem-estar social” consagra os direitos sociais ao desvinculá-los da relação contratual estabelecida para os assalariados e estendê-los a todos os cidadãos. Assim, os direitos sociais incorporaram-se à condição de cidadania, na medida em que a sociedade reconheceu a necessidade do Estado fornecer as condições mínimas de sobrevivência a todos os cidadãos.

O seguir em frente para muitos haitianos é expresso na lógica migratória. Uma migração que, para muitos, é uma questão de vida ou morte. Uma migração que não poupa ninguém. Em outros termos, pode-se falar de uma migração precária com indivíduos precários, oriundos de uma sociedade precária e talvez, indo para um destino precário.

CAPÍTULO 3: AS FORMAS DE RECRUTAMENTO E O TIPO DE INSERÇÃO DE HAITIANOS NA REPÚBLICA DOMINICANA.

Atravessar a fronteira por si só não justificaria, ou não caracterizaria o processo migratório na sua integralidade. Este abarcaria uma gama de variáveis: desde a tomada de decisão de migrar até a inserção na sociedade receptora, e, no caso extremo, até a volta ao país de origem e/ou a procura por novos rumos (países).

Neste capítulo, o intuito é averiguar os mecanismos pelos quais os trabalhadores migrantes haitianos estão sendo inseridos na sociedade dominicana e as formas de recrutamento.

3.1. CRUZAR A FRONTEIRA: UM ASSUNTO COMPLEXO

Ao abordar as formas de recrutamento do oeste para o leste, vigente na ilha, aparece a questão da fronteira. Ademais, não se trata de qualquer fronteira, é uma terrestre. A memória do estabelecimento da mesma, evidenciaria uma pista para investigar os meios mais frequentes de entrada dos *"fugitivos da vida impossível"*⁶⁶ em território dominicano até os dias atuais.

A operação da máquina da necropolítica (MBEMBE, 2016a) vigora na ilha exatamente a partir da presença das forças coloniais - a espanhola, seguida pela francesa, e continua com a separação territorial. A instalação da fronteira, que sinaliza um acordo entre duas potências imperialistas da época, institui o que Mbembe (2016b) chama de políticas de inimizade, das quais os dois países sofrem as consequências até o momento atual. Esse movimento de fechamento entre muitos países é sintomático do que se poderia chamar de condição pós-colonial.

As relações entre Haiti e a República Dominicana têm sido, e continuam sendo complexas. Diferenças consideráveis em termos de riquezas sociais, econômicas, ambientais e culturais existem entre esses dois países (PNUE, 2013). Pela proximidade geográfica, os haitianos oriundos de uma migração ilegal e forçada, têm cruzado a fronteira dominicana, e a elevação crescente do fluxo migratório reforça o sentimento e a prática xenófoba (CASTOR, 1987). Se, por um lado, a fronteira/barreira caracteriza a suposta soberania de dois povos, por outro lado, ela cria uma gama de conflitos crônicos devido às mais perversas diferenças, o que introduz a tal da política da morte, que não é de hoje.

A fragilização da sociedade haitiana abre um campo propício às migrações tanto a nível nacional como internacional. Séguy (2014) nos evidencia um fato detalhado de uma precarização interna que debordará em uma servidão externa planejada por Estados:

“No entanto, o estopim foi aplicado pelo grande vizinho do norte. No início da década de 1980, para ampliar seu mercado, os Estados Unidos haviam escolhido o mercado haitiano como um dos seus

⁶⁶ Termo utilizado por Eduardo Galeano referindo-se os imigrantes e refugiados, que em busca de novos horizontes cruzam há anos, oceanos e fronteiras. Disponível em: <<https://storymaps.arcgis.com/stories/d05cd0712acf45e49ce19903608e10d6>>. Acesso em: 27/08/2020.

quintais prediletos. Ajudados pela cumplicidade sem tamanho da grandonarcho-burguesia⁶⁷ haitiana, e seus dirigentes estatais, eles sistemática e simplesmente procederam à eliminação de todo o rebanho suíno dos camponeses e camponesas haitianos. Para entender o alto significado criminoso deste ato, é preciso saber que o porco no Haiti levava na época o apelido de “Kanè Bank Peyizan/ Conta bancária do camponês”. Ao lado da agricultura de subsistência, a criação de porcos era, pois, a principal fonte de sobrevivência nos meios rurais haitianos. Quer dizer, com a matança dos porcos, milhares de camponeses se encontraram de repente drasticamente mais empobrecidos do que já eram. E é exatamente nesta ocasião que o Estado haitiano executou seu contrato com seu homólogo dominicano para providenciar-lhe em forças braçais masculinas devendo servir como cortadores de cana nos *bateys*, nas plantações de cana da região fronteira haitiano-dominicana. Enquanto isso, as empresas norte-americanas que eram apenas 13 em 1966, passaram a 154 em 1981. É justamente neste contexto que a administração norte-americana implementou seu conhecido programa de CBI.” (p. 38-39)

A *Caribbean Bassin Initiative* (CBI) apoiava-se em três pilares: 1- ajuda bilateral; 2- taxa preferencial a favor das atividades de negócios estadunidenses no Caribe; 3- acordos comerciais de concessão (*concessionary trade arrangements*) (Ibid.) No início de 1982, quando o então presidente estadunidense, Ronald Reagan, apresentou à Organização dos Estados Americanos (OEA), a *Caribbean Bassin Initiative*, e afirmou: “Essa proposta econômica é sem precedência na atual crise do Caribe (...). Ela deixa claríssima a nossa determinação em ajudar nossos vizinhos a crescerem”, Bakan revelou que esse programa para

⁶⁷ A caracterização da burguesia haitiana como uma *grandonarquia* é um legado do pensador Jn Anil Louis-Juste. Essa expressão designa as práticas dos burgueses-grandons chamando a atenção sobre o fato de que a classe dos grandons-burgueses ou dos burgueses-grandons é fundamentalmente um tipo de “família” de pouquíssimas pessoas que controla o essencial da economia nacional. São donos das terras, mas não se envolvem em agricultura capitalista. As suas grandes propriedades são distribuídas em centenas de pequenas parcelas nas quais trabalham os camponeses em locação ou como meeiros. Enquanto isso, suas atividades principais não passam de *import-export* (importação e comercialização de produtos manufatureiros e exportação dos gêneros produzidos pelo campesinato). Essa grandonarquia sempre teve em suas mãos o controle monopolístico de qualquer movimentação econômica e política do Estado – seu patrimônio. O grandon é aquele cujas terras ele “recebe” do Estado em grandes doações – daí a palavra “grandon” (nota de rodapé. In: SEGUY, 2014, p. 38).

o qual 27 países caribenhos, inclusive o Haiti, foram considerados elegíveis, pretendia transformar a região do Caribe, principalmente o Haiti, numa bacia produtora de força de trabalho barata (BAKAN et. Al, 1993, p. 2).

O Haiti é um país onde empregos de dedicação integral, com salários estáveis, são relativamente incomuns mesmo na capital Porto Príncipe, e de fato uma raridade excepcional em todas as províncias (FELIPE, 2019). Consequentemente, “cada pessoa precisa encontrar formas de se *degaje* – conceito que significa algo como “dar seu jeito”, “se virar”” (p. 32).

Os deslocamentos forçados se tornaram comuns, onde indivíduos precarizados buscam reinventar a vida com ou sem custódia de órgãos públicos ou privados. Essa precarização da vida se dá de forma interna, mas as suas consequências são, muitas vezes, externalizadas através dos deslocamentos forçados. É exatamente nesse contexto que ocorreu a matança sistemática do rebanho suíno haitiano a fim de acelerar a destruição da agricultura camponesa, providenciar a contratação de haitianos para as plantações de cana, os *bateys* da República Dominicana, e aumentar o exército industrial de reserva em Porto Príncipe (LEMOINE, 1981). Essa matança decorreu de um problema de saúde pública à época, por exemplo, uma gripe suína? A literatura científica não menciona nada a respeito.

O que, na contemporaneidade, tem mais um caráter clandestino, já foi regido por lei. Maurice Lemoine (1981) no seu livro *Sucre amer: esclaves aujourd’hui dans les Caraïbes/ Açúcar amargo: escravos de hoje no Caribe*, nos traz a força da lei nesse processo de recrutamento da força de trabalho através de algumas cláusulas financeiras do acordo discutido entre os governos haitiano e dominicano em 14 de novembro de 1976 a respeito do fornecimento de 15 000 operários agrícolas haitianos para atuar como cortadores de cana a partir da safra da cana-de-açúcar de 1978-1979:

“Artigo 8: O operário agrícola haitiano contratado pelo Conselho de Estado do Açúcar trabalhará exclusivamente na usina açucareira do Estado dominicano para a qual foi contratado. [...]”

Artigo 10: Para compensar os custos decorrentes da contratação dos 15 000 operários agrícolas e seu transporte dos centros de contratação no Haiti até Malpasse, o Conselho de Estado do Açúcar se responsabiliza a dar ao Governo Haitiano a quantia de um milhão duzentos e vinte e cinco mil dólares (\$ 1 225 000), em moeda americana. [...]

Artigo 13 [...] O Conselho de Estado do Açúcar dará ao Governo Haitiano a quantia de oitenta e cinco mil dólares (S 85 000) para assegurar os custos de transporte dos 15 000 operários haitianos de Malpasse até os centros nos quais haviam sido contratados.

Artigo 14: [...] a Embaixada do Haiti na República Dominicana tem o papel de nomear 75 inspetores e 15 supervisores para proteger os operários haitianos.

Artigo 20: O salário normal de cada supervisor será de R.D. S 350 por mês e o salário normal de cada inspetor será de duzentos (R.D. S 200).
[...]

Artigo 26: O Conselho de Estado do Açúcar se responsabiliza a pagar ao operário agrícola haitiano para cada tonelada curta de cana a quantia de R.D. 1.35 em moeda dominicana. [...]” (p. 287-291).

No entanto, segundo o autor, esse contrato foi firmado no dia 14 de outubro de 1978, e para a colheita de 1979-1980 houve algumas modificações: no novo artigo 10, a menção à transação entre o Conselho de Estado do Açúcar e o Governo haitiano, 1 225 000 dólares desapareceu; o artigo 14 autorizou o Ministério dos Assuntos Sociais da República do Haiti a designar 5 funcionários e um Representante da OIT (Organização Internacional do Trabalho) a fazer enquetes sobre as condições de trabalho com base no contrato. Mas, eles têm que ter a aprovação do Governo dominicano para realizar as enquetes; o artigo 15 modificou o número de inspetores e supervisores para 80 e 17 em vez de 75 e 15 respectivamente; no artigo 20, o salário de cada supervisor passa para 385 pesos/mês (em vez de 350); o salário de cada inspetor passa a 220 pesos/mês (em vez de 200); e, por fim, no artigo 26, o salário do operário mudou para 1.55 peso (em vez de 1,35).

Na atualidade, atravessar a fronteira exige a submissão às regras impostas por uma fiscalização rígida e constante, entre as quais, a exigência do visto. Oficialmente, no Haiti, o visto dominicano custa 200 dólares mas pode chegar até 350 no mercado clandestino (SAINT-PRÉ, 2019), enquanto o salário mínimo é de 70 gourdes (moeda local) por dia, o equivalente a US\$ 0,73 (DAMASCENO, 2019). Com isso, para adquirir um visto ao preço oficial - além do gasto para ter um passaporte -, um trabalhador que recebe esse mínimo precisaria trabalhar sem pausa por quase 274 dias.

Mediante esta realidade, muitas pessoas, inclusive crianças, têm cruzado a fronteira de forma ilegal. Com o aval dos parentes, muitas delas são encaminhadas a pessoas de confiança, migram à trabalho durante as férias escolares e, na maioria das vezes, são exploradas nas zonas rurais, no setor informal, ou nos piores casos, em gangues onde ganham a vida como mendigos (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2004).

“Crianças que pedem nas ruas de Santo Domingo e em outras grandes cidades como Santiago e o tráfico de menores haitianos no país são novos problemas postos [...] Os pais normalmente estão cientes e o tráfico é feito com o consentimento deles. São eles que pagam aos contrabandistas, que geralmente são pessoas que eles conhecem ou foram recomendados. Os pais dizem que parentes ou pessoas de confiança cuidam dos filhos enviados para a República Dominicana. Eles também enfatizam o fato de que, em famílias pobres, é normal que as crianças trabalhem durante as férias escolares. [...] A maioria dessas crianças vive em condições extremamente precárias. As suas condições de vida e a alimentação são terríveis e não têm acesso aos serviços de saúde. A nacionalidade e status irregular lhes tornam vulneráveis ao abuso [...] e muitos desses jovens são emocionalmente instáveis e têm problemas psicossociais” (Ibid., p. 50).

Pode-se falar de tráfico humano neste caso? De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, o tráfico de pessoas é caracterizado pelo recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração (UNOCD, 2020).

Esta não é a única forma de operação do tráfico humano. A morte dos quinze “órfãos” em um orfanato incendiado em Fermathe, localidade rica do Haiti, na noite do dia 13 de fevereiro de 2020, nos permitiu saber que o orfanato estava em operação desde 2013 sem autorização do Instituto de Bem-Estar Social e Pesquisa/Institut dubien-être social et de

recherches (IBESR⁶⁸), que regulamenta o setor (DUVAL, 2020). O estabelecimento, *Church of Bible Understanding* (Igreja da Compreensão da Bíblia), que abrigava 66 crianças dentre as quais 15 foram mortas no incêndio, o jornal *France-Monde* relata que no início de 2019, o governo observou que apenas 35 dos 756 centros de abrigo de menores identificados em todo o país tinham uma licença de operação e cerca de 80% das aproximadamente 27.000 crianças haitianas, atualmente vivendo em orfanatos, têm pelo menos um dos pais vivo (FRANCE-MONDE, 2020).

Esta conjuntura propiciou a reemergência do debate acerca do tráfico de pessoas vigente na ilha. Em texto intitulado “Le problème du trafic des êtres humains dans les orphelinats haïtiens” (O problema do tráfico dos seres humanos nos orfanatos haitianos), Michel (2020) mostra que os orfanatos contribuem para a alimentação do tráfico humano e alega que na região central do país há uma localidade onde se vendem crianças, majoritariamente meninas que são em seguida transferidas para a República Dominicana onde são exploradas como escravas sexuais, trabalhadoras nos campos ou em canteiros de obras. Devido à falta de estudos sobre este assunto, sem dúvida, o que nos resta é o conhecimento de que estas crianças vão somando-se a outro grupo de crianças e jovens que vêm enfrentando grandes dificuldades para acessar a serviços básicos, tais como: educação, moradia, saúde, trabalho digno, etc.

Discursos sobre o tráfico mudaram ao longo dos séculos e, provavelmente, continuarão a mudar em função de novas pesquisas empíricas, interesses políticos, análises feministas, antirracistas, de justiça social e de mudanças nas condições econômicas globais, segundo Kempadoo (2005). De acordo com a autora, o tráfico de mulheres para/na prostituição é agora visto como um problema de migração internacional do trabalho e exploração do trabalho, que ficam além do controle ou alcance do Estado. Problemas estruturais globais que produzem o tráfico – racismo, globalização, patriarcado, conflitos e guerras étnicas, devastação ecológica e ambiental e perseguição política e religiosa – são raramente tocados no paradigma hegemônico sobre o tráfico. São esses problemas estruturais que permanecem como fenômenos globais importantes para analisar, desconstruir e combater (Ibid.) em um quadro onde o tráfico é visto como discurso e como prática que emergem das interseções de relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e racializadas com a

⁶⁸ IBESR é um corpo técnico e administrativo ligado ao Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho (MAST) que tem como missão a proteção, reabilitação social e promoção socioeconômica (OMRH-CRA, 2020).

operação da atuação e desejos das mulheres de darem forma às próprias vidas e estratégias de sobrevivência e vida (KEMPADOO, 2001).

O Grupo de Apoio a Repatriados e Refugiados (GARR), o Comitê Nacional de Luta contra o Tráfico de Pessoas (CNLTP) e o Observatório Haitiano sobre Tráfico de Pessoas unem-se para lutar contra o tráfico de pessoas no Haiti. Durante uma coletiva de imprensa realizada nas instalações da GARR em 29 de julho de 2016, como um prelúdio ao Dia Mundial pela Dignidade das Vítimas do Tráfico de Pessoas proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua resolução 68/192 em 30 de julho de 2013, planejou-se lançar uma campanha para aumentar a conscientização da população haitiana sobre este fenômeno (GARR-HAITI, 2016).

Chamada de Coração Azul, esta campanha começou por ocasião da comemoração do Dia Internacional para a Memória do Comércio de Escravos e sua Abolição em 23 de agosto de 2016. E segundo palestrantes, o tráfico de pessoas já causou muitos danos à população mundial, principalmente a países pobres como o Haiti; o que continuará a causar desespero e luto se nada for feito para erradicá-lo, disseram eles.

Durante a campanha, o Dr. Fils Ely Thélot, presidente do Comitê Nacional de Luta contra o Tráfico de Pessoas, indicou que o tráfico de pessoas é um fenômeno cada vez mais preocupante para o Haiti. Ele destacou que as redes criminosas usam a pobreza e a vulnerabilidade dos haitianos para fazer seu capital econômico. Sublinhou ainda que o tráfico de seres humanos é uma violação grave da dignidade humana e dos direitos humanos fundamentais. Muitas vezes referida como a figura icônica da escravidão moderna, ela deve ser combatida a todo custo, disse ele.

Por sua vez, a Oficial de Assistência Jurídica da GARR, Anghie Lee Gardy Petit, defendeu o fortalecimento do pessoal das agências de segurança pública nas áreas fronteiriças frequentemente utilizadas pelos perpetradores do tráfico de seres humanos. Ela lamenta que as autoridades haitianas não tenham disponibilizado recursos para o Comitê Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas desde sua instalação em 2 de dezembro de 2015.

O Coordenador do Observatório Haitiano sobre Tráfico e Tráfico de Pessoas, Léronel Mortimé, pediu a mobilização de todos os setores da vida nacional para bloquear aos traficantes o acesso às pessoas, e instou o governo haitiano a tomar as medidas necessárias para tirar o país desta situação crítica justapondo a declaração seguinte: *"Como um país que*

derrotou a escravidão, o Haiti não pode tolerar o tráfico de pessoas, que agora é uma nova forma de escravidão.”

De acordo com um relatório produzido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (2016) sobre o tráfico de pessoas no mundo, o Haiti está na lista dos países nível III. Os países classificados como Nível III são aqueles cujos governos não cumprem os padrões mínimos da Lei de Proteção às Vítimas do Tráfico (TVPA) e não faz esforços significativos nesse sentido (Ibid.).

3.2. A INSERÇÃO DO OUTRO LADO

Para abordar a inserção haitiana na República Dominicana, é contundentemente óbvio refletir sobre as relações de produção existentes entre esses dois países. Segundo Corten (1991), os dois países são “sociedades de aluguel” ⁶⁹. Sociedades onde a mais-valia econômica [da produção] é extraída fora da organização do trabalho e circula em circuitos que de forma alguma são controlados por mecanismos de uniformização da produtividade. Nessas sociedades, as migrações internacionais ocupam dimensões que vão além do econômico.

De acordo com o autor, o governo do doutor Joaquín Balaguer na República Dominicana, estava tentando manter uma sociedade de aluguel no contexto de uma forte mobilização urbana ao levantar o espectro da “invasão pacífica dos haitianos” e do “perigo africano”. Nos últimos anos, ele deixou entrar quase cem mil haitianos, envolvidos em todos os setores agrícolas, bem como nos vastos programas de construção civil, implementados com o objetivo de controlar essa mobilização sem mediação política.

Em complementaridade com as relações de *rente*, deu-se um processo de transnacionalização da economia. Surgiram novos setores: turismo, agroindústria, zonas francas culturais e industriais. Diante dessa transnacionalização, duas opções foram formuladas pela oposição dominicana. Por um lado, o PLD (Partido da Libertação Dominicana) e o PRD (Partido Revolucionário Dominicano) assumem uma posição: aceitando que uma parte da economia seja internacionalizada, formulam uma série de medidas

⁶⁹ A versão original é “sociétés de rente”. O autor fez uso deste termo em um artigo, cujo objetivo é avaliar os limites de aplicação de uma política neoliberal para o regulamento da questão haitiana na República Dominicana. Segundo ele, a “société de rente” (sociedade de aluguel) se caracteriza de fato pela extração da mais-valia que, ao invés de se basear nos mecanismos de reprodução, é a equivalente de uma degradação de recursos naturais. Desta forma, a “rente” (aluguel) é a equivalente de uma riqueza natural utilizada mas não reproduzida: ela é o esgotamento total dessa riqueza.

para fortalecer o setor nacional. Por outro lado, um grupo - Moderno -, formado por intelectuais e jovens empresários, e recentemente configurado num um partido político, está propondo uma solução que visa homogeneizar as relações econômicas enfrentando diretamente a concorrência internacional (CORTEN, 1991). Segundo Bernardo Vega, isso pressupõe a repatriação de haitianos sob a égide do Comitê de Refugiados das Nações Unidas, cuja presença está diminuindo as pressões para aumentar a produtividade nas plantações.

Imagem 2.- Repartição de imigrantes haitianos por ramo de atividades.

Fonte: ENI 2012 (In: ONE, 2013)

3.3. CORRENTES DE OPINIÃO E AÇÃO

A partir da criação da nação haitiana, uma espécie de desprezo pelo “atraso dominicano” se desenvolveu no Haiti devido à sua permanência sob a custódia espanhola, e logo em 1801 um líder haitiano invadiu a parte espanhola da ilha e libertou os escravos, que foi, entretanto, reestabelecida após sua partida (CORTEN, 1991). A revolta de escravos em 1812 não teve sucesso e era preciso a ocupação de Boyer (1822-1844), o quarto presidente do Haiti, para que eles pudessem novamente ser libertados (CORTEN, 2011).

Segundo Seitenfus (2014), há uma profunda dualidade na ocupação, na colonização e, acima de tudo, na história dos dois povos. O autor afirma que línguas, interesses, culturas e comportamento social marcam de maneira incessante um relacionamento turbulento e mostra que:

“O contraste entre as duas partes da ilha era total. A espanhola considerada um parente pobre, e a francesa, dominadora e segura de seu futuro. Nasce então um sentimento de superioridade do haitiano - inclusive na época da escravidão- em relação ao seu vizinho. Surge a expressão “panhol” (contração do vocábulo francês “espagnol”) empregada de maneira pejorativa para designar os brancos pobres espanhóis que vendiam seus animais na parte ocidental da ilha” (p. 44).

Mesmo durante o período mais sombrio da ditadura militar haitiano (o duvalierismo), a elite haitiana manteve essa atitude condescendente e, diante do crescente fluxo migratório para a República Dominicana, a ideia de que a escravidão permanecia na República Dominicana foi revivida. Com Jean-Claude Duvalier, aproveitando esta migração, a elite mantém esta atitude (CORTEN, 1991). A presença de inspetores haitianos nas plantações dominicanas - na verdade, tontons macoutes - foi, portanto, legitimada. Esses “inspetores” podiam facilmente manipular o complexo de inferioridade dos haitianos que trabalhavam na República Dominicana e alimentar seu nacionalismo chauvinista, seu racismo e seu sectarismo (CASTOR, 1987). Quando o governo de Jean-Claude caiu, manifestações ocorreram em frente à Embaixada Dominicana em Port-au-Prince com gritos de “A escravidão dos braceros deve acabar” (CORTEN, 1991, p. 14). A opinião pública haitiana impediu, de alguma forma, a renovação do contrato de recrutamento de cortadores de cana (braceros).

Voltemos à República Dominicana! A partir do final do século XIX, foram adotadas medidas para promover a “imigração branca” (HOETINK, 1985). Trujillo encontra um terreno favorável para desenvolver sua ideologia. A nação dominicana é de raça e cultura espanhola. A partir de agora, os censos classificam como “índios” os mulatos que representam 70% da população dominicana. Mas é Balaguer quem vai, ao mesmo tempo, justificar o antihaitianismo e o despotismo. Esta última é a única forma de reagir ao “perigo africano”. E que, de acordo com ele, por uma razão biológica, o negro, abandonado aos seus instintos, multiplica-se com extraordinária rapidez (BALAGUER, 1947). Desta forma, eles ameaçam a existência dominicana enquanto povo predominantemente espanhol (BALAGUER, 1983).

No livro “*La isla al revés: Haití y el destino dominicano*” (BALAGUER, 1983), esse problema, segundo o autor, é analisado, talvez pela primeira vez, com absoluta

imparcialidade. E corajosamente aponta a necessidade urgente de ambos os povos buscarem fórmulas de compromisso próprio, considerando as suas profundas diferenças e adversidades.

Afinal, ele menciona que o que Santo Domingo (República Dominicana) deseja é preservar sua cultura e costumes de povo espanhol e evitar a desintegração de sua alma e a perda de seus traços distintivos. A única coisa que é necessária para levar a cabo este empreendimento de preservação nacional é que ambos os povos se mantenham dentro dos limites territoriais estabelecidos pelo Tratado de 1936 e que o Haiti o respeite. Quatro medidas foram postas em prática: (1) o estabelecimento dos limites que separam os dois povos; (2) a proibição da imigração haitiana, (3) a estrita fiscalização das fronteiras para impedir a penetração clandestina e efetivar a soberania e (4) a dominicanização das áreas fronteiriças.

Balaguer não se mostrou demasiado confiante ao referenciar Victor Hugo, afirmando que a utopia de hoje pode ser a carne e osso de amanhã e admitiu que a presença de haitianos em “seu território” é um problema social crônico, já que:

“O Haiti, como todos os povos excessivamente prolíficos, é uma nação de imigrantes. Quando se esgotam as safras de milho e de manga, fruta tropical que constitui, em certas épocas do ano, o principal alimento do povo haitiano, grande parte das famílias tende a abandonar seu território rumo a outros países vizinhos onde existem empresas às quais podem oferecer os seus serviços por um salário vergonhoso” ⁷⁰ (p. 42).

Isso não impede Balaguer de admitir, durante o período autoritário de seu regime (1966-1978), dezenas de milhares de haitianos empregados, principalmente, em seus vastos programas de construção. A presença de haitianos fora dos *bateys* (plantações de cana) reforça o anti-haitianismo nos círculos populares. Desde 1986, isto é, desde que Balaguer voltou ao poder após dois mandatos do PRD, provavelmente cem mil haitianos entraram na

⁷⁰ Da versão original: “Haití, como todos lospueblosexcesivamente prolíficos, es una nación de inmigrantes. Cuandolas cosechas de maíz se esgotan y cuando se aproxima a su fin el mango, fruta tropical que constituye, en ciertas épocas del año, la principal alimentación del pueblo haitiano, una gran masa de familias tiende a abandonar su territorio y a fiarse en otros países vecinos donde existen empresas a las que pueden ofrecer sus servicios por un jornal infamante.”

República Dominicana. É fácil, nestas condições, reviver o espectro da “invasão pacífica”. Segundo o jornal *Le National* (1989), Balaguer afirmou que “pelo menos um terço da população haitiana mudou-se para solo dominicano” (CORTEN, 1991a; op., cit., p. 15). Na verdade, embora permita que os haitianos entrem em solo dominicano, as autoridades dominicanas sistematicamente superestimam seus números para usá-los como instrumento político institucional. A imprensa nacional e internacional os acompanha nesses exageros. Frequentemente fala em um milhão de haitianos, enquanto uma estimativa razoável os coloca em meio milhão (CORTEN, 1991b).

O livro do Diógenes Abreu (2014) intitulado *Sin haitianidad no hay dominicanidad*, discute o antihaitianismo, um tema que sempre evoca uma série de emoções e sentimentos, mostrando que a ocultação da haitianidade tem sido o produto de uma decisão consciente dos descendentes das primeiras famílias haitianas que se estabeleceram na parte oriental da ilha antes e depois da dominação haitiana. Com equilíbrio, Diógenes obriga a pensar o fenômeno chamado *arrayano*⁷¹, oferecendo os meios para expulsar a ansiedade e outros distúrbios cognitivos associados com o mesmo.

Os principais partidos da oposição - PLD (Partido de Libertação Dominicana) e PRD (Partido Revolucionário Dominicano) estão tentando evitar tomar posição sobre a "questão haitiana". Essa posição de não tomar posição, segundo Corten (1991a), é em parte o jogo de interesses de classe das camadas dominantes haitiana e dominicana. Ao falar da escravidão, ela reforça o ponto de vista haitiano e reaviva os vestígios culturais da escravidão internalizada pelos brancos e facilmente adotada pelos dominicanos, que veem mal a pressão dos salários baixos exercida pela presença crescente de haitianos em uma gama cada vez mais ampla de setores (Ibid.).

Ao lado dessas duas correntes de opinião (o antihaitianismo e o atraso dominicano, conhecido por Corten como antidominicanismo), outras análises são produzidas. Elas vão da identificação dos processos que permitem a sobreexploração de “canavieiros”, chamados também de “brancos” na República Dominicana, passam pela questão da legalização da situação da população haitiana e às vezes levam a propostas relativas à “formalização” das relações econômicas entre os dois países, chegando finalmente a propor, como solução, a deportação dos haitianos para seu país (Ibid.).

⁷¹ De acordo com Abreu, entende-se por "arrayano", uma pessoa de ascendência haitiana, nascida em território dominicano e forjada na cartografia identitária híbrida da fronteira geopolítica que divide as duas nações.

Os que sustentam o argumento da deportação, embora invoquem argumentos econômicos, afirmam defender um ponto de vista humanista que é bem compreendido por haitianos / dominicanos. À luz disto, vamos percorrer a análise neoliberal de Bernardo Vega (1990), um intelectual dominicano, sobre a tese da deportação.

3.3.1. Por uma análise neoliberal

Bernardo Vega, brilhante intelectual dominicano, defendeu com firmeza a tese da deportação⁷² dos haitianos. Estigmatizando a estranha convivência entre “a extrema direita e a esquerda” para rejeitar a solução da repatriação, ele explica os motivos.

“Os primeiros precisam de mão de obra barata, é preciso então reduzir as pressões sobre os aumentos salariais. Os últimos agem com base em um sentimento humanitário, mas pensam também que a presença haitiana pode possivelmente ajudá-los em seus objetivos políticos, estimulando a desestabilização do país” (VEGA, 1990 ⁷³, apud CORTEN, 1991a, p. 16).

Os argumentos para a repatriação são de natureza política, econômica e moral e não refletem os preconceitos do tipo racial e social das gerações anteriores (VEGA, 1989). De acordo com o autor, a questão haitiana se enquadra em dois tipos de relações: de um lado, as da indústria açucareira na República Dominicana, de outro, as das relações comerciais e político-econômicas entre os dois países. Analisando a evolução da indústria açucareira, ele defende que a produção de açúcar do Conselho Estatal do Açúcar (CEA), que fornece os 2/3 do total, deveria ser reduzida em 50% porque essa produção cria muito mais problemas do que resolve. Para demonstrar isso, ele examina vários fatores.

O primeiro se resume à pergunta: por que um dos principais objetivos da política externa dominicana é obter uma cota de açúcar nos Estados Unidos? Segundo fator: dependência frente à mão de obra estrangeira. O que tradicionalmente justifica a necessidade

⁷² “Nos textos de Vega, o termo *deportação* é o mais usado” (CORTEN, 1991a, p. 32).

⁷³ VEGA, B. El Futuro de las Relaciones Haitiano-Dominicanas, Topicos para Agenda, Conférence prononcée devant l'Associación Nacional de Jóvenes Empresarios (ANJE) à l'Hotel Jaragua, le 17 janvier 1990.

dos haitianos em território da República Dominicana é a resistência dos dominicanos em cortar a cana.

“A economia dominicana, nos anos oitenta, entrou em um processo de transformação estrutural que não ocorria desde o final do século passado, ou seja, durante os governos de Lilis... Um processo semelhante ocorreu em Porto Rico a partir da década de 1950 e mais recentemente na Jamaica, Trinidad e Tobago, Barbados e nas Pequenas Antilhas. Este processo implica que a cada dia uma grande parte da população se desloca para as áreas urbanas, se proletariza e que a agricultura, para sobreviver, deve se tornar técnica e mecanizada. O camponês tradicional tende a migrar tanto para as cidades quanto para o exterior. No caso dominicano, existe uma fonte de mão de obra pronta para substituir este tradicional camponês: o haitiano. Esta presença haitiana representa, portanto, um fator que mais retarda do que estimula o processo de crescimento econômico, pois permite a subsistência de setores cuja transformação deveria ser mais acelerada” (VEGA, 1989, p. 9).

O segundo fator é o impacto político e social dos subsídios concedidos às empresas açucareiras sobre o restante da economia. Por exemplo, em 1987, para subsidiar o CEA, foi necessário emitir 365 milhões de pesos, o que representa 12% da oferta monetária em circulação naquele ano. Como cresceu 24%, devemos concluir que metade desse crescimento se deve ao CEA. “Consequentemente, o CEA é responsável por uma parcela significativa da inflação corrente, pela deterioração do câmbio - e por que não dizer? - pelo mal-estar que hoje sofremos, consequência desta inflação” (Ibid., p. 20).

Assim, o autor concluiu que as empresas açucareiras estatais têm um alto custo para a nação. A pergunta lógica que ele propõe é se vale a pena continuar a arcar com esses custos. Os argumentos a favor desta medida baseiam-se no fato de que essas empresas geram divisas, empregos e abastecem o mercado interno com açúcar e melaço. O emprego é 70% haitiano. Quanto ao último argumento, embora seja verdade que o déficit do CEA se deve em parte ao fato de o governo dominicano obrigar o CEA a vender seu açúcar abaixo do preço mundial, deve-se notar que o subsídio ao CEA ainda seria a metade do valor se o açúcar fosse vendido

internamente ao preço do mercado mundial. Em conclusão, sob qualquer ponto de vista, pensa o autor, não se justifica manter a indústria açucareira estatal no estado em que se encontra.

Em outro texto sobre o futuro das relações haitiano-dominicanas, Vega (1990) examina as relações comerciais entre os dois países. Depois de perceber que o comércio bilateral assumiu a importância econômica e política que teve no século passado durante cinco anos, ele identifica duas causas: a desvalorização da moeda dominicana em 1983 e a política dominicana de controle dos produtos alimentares. Esse comércio é importante, mas é clandestino dos dois lados.

No entanto, a experiência universal mostra que o contrabando só floresce entre países vizinhos quando as barreiras alfandegárias entre eles são altas, e também quando não há equilíbrio na paridade das respectivas moedas. Eliminar o contrabando de produtos de terceiros países e bens subsidiados não implica o abandono do comércio bilateral entre os dois países. Ao reduzir as taxas alfandegárias sobre as matérias-primas industriais, as exportações de manufaturados dominicanas seriam estimuladas. Economias de escala permitiriam reduzir custos e compensar custos de mão de obra mais baixos no Haiti. Indústrias gêmeas nos dois países poderiam administrar o diferencial de salários. De qualquer forma, também pelo seu potencial agrícola, a República Dominicana só tem a ganhar com essa reconversão. Sem dúvida, isso pode ameaçar alguns setores haitianos. Eles terão que reagir economicamente. Relações de negócios saudáveis devem ser baseadas no benefício mútuo de ambas as partes (VEGA, 1990).

Não podemos subestimar, conclui Bernardo Vega, os problemas práticos suscitados por uma repatriação em massa, mesmo sob os auspícios das Nações Unidas. Há o caso dos filhos de haitianos nascidos em Santo Domingo. Do ponto de vista legal, muitos são apátridas. Como distingui-los dos migrantes? Mas a maior dificuldade é, sem dúvida, que a deportação de haitianos vai contra os interesses de poderosos grupos econômicos dominicanos: produtores de cana, arroz, café, indústria da construção, etc. (Ibid.).

3.3.2. Uma crítica por André Corten

Grande parte da análise de Bernardo Vega concentra-se na natureza não lucrativa da indústria açucareira estatal. A conveniência de aceitar o fechamento de uma série de empresas açucareiras é inegável, para ele. É um dos meios mais relevantes para resolver a questão dos

braceros. No entanto, três observações devem ser feitas imediatamente: 1) as empresas privadas continuarão a usar braceros - elas empregam um terço dos trabalhadores açucareiros, 2) os haitianos do setor açucareiro não representam mais de um quarto dos haitianos que vivem na República Dominicana, 3) a produção de açúcar, apenas voltada ao mercado interno dominicano e haitiano parece incompressível. O próprio Bernardo Veja (1989) diz: “Queremos que o povo haitiano corte nossa cana, mas não queremos que o povo haitiano consuma o açúcar produzido com a cana cortada por este povo” (p. 23).

O fechamento das empresas não lucrativas da CEA não resolve a questão dos *braceros*. A mecanização e tecnicização dos mesmos é um programa que, posto em pauta desde o relatório Parsons de 1969⁷⁴, não produziu até agora resultados significativos. Por isso, será necessário por muito tempo o uso de *braceros*, inclusive em empresas estatais. Serão necessários contratos que melhor atendam às convenções internacionais. O governo dominicano tenta assim se proteger dos protestos internacionais. Mas o motivo que justifica a entrada de haitianos na República Dominicana será mantido por muito tempo.

Bernardo Vega não dá sua própria estimativa quantificada do número de haitianos que estão fora do setor açucareiro. Ao lê-lo, parece que sua presença massiva é recente. Ele atribui isso em particular à suspensão dos acordos entre o CEA e o governo haitiano em 1986 (CORTEN, 1991a). No entanto, vários estudos mostram que se trata de um problema mais antigo. Wilfredo Lozano e Franc Báez Evertsz (1988) datam o início da presença dos haitianos em outros setores agrícolas no início da década de 1970. É a partir de 1980 que o fenômeno se acentua. Em seu estudo de 1984, Lozano e Báez apresentaram uma proporção de 54% nas áreas pesquisadas. No que diz respeito ao setor da construção, um senador do Partido da Reforma estimou, em 1979, a proporção de haitianos em República Dominicana era de 30 a 40% (VERAS, 1983).

Embora o número possa ser exagerado, indica uma presença relativamente antiga também neste setor. A presença haitiana poderia ser menos visível porque, enquanto trabalhavam na construção, de acordo com André Corten (1991a), os haitianos frequentemente viviam nas plantações de cana (bateys) perto de Santo Domingo (por exemplo, San Luis d'Ozama ou Pal-majero de Catarey) ou se concentravam em certos distritos da capital, como Cristo Rey.

⁷⁴ Programa para Rehabilitación, Diversificación de la Industria Azucarera del Gobierno Dominicano, R.D., vol. 1-4, 1969.

Vega também não estima o número de filhos haitianos nascidos na República Dominicana que têm direito constitucional à nacionalidade dominicana. Quantos daqueles considerados haitianos pela maneira como falam, são dominicanos por lei? Há filhos de haitianos nascidos em Santo Domingo que não têm documentos e também não estejam registrados pelas autoridades haitianas? Vega não responde a essas perguntas. Mas se, como afirma o Centro Cultural Dominicano-Haitiano, fossem 250.000, ou se, segundo as próprias estimativas de Corten, fossem em torno de 200.000, incluindo 50.000 adultos (CORTEN, 1991b), a tese de Vega sobre os benefícios da repatriação seria parcialmente invalidada. Sem dúvida, os dominicano-haitianos podem escapar parcialmente da discriminação e, portanto, não podem exercer pressão para a redução dos salários, mas ainda precisam ter documentos. No entanto, estima-se que apenas um quarto deles o tenha. Antes de 1986, a maioria dos dominicanos-haitianos estava concentrada nos canaviais. Hoje, eles estão em todos os setores: nas zonas francas do Leste, onde representam 25% da força de trabalho, são encontrados nos setores de citros, palma africana, arroz, café e, claro, construção; em Santo Domingo, as mulheres trabalham no serviço doméstico, os homens na construção, no comércio e na hotelaria (LOZANO; BÁEZ, 1988).

Um terceiro limite para a tese de Vega está, como ele admite, na atitude dos empresários dominicanos, que se beneficiam da mão de obra haitiana. Finalmente, o quarto limite: todo o sistema aduaneiro, monetário e de subsídios ainda está regido pela CEA. Para mudar este sistema, não basta decretar um certo número de medidas econômicas, ou mesmo proceder a uma reestruturação profunda da economia. Todo o sistema de representação política deve ser mudado ou então ceder à tentação de estabelecer um regime autoritário que, como a história recente da América Latina mostra, é bem adequado à aplicação de uma política neoliberal. Também é necessário que os militares concordem em operar uma profunda mudança de mentalidade. A crise de legitimidade que abala o regime balaguerista - com o Chefe de Estado “Balaguer” -, perpetuada nas eleições graças a irregularidades “colossais”, abre um caminho duplo. Uma intervenção militar que Washington apoiaria somente se o exército concordasse em adotar certas medidas fiáveis ao nível dos preços. É esse o caminho esperado pelo grupo Moderno ao qual pertence Bernardo Vega? Parece mais provável que ele prefira o outro caminho: o da reforma política. Esse caminho já está aberto. Ela encontra apoiadores da esquerda e no PRD. O PLD parece relutante em aderir a um projeto que não controla.

Tanto a tese de Vega quanto a crítica de Corten se inscrevem em um quadro que vem gerando debates nos últimos anos. Como "nos textos de Vega, o termo *deportação* é o mais usado" (CORTEN, 1991a, p. 32), esta interpretação poderá constituir uma corrente de opinião nos próximos anos. Aliás, projeto que já está sendo executado usando bases legais. Para justificar a proposta de deportação, o aparelho estatal dominicano, ao invés de viabilizar a inserção dos trabalhadores migrantes haitianos, vem propiciando uma rejeição destes sujeitos, criticada por órgãos locais e internacionais.

3.4. UMA ABORDAGEM ATUALIZADA DA SITUAÇÃO

É importante destacar que a República Dominicana é um país de origem, trânsito, destino e retorno dos migrantes. De acordo com os números do Observatório Migrantes do Caribe (OBMICA), o número de pessoas que deixaram o país era maior do que o número daqueles que entraram, calculando que 1.346.693 dominicanos haviam emigrado do país. Os números indicam que a maioria dos migrantes dominicanos seria por razões econômicas, que, por sua vez, às vezes são discriminados racialmente e vivem na pobreza devido à falta de oportunidades (OBMICA, 2013).

De acordo com a *Encuesta Nacional de Inmigrantes* (ENI), estima-se que, para o ano de 2012, a população migrante na República Dominicana totalizou 524.632 pessoas, o equivalente a 5,4% da população do país. Do total estimado pela ENI, 458.233 pessoas, ou seja, 87,3%, da população imigrante provém de Haiti, e o restante são pessoas de mais de 60 países (ONE, 2013). O ENI também estimou o número de descendentes de migrantes nascidos em território dominicano em 244.151 pessoas, das quais 209.912 pessoas, o equivalente a 86% era descendente de migrantes haitianos (Ibid.).

A estimativa total da população imigrante atingiu a cifra absoluta de 570.933 pessoas que representam 5,6% da população total do país. Do total estimado pela ENI, 497.825 pessoas, ou seja, 87,2 % vêm do Haiti. Sem mencionar o número de descendentes haitianos, segundo as estatísticas, o número de descendentes de migrantes nascidos em território dominicano é 277.046 pessoas que representam 2,7% da população total (ONE, 2018).

Com base nas estatísticas, percebe-se que, apesar do percentual de imigrantes haitianos na República Dominicana ter baixado ligeiramente de 2012 para 2017, o número subiu

consideravelmente de 0.9%. O que justifica este fenômeno é a maior instalação de outros imigrantes de outros países no espaço dominicano em 2017 em relação ao ano de 2012.

No livro *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité* / A imigração ou os paradoxos da alteridade, Abdelmalek Sayad (2014) nos mergulha no coração das contradições que o fenômeno migratório inflige às populações envolvidas.

Para o autor argelino, a imigração oferece uma entrada nos modos de ação do Estado, que define as linhas divisórias entre o legítimo e o ilegítimo, o dominante e o dominado, o normal e o anormal. A imigração leva o Estado a pensar fora de suas linhas habituais, e suas relações com os estrangeiros nos revelam os verdadeiros princípios de sua atuação (Ibid.). Desta forma, podemos entender as atitudes estatais dominicanas nos últimos tempos em relação aos seus imigrantes, considerando-os como um problema social.

Abordando o termo “problema social”, o sociólogo Rémi Lenoir (1998), desenvolve quatro pontos temáticos: (1) realidade pré-construída e construção do objeto sociológico, (2) fundamento social das categorias pré-construídas, (3) a gênese social de um problema social e por fim, (4) a institucionalização. O alvo de grande interesse aqui é o segundo ponto.

Neste sentido, o obstáculo no qual esbarra o sociólogo refere-se não tanto à complexidade inerente ao objeto, mas às condições em que se processa o seu estudo. É, assim, no caso do imigrante que, segundo a análise de Abdelmalek Sayad, acumula todas as formas de dominação. E o imigrante é geralmente visto como um problema social, um problema que remete tanto às suas condições de existência quanto ao seu direito de existir. Esse acoplamento, numa determinada população, é um problema social: os imigrantes e o mercado de trabalho, os imigrantes e o desemprego, os imigrantes e a formação social, os imigrantes e o retorno aos seus países de origem. O autor também fala das transformações econômicas, do problema social e das formas de solidariedade, e afirma que um problema social não é somente resultado de um mau funcionamento ou desarranjo da sociedade, mas deve pressupor o reconhecimento e a legitimidade do problema como tal.

O autor fecha o trecho dizendo que as categorias que servem de base para a construção da realidade social são resultado de luta. O processo de institucionalização de uma problemática sob forma científica ou ética comporta também toda uma série de questões: por exemplo, considerando a imigração, a questão do saber quem tem obtido prejuízo e quem tem obtido lucro com a mesma.

A construção de um discurso reflete, muitas vezes, uma interpretação. Se na concepção de Rémi Lenoir a imigração pode ser vista como um problema social, ela também porta uma solução social, podendo indicar a renovação de uma sociedade demograficamente esgotada e economicamente frágil.

Marc Perant (2001), em “Les politiques d’immigration du Canada: stratégies, enjeux e perspectives”, mostra que nesse país a imigração se tornou um fenômeno de grande importância, não apenas no que diz respeito às políticas governamentais, mas também em termos de pesquisas acadêmicas e preenchimento de cargos de trabalho vagos e essenciais. De acordo com o autor, 1/6 da população canadense nasce no exterior e em Toronto especificamente, 4/10 são estrangeiros. A imigração no país constitui 50% do crescimento demográfico anual e é estimado que 60% das crianças inscritas nas escolas têm pelo menos um parente nascido no exterior (PERANT, 2001).

Deste modo, a migração pode ser um problema social só quando não há políticas públicas que a acolham, regulamentem, e até mesmo fiscalizem. E, geralmente, a imigração nasce em resposta a um problema social, sendo muitas vezes e consequentemente, uma solução social tanto de parte da emigração quanto da imigração.

No passado, eram organizações internacionais, em missões curtas no país, que relatavam sistematicamente violações dos direitos humanos de migrantes haitianos (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2004). De acordo com informações produzidas pela rede transfronteiriça *Jano Sikse* no início 2003 (extraído do relatório trimestral de janeiro a março de 2003, produzido pela GARR, o Grupo de apoio aos refugiados e deportados haitianos):

- Entre 1 e 10 de janeiro de 2003, no nordeste do Haiti, em Ouanaminthe e em Tilorí (Cerca-la-Source, no planalto central), mais de 3000 pessoas, incluindo crianças, foram deportadas ou devolvidas ao Haiti. A maioria foi presa antes de ser levada para a fronteira. Algumas pessoas, entre os quais bebês, chegaram desidratados e em mau estado de saúde;
- Em 3 de fevereiro de 2003, 50 pessoas foram expulsas da República Dominicana para o posto fronteiriço de Miguel (Savanette, Planalto Central). Numerosos destes deportados viviam neste país há mais de cinco anos. Entre eles, várias crianças, uma idosa de 65 anos residente no país por 40 anos e mais duas outras pessoas que moraram lá por 18 anos. Não foi possível para eles levarem alguns de seus bens perdendo tudo o que possuíam;

- Em 5 de março de 2003, após a entrada dos soldados dominicanos no mercado de Neyba, no sul da República Dominicana, cerca de 300 pessoas de pele negra foram presas. A maioria era descendente de imigrantes haitianos de segunda ou terceira geração que nunca visitou ou sequer morou no Haiti. Eles foram levados para a fortaleza de Neyba. A maioria foi liberada quando os pais preocupados chegaram com seus cartões de identidade. Quarenta pessoas presas foram expulsas pelo ponto de fronteira Jimaní / Malpasse, sob o pretexto de serem cidadãos haitianos. Na confusão que acompanhou a intervenção do mercado Neyba, todas as pessoas presas foram desapropriadas dos bens que estavam vendendo ou comprando naquele momento.

Esses dados mostram que as deportações não poupam ninguém, seja pela idade, gênero, pelo tempo de convivência no país. Um único fator aqui está em jogo: o ser haitiano. E o haitiano da raça negra. A história destes sujeitos pouco importa às autoridades dominicanas.

De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (UNESCO), a escolaridade obrigatória na República Dominicana dura 15 anos, dos 3 aos 17 anos e é dividida em pré-primário (3 a 5 anos), primário (6 a 11 anos) e secundário (12 a 17 anos) (UNESCO, 2020). Para isso, os sujeitos precisam munir-se de alguma documentação legal que comprove sua identidade e idade. No território dominicano, todas as crianças e jovens, descendentes de haitianos, têm essa documentação legal? Não! O que inviabiliza o acesso à educação dos mesmos.

Segundo o Comandante do Exército, Manuel E. Polanco Salvador, uma pessoa ilegal não pode produzir uma pessoa legal (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002). Este ponto de vista parece ser a tradução perfeita da presunção de ilegalidade atribuída de forma geral aos haitianos vivendo na República vizinha e aos dominicanos de origem/ascendência haitiana.

De fato, no que tange ao Código de nacionalidade, o artigo 11 da Constituição estipula que “são dominicanas todas as pessoas nascidas em território da República Dominicana, à exceção das crianças legítimas dos estrangeiros residentes no país em representação diplomática ou aqueles que estão em trânsito no país” (Ibid.). Esta noção de trânsito é crucial na compreensão do problema que enfrentam os descendentes haitianos. Sendo assim, os filhos de migrantes haitianos, sistematicamente, não fazem jus à esse direito constitucional já que

não se concede a eles sequer a certidão de nascimento (VOYNEAU, 2005). Sem documentação, o acesso aos direitos e serviços básicos parece ser uma utopia.

Segundo a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), o conceito de *trânsito* deve ser o reflexo da realidade; de maneira que este direito é violado quando a ele se dá uma interpretação restritiva e formal que não corresponde à realidade (OEA, 1999). A expressão *em trânsito* ou *em movimento* refere-se a quem? É possível considerar os residentes estrangeiros de longa duração como pessoas em trânsito? Quanto à questão haitiana, as evidências revelam uma resposta afirmativa.

Boa parte dos emigrados do Haiti entrou na República Dominicana ilegalmente, ou seja, sem ter que apresentar documento comprovando a sua identidade. Por um lado, o Estado haitiano reconhece a presença deles no território nacional vizinho, e por outro, o Estado dominicano os desconhece como cidadãos ou residentes. A estas formas de existência social, pode-se atribuir o status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016). Mortos devido à ausência no Haiti e vivos devido à presença na RD; vivos no sistema censitário do Haiti e mortos no da República vizinha. Situação esta que, se não houver uma regulação legal, mantém na ilegalidade pessoas de geração em geração.

O estudo de Wooding e Moseley-Williams (2004) mostra que no contexto da mobilidade internacional da força de trabalho, sempre houve agrupamentos de trabalhadores haitianos nas plantações açucareiras dominicanas, do qual decorreu um mecanismo de reprodução da força de trabalho, pelo povoamento destes espaços. Essas crianças são alfabetizadas - quando é possível- em espanhol; talvez nunca irão ao Haiti; as informações que recebem sobre o país dos seus pais são de terceiros, e na adolescência os seus valores e esperanças se parecem cada vez mais com os dos dominicanos (Ibid.).

Portanto, a este ponto, algo mudaria no dia 16 de outubro de 2003 com a revogação do recurso formado pela *Junta Central Electoral* (JCE) contra uma decisão anterior de um tribunal de primeira instância que cedeu o direito à cidadania e inscrição escolar a duas crianças nascidas no país de parentes residentes ilegais. Decisão que abriu caminho ao reconhecimento do direito à cidadania de todas as crianças em situação similar, um direito recusado pelas autoridades que, por muito tempo, têm aplicado de maneira discriminatória a Constituição (AMNESTY INTERNATIONAL, 2004). A JCE apelou desta decisão ao Tribunal Supremo do país, porém, desde então e graças ao apoio do Fundo das Nações Unidas

para a Infância (UNICEF), todas as crianças, sem restrição, vinculadas ao estatuto nacional são admitidas nas escolas (VOYNEAU, 2005).

No entanto, até 2010 na República Dominicana, como em boa parte das Américas até hoje em dia, o direito à nacionalidade vem do sistema *jus soli* (direito do solo) (HATTON; MARSTEINTREDET; YRI, 2014), ou seja, é o país de nascimento que cancela o direito natural à nacionalidade.

Os autores, acima citados, fizeram um levantamento de medidas legais emitidas entre 2004 e 2013, que tendem a retirar os direitos dos migrantes e dos seus descendentes. Desde 2004, a República Dominicana vem restringindo legalmente o fundamento do *jus soli* à obtenção da nacionalidade dominicana. Assim, na lei de migração de 2004 (lei 285/04) o Congresso dominicano expande o grupo que teria direito à nacionalidade por *jus soli*, excluindo os filhos de migrantes indocumentados e filhos de migrantes não residentes, nascidos na República Dominicana.

Em 2007, a *Junta Central Electoral* que administra o registro civil começou a negar e/ou remover documentos da população de descendentes de haitianos que eram dominicanos de nascimento, sob o argumento de que eles não cumpriam as exigências da lei 285/04 e, portanto, teriam recebido sua nacionalidade por engano. Os documentos de identificação foram retirados, a entrada de certidões de nascimento foi negada e, em geral, a condição de cidadãos dominicanos tendia a ser apagada por meios burocráticos para milhares de descendentes de imigrantes.

A reforma constitucional, sob grande influência dos grupos mais conservadores da sociedade dominicana, em 2010, estabeleceu um novo critério para outorgar a nacionalidade dominicana, segundo o qual os filhos de imigrantes irregulares não podiam beneficiar-se da nacionalidade, porém reconhecia que quem até este momento possuía a nacionalidade continuaria exercendo esse direito. Finalmente, em 2013, o novo Tribunal Constitucional fez uma interpretação que levou a situação ao extremo, tornando retroativo este argumento constitucional com o qual desnacionaliza, na prática, milhares de descendentes de imigrantes nascidos desde 1929 em diante.

A Sentença 168-13 do Tribunal Constitucional da República Dominicana foi um marco ao validar judicialmente uma política de exclusão formal de todo um grupo populacional. Especificamente, esta sentença ordenou a privação do direito à nacionalidade

dominicana de um número indeterminado de pessoas nascidas a partir de 1929, de pais estrangeiros, com base em supostas irregularidades cometidas no momento de sua declaração de nascimento (MELGEN, 2018). Por ser claramente dirigida contra dominicanos de ascendência haitiana, ela provocou ampla rejeição nacional e internacional, sendo denunciada como ato racista (Ibid.).

Melgen mostra que a Sentença ordenou três coisas: 1) a preparação de uma lista de pessoas que viviam no país e que não tinham uma autorização de residência legal; 2) a compilação de uma lista de pessoas cujas certidões de nascimento tenham sido irregularmente registradas no registro civil do país desde 1929, bem como aquelas que foram certificadas de forma fraudulenta, com o objetivo de perder a nacionalidade dominicana; e 3) o desenvolvimento de um plano nacional de regularização de estrangeiros não autorizados.

As principais preocupações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação aos obstáculos enfrentados pelos dominicanos de ascendência haitiana para acessar procedimentos administrativos ou recursos judiciais, giram em torno do critério administrativo, falta de acesso à proteção judicial, bem como sua ineficiência, derivados do contexto discriminatório que afeta essas pessoas em várias esferas de suas vidas, e que foram agravadas após a sentença citada acima (CIDH, 2015). A Comissão observa que a falta de acesso à justiça e a desproteção judicial são obstáculos fundamentais para obter proteção efetiva contra violações dos direitos humanos na jurisdição interna (Ibid.).

A partir dessa sentença, abriu-se a possibilidade de que cerca de 200.000 pessoas ficassem em estado de apátridas por terem sido destituídas de sua nacionalidade dominicana, não tendo outra (GAMBOA; HARRINGTON, 2014). Nesse sentido, eles apontam que a sentença viola *"três princípios básicos dos direitos humanos que enquadram a regulamentação da cidadania: a proibição da discriminação racial; proibição da apatridia; e a proibição da privação arbitrária da cidadania"* (p. 53).

Ainda que haja uma grande quantidade de haitianos e seus descendentes nesta situação, esta medida vem prendendo a atenção de pesquisadores, movimentos sociais, e até mesmo de órgãos internacionais. Amín Pérez e Juan Miguel Pérez (2014), respectivamente, pesquisador associado do Instituto de Pesquisa Interdisciplinar sobre as Questões Sociais e professor de sociologia da Universidade Autônoma de Santo Domingo, denominaram este caso de *racismo de Estado* e mostram que sob a pressão local e internacional, um plano de

"regularização" dos trabalhadores imigrantes, através do *decreto 327-13*⁷⁵, foi estabelecido, e também um plano de "naturalização" por meio da *lei 169/14*⁷⁶, para reexaminar a situação desses dominicanos revogados da sua nacionalidade.

Imagem 3.- Protesto de dominicanos de origem haitiana.

Fonte: CERFAS, 2015.

A lei 169 do Congresso Nacional (2014) tem por objetivo exclusivo estabelecer: a) um regime especial em benefício de filhos, pais e mães estrangeiros não residentes, nascidos em território nacional durante o período de 16 de junho de 1929 a 18 de abril de 2007 inscritos nos livros de Registro Civil dominicano com base em documentos não reconhecidos pelas normas vigentes para esses fins no momento da inscrição; b) o registro de filhos de pais estrangeiros em situação irregular nascidos na República Dominicana e que não aparecem inscritos no Registro Civil.

Com um total de 53.000 dominicanos desprovidos da sua cidadania, somente 8.755 conseguiram preencher as exigências formais na data limite que era 17 de junho de 2014. E, dos 500 mil trabalhadores haitianos identificados, somente 288 mil conseguiram se inscrever no plano de regularização sem saber, porém, qual será o seu verdadeiro destino jurídico já que somente 1,6% dos imigrantes registrados dispõem do conjunto da documentação necessário a este fim (PÉREZ; PÉREZ, 2014). Na espera de uma decisão de parte do governo dominicano,

⁷⁵ O plano de regularização (Decreto 327-13) tem como motivo regularizar e documentar os migrantes na RD, e repatriar indocumentados e migrantes sem direito à residência no país (HATTON; MARSTEINTREDET; YRI, 2014).

⁷⁶ A lei de naturalização (Lei 169/14) tenta corrigir os efeitos mais perversos de desnacionalização da sentença 168/13, mas tem sido mal implementada (HATTON; MARSTEINTREDET; YRI, 2014). Tanto o plano de regularização quanto a lei de naturalização, ou aprofundam os abusos dos direitos humanos dos migrantes haitianos e os dominicanos de ascendência haitiana, ou constituem um primeiro passo em melhorar a organização e regularização da migração na ilha (Idib.).

milhares de imigrantes e dominicanos permanecem suscetíveis à expulsão do país os a qualquer momento. Além disso, ali permanecendo não conseguem fazer jus aos benefícios aos quais poderiam ter direito.

Não é por acaso que em 2014 mais de 75.000 trabalhadores do Conselho Estadual do Açúcar (CEA) não puderam receber a pensão do Estado por falta de documento que comprovasse a sua identidade (CERO, 2014). O problema é estrutural, e não pode ser visto apenas em referência a táticas eleitorais para eliminar potenciais eleitores para um ou outro partido. Bridget Wooding e Richard Moseley-Williams (2004) chamam o espaço tradicional de acolhimento de trabalhadores imigrantes haitianos (braceros) de “*um Estado no Estado*” (p. 30):

“A lei e ordem, a habitação, as estradas, o transporte, os serviços essenciais e as lojas foram assegurados pela empresa. Nos últimos tempos, o peso dominicano não circulava na plantação; os salários foram pagos na forma de peças trocáveis apenas nas lojas da empresa. O objetivo era maximizar a renda das empresas e impedir que os comerciantes dominicanos abrissem negócios na plantação[...] Antes de 1999, os canaviais não eram totalmente parte do estado dominicano. O estatuto da população era definido não pelo Estado, mas pelas empresas açucareiras. A constituição dominicana não lhes atribuiu nenhuma jurisdição territorial. O menor nível de governo local, o município, não tinha autoridade sobre a população de plantações de açúcar. As empresas açucareiras eram teoricamente responsáveis por infraestrutura e serviços” (p. 31-32).

Segundo esses autores, os escritórios do Conselho Eleitoral Central e a Junta Central Eleitoral (JCE), que emitem certidões de nascimento de crianças, cédulas eleitorais e carteiras de identidade para adultos com certidão de nascimento, estão localizadas nos municípios. Em geral, a certidão de nascimento é emitida mediante declaração da mãe e apresentação de prova de nascimento (geralmente um formulário assinado por um hospital ou profissional de saúde). As empresas açucareiras, quando ofereciam serviços de saúde, pouco se preocupavam em entregar os papéis necessários para a emissão de certidões de nascimento. E ainda que vários canaviais não estejam localizados muito longe dos escritórios municipais locais, para os

bateyanos/braceros, o perímetro da plantação de açúcar se constituiu, real e psicologicamente, a fronteira de outro país (Ibid.).

Para fortalecer o combate à discriminação e exclusão social enfrentada pelos haitianos no país, a Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OACNUDH, 2014) destacou ser crucial restaurar a nacionalidade dos nascidos na República Dominicana e que não foram registrados no nascimento a fim de restaurar sua nacionalidade.

Por ora, esta decisão tem sido muito criticada por não respeitar os princípios de legalidade (MARSTEINTREDET, 2014), indicando o objetivo de reduzir a população migrante a uma condição inerentemente precária e suscetível à deportação seria o intuito da dita decisão.

Uma reação superveniente do governo haitiano perante esta decisão discriminatória da República Dominicana revelou-se ineficiente, até mesmo inexistente. Enquanto o Haiti e seus habitantes ocupam um lugar particular no imaginário coletivo dominicano há mais de um século (BOURGEOISE, 2018), as deportações não param.

Imagem 4.- Um protesto em solo dominicano.

Fonte: CERFAS, 2015.

3.5. O RETORNO FORÇADO AO “PAÍS DE IMIGRANTES”

O termo “país de imigrantes”, como vimos nas linhas anteriores, foi introduzido pelo ex-presidente dominicano Balaguer ao se referir ao Haiti. Retornar ao Haiti, porém, nem sempre tem sido uma ação voluntária dos trabalhadores migrantes e seus descendentes, visto

que o governo dominicano, por meio das suas medidas, vem legalizando a deportação em massa.

Após o término do Plano Nacional de Regularização de Estrangeiros (PNRE), no dia 17 de junho de 2015, alguns haitianos voltaram voluntariamente ao Haiti. De acordo com dados estatísticos da Diretoria Geral de Migração Dominicana, esses retornos voluntários abrangem 65.049 cidadãos haitianos entre 18 de junho e 2 de agosto de 2015 (CERFAS, 2015).

Imagem 5.- Deportação e retorno de repatriados.

Fonte: CERFAS, 2015.

Segundo os dados do *Centre de Recherche, de Formation e d'Action Social* (CERFAS), as deportações oficiais para o Haiti começaram em agosto de 2015. Em novembro de 2015, 11.244 pessoas foram expulsas nos três pontos de passagem de fronteira oficiais (Ouanaminthe, Malpasse, Belladères). Nos arredores empoeirados de Anse à Pitres, mais de 500 famílias vivem em alojamentos. As distribuições esporádicas de víveres e outros objetos de uso pessoal por algumas ONGs ou cidadãos comuns não são suficientes para proporcionar-lhes condições de vida decentes. E suas condições de saúde foram agravadas pela epidemia de cólera. No final de novembro de 2015, a epidemia causou a morte de mais de 20 deles e a contaminação de mais de 40. Embora a situação dessas famílias pareça estar piorando, a

articulação dos vários atores envolvidos em busca de possíveis planos de realocação estão aumentando e continuam.

A deportação em massa de migrantes haitianos não é um acontecimento novo. “*Entre 1990 e 2000, os despejos em massa foram intensificados. Em 1991, essas expulsões atingiram 75.000 pessoas no espaço de quatro meses*” (CERFAS, 2015, p. 10). Mas muitas vezes, repatriações para a parte oriental da ilha ocorreram sem aviso prévio e centenas de pessoas são abusadas e maltratadas rotineiramente; constituindo uma violação das normas internacionais de direitos humanos (Ibid.).

De acordo com o relatório da ONE (2019) sobre os “estrangeiros” deportados de 2010 a 2016 segundo nacionalidade, de um total de 53.000, o Haiti lidera o grupo com 52.163 habitantes. Vale frisar que antes da decisão do tribunal constitucional (2010-2014) havia apenas 73 deportados, mas depois -já no ano de 2015- contabilizaram 14.403 deportados e no ano seguinte, 37.687. Ainda não há uma divulgação de dados de 2017 a 2020, mas a tendência depois da decisão No. 168/13 do Tribunal Constitucional é de aumento.

Segundo Abraham (2013), esta decisão do Tribunal Constitucional Dominicano, em comparação com o anti-semitismo, pode ser considerada como uma lei antihaitianista, porque se aplica contra um povo, como foi o caso nazista contra os judeus. Essa decisão de perseguição judicial seria uma das mais infames do catálogo constitucional dominicano.

Esses sujeitos, ambulantes internacionais, compõem um proletariado que antes fugia das condições de vida nefastas no seu próprio país, e agora estão sendo devolvidos a ele. E devido às condições cada vez mais precárias, podemos nos referir ao que Guy Standing (2014) chama de “precariado”, mostrando que “*os migrantes tornaram-se parte substancial das manifestações do precariado*” (p. 16). Segundo esse autor, os países deveriam aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho. O resultado tem sido a criação de um “precariado” global, de muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade. Eles estão se tornando uma nova classe perigosa. O verdadeiro sucesso da agenda “neoliberal”, abraçada em maior ou menor grau por todos os tipos de governos, gerou um problema político incipiente (Ibid.).

No caso haitiano-dominicano, um fator vivo desta descartabilidade desse exército industrial de reserva expulso que virou ou que sempre tem sido um "*exército do mal*"⁷⁷ apresenta, muitas vezes um sinal de reuso em diversos setores do Haiti e também em zonas francas. A seguir, veremos o caso da zona franca CODEVI.

3.6. A IMPLANTAÇÃO DA CODEVI NO TERRITÓRIO HAITIANO

Em um relatório elaborado pela Conferencia das Nações- Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) datando do ano 1975, a zona franca pode ser definida como:

“Um enclave num território aduaneiro nacional, geralmente localizado perto de um porto ou um aeroporto internacional, e no qual entram, sem formalidades alfandegárias, bens de equipamento, elementos e materiais estrangeiros. Esses produtos importados são processados na zona e depois exportados em outro lugar, sem a intervenção das autoridades aduaneiras do país hóspede”⁷⁸ (GIFFONI, 1993, p. 229).

Esta definição, focada nos benefícios relacionados ao processamento para exportação, põe em xeque a total ausência de formalidades e a não percepção de direitos aduaneiros, que podem ser considerados como dois elementos-chave em contexto da política aduaneira de exportação (Ibid.).

De acordo com o *Conseil de Coopération Douanière* (CCD) / Conselho de Cooperação Aduaneira,

“Por zona franca, é preciso entender uma parte do território de um Estado no qual as mercadorias nela contidas são geralmente consideradas como não estando sobre o território aduaneiro em

⁷⁷ Trecho do livro *O precariado: a nova classe perigosa* de Guy Standing onde o então primeiro ministro italiano Silvio Berlusconi, falou de sua determinação em derrotar “o exército do mal”, forma como descreveu os imigrantes ilegais (p. 20).

⁷⁸ Da versão original: "Enclave dans un territoire douanier national, généralement située à proximité d'un port ou d'un aéroport international, et dans laquelle entrent, sans formalités de douane, des biens d'équipement, des éléments et des matériaux étrangers. Ces produits importés sont transformés dans la zone, puis exportés ailleurs, sans qu'interviennent les autorités douanières du pays hôte".

relação aos direitos e taxas à importação e não são submetidas ao controle alfandegário habitual”⁷⁹ (Ibid., p. 230).

Justapondo à definição da CNUCED, o CCD considera a zona franca não apenas em relação às transformações para a exportação nela efetuadas, também um espaço internacional no território nacional.

A CODEVI (Compagnie de Développement Industriel) está inscrita nessa categoria de zona franca de exportação. Localizada na zona ocidental da fronteira haitiano-dominicana, na parte haitiana da ilha do Haiti, nesta zona franca dominicana predomina a força de trabalho das mulheres. Implantada em 2002, tornou-se operacional a partir de 2003 com o apoio e/ou financiamento da Organização Mundial do Comércio e da Sociedade Financeira Internacional que é uma agência do Banco Mundial encarregada dos empréstimos ao setor privado (DESROSIERS, 2014).

Haiti estava um passo à frente da República Dominicana para o estabelecimento de zonas francas. Embora, a partir de 1963, François Duvalier tenha emitido um decreto concedendo isenção de direitos aduaneiros, isenção fiscal e facilidades salariais para empresas de reexportação conhecidas como zonas francas, é com Jean-Claude que a indústria de montagem realmente cresce (CORTEN, 2011).

O modelo tradicional de zonas francas industriais de exportação localizadas na sua quase totalidade no Terceiro-mundo, para Madani (1999), tem os seguintes objetivos:

- a) Fornecer divisas estrangeiras através da promoção de exportações não tradicionais;
- b) Fornecer empregos para aliviar os problemas de desemprego ou subemprego no país de acolhimento, e auxiliar na criação de renda;
- c) Atrair investimento estrangeiro direto para o país de acolhimento;
- d) No caso de uma zona franca de exportação bem sucedida, o investimento estrangeiro direto seria acompanhado por transferência

⁷⁹Da versão original: "Par zone franche il faut entendre une partie du territoire d'un Etat dans laquelle les marchandises qui y sont introduites sont généralement considérées comme n'étant pas sur le territoire douanier au regard des droits et taxes à l'importation et ne sont pas soumises au contrôle habituel de la douane".

de tecnologia, conhecimento, repercussões e demonstração de efeitos que agiriam como catalisadores para os empresários nacionais envolverem-se na produção de produtos não tradicionais (p. 14-15).

Para o alcance desses objetivos, no caso da CODEVI há um custo: a zona franca está construída sobre um conjunto de planícies das mais férteis do território haitiano. Desrosiers (2014) lembra que Fernando Capellan, dono do Grupo M que administra a CODEVI, exigiu um espaço situado perto da República Dominicana, em Maribahoux, para a implantação da zona franca, com o intuito de aproveitar a energia elétrica disponível na República Dominicana, já que no Haiti esta fonte de energia constitui quase uma raridade. Contudo, segundo Séguy (2014), a concessão dessas terras obtidas por meio da expropriação de pequenos agricultores camponeses em favor do industrial dominicano trocou a fertilidade das planícies pelo concreto, colocando os camponeses locais numa condição de miséria extrema.

Contraditoriamente, porém, as zonas francas são promovidas e estimuladas como alternativa à pobreza no Haiti. Buzenot (2009) diz que:

O desmantelamento dos Acordos Multifibras previsto desde 1994 torna incerto o futuro das zonas francas dominicanas. Neste contexto, a margem de fronteira é percebida como uma solução. O espaço fronteiriço torna-se um novo espaço de desenvolvimento nacional, regional e de "cooperação" entre dois Estados antagônicos durante muito tempo. O contraste de densidade e o diferencial de salário (45 euros para os haitianos e 75 euros para os dominicanos) entre as partes explicam a escolha do desenvolvimento da fronteira pelo estado dominicano.

Uma linhagem histórica das zonas francas demonstrou que o continente africano também implantou algumas no propósito de se “desenvolver” a ponto que a África subsaariana se tornasse a região que totalizaria o maior numero de países dotados de um regime de zonas francas (32 países sobre uma totalidade de 48) (BOST, 2007).

No caso específico do Haiti, a CODEVI representa um território dominicano no solo haitiano. Então, a inserção de haitianos nessa zona implica automaticamente um evento social na República Dominicana. A expulsão masssiva vista no subtítulo anterior deste capítulo, “o

retorno forçado ao país de imigrantes”, pode indicar que esses deportados vão somar-se a um grupo de desempregados, o que alimentaria uma enorme concorrência/competição no mercado de trabalho. E conseqüentemente, a imposição de salário de miséria.

CAPITULO 4: OS PROCESSOS SOCIAIS DE SAÚDE-DOENÇA DOS TRABALHADORES MIGRANTES.

O entendimento do processo migratório, do processo laboral e da vida social dos trabalhadores imigrantes propicia um bom caminho para a descrição dos processos sociais de saúde-doença destes sujeitos: “a saúde dos que migram geralmente reflete as circunstâncias da migração”⁸⁰. Os distúrbios que acarretam a “tomada de decisão” de migrar já apresentam uma pista analítica para abordar o objeto aqui posto.

Ninguém migra por migrar! Migra-se por medo, por preocupações, por esperança; migra-se para (sobre) viver, para sonhar, para respirar, para trabalhar; migra-se para parar de migrar; migra-se para migrar novamente; migra-se para experimentar novos estilos de vida; migra-se para compartilhar o mundo; e, muitas vezes, migra-se para morrer. Em todos os aspectos, a migração pode ser vista como uma mudança social, conseqüentemente, um problema social, e também um processo social determinante de fenômenos em saúde-doença.

Abordar os processos sociais de saúde-doença é sempre uma tarefa delicada, ousada e até mesmo, silenciada, ainda mais quando a questão envolve quem luta pela vida, movimentando-se transnacionalmente.

4.1. A LUTA PELA VIDA NA MIGRAÇÃO

Uma das contribuições mais originais para a antropologia da imigração do século passado, segundo Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (2000), é a obra “Imigração e os paradoxos da alteridade” do falecido sociólogo Abdelmalek Sayad que demonstra a potência de três princípios para o estudo da peregrinação.

⁸⁰ DESTRI, Luiza. Saúde global em movimento. Pesquisa Fapesp. Edição 276, fev. 2019. Disponível em:< <https://revistapesquisa.fapesp.br/saude-global-em-movimento/>>. Acesso em: 02/11/2020.

O primeiro frisa que, antes de se tornar um imigrante, o migrante é primeiro um emigrante e que a sociologia da migração deve, portanto, partir, não da sociedade receptora, mas da estrutura e contradições das comunidades remetentes.

O segundo leva a sério o fato de que a migração é o produto de uma relação histórica de dominação internacional, ao mesmo tempo material e simbólica, uma relação reprimida de estado para estado que todo migrante inconscientemente recapitula em suas estratégias e experiências pessoais.

O terceiro reconhece que, como outros processos de (des) formação de grupo, a migração requer dissimulação coletiva e duplicidade social. Um corolário desses princípios é que a sociologia da migração deve ser reflexiva e incluir uma história social dos discursos leigos e acadêmicos que giram em torno dela nas sociedades envolvidas.

Sayad elaborou essas proposições porque ele era mais do que um estudioso da migração: ele era o próprio fenômeno. A sensibilidade etnográfica e o rigor que animam seu trabalho estavam enraizados em sua solidariedade ativa com os migrantes cabila, e permitiram-lhe desmontar representações pré-fabricadas da imigração e olhar o migrante, como híbrido social destituído de lugar legítimo, na forma de um analisador de carne e osso do inconsciente coletivo, colocando de novo a questão da relação entre cidadão, estado e nação. Com base nesses três princípios é possível iniciar o debate acerca da luta pela vida, e dos processos em saúde-doença, dos imigrantes.

O migrante pode ser considerado como o termômetro da tensão social. Achille Mbembe (2020), no seu texto “O direito universal à respiração”, especificamente na parte onde trata a questão do direito fundamental à existência, mostra que este é um direito originário de habitação da terra, um direito próprio à comunidade universal dos habitantes da terra, humanos e outros.

Segundo o artigo 13 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*⁸¹: “Toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado”. Quem é considerado como *pessoa*? Enquanto as evidências vão mostrando a parcialidade no/do processo migratório, alguns, já em terra dominicana, se submetem a condições de trabalho que complicam sua luta pela vida e sua saúde.

⁸¹ Acesso ao texto: <https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf>.

4.2. CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE

De acordo com Wooding e Moseley-Williams (2005), as pressões externas destinadas a melhorar as condições de trabalho dos cortadores de cana na República Dominicana, raramente foram aplicadas na prática. De acordo com o contrato, o Conselho Estadual do Açúcar (CEA) deveria fornecer a cada um dos trabalhadores elementos mínimos de habitação e trabalho, mas tudo se resumia a facões e um amolador, uma garrafa de água e um colchão. Os engenhos deveriam lhes fornecer habitação e serviços de saúde. Na verdade, o cuidado era rudimentar, quando existia. E os quartos dos canaviais eram superlotados e sujos, sem água, sem comodidades, sem eletricidade e sem instalações da cozinha (Ibid.).

Contudo, estudos têm mostrado que os equipamentos de proteção individual (EPIs) representam, muitas vezes, um risco adicional para os trabalhadores rurais. Em regiões quentes e úmidas ou secas, de acordo com Havenith (1999), o trabalho rural com o uso de EPI é mais insalubre quando comparado com o realizado em condições mais amenas. Um trabalhador executando uma atividade moderada, sob condições climáticas amenas, utilizando roupas leves, levaria em média 90 minutos para elevar em 1,5°C sua temperatura corporal. Caso esse mesmo trabalhador utilizasse uma roupa impermeável e sintética, esse tempo cairia para 20 minutos.

No tocante à sobrecarga térmica, Bitencourt, Ruas e Maia (2012) analisaram a condição atmosférica no dia da morte de 14 trabalhadores do corte de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, comparando valores das ocorrências com a série histórica (1957 a 2008) de variáveis meteorológicas, como temperatura, umidade, vento e radiação. Constataram que em 10 dos 14 casos analisados as temperaturas observadas nos dias dos óbitos eram maiores ou iguais à média histórica estudada somada ao desvio-padrão, sendo que, em seis casos, o valor da temperatura atingiu ou ficou muito próxima do recorde histórico. Deste modo, é possível concluir que a condição atmosférica pode ser um fator importante a ser considerado na análise das condições gerais de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar.

Nessa perspectiva, as populações que trabalham em ambientes externos quentes terão esses efeitos à saúde agravados, uma vez que medidas de proteção como resfriamento e ventilação não são aplicáveis em trabalhos a céu aberto. Segundo Kjellstrom, Lemke e Hyat (2011), o método mais efetivo de controle desses riscos é a redução da produção do calor do

metabolismo, por exemplo, adotando pausas maiores e mais prolongadas durante a jornada de trabalho. No entanto, o aumento desses períodos de descanso vai reduzir a produtividade diária dos trabalhadores e os resultados econômicos da produção. Para a manutenção dos mesmos índices, seria necessária a ampliação do efetivo.

Quando o trabalhador usa vestimentas pesadas, como luvas, botas, perneiras etc., que dificultam a transpiração e liberação de calor, a American Conference of Governmental Industrial Hygienists (1999) recomenda a redução de 2 °C no limite do Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo (IBUTG), ou seja, o limite de exposição, considerando a vestimenta, passa a ser IBUTG de 23,0 °C. Assim, acima desse limite de tolerância, são preconizadas as medidas de controle de descanso relatadas anteriormente. Além do efeito calorífico, os movimentos repetitivos também causam danos.

Assunção e Vilela (2009) apresentaram um panorama de como os fatores de risco biomecânicos agem sobre o organismo em condições de repetitividade, em atividades dinâmicas de alta repetição, nas quais são frequentes as contrações excêntricas (contrações musculares com alongamento do músculo). Nessas condições, podem ocorrer danos musculares que somente serão reversíveis se houver pausas regulares para a recuperação dessas estruturas. Quando a musculatura é hipersolicitada, sob o ponto de vista fisiológico, ocorrem modificações bioquímicas, tais como: acúmulo de lactato, insuficiência de glicogênio e modificações das concentrações iônicas intra e extracelulares. Para as autoras, a forma de organização do trabalho que não permite que o trabalhador utilize sua inteligência corporal e situações que dificultam o exercício de pausas ou a desaceleração do ritmo caracterizam obstáculo à recuperação das fibras musculares e à normalização das estruturas musculoesqueléticas.

“Em teoria, os braceros (canavieiros) deveriam receber o mesmo salário que os trabalhadores dominicanos designados para as mesmas tarefas. Eles trabalharam do amanhecer ao anoitecer e cada trabalhador era pago à noite de acordo com a quantidade de toneladas de cana cortada. Muitas vezes os pesadores (aqueles que pesavam a cana cortada) procediam a uma estimativa à vista. O engenho reteve parte dos ganhos do braceros que foram pagos a eles no final da colheita, no momento da sua partida (volta) para o Haiti. Este assim chamado "bônus" constituiria as economias, ou seja, a poupança do

canavieiro, sendo o pagamento da noite para sua subsistência. A medida visava a fazer com que os trabalhadores ficassem nos canaviais. Se eles saírem antes do final da colheita, como muitos foram tentados a fazer quando descobriram que o trabalho não correspondia em nada ao que lhes fora dito, eles estavam perdendo suas economias” (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2005, p. 30).

Os cortadores de cana eram prisioneiros *de facto*. Se eles deixaram a plantação para encontrar trabalho em outro engenho onde o salário e as condições de trabalho fossem melhores, eles poderiam ser presos e levados de volta ao local de trabalho inicial, já que eles não tinham nenhum status no resto do país. Ademais, a empresa lhes dava um contrato (ou qualquer outro tipo de identificação) especificando o nome do engenho ao qual foram anexados (Ibid.). Fora do perímetro da plantação, também foram encontrados fora da lei.

Mudanças rápidas e substanciais ocorreram nas últimas duas décadas na maioria dos 500 ou mais canaviais, particularmente no leste (onde eles estão concentrados em maior número) e no sul do país. Essas mudanças estão vinculadas ao colapso da indústria açucareira estatal no final dos anos 1980: colapso com a queda dos preços do açúcar no mercado internacional, a redução da cota de importação para os Estados Unidos, e a corrupção e ineficiência do CEA, que não investiu na modernização de suas plantações quando a indústria estava em alta. Porém, de acordo com os autores Wooding e Moseley-Williams (2005) ainda há canaviais tradicionais em certas zonas do país.

Tanto é que, após a derrubada do ditador Jean-Claude Duvalier em 1986 no Haiti, o recrutamento de trabalhadores continuou sem a aprovação oficial das autoridades haitianas. O recrutamento individual substituiu o recrutamento em massa. O CEA e os engenhos concluíram acordos privados com agentes chamados *buscones* pelos dominicanos e *passeurs* por haitianos (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2005). No Haiti, esses agentes, que tinham ligações com os militares, faziam contratos com trabalhadores, facilitando a travessia da fronteira com a cumplicidade dos guardas de fronteira e dos soldados dominicanos, e em seguida eles os entregavam para intermediários dominicanos. Eles foram então colocados em um ônibus para o engenho. Após a colheita, que poderia durar até 200 dias, os braceros eram repatriados para o Haiti às custas das empresas açucareiras (Ibid.).

Segundo o sociólogo italiano Pietro Basso (2018) que investiga o trabalho, as migrações internacionais, o desemprego, o racismo doutrinário e de Estado, e o movimento operário, no seu livro *“Tempos modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI”*, o desemprego em massa e a sobrecarga de trabalho são duas das mais graves doenças sociais dos nossos tempos, não apenas nos países mais pobres do Sul do Mundo, mas também – e progressivamente – nos países que dominam o mundo e querem indicar a todos a direção a ser seguida. Esse livro analisa a feroz intensificação e o crescente prolongamento das jornadas de trabalho na América no Norte, especificamente nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, e suas consequências na vida dos assalariados. Apoiando-se em um grande volume de fatos e de pesquisas, o autor mostra que esse fenômeno se configura como uma tendência de longo prazo; discute suas causas de fundo e ilumina a urgência de uma mudança histórica que afirme a necessidade de uma nova e drástica redução do tempo de trabalho.

Mesmo com a modernização dos modos de produção canavieira, traços antigos permanecem, especificamente no ato do “cuidar” da terra e das plantas. Com efeito, modernizar os processos de trabalho no campo reduz o número de empregos e muda a natureza e relações de trabalho. Tudo focado na mecanização, na máquina.

Nesta perspectiva, Alves (2009) mostra que se trata de uma “modernização perversa” que, contraditoriamente, desenvolve novas tecnologias de processo e de produto – o etanol brasileiro é o exemplo mais conhecido desses avanços –, mas reproduz, perpetua e sofisticada formas de exploração do trabalho herdadas dos tempos coloniais, marcadas pelo autoritarismo e pela inobservância, na prática, da legislação brasileira. O autor acrescenta que é muito comum práticas do recrutamento pelos intermediários (“gatos”) bem como as de trabalho degradante ou análogas ao trabalho escravo, como apurado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os efeitos da modernidade vêm à tona.

O Ocidente, desde sempre, acreditava que a modernidade era o triunfo da Razão, a destruição de tradições de povos tidos como “primitivos”, crenças, laços familiares, a colonização do vivido por cálculo (TOURAINÉ, 1992). Mas, hoje em dia, segundo ele, todas as categorias que foram submetidas à elite moderna, consequentemente, “esclarecida”, trabalhadores e colonizados, mulheres e crianças, se revoltaram e se recusam a chamar de moderno um mundo que não reconhece sua experiência particular e seu acesso ao universal. De modo que aqueles que se identificam com a razão aparecem agora como defensores de um

poder arbitrário. De acordo com o autor, agora que o reinado da razão conquistadora chegou ao fim, derrubado por Nietzsche e Freud, mas também pelo consumo em massa e nacionalismos, é preciso ouvir a voz do sujeito, que não é introspecção, mas luta pela liberdade contra a lógica da mercadoria e do poder, que é a vontade do indivíduo e do grupo como atores de sua própria vida, com direito à memória e ao pertencimento.

VILELA, et al (2015) fizeram um estudo no Brasil, especificamente no Estado de São Paulo, mostrando o cenário desalentador das condições de trabalho na lavoura de cana - apesar da mecanização da colheita da cana-de-açúcar estar em andamento, o processo está muito longe de eliminar o trabalho humano já que a primeira colheita deve ser feita de forma manual para não prejudicar a rebrota das mudas, além de existirem áreas não mecanizáveis devido a solos irregulares e com declives acentuados, o que demanda o corte manual. Em conclusão, o estudo aponta o efeito nocivo das alterações fisiológicas e do aumento da carga cardiovascular em função do ritmo de trabalho acelerado por medidas gerenciais e organizacionais, com destaque para o pagamento por produção, responsável pelo aumento do desgaste físico dos trabalhadores, ultrapassando seus limites fisiológicos. E recomendam, dentre outras medidas, a alteração na forma de remuneração do trabalho no corte manual de cana.

4.3. SOFRIMENTO: O TRABALHO COMO PROCESSO DE LUTA E DE LUTO

Esta questão candente esteve no centro dos debates que decorreram em 16 de Maio de 2007 na conferência "Sang, Sucre, Sueur / Sangue, Açúcar e Suor", realizada na Escola Nacional de Química de Paris pela associação "Collectif 2004 Images", como parte da exposição "Slaves in Paradise".

No evento, pesquisadores, professores universitários, produziram reflexões sobre as relações entre o modo de consumo no Norte, a produção de açúcar e a escravidão na América e no Caribe, e tentaram fazer comparações entre a realidade atual dos cortadores de cana-de-açúcar haitianos na República Dominicana e a escravidão (ALTERPRESSE, 2007). Os temas levantados suscitaram debates, questionamentos e reafirmações, principalmente, após os depoimentos dos padres Christopher Hartley e Pierre Ruquoy, dois padres expulsos da República Dominicana por pressão dos proprietários de usinas de açúcar por ousarem falar sobre essa realidade (Ibid.).

De acordo com a rede midiática *AlterPresse*, os dominicanos e franco-dominicanos que participaram da sessão, se reuniram para protestar. Alguns foram liderados por representantes da VICINI, proprietários de uma das fábricas destacadas na exposição “Escravos no Paraíso”, além dos depoimentos dos dois padres que denunciaram o tratamento desumano pelo qual os trabalhadores eram submetidos. Em suas declarações, os manifestantes evitaram cuidadosamente abordar a questão da responsabilidade das fábricas que lucram muito sem se preocupar com o bem-estar de seus trabalhadores, e preferiram falar da imagem da República Dominicana, que arrisca sofrer as consequências internacionais dessas atividades realizadas.

No auge das trocas [de reflexões], moderadas pelo escritor francês Christophe Wargny, os apoiadores da VICINI apresentaram dois cortadores de cana haitianos que trouxeram dos bateyes (canaviais) para a França para negar as alegações do Padre Hartley sobre a descoberta de um cemitério clandestino nos canaviais da paróquia de San José de los Llanos (leste da República Dominicana) onde ele trabalhava. No final, esses haitianos tiveram que admitir que o cemitério em questão realmente existia, mas agora estava abandonado⁸².

O texto não relatou se os dois cortadores de cana compuseram uma amostra representativa do grupo de migrantes ou não. Por serem testemunhas da empresa, levados de uma plantação de cana de açúcar em San José de los Llanos até um colóquio em Paris, há evidência de que nunca deporiam de forma a engrossar o fardo da dita empresa. Além do mais, a existência do cemitério clandestino é um fator essencial que poderia levar a várias hipóteses, dentre elas de que já houve caso de *Karojisatsu* ou *Karoshi*.

René Mendes (2018), o autointitulado “médico, professor e pensador comprometido com a promoção da paz, da solidariedade e da equidade”⁸³, mostra que o termo *karojisatsu* - palavra japonesa que designa o suicídio relacionado à exaustão por excesso de trabalho - não é um termo estritamente médico, mas é o resultante de uma contrução social, embasado nas

⁸² O texto completo encontra-se na plataforma virtual da *AlterPresse*, disponível em: <<https://www.alterpresse.org/spip.php?article6007#.X9dgZFKJIU>>. Acesso em: 14/12/2020.

⁸³ Descrição inscrita na quarta capa do livro aqui mencionado.

histórias de vida (e de morte) dos trabalhadores que cometeram suicídio, jovens em sua maioria.

“A suposta busca pelo aumento de produtividade e de qualidade resulta na intensificação do trabalho, que é acompanhada por uma série de impactos dentro das organizações, nas famílias e na sociedade” (MENDES, 2018, p. 682).

O *Karoshi* - palavra japonesa que indica a morte por excesso de trabalho -, de acordo com o autor, também “não é um termo estritamente médico, mas resultante da construção social, que, embora possa pecar pela relativa imprecisão e diversidade da causa terminal (verificada em autópsias), acerta na causa básica mais óbvia” (op. cit., p. 683).

É explícito que os dois termos decorrem, meramente, do processo laboral, onde o trabalhador se torna o pilar, a parte central, e até mesmo o protagonista desta decisão sobre a própria vida: a sua interrupção. No caso dos trabalhadores migrantes em terra dominicana esta decisão nem sempre é do próprio trabalhador. Pode-se lembrar do assassinato do haitiano Henry Claude Jean, encontrado enforcado em uma árvore em 11 de fevereiro de 2015 em um parque de Santiago de los Caballeros, a 150 quilômetros de Santo Domingo, e de Lujis Jhonet, também haitiano, que foi encontrado morto em 18 de fevereiro em Comendador, próximo à fronteira com o Haiti (OPERAMUNDI, 2015).

Franck Séguy (2014) escreve que:

“Tradicionalmente, o haitiano sempre cultivava grande respeito para com os seus mortos, pois os defuntos continuam fazendo parte da família. Uma das ocasiões para se averiguar essa observação de grande riqueza antropológica é o dia dos mortos, 2 de novembro. Nessas ocasiões, as famílias vão aos cemitérios levando aos mortos presentes e objetos importantes (perfume, joia... até comida) que se sabe que o querido gostava quando vivo. Por isso é que sempre que puder, o haitiano não abandona seu morto. Faz de tudo para enterrá-lo” (p. 24).

Neste caso, o quê dizer de um migrante que perde um ente querido no país de origem e que está impossibilitado de se fazer presente devido a restrições políticas e/ou econômicas? O que existe é a produção de luto.

Judith Butler (2015) no seu livro intitulado *Quadros de guerra - quando a vida é passível de luto?*, escreve sobre a vida precária e a vida passível de luto, em continuação ao livro *Precarious Life* que sugere que:

“uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (p. 13).

De acordo com a autora, a condição precária da vida nos impõe uma obrigação. Desta forma, devemos nos perguntar em que condições se torna possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas, como precária, e em que condições isso se torna menos possível ou menos impossível.

Se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção e o exercício do direito, à sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar a uma nova ontologia⁸⁴ corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social.

O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. Não é possível definir primeiro a ontologia do corpo e depois as significações sociais que o corpo assume. Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social (p. 15-16).

⁸⁴ Segundo a autora, “referir-se à “ontologia” neste aspecto não significa reivindicar uma descrição de estruturas fundamentais do ser distintas de toda e qualquer organização social e política. Ao contrário, nenhum desses termos existe fora de sua organização e interpretação políticas” (BUTLER, 2015, p. 15).

Contudo, independentemente da forma social que molda um corpo, este não é permeável a certas condições que aprisionam a sua existência e que deixam marcas, vibrações, sensações, a até mesmo, conflitos internos. A estas oscilações, o corpo, muitas vezes, sucumbe. A partir daí, fala-se de doença (desequilíbrio do corpo) ou/e de saúde (equilíbrio do corpo). Ou melhor, fala-se do processo social de saúde-doença.

4.4. NAS INTERFACES DA SAÚDE

*Um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.*⁸⁵

Alguns autores (CECCIM et al., 2005), ao resgatar a historicidade do processo saúde-doença, vêm criticando o sentido da definição da saúde pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e mostrando a relatividade [subjativa] que existe por trás da saúde/doença, discutindo que, ao pensar nas práticas e nas representações que os indivíduos, grupos e coletividades apresentam a respeito de saúde e doença, há uma multiplicidade de justificativas, explicações, e discursos que se relacionam com saberes da tradição, terapias que não são vinculadas ao conhecimento ocidental e até mesmo formas de cuidado, como os que acontecem em espaços como os terreiros, nos sistemas de cura indígenas e no conhecimento popular.

A persistência da definição restrita não conseguiu suportar as pressões da diversidade. Assim a OMS (1976) redefiniu o conceito afirmando que a saúde deve ser entendida em sentido mais amplo, como componente da qualidade de vida, um bem comum, um bem e um direito social, envolvendo promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de doenças. Noção que, para a OMS, deve informar os poderes públicos para o balizamento e orientação de suas ações, políticas, estratégias e decisões.

Segundo Brêtas e Gamba (2006), por mais que se pense a saúde na dimensão do coletivo, é o ser humano que adoece e, como tal, requer cuidados. A saúde e o adoecer são experiências subjetivas e individuais, e a experiência da saúde inclui a experiência da doença, logo, a saúde e a doença são movimentos da vida (CECCIM et al., 2005). Desta forma, a

⁸⁵ O conceito de saúde de 1947 da Organização Mundial da Saúde (OMS).

saúde, nas suas expressões -física e mental- indissociáveis, além de admitir qualificativos, pode ser um movimento da vida das vidas/corpos em movimento/trânsito.

4.4.1. Saúde física das vidas em trânsito

Balaguer (1983) mostra a “influência haitiana sobre a saúde” (p. 43) dominicana...

“A influência, por parte dos trabalhadores que anualmente se estabelecem em nosso país, não se limita ao campo social, mas também se estende ao da saúde do povo dominicano. A imigração haitiana, tanto aquela realizada de forma clandestina, tanto a que é realizada cada ano mediante a contratação de canavieiros (braceros) para as fábricas de açúcar, é a principal causante da propagação em nosso país de enfermidades tão deprimentes como a peste, sífilis e malária. Os médicos que exercem sua profissão em populações do Cibao em que o café é cultivado, comprovam diariamente, sobretudo durante a época da colheita deste grão, o aumento dos casos de sífilis entre os trabalhadores dominicanos que estão envolvidos nessas tarefas junto com outros de nacionalidade haitiana. O contato com mulheres do país vizinho, fato favorecido pela promiscuidade em que viveram durante o referido período, nas proximidades destas plantações, dá lugar ao contágio de um grande número de jovens dos nossos campos e a sífilis, que já tinha sido quase eliminada do nosso meio ambiente, voltou a intensificar-se em termos alarmantes entre os colhedores de café da Villa Trina, província de Moca, do Polo e da maior parte das áreas de cultivo de café da província de Barahona” (p. 43).

O autor atribuiu também o reaparecimento do paludismo a uma grande população ambulante haitiana que se estabeleceu primeiramente nos centros de colheita de café e nos engenhos açucareiros, mas que logo se dispersa apesar dos esforços das autoridades de imigração dominicanas tanto nos campos como nas principais demarcações urbanas. Pelo visto, a mobilidade haitiana rumo à República Dominicana causou a reemergência de enfermidades. Há também o caso da sífilis. Ele afirmou que a doença havia sido “quase

eliminada” na república Dominicana, e que o contato de jovens dominicanos com mulheres haitianas teria aumentado drasticamente os casos.

É importante lembrar Laurell (1982) que diz que na sociedade capitalista o conceito de doença explícita está centrado na biologia individual, fato que lhe retira o caráter social. O conceito de “doença oculta” (p. 9), quer dizer, que está subjacente na definição social do que é doença, refere-se à incapacidade de trabalhar, o que a coloca em relação com a economia e eventualmente com a criação da mais-valia e possibilidade de acumulação capitalista (Ibid.).

A leitura feita por Balaguer, nesse sentido, apenas culpa vidas em trânsito (os imigrantes), mas não analisa os determinantes sociais da saúde (DSS) que, de acordo com definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), estão relacionados às condições em que uma pessoa vive e trabalha. Além disso, podem ser considerados os fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco à população, tais como moradia, alimentação, escolaridade, renda e emprego⁸⁶.

Em estudo recente, KEYS et al. (2019) apresentam a prevalência da malária em canaviais na República Dominicana e mostram que a maioria dos residentes do canavial (batey) nasceu na República Dominicana (57,8%), sendo documentados (85,0%) e residentes permanentes (85,1%). Poucos entrevistados (9,4%) relataram viagens ao Haiti no ano anterior à pesquisa. No geral, metade (53,8%) dos entrevistados possuía mosquiteiro e 82,3% dos proprietários de rede relataram usá-lo na noite anterior. A maioria daqueles com febre recente procurou atendimento (56,0%), mas apenas 30,5% dos que procuraram atendimento foram testados para malária. Em comparação com as populações dominicanas, os haitianos entrevistados relataram febre recente com mais frequência, não procuraram atendimento para a febre, não tinham ouvido falar da malária e não sabiam identificar os sintomas ou métodos de prevenção. Os pesquisadores chegaram ao resultado de que a transmissão da malária parece ausente ou extremamente baixa nos canaviais dominicanos, que são uma mistura de residentes haitianos e dominicanos. Viajar para o Haiti é raro, o que significa que o risco de importação da malária é baixo. Abordar as lacunas identificadas na cobertura da intervenção, conhecer a malária, buscar o tratamento, prestar serviços adequados e promover a eliminação em toda a ilha irá melhorar a qualidade da vigilância para essas doenças, particularmente entre

⁸⁶ O texto completo está na página da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), disponível em: <<https://pensesus.fiocruz.br/determinantes-sociais>>. Acesso em: 03/12/2020.

as populações marginalizadas (Ibid.). Por que estes não procuraram atendimento, não tinham ouvido falar da malária e não sabiam identificar os sintomas ou métodos de prevenção? Isso desvenda uma falta de conhecimento sobre o assunto, uma atitude de não procurar saber, e/ou uma falha do Estado em não fazer campanha de sensibilização, de vacinação, etc. A não procura pelo atendimento pode ter causa mais estrutural que conjuntural.

De acordo com a *Amnesty International* (2015), mesmo a Constituição Dominicana em seu artigo 61, ter garantido a todos o direito à saúde e ter oferecido proteção e assistência aos grupos mais vulneráveis; mesmo o país ser signatário de diversos instrumentos de defesa dos Direitos Humanos sobre o direito à saúde, permitindo a todos viver com dignidade, igual e livre de todas as formas de discriminação; na prática, porém, as pessoas que não conseguem obter um emprego formal devido à falta de documentos acabam por ser excluídas dos programas de seguro saúde oferecidos pelos empregadores. E as pessoas que desejam fazer um seguro de saúde privado não podem fazê-lo sem um cartão de identificação. Sem seguro saúde, os apátridas recebem cuidados menos especializados em hospitais públicos, muitas vezes são tratados apenas depois de pacientes com seguro, e devem arcar com os custos dos cuidados e medicamentos. A *Amnesty International* documentou vários casos em que hospitais públicos se recusaram a tratar as pessoas por não possuírem documentos de identidade.

Esses são fatores que permitem entender o porquê da não procura pelo atendimento. No estudo de KEYS et al. (2019), ficou evidente que todos os entrevistados não tinham documentos. Então, os *sans-papiers* (indocumentados), que representam 15% deste estudo, podem ter sido os que ficaram na inércia devido aos atritos estruturais. Enquanto isto, as condições de vida fragilizadas persistem.

As condições de moradia, a situação do abastecimento de água e a alimentação dos trabalhadores do setor canavieiro podem representar outro importante fator de adoecimento, além de um quadro de violência explícita assemelhada àquela de trabalho escravo, típica de contextos políticos marcados pela ausência do aparato de Estado (VILELA et al., 2014). No Brasil, surgiu em 2008, o projeto “Vigilância das Condições de Hidratação e Qualidade da Água do Trabalhador Canavieiro” na tentativa de se aproximar do problema das mortes por exaustão relacionadas ao corte de cana, discutindo essas condições de trabalho (Ibid.).

Segundo o texto da FIOCRUZ ⁸⁷, estudos sobre determinantes sociais apontam que há distintas abordagens possíveis. Além disso, que há uma variação quanto à compreensão sobre os mecanismos que acarretam em iniquidades de saúde. Entre os desafios para entender a relação entre determinantes sociais e saúde está o estabelecimento de uma hierarquia de determinações entre os fatores mais gerais de natureza social, econômica, política e as mediações através das quais esses fatores incidem sobre a situação de saúde de grupos e pessoas, não havendo uma simples relação direta de causa-efeito. Afinal, no texto da FIOCRUZ, é relatada a importância do setor saúde se somar aos demais setores da sociedade no combate às iniquidades e que todas as políticas que assegurem a redução das desigualdades sociais, e que proporcionem melhores condições de mobilidade, trabalho e lazer neste processo, além da própria conscientização do indivíduo sobre sua participação pessoal no processo de produção da saúde e da qualidade de vida.

O conflito entre saúde pública e medicina e entre os enfoques biológico e social do processo saúde-doença estiveram no centro do debate sobre a configuração desse novo campo de conhecimento, de prática e de educação (BUSS; ALBERTO, 2007).

No curso do processo saúde-doença e sua determinação social e histórica, a literatura nos lembra que a doença não pode ser compreendida apenas por meio das medições fisiopatológicas, pois quem estabelece o estado da doença é o sofrimento, a dor, o prazer, enfim, os valores e sentimentos expressos pelo corpo subjetivo que adoece (CANGUILHEM; CAPONI, 1995. In: BRÊTAS; GAMBA, 2006).

Para Evans e Stoddart (1990), a doença não é mais que um *constructo* que guarda relação com o sofrimento, com o mal, mas não lhe corresponde integralmente. Quadros clínicos semelhantes, ou seja, com os mesmos parâmetros biológicos, prognóstico e implicações para o tratamento, podem afetar pessoas diferentes de forma distinta, resultando em diferentes manifestações de sintomas e desconforto, com comprometimento diferenciado de suas habilidades de atuar em sociedade. No entanto, do ponto de vista do bem-estar individual e do desempenho social, a percepção individual sobre a saúde é a que conta (EVANS; STODDART, 1990).

⁸⁷ O texto completo está na página da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), disponível em:< <https://pensesus.fiocruz.br/determinantes-sociais>>. Acesso em: 03/12/2020.

Segundo estudo dirigido por vários pesquisadores (BREWER et al., 1998), e realizado com 490 indivíduos que tinham idades entre 16 e 72 anos (mediana, 37 anos); 53% nasceram no Haiti, 36% nos canaviais da República Dominicana e 12% em outras partes da República Dominicana; 58% não tinham educação formal; e 87% não tinham renda. A soropositividade para o HIV foi encontrada em 28 mulheres (5,7%), incluindo 8,8% daquelas com idade menor que 35 anos. Os autores relataram que as mulheres haitianas que vêm para a República Dominicana sozinhas têm maior probabilidade de contrair a infecção pelo HIV do que as que vêm com um parceiro masculino. Menos de 4% das mulheres relataram o uso de preservativo na última relação sexual. Em conclusão, descobriram que as mulheres nos canaviais têm uma taxa muito mais alta de infecção por HIV do que a estimada para as mulheres na população geral da República Dominicana e uma taxa comparável à das trabalhadoras do sexo na República Dominicana. De fato, a prevenção da AIDS nos canaviais deve abordar a educação e distribuição de preservativos, bem como oportunidades de emprego e educação para mulheres (Ibid.).

As medidas propostas pelos autores são necessárias, mas insuficientes. A “conscientização permanente” deveria fazer parte do processo. Se esta última entra no quadro da “educação”, mencionado pelos autores, é preciso atentar-se com quem vai conscientizar. E quem conscientiza deveria ter uma consciência da situação, de forma não apenas para remediá-la superficialmente, mas para o pleno corte de ciclo. Para isto, é preciso ter uma visão geral das condições de vida dessa população, voltar-se à coesão social inclusiva, que não diferencie o imigrante do nativo, já que todos são alvos da doença.

Um estudo transversal analisa a relação entre coesão social com uso consistente de preservativo (UCP) e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre a coorte de Abriendo Puertas (portas abertas) de 228 trabalhadoras do sexo (TSs) vivendo com o vírus da imunodeficiência humana (HIV) na República Dominicana. A coesão social foi significativamente associada com UCP entre TSs vivendo com HIV e seus clientes no último mês. Em contrapartida, ela não foi associada com UCP entre TSs vivendo com HIV e seus parceiros fixos. No entanto, tanto o uso de drogas ilícitas nos últimos seis meses prévios à realização da pesquisa e intenções de gravidez foram significativamente associados à UCP com parceiros fixos (CARRASCO et al., 2018). As descobertas destacam o papel diferencial da coesão social nos resultados do uso do preservativo entre as TSs que vivem com o HIV e seus clientes pagantes versus parceiros fixos.

A grosso modo, não há como dissociar a saúde física da mental (quando os membros do corpo estão afetados, o cérebro -que, também é parte do corpo- deve sentir os impactos). Assim, a saúde física pode preceder a saúde mental e vice-versa. De fato, Jean Jean Roosevelt, no seu texto cantado “*J’ai à coeur ma planète*”⁸⁸ que defende um bem-estar planetário, teve razão em sublinhar que “*quand ça brûle en Amérique, ça va chauffer en Afrique / quando queimar na América, vai esquentar na África*”.

Ademais, Boltanski (1993), no seu livro *La souffrance à distance / O sofrimento a distância*, mostra que diante do sofrimento, há apenas um imperativo: o da ação. Diferentes autores têm se empenhado em evidenciar as ligações complexas entre violência, sofrimento, controle, poder e morte, entre as quais podemos mencionar as noções de “violência simbólica” de Bourdieu (2000), a de “doce escravidão” de Séguy (2014), de “cultura do terror” de Taussig (1986; 1992), de “crimes de paz” de Basaglia et al. (1987), de “violência do cotidiano” de Scheper-Hughes (1996), de “sofrimento social” de Kleinman, Das e Lock (1997), de “biopoder” de Foucault (1978) e também de “necropolítica” de Mbembe (2016a).

De fato, sobre o nosso tema central, que envolve a saúde dos trabalhadores haitianos em canaviais na república vizinha, é de consenso generalizado que o sofrimento psíquico se apresenta como uma norma da vida quotidiana. Os fatos memoráveis, tais como: o “*massacre du persil*”, o cemitério clandestino, as formas de tratamento nas plantações e os discursos de ódio (vistos no capítulo 1) podem ser uma justificativa. Enquanto o Haiti não conseguir tornar o seu espaço habitável, o movimento dos corpos de seu povo continuará crônico. Assim, os mesmos são passíveis de dados estatísticos diversos.

Porquanto se possa ser cético acerca da eficácia social da mensagem sociológica, não podemos diminuir o efeito que esta pode ter, isto é, de permitir aos que sofrem a descoberta das possíveis causas sociais, coletivamente ocultadas, do próprio sofrimento, e assim, a libertação de uma culpa e de uma responsabilidade individual (BOURDIEU, 1993).

E no final, se for possível, o conselho presente na música “*Dwadelòm, Vyewo*”⁸⁹ do cantor Manno Charlemagne poderá ser executado. A música trata de uma crítica aos direitos humanos por meio de uma conversa de dois haitianos em um canavial na República Dominicana, tendo apenas o vento passando pelas folhas de cana-de-açúcar como melodia.

⁸⁸ Jean Jean Roosevelt. *J’ai à coeur ma planète*. YouTube, 2015.

⁸⁹ Manno Charlemagne. *Dwa de Lom, Vyewo*. YouTube, 1994.

Em um clima silencioso, um diz ao outro: - *kouzen*⁹⁰, *m' pral fè tè Ayiti. Si w' gen yon komisyon, m'a bay madanm ou l' pou ou...* *Kouzen, li mèt 10 pèsò* (Primo, estou indo ao Haiti. Se tiver alguma coisa [dinheiro], posso entregá-la à sua esposa... Primo, nem que sejam 10 pesos [moeda dominicana]). O outro responde: - *Lè ou rivelakay, si w' jwenn madanm mwen plase, w'a bay manman mwen li pou mwen* (Quando chegar, se a minha esposa estiver com um outro, dê o dinheiro à minha mãe). O primo se foi e voltou com notícias terríveis: a mãe faleceu há anos, segundo boatos, de nostalgia (saudades); a esposa está "aguentando o tranco" e os filhos estão mal nutridos: o primeiro já é [bem] grande e o último sequer lembrou do pai. A esposa fiel recebeu a remessa e enviou ao marido a mensagem de que está na hora dele voltar e o primo, por sua vez, chegando na República Dominicana, ao dar a notícia, aconselhou-o imperativamente: *"ao atravessar a fronteira, embora não leve nada, não esqueça o facão [instrumento de trabalho] porque, no Haiti, há bastante hervas daninhas a serem cortadas"*.

4.4.2. Saúde mental dos corpos em movimento

Discutir a saúde é uma questão. Agora, tratar de saúde mental parece ainda mais delicado já que o ser humano surge, neste contexto, com uma imagem ainda mais debilitada, mais fragilizada. A gravidade do caso acelera ainda mais quando o sujeito em questão é um corpo/vida em movimento em um espaço de hostilidade acentuada.

O processo migratório por si só, segundo alguns autores, constitui em si um fator de risco, na medida em que reúne elementos de perda: da família e dos amigos, da língua, da cultura, da casa, da posição social, do contato com o grupo étnico e religioso. Também, é deixar/perder um pedaço de si. Esta série de perdas é experienciada como um luto e sempre acompanhada por uma maior vulnerabilidade aos transtornos mentais e/ou às perturbações emocionais (BIBEAU, 1997; PERSAUD; LUSANE, 2000). Muitos autores realçaram a maior vulnerabilidade que os imigrantes apresentam em relação a problemas de saúde em geral (CARBALLO et al., 1998; JANSÀ, 2004) e de saúde mental em particular, devido não só à dureza do processo migratório (KEYES, 2000; MADDERN, 2004; CARTA et al., 2005), mas também à exposição quotidiana a formas de discriminação (FERNANDO, 1984; ESSÉD, 1991; LEDIX, 2018).

⁹⁰ "Primo" em português, este termo não designa apenas quem é da árvore genealógica, mas quem com o qual se tem um vínculo afetivo, um carinho profundo.

Tratar a condição de sofrimento dos imigrantes ilegais – assim como outros indivíduos socialmente desfavorecidos – concentrando a intervenção somente na saúde mental individual contribui para naturalizar e despolitizar a doença como algo que ocorre no indivíduo, desviando a atenção do cenário mais amplo de “violência estrutural” (FARMER, 2003). Assim, a intervenção médica para “ajudar” e “curar” os imigrantes – mitigando os excessos e orientando os comportamentos, ou ainda anestesiando a dor da marginalidade – é considerada legítima enquanto direcionada para o bem-estar psico-físico-social dos pacientes, sem que sejam colocadas em causa as implicações políticas destas ações de auxílio.

Sem dúvida a fragilidade destes grupos não é somente devida à experiência da migração, mas especialmente ligada à sua situação socioeconômica mais precária, à marginalização, à ilegalidade e à falta de um apoio social adequado: condições que causam pressão psicológica, além de constituírem fatores de risco sanitário em sentido mais amplo. Ironicamente, Abdelmalek Sayad, refletindo sobre a relação entre doença, sofrimento psíquico e migração, questiona se os “problemas” dos imigrantes serão verdadeiramente problemas “dos imigrantes” ou, antes, problemas da sociedade e das instituições “em relação aos” imigrantes, problemas, em outras palavras, de origem sociopolítica (SAYAD, 1999; aspas acrescentadas).

Ao mesmo tempo, os imigrantes são considerados como um grupo de contágio, com higiene insatisfatória, moralmente ambíguo ou desviante, portador de desordem social e de doenças “exóticas”, “infecciosas”, “estranhas”. O imigrante, potencial ameaça da ordem moral, política, econômica e simbólica constituída, é um perigo: a sua presença – ou ainda melhor, a sua dupla ausência (Ibid.) – assusta e contamina. É exatamente no seu “não estar” que reside a culpa originária do imigrante: é culpado da violação de uma fronteira, da permanência num país -às vezes- sem permissão, da sua posição apolítica e aceite. É alguém deslocado (*déplacée*), “suspenso entre dois mundos” (NATHAN, 1986), “órfão da própria cultura” (BEN JELLOUN, 1977), numa condição de “Expulsado, desterrado, desplazado” (LIENHARD, 2011) ou “manque à être” (BASTIDE et al., 1976).

Para Pussetti et al. (2009), as pesquisas epidemiológicas e os trabalhos de psicologia da imigração raramente apresentam uma visão positiva do processo migratório, evidenciando antes as componentes estruturais de tipo macrossocial, que realçam somente os efeitos da imposição e opressão sociais (crises sociais e econômicas, conflitos bélicos e violências estruturais, perseguição e tortura, etc.), elidindo da análise os elementos de escolha ativa de

projeto individual, de apropriação e de resistência, ou até mesmo desconsiderando os vínculos que limitam as possibilidades e o espaço de movimento do indivíduo.

Em uma pesquisa realizada em Portugal com imigrantes oriundos de países africanos, a maior parte dos entrevistados (PUSSETTI, 2006) conta histórias que relatam o despedaçamento da identidade, a paralisia face à multiplicidade e à fragmentariedade das referências espaciais e simbólicas; exprimem queixas de viver como vampiros, nem vivos nem mortos, suspensos entre dois mundos sem pertencer a nenhum, reclusos numa prisão invisível. Ao contrário do que acontece com outros grupos em outros contextos, tentando manter uma ubiquidade árdua, os imigrantes reportam queixas de não se situar nem “aqui” nem “lá”: falam por outras palavras de um transnacionalismo incompleto ou impossível, da incapacidade de se moverem livremente, da prisão da irregularidade, da angústia da perseguição pela polícia, de um aprisionamento feito de controles constantes, requisições e discriminações contínuas. Afinal das contas, os imigrantes “ilegais” vivem em um espaço que é “a prisão sem paredes” (PUSSETTI et al., 2009, p. 151) nem grades.

Assim, o imigrante é alguém sem colocação: não pertence ao país de acolhimento e já não se identifica com a sua região de origem. Para esta situação concorre o endurecimento atual das políticas migratórias, que não favorece em nada a integração, mas, pelo contrário, contribuem para alimentar estereótipos promotores de um clima hostil e de recusa em relação aos estrangeiros. Alessandro Dal Lago (1999) afirma que o primeiro nível de discriminação tem lugar na linguagem midiática e política da imigração. Tem-se como “clandestino”, isto é, indivíduo que tem de se esconder, “irregular” ou “ilegal”. Tais políticas instituem uma relação próxima entre a ideia do imigrante e a do criminoso, do desviante, e do delinquente. A sua “não colocação social” torna-o um ser simultaneamente invisível e opaco, porque incomodamente presente, intimidativo enquanto marginalizado, do que a sociedade tenta excluir e pretende não ver; é o criminoso, o ilícito, o irregular e, portanto, o bode expiatório de qualquer problema social (WACQUANT, 2002).

As raízes desta sobreposição semântica e os fatores históricos e econômicos que a geram são, todavia, raramente examinados com rigor científico: assiste-se ao mesmo tempo a uma descivilização da vida nas periferias das grandes cidades e a uma demonização das minorias. Muitas vezes, as estratégias repressivas ou de controle sanitário tornam-se as únicas formas viáveis para enfrentar a falência da integração. Não é à toa que as prisões da Europa (alvo de fuga da maior parte dos corpos em movimento), assim como os hospitais

psiquiátricos, enchem-se progressivamente de cidadãos estrangeiros (PUSSETTI, 2006). De acordo com a autora, no campo específico da saúde mental, assiste-se a uma sobreposição de noções como desviante, estranho, exótico e patológico.

Diversos autores discutem como os diagnósticos psiquiátricos funcionam regularmente como instrumentos de controle e de opressão das experiências de segmentos marginais e subalternos da população. A leitura patologizante ou medicalizante da diferença cultural ou exclusão social, própria de muitos programas terapêuticos, permite por outras palavras incorporar as características de grupos minoritários como elementos potencialmente patológicos, que é necessário controlar e monitorizar (MCKENZIE, 1999; KLEINMAN, 2001; FARRINGTON, 1993). Destarte, o imigrante deve demonstrar continuamente a sua inocência, quer face à sociedade de origem que muitas vezes o considera um fugitivo, um traidor, quer face à sociedade de acolhimento que o vê como um intruso; ele sabe que para ser tolerado não pode incomodar, contestar ou objetar. O seu espaço é o da invisibilidade social e moral. Esta invisibilidade ficou mais aparente durante a pandemia causada pela COVID-19.

Diferentes autores afirmaram que é exatamente a “invisibilidade social” ou a liminaridade da experiência migratória, amplificada pelas contradições das políticas migratórias e pelas barreiras burocráticas, que acabam por gerar perturbações emocionais e patologias mentais. A “psicopatologia” identificada no migrante seria, nesta visão, o resultado da passagem árdua entre uma cultura e a outra, da falta de integração na sociedade de acolhimento, da crise identitária, da discriminação: será a tentativa de uma mestiçagem impossível e geradora de patologias psíquicas (NATHAN, 1994), assim como a ambivalência da posição do imigrante (RISSO; FRIGESSI, 1982), a laceração insanável entre utopia e saudade (BORDONARO; PUSSETTI, 2006), entre ilusões e sofrimento (SAYAD, 1999).

Alguns autores, que desenvolveram uma análise crítica dos programas de saúde mental destinados aos imigrantes, e das assim chamadas “síndromes ligadas à cultura” (culture-bound syndromes), notaram a ausência de categorias diagnósticas e de estratégias terapêuticas que tomassem em consideração questões político-econômicas como problemas de integração, discriminação, estigma, pobreza, racismo ou violência (VELÁSQUEZ et al., 1993). A ausência desses aspectos, segundo estes autores, reduz à invisibilidade as experiências reais e quotidianas dos migrantes e dos grupos marginalizados, as suas histórias e percursos distintos. “Invisibilidade” essa que se torna evidente consultando os diagnósticos clínicos dos usuários dos serviços de saúde mental para migrantes. As fichas clínicas são expressão eloquente do

silenciamento das suas vozes, e nas palavras de Roberto Beneduce, são caracterizadas por uma verdadeira “amnésia profissional seletiva” (BENEDUCE, 2007) que ignora, muitas vezes, elementos como: a identificação da cidade de nascimento ou de proveniência (cingindo-se geralmente à nacionalidade), a reconstrução da árvore genealógica (demasiado complexa, onde o parentesco não reproduza fielmente o modelo ocidental), a indicação dos diversos nomes pessoais que muitas vezes relatam etapas importantes da vida e os processos de construção da identidade e das relações familiares (com indicação apenas do nome “oficial”), ou a interpretação individual do sofrimento e da doença.

Na explicação de Beneduce, estas “amnésias” são expressão daquele distanciamento etnocêntrico pelo qual esquecemos que o imigrante é também um emigrante, isto é, alguém proveniente de um local no qual possuía ligações, afetos, uma posição social específica de um contexto social e histórico denso de significados. Tal cesura contribui para a criação daquela “divisão identitária”, “dupla consciência”, ou “dupla ausência” que são próprias de quem passa pela experiência da migração, e que podem manifestar-se através de sintomas (SAYAD, 1999).

As condições particularmente duras da migração contemporânea, juntamente com o peso de um passado colonial silenciado, mas ainda presente em muitos preconceitos e estereótipos, são propícias a um aumento exponencial das psicopatologias nos imigrantes, não somente por causa de óbvias quebras identitárias – ligadas, por exemplo, à distância da cultura de acolhimento, à ruptura das ligações como contexto de origem, a uma condição de “ubiquidade impossível” e de “provisória de permanente” (Ibid.) – mas especialmente devido a fatores econômicos e políticos.

Um aspecto adicional constitui o sofrimento dos imigrantes como algo simultaneamente social e político: o fato de os imigrantes, como nos lembra insistentemente Sayad (1999), serem provenientes de países outrora colonizados e, muitas vezes, residentes em países que foram colonizadores. Uma ligação histórica dolorosa e difícil, uma “verdade colonial” que é geralmente omitida – como sustenta Homi Bhabha (2001) – mas que emerge através do sintoma, através da linguagem do corpo e do sofrimento. Neste sentido, o corpo doente aparece como um arquivo histórico, e os sintomas como histórias incorporadas que estabelecem a relação entre o nível individual e o coletivo, o presente e o passado. Didier Fassin (2002) sugeriu a este respeito o conceito de “incorporação da história” para descrever o duplo processo através do qual, por um lado, o social se inscreve no corpo, e por outro, o

corpo e os seus estados contam histórias que relatam não só a vida individual, mas também a memória histórica sedimentada nesse mesmo corpo.

A ideia de que a emigração está indissolivelmente ligada a formas específicas de sofrimento psicológico acabou promovendo uma progressiva medicalização da experiência migratória. Duplamente alienado, o imigrante é desde sempre considerado um indivíduo frágil, predisposto aos distúrbios mentais, vulnerável, irrequieto e deslocado, como a noção clínica de “nostalgia” (HOFER, 1934; PRETE, 1992; BENEDUCE, 2007) e a categoria de “aliéné migrant” (FOVILLE, 1875) sintetiza emblematicamente. No final de 1800, o estatuto do imigrante não era de fato muito diferente de um quadro psicopatológico ou de um diagnóstico médico, já que o nomadismo (estilo de vida em que as pessoas não possuem habitação fixa) era considerado uma anomalia, um comportamento desviante: a instabilidade da vida do imigrante era correlacionada a uma potencial personalidade esquizóide (PUSSETTI et al., 2009).

Um exemplo entre outros: em 1963, o diretor dos Hospitais Psiquiátricos de Turim (Itália), De Caro, sustentava que a “personalidade esquizóide” constituía um dos fatores determinantes do fluxo migratório interno em direção às cidades do Norte do país - o “comportamento migratório”, na sua opinião, explicava-se com base num terreno de predisposição psiquiátrica (BENEDUCE, 2007). Esta leitura patologizante da experiência migratória continuou a reproduzir-se em numerosas pesquisas, fundando as suas conclusões sobre o modelo de “seleção negativa”, isto é: seriam os sujeitos fracos, poucos integrados na sociedade de origem, com escassas ligações afetivas e estrutura familiar instável a optar pela emigração, levando a que os seus distúrbios latentes se manifestassem particularmente no país de acolhimento (LITTLEWOOD; LIDSEGE, 1997).

A representação da vulnerabilidade psicológica como característica intrínseca dos migrantes não leva em consideração a relação mais ampla entre sofrimento individual e experiência de exclusão, marginalização social, discriminação e precariedade das condições habitacionais e laborais, entre outros fatores. Para evitar os mal-entendidos e os problemas metodológicos ligados a um emprego acrítico de categorias diagnósticas, Bibeau (1997) tentou apresentar um método capaz de pôr em relação, sem determinismos, as biografias individuais e as narrativas coletivas no contexto das vicissitudes históricas, políticas e econômicas que desde sempre acompanharam os movimentos das pessoas. O mal-estar decorrente de uma migração forçada logo terá uma nomenclatura.

4.4.3. A síndrome de Ulisses

O psiquiatra catalão Joseba Achotegui (2003) chegou a identificar uma nova categoria diagnóstica para definir exatamente este mal-estar: a síndrome de Ulisses (síndrome de estresse múltiplo e crônico ligado à migração), que logo, será vista como o “mal do século vinte e um” (ACHOTEGUI, 2005). Para já, podemos considerar esta categoria como o exemplo mais recente da medicalização – sob a forma de uma perturbação psíquica ou distúrbios do comportamento – da experiência migratória: a síndrome de Ulisses traduz os conflitos sociais em idiomas psicopatológicos, desviando a atenção do contexto político e econômico mais amplo para se concentrar no indivíduo como corpo despolitizado e naturalizado.

A definição da síndrome de Ulisses considera três tipos de experiências migratórias, com graus distintos de sofrimento e de risco de seu desenvolvimento:

“1 – **El duelo simples** – es aquel que se da en buenas condiciones:(...) cuando emigra un adulto joven que no deja atrás ni hijos pequeños, ni padres enfermos, y puede visitar a los familiares; 2 – **El duelo complicado**: (...) aquele que se emigra dejando atrás hijos pequeños y padres enfermos, pero es posible regresar, traerlos...; 3 – **El duelo extremo**: es tan problemático que (...) supera las capacidades de adaptación del sujeto (estesería el duelo próprio del Síndrome de Ulises): cuando se emigra dejando atrás la familia, especialmente cuando quedan en el país de origen hijos pequeños y padres enfermos, pero no hay posibilidad de traerlos ni de regresar com ellos, ni de ayudarles” (ACHOTEGUI, 2005, p. 2 - grifos meus).

Percebe-se que as condições materiais são preponderantes na determinação do risco de padecer da doença. Achotegui defende que todos os imigrantes, assim como (por inerência) os seus filhos, estariam destinados a desenvolver, mais cedo ou mais tarde, esta síndrome. Os imigrantes ilegais, em particular, tornar-se-iam enfermos desde o início das suas aventuras migratórias.

Em uma entrevista ao UOL Notícias de São Paulo, Joseba Achotegui afirma para Mirthyani Bezerra (2015) que a síndrome -sem ser uma doença- é um quadro de estresse

muito intenso ligado a fatores específicos relacionados à migração, que são basicamente a solidão forçada, não ter chances de crescimento no país de acolhida, submeter-se a condições difíceis de sobrevivência, estar constantemente com medo e desamparado. Ela se desenvolve em pessoas sãs, mas que apresentam certos sintomas, como insônia, dores de cabeça, nervosismo e tristeza, fadiga, falta de memória e confusão mental.

Dada a particular vulnerabilidade dos imigrantes a perturbações mentais comparativamente à população autóctone, 12 países europeus, nomeadamente: Áustria, Alemanha, Dinamarca, Grécia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Holanda, Suécia e Reino Unido juntaram-se num projeto financiado pela Comissão Europeia – Health and Consumer Protection DG (SANCO) para refletir sobre os problemas da saúde mental dos imigrantes e discutir, em particular, a importância da intervenção farmacológica na criação de “serviços de saúde mental culturalmente sensíveis” e de “Hospitais Amigos dos Migrantes” (PUSSETTI, 2009). Escassa foi a reflexão, todavia, sobre a possibilidade de que as próprias políticas migratórias e sanitárias constituam fatores de risco e patologia: as formas políticas, sociais e econômicas que bloqueiam os imigrantes, mantendo-os às margens da sociedade, do acolhimento, são completamente esquecidas nos encontros clínicos com os imigrantes (Ibid.). Base esquecida, construção fracassada!

Ao analisar este projeto, percebe-se que ele ficou apenas no âmbito teórico ou reflexivo. A sua operacionalização não chegou a ser efetuada. Contudo, o que nos resta pensar talvez apareça em uma forma interrogativa: Essa reflexão sobre os problemas de saúde mental dos imigrantes contou com a participação de imigrantes? A discussão da importância da intervenção farmacológica na criação de “serviços de saúde mental culturalmente sensíveis” e de “Hospitais Amigos dos Migrantes” teve como pauta a incorporação/contratação de profissionais oriundos da categoria em questão? Como seria essa intervenção farmacológica? Ela poria em xeque fatores culturais?

De acordo com Pussetti (2009), as sondagens “Health And Social Care For Migrants And Ethnic Minorities In Europe” relatam a alta percentagem de mal-entendidos entre operadores da saúde e pacientes imigrantes, mesmo com mediadores linguísticos; e realçam como o uso da categoria “imigrante”, proposta nestes programas terapêuticos, mistura experiências e vivências que podem ser completamente diferentes (diferenças, por exemplo, entre migrantes laborais, ilegais, refugiados, menores não acompanhados, vítimas de trauma, requerentes de asilo político, imigrantes de primeira geração ou seus descendentes, e ainda

diferenças de gênero e de idade, etc.). A autora relata que os problemas de saúde são agravados por uma deficiente inserção comunitária, por níveis sociais e econômicos mais baixos que o nível médio do país de acolhimento, por barreiras linguísticas e culturais, etc.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2005), pessoas em muitos países estão expostas a estresse prejudicial que leva ao aumento de ansiedade e depressão, transtornos por uso de álcool e outras substâncias, violência e comportamento suicida. Os países agora estão cientes dos benefícios potenciais das atividades para reduzir o estresse e a importância de reduzir as taxas de suicídio. As causas sociais dos problemas de saúde mental são múltiplas, variando de causas individuais de sofrimento a questões que afetam toda uma comunidade ou sociedade. “Grupos marginalizados e vulneráveis - como refugiados e populações migrantes com ou sem deficiência que já estão enfrentando problemas de saúde mental - podem estar em risco particular” (p. 21).

Como solução a este problema de saúde pública, organismos internacionais vêm propondo ações para fornecer cuidados sociais e de saúde mental abrangentes, integrados e responsivos serviços em ambientes comunitários. Foi exatamente nesta perspectiva que a OMS introduziu o Plano de Ação de Saúde Mental (2013-2020) cujo objetivo era promover o bem-estar mental, prevenir transtornos mentais, prestar cuidados, melhorar a recuperação, promover os direitos humanos e reduzir a mortalidade, morbidade e incapacidade para pessoas com transtornos mentais (WHO, 2013).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a depressão tornou-se uma das patologias mentais mais importantes, devido à interação singular de múltiplas variáveis: urbanização, vulnerabilidade e alterações econômicas e políticas, fragmentação identitária, modificação das estruturas hierárquicas “tradicionais” e da ordem social, globalização e aculturação maciças, movimentos migratórios, ruptura de laços familiares, individualismo crescente, etc (OMS, SARTORIUS et al., 1996). São exatamente estas transformações sociais, marcos da passagem entre o período colonial e o pós-colonial, que criaram – segundo alguns autores – a experiência da depressão naquele continente, e que estão ligadas ao aumento exponencial desta patologia nos imigrantes africanos (BENEDUCE, 1999). A depressão é apresentada, portanto, como “desordem pós-colonial” (DELVECCHIO et al., 2008) com a desumanização como essência da ideologia da modernidade (SEGUY, 2014).

A saúde mental de haitianos na República Dominicana é afetada em decorrência de percepções de discriminação, de menosprezo e de humilhação (KEYS et. al, 2015). A

população haitiana faz parte, há muitos anos, da esfera econômica e social daquele país, no entanto, sentem-se desvalorizados pelos dominicanos, à margem da sociedade por serem haitianos (Ibid.).

4.4.4. O vodu no processo social de saúde-doença

Em todas as sociedades, em caso de doença, os indivíduos teoricamente têm acesso a várias práticas médicas que não vêm apenas de sua própria tradição [...] No Haiti, conhecendo muito bem a cultura haitiana, quando o haitiano não se sente bem no seu corpo (uma pessoa doente), ou ele vai ao médico ou ele recorre ao vodu... (VERTUS, 2017, p. 4-5).

Jackson Vertus (2017), em um estudo etnográfico da cura, mostra a relevância da cultura no processo social de saúde-doença. Segundo o autor, a antropologia médica e a antropologia da religião, - a primeira estuda a biomedicina e as medicinas complementares como práticas incorporadas ao social, e a segunda estuda o fato religioso, isto é, não somente as práticas e os ritos (magia, feitiçaria, animismo, totemismo, xamanismo...), mas os objetos empíricos (mitos, ritos, crenças, representações, organizações sociais) particulares, mobilizando teorias e usando métodos que lhe conferem uma identidade única na constelação das ciências religiosas - nos permitem descrever o fenômeno religioso e entender a importância dada ao divino nas sociedades, particularmente na sociedade haitiana, e seu papel de curador.

Na cultura haitiana a concepção da doença é baseada principalmente em crenças religiosas, culturais e sociais (GHISLAINE, 2015). Esta cultura, segundo a autora, também oferece uma interpretação multidimensional do homem e se apoia fortemente no vodu, que é considerado como uma religião para alguns, como um elemento cultural e folclórico para outros, e como um sistema de referências culturais e etnográficas para pesquisadores. Mas qualquer que seja a percepção que se tenha do vodu, ele é parte integrante da cultura haitiana. Ocupa lugar de destaque na medicina tradicional e constitui um complexo sistema de atenção à saúde que inclui práticas preventivas e curativas. Porém, prevenção ou cura não é apenas uma questão biomédica, mas também um conjunto de elementos socioculturais que desempenham um papel determinante na forma como o indivíduo apreende a sua doença e as

suas relações com os outros e com seu meio, o vodu participa, portanto, de sua recuperação (Ibid.).

De acordo com a autora, a percepção vodu da doença pode ser dividida em três: (1) doença natural (ou doença de Deus), onde há um desequilíbrio resultante de elementos do ambiente como: chuva, sol, reações emocionais, comida, medo, raiva, micróbios etc.; (2) doença sobrenatural ou “doença causada pelos *lwa*” que são as divindades do vodu, intermediários entre Deus e os humanos, entre os humanos e os mortos, e a quem se deve respeito e obediência. Eles desempenham um papel protetor e podem ser chamados quando necessário. A desobediência ao “*lwa*” pode até causar loucura. (3) Doença causada por um feitiço (causada por alguém) e assimilada à bruxaria. Portanto, toda doença não tem apenas uma causa, mas também um significado, um sentido.

Auge e Herzlich (2000) nos lembram de que antes de qualquer coisa e para qualquer sociedade, a doença é um problema, requer interpretação, deve ter um sentido para que os seres humanos possam esperar controlá-la.

No Haiti, a **doença** é mais do que um **sentimento individual**, é **familiar** e às vezes até **coletivo**, principalmente nas áreas rurais onde a vida se organiza em torno de um sistema de comunidade unido denominado “lakou” (pátio) que é um espaço sócio geográfico de residência com várias pequenas casas ao redor e muitas vezes um cemitério familiar. Esses “lakou” são governados pelos membros mais velhos, mas geralmente pelo “oungan”, que é o sacerdote do vodu. O que é notável sobre esses lugares é que quase não há conflito entre os diferentes membros (GHISLAINE, 2015, p. 3 – grifos meus).

Neste contexto, se a doença é um sentimento familiar e/ou coletivo, o que se pode dizer da saúde daqueles que migram sozinhos? No processo migratório, como se leva o vodu dentro de si? Embora fique claro que o vodu seja inerente à existência das pessoas, no caso dos migrantes haitianos, uma certeza é que no território dominicano, “a prática do vodu foi declarada ilegal e punível com penas de prisão de até dois anos e deportação” (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2005, p. 17), e a disposição relativa à deportação mostra que os autores desta lei estavam certos de que apenas haitianos (ou estrangeiros) praticavam esta religião.

Para o “praticante do vodu”, a saúde e a doença dependem da relação do homem com os seus semelhantes, do homem com o “*lwa*”, do homem com o seu meio e, sobretudo do equilíbrio entre todas as dimensões que constituem o seu ser. É por isso que todos os eventos da vida cotidiana, como alegria, morte, doença, sofrimento, sucesso, fracassos, têm sua interpretação no vodu. Portanto, todos os problemas de saúde são um sinal de que algumas dessas relações foram interrompidas ou perturbadas (GHISLAINE, 2015).

De acordo com Brown (2001), o vodu é baseado em uma visão de vida em que os indivíduos recebem uma identidade, uma força e uma segurança em um mundo perigoso, conectando-os a outros seres humanos, bem como a espíritos e ancestrais até o ponto em que, quando falamos de haitiano, imediatamente falamos de “praticante do vodu”. Nesta perspectiva, todo haitiano é praticante do vodu. Também entre o vodu e a doença existe uma estreita relação, pois as rotas terapêuticas dos haitianos passam primeiro pelo oungan ou pelo mambo antes de chegar à medicina ocidental, independentemente da sua afiliação religiosa (Ibid.).

A psiquiatra, Ghislaine Adrien (2015), no seu artigo “Le vodou guérit-il?” (O vodu cura?), mostra que, segundo a tradição vodu, no processo da cura, o oungan ou a mambo (sacerdote e sacerdotisa do vodu) que foi escolhido/a pelos ancestrais ou pelos “*lwa*”, deve ter um vasto conhecimento das forças da natureza, da fitoterapia, e do equilíbrio que deve existir naturalmente no ser normal, devendo também dominar os rituais diagnósticos. São especialistas de uma medicina com dimensões médicas, mágicas e religiosas, mágicas no sentido de que o homem não consegue compreender facilmente o (s) porquê (s) e o (s) como (s), e saber explicá-los, mas sabe para que serve.

Afinal das contas, ela conclui, a cura não é um estado estático, mas um processo que começa primeiro no indivíduo, e admite que o vodu, se não cura todas as patologias, tem a virtude de reconciliar o haitiano com ele mesmo em um contexto de fragilidade, discriminação e angústia permanentes.

Vonarx Nicolas (2011) nos oferece uma melhor compreensão das ligações que existem entre doença, medicina e religião no Haiti. Ele apresenta as práticas do vodu como elas realmente ocorrem no Haiti e convida o leitor a compreender como a religião ou formas de espiritualidade podem andar de mãos dadas com doenças e práticas médicas.

Ao mover um objeto aparentemente religioso como o vodu haitiano para o campo da doença, o autor nos oferece uma melhor compreensão das interfaces que existem entre doença, medicina e religião no Haiti. Além de suas contribuições etnográficas sobre a sociedade haitiana e sobre um fenômeno há muito mantido em mistério, a monografia que ele nos oferece sobre o vodu apresenta os contornos gerais de uma interpenetração da religião e da medicina que pode ser observada em muitas sociedades.

A prática do vodu como medicina terapêutica e curativa desperta muito debate na sociedade haitiana. Os praticantes do vodu afirmam constantemente o importante papel que a medicina vodu desempenha no tratamento de transtornos mentais e / ou doenças. Eles evocam elementos culturais e intelectuais em suas intervenções de saúde mental (DUFFAULT, 2017). Psiquiatras, psicólogos, praticantes do vodu, qualquer que fosse sua obediência, questionavam a importância da religião e da cultura na escolha terapêutica dos pacientes. O que gerou diversos debates sobre o tema “O vodu e a psiquiatria no Haiti” (Ibid.).

O vodu não é apenas uma religião, é também um sistema de cuidados de saúde, que inclui práticas de cura, promoção da saúde e prevenção de doenças bem como a promoção do bem-estar pessoal (AUGUSTIN, 1999). Fornece informações sobre como promover, prevenir e tratar problemas de saúde, por meio de teorias sobre a doença, intervenções de tratamento e prescrições para o comportamento que está em conformidade com outros modelos explicativos amplamente usados (VONARX, 2008).

No vodu, um primeiro nível de interpretação da doença se baseia na necessidade de estabelecer uma relação harmoniosa com o mundo espiritual de ancestrais. Um segundo nível está relacionado ao papel dos ataques de magia ou bruxaria, onde o doente é vítima de um feitiço (OMS/OPS, 2010). De acordo com as explicações causais do vodu, a saúde e a doença de uma pessoa dependem de sua relação com a tradição e do lugar que ela ocupa na ordem social e moral, e em um universo maior composto de seres incluindo também ancestrais e deuses (Ibid.).

4.5. MIGRAÇÃO LABORAL, SAÚDE E COVID-19

Em um tempo recorde, passamos a conhecer a transição epi-pan, tendo o mesmo sufixo “demia”. Ou seja, o coronavírus deixou de ser um assunto local da China para tornar-se algo internacional, cuja migração seria o vetor desta transição. De fato, o diretor-geral da

Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, declarou no dia 11 de março de 2020 que a organização elevou o estado de contaminação pelo novo coronavírus ao de pandemia depois que, nas últimas duas semanas daquele mês, o número de casos confirmados de infecção fora do país asiático havia se multiplicado por 13 (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A partir daí, medidas preventivas de contenção foram tomadas em diversos países do mundo para tentar frear o diminuir a propagação do vírus. No caso do Haiti e da República Dominicana, como dois países vizinhos que compartilham uma fronteira terrestre, uma das medidas preventivas tem sido o fechamento total da fronteira. Em 20 de março, no mesmo momento em que 64.156 pessoas testaram positivas e 1.083 mortes na República Dominicana, os dois primeiros casos foram detectados no Haiti e o governo do país comunicou numerosas instruções para minimizar a propagação da doença, notadamente: fechamento de escolas e fábricas, fechamento de aeroportos e portos aos passageiros, proibição de reuniões com mais de 10 pessoas, toque de recolher nacional das 20:00 às 05:00 e defesa do cumprimento das diretrizes sobre distanciamento social (IOM, 2020).

Inicialmente, as medidas impostas acabaram interferindo na migração do trabalho. Com o passar do tempo, tem havido um relaxamento (in)esperado. Tanto é que, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), de 20 até 26 de julho de 2020, o total de movimentos transfronteiriços elevou-se a 17.807 cuja maioria, seja 13.290, rumo ao Haiti e deste total, 7.767 representam retornos voluntários (Ibid.). O que pressupõe que, mesmo durante a vigência da pandemia, as deportações em série não param e o fato é: em apenas uma semana, 5.523 imigrantes haitianos foram retirados forçadamente do território dominicano.

Testes foram aplicados nos deportados, na República Dominicana e/ou no Haiti? Quantos poderiam servir como vetores de transmissão da doença? Há algum mecanismo transparente de repatriação? Não há produções acadêmico-científicas ou institucionais sobre o assunto que pudessem dar respostas a estas perguntas. No entanto, o que ficou explícito é: existe a descartabilidade de uma parte da humanidade.

Mesmo com precauções, a pandemia continua aniquilando vidas e meios de subsistência no mundo todo, atingindo de forma mais dura os mais vulneráveis, especificamente a caravana de pessoas que estão em movimento como imigrantes em situações precárias e os deslocados, por causa da violência ou de outras calamidades. O Secretário Geral da ONU, António Guterres relata que os imigrantes enfrentam três crises (de saúde, socioeconômica e de proteção) de uma só vez (ACNUR, 2020):

- Primeiro, uma crise de saúde porque são expostos ao vírus, geralmente em contextos de grandes aglomerações onde o distanciamento social é um luxo impossível e onde coisas básicas como: cuidados de saúde, água, saneamento e nutrição são muitas vezes difíceis de encontrar;
Este impacto, segundo Guterres, será ainda mais devastador para o grande número de pessoas em movimento que vivem em países menos desenvolvidos. Um terço da população mundial internamente deslocada vive nos 10 países que estão mais expostos à COVID-19;
- Segundo, as pessoas em movimento enfrentam uma crise socioeconômica, especialmente aquelas que trabalham na economia informal, sem acesso à proteção social;
- Terceiro, as pessoas em movimento enfrentam uma crise de proteção. Segundo a ONU, mais de 150 países impuseram restrições nas fronteiras para conter a propagação do vírus. Pelo menos 99 estados não abrem exceção para pessoas que buscam refúgio por perseguição.

“Ao mesmo tempo, o medo da COVID-19 levou ao aumento exponencial da xenofobia, do racismo e da estigmatização. E a situação já precária de mulheres e meninas é cada vez mais terrível, pois enfrentam maiores riscos de exposição à violência de gênero, ao abuso e à exploração”.

Tal é uma declaração acrescentada pelo Secretário Geral da ONU e lembrou que enquanto os refugiados e os migrantes enfrentam estes desafios, estão contribuindo heroicamente nas linhas da frente com trabalho essencial. Segundo as Nações Unidas, cerca de um em cada oito de todos os enfermeiros do mundo, por exemplo, trabalha num país diferente daquele onde nasceu. Afinal, para ele “a crise da COVID-19 é uma oportunidade para reinventar a mobilidade humana.”

Assim, é de muita importância que o Estado garanta que todos, inclusive imigrantes e refugiados, possam ter acesso igualitário aos cuidados de saúde e sejam incluídos nos planos nacionais de resposta a emergências, como as medidas de prevenção, promoção de saúde e a possibilidade de serem submetidos a exames clínicos e terapias. Essas ações de integralidade permitirão não apenas proteger os direitos dos refugiados e imigrantes, mas também proteger a saúde pública da população dominicana.

Por serem oriundos de culturas diferentes, os imigrantes e refugiados talvez tenham entendimentos diferentes do que é “saúde”. Portanto, além de entender o que é saúde para esses grupos diversos, é preciso estabelecer um clima de receptividade e acolhimento no sistema público de saúde já existente. Na República Dominicana, faltam informações nos idiomas nativos dos imigrantes e refugiados para que possam acessar os serviços oferecidos. Aliás, as políticas envolvendo a população migrante nos últimos tempos tiram o direito ao acesso de serviços básicos. A limitação na comunicação faz com que a pessoa imigrante e/ou refugiada se sinta insegura para expressar suas necessidades e dores. A situação dessa população, que já enfrentava problemas antes da pandemia, se agravou.

Segundo o artigo 61 da Constituição⁹¹ da República Dominicana de 2015 que introduz a ideia do direito à saúde,

Toda pessoa tem direito à saúde integral. Consequentemente:

- 1) O Estado deve garantir a proteção da saúde de todas as pessoas, o acesso à água potável, a melhoria da alimentação, os serviços de saneamento, as condições de higiene, o saneamento ambiental, bem como a obtenção de meios de prevenção e tratamento de todas as doenças, garantindo o acesso a medicamentos de qualidade e dando assistência médico-hospitalar gratuita a quem dela necessitar;
- 2) O Estado garantirá, por meio de legislações e políticas públicas, o exercício dos direitos econômicos e sociais da população de menor renda e, consequentemente, proporcionará sua proteção e assistência a grupos e setores vulneráveis; combaterá os vícios sociais com as medidas adequadas e com o auxílio de convenções e organizações internacionais.⁹²

⁹¹ Ver a constituição completa em: <<https://pt.slideshare.net/cesrd/constitucion-republica-dominicana-2015>>. Acesso em: 27/01/2021.

⁹² Toda persona tiene derecho a la salud integral. En consecuencia:

1) El Estado debe velar por la protección de la salud de todas las personas, el acceso al agua potable, el mejoramiento de la alimentación, de los servicios sanitarios, las condiciones higiénicas, el saneamiento ambiental, así como procurar los medios para la prevención y tratamiento de todas las enfermedades, asegurando el acceso a medicamentos de calidad y dando asistencia médica y hospitalaria gratuita a quienes la requieran;

Além do mais, o artigo 3 da lei geral de saúde (lei 42-01), que criou o Sistema Nacional de Saúde dominicano e que tem por objeto a regulação de todas as ações que permitam ao Estado efetivar o direito à saúde da população, reconhecido na Constituição, acrescenta que:

Todos os dominicanos e dominicanas e **ciudadãos estrangeiros** que tenham estabelecido sua residência no território nacional **são titulares dos direitos** à promoção da saúde, prevenção das enfermidades e à proteção, recuperação e reabilitação de sua saúde, sem discriminação alguma.

Desta forma, do ponto de vista legal, há uma previsão de garantia da universalidade de acesso aos serviços de saúde nos níveis de assistência e da igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. Onde a lei pode expressar um sentimento de justiça, a sua aplicação nem sempre é ou pode ser justa.

Tendo em vista todas essas leis, a realidade reflete a adversidade. Presencia-se, durante a pandemia, uma invisibilidade dos imigrantes e/ou refugiados. Em premissas enunciadas nos capítulos anteriores, percebemos que os imigrantes são invisíveis em vida e também, com o advento da pandemia, e acabam sendo invisíveis também na morte. Eles estão sendo invisibilizados em morte porque não há um sistema organizado de registros.

Há apenas um documento que compõe os dados sobre a mortalidade pela covid-19 na República Dominicana: El Formulario Único de Notificación Individual de Caso (versión 2020)⁹³ / O Formulário Único de Notificação Individual de Caso (versão 2020). Esse formulário permite o registro do número de casos de síndromes, doenças e eventos passíveis de notificação obrigatória, prioritários para o sistema nacional de vigilância epidemiológica. E a variável "nacionalidade" não é um item obrigatório -muito menos existente- para o seu preenchimento. Portanto, o país desconhece o número de imigrantes que morreram pela doença assim como onde estes foram atendidos. Assim, atribuir o termo "ambulantes invisíveis" aos imigrantes [haitianos] vivendo em terra dominicana não seria um equívoco.

2) El Estado garantizará, mediante legislaciones y políticas públicas, el ejercicio de los derechos económicos y sociales de la población de menores ingresos y, en consecuencia, prestará suprotección y asistencia a los grupos y sectores vulnerables; combatirán los vicios sociales con las medidas adecuadas y con el auxilio de las convenciones y las organizaciones internacionales.

⁹³ Ver o formulário no repositório do Ministério de Saúde Pública e Assistência Social, disponível em: <<https://repositorio.msp.gob.do/handle/123456789/1590>>. Acesso em: 27/01/2021.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nous devons partir en même
temps de l'humanité et la liberté,
puisque être humain c'est être libre,
mais libre avec les autres⁹⁴.

[Nós devemos partir ao mesmo
tempo da humanidade e a liberdade,
já que ser humano é ser livre,
mas livre com os outros.]

O “projeto moderno” chegou, tudo mudou! A modernidade entrou na cena, fortificando a criação de grupos, classes, etnias, entre outros, para o seu fortalecimento, e a sociedade então classificada como “primitiva” [hoje, denominada e reconhecida como haitiana] teve que engolir este projeto moderno [imposto], já que ela sequer poderia fazer o contrário. Do *repartimiento* (separação de terras e trabalhadores indígenas escravizados), passando pela divisão da ilha com a imposição de fronteira entre a República do Haiti e a República Dominicana, até a “implantação legal” da escravidão regida pelo *Código Negro*, a crueldade dos moderno-coloniais escravistas deixam até os dias de hoje uma marca indelével nas terras onde pisaram. No imaginário da humanidade, isso fica como “a dívida impagável”⁹⁵ do Ocidente, contendo uma Europa “moral e espiritualmente indefensável”⁹⁶. Ainda sobre a modernidade, Beck afirma que:

“no processo de modernização, mais cedo ou mais tarde, os conflitos sociais de uma sociedade de “distribuição de riqueza” imbricam-se aos conflitos de uma sociedade de “distribuição de riscos”” (BECK, 2006, p. 33).

⁹⁴ Extraído do texto "Qu'est-ce qu'une vie humaine en Haïti?" de Edelyn Dorismond. Disponível em: <<https://edelyndorismond.blogspot.com/2020/04/quest-ce-qu'une-vie-humaine-en-haiti.html>>. Acesso em: 13/05/2021.

⁹⁵ DENISE, F. da S. A dívida impagável. Disponível em: <<https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>>. Acesso em: 14/05/2021.

⁹⁶ CÉSAIRE. A. Discours sur le colonialisme. Paris: Présence africaine, 1955.

Viver numa sociedade de distribuição de riqueza (repartimiento, implantação da fronteira) gera automaticamente a vivência numa sociedade de riscos onde se estabelece a existência precária de indivíduos precários. Sendo assim, Le Breton (2012) mostra que esta situação torna o risco parte intrínseca da condição da existência do ser [humano]. De acordo com Raul Francisco Magalhães (2014), diferentemente do Haiti de hoje, o mais pobre país das Américas, o Haiti de então produzia e vendia alimentos de altíssimo consumo na modernidade: o açúcar e o café. Tratava-se da colônia mais lucrativa da França, portanto Dessalines sabia que tinha de manter o Haiti funcionando sem escravidão (Ibid.). A solução foi transformar a classe dos ex-escravos em classe de camponeses sujeitos a trabalhos forçados, provavelmente para idenizar os colonos franceses pela perda das propriedades: escravos e plantações.

Além de tudo, o primeiro presidente, Jean Jacques Dessalines, queria derrubar a ideia “moderna e capitalista” (pleonismo aceitável), que desapropriou os habitantes de suas terras e implantou a fronteira: símbolo de início de uma política de inimizade. A intenção do Dessalines imprimiu-se na sua seguinte frase: *Haïti doit avoir la mer pour frontière / Haiti deve ter o mar como fronteira*⁹⁷. De fato, não haveria a República do Haiti sequer a República Dominicana, mas sim, a ilha do Haiti, como era antes do advento da modernidade.

Haiti é a prova de um comunismo natural fracassado. O que seria um comunismo natural? Por que ele é visto como fracassado? Do próprio nome emana o significado: o comum. É justamente, tornar bem comum todo bem natural: o sol e a lua, o céu e a terra, o rio e a floresta, o mar e a natureza. O fracasso intrometeu-se não somente com a processo de pagamento da dívida incabível do país, efetuado em 125 anos - de 1825 a 1950 - à França, mas também com a introdução de uma politicagem que criou uma elite econômica que sequer entendeu o sentido da luta pela independência. Uma luta entendida com a Revolução Haitiana, cujo objetivo era tornar possível um comunismo natural onde todos conseguiriam um certo bem-estar social, definido por eles mesmos.

Entre as diferentes razões pelas quais o Haiti era e é objeto de tantas cobiças, o falecido historiador e antigo presidente do país, Leslie François Manigat (2004), destaca: 1) sua posição geoestratégica no caminho ao canal de Panamá, com a Môle Saint-Nicolas considerada “o Gibraltar do Novo Mundo”; 2) a necessidade de transformação econômica do Haiti (sua liberalização) e de cumprir seu papel na divisão internacional do trabalho; 3) o

⁹⁷ JEAN-BAPTISTE, Esau. Si Jean Jacques Dessalinesétaitcandidatauxprésidentiellesdu 25 octobre. Le Nouvelliste, 2015.

controle do seu comércio exterior; 4) sua dívida externa; 5) a necessidade de comprovar que uma república negra é incapaz de se autogovernar.

Este último ponto é chave para tratar do Haiti. Pode-se entender o tratamento de cunho racista endereçado a este país. De fato, a história do Haiti pode ser considerada como a resultante probatória do mundo racista que teme que este caso da revolução sirva de exemplo para indicar o caminho para a conquista da dignidade dos povos colonizados. Ricardo Seitenfus (2014) enumera cinco dimensões de uma estratégia definida pelo Ocidente colonialista e racista, cuja aplicação se estenderá ao longo de dois séculos, alcançando os dias atuais. São elas: (1) estabelecer um cordão sanitário impedindo o Haiti de estabelecer e manter contatos internacionais; (2) enfraquecer o Estado haitiano, tornando o país ingovernável; (3) criar condições culturais e psicológicas no Ocidente fazendo com que tudo que venha do Haiti seja percebido como um mal em si; (4) perceber o Haiti como uma sociedade que ameaça os fundamentos das relações internacionais; e por fim, (5) alimentar um pavor temeroso e covarde em relação ao Haiti.

Eduardo Galeano já havia confirmado o pensamento de Seitenfus observando que a história do assédio contra o Haiti, que nos nossos dias tem dimensões de tragédia, é também uma história do racismo na civilização ocidental (GALEANO, 2010). Mais de uma década antes dele, Chomsky considerara um erro não levar em conta [o peso do] o racismo na elaboração das políticas, [o que] ainda vale para hoje (CHOMSKY, 2006). O que pode ser uma pista para compreender o porquê da reação da Comunidade Internacional através do envio das diversas “missões de paz” ao país com tanques, aviões, helicóptero e navios de guerra. Puro oxímoro!

O isolamento no cenário internacional e as turbulências internas não deixam nenhuma opção a uma boa parte da população, a não ser a de reinventar a vida fora do país, jogando-se à onda migratória. Alguns - especialmente os mais humildes - optam por cruzar a fronteira terrestre para se render ao metabolismo econômico capitalista dominicano, tendo o trabalho como fator inerente ao existir. Outros conseguem enfrentar as ondas atritivas do mar, e muitos *“são cadáveres que o mar entrega às praias proibidas, ou corpos sem nomes que ficam no subsolo do outro mundo onde queriam chegar”*⁹⁸. Motivos para fugir não faltam, discursos sobre o ato não bastam.

⁹⁸ GALEANO, E. Somos Todos Refugiados - A História do Sebastião Salgado. ArcGISStoryMaps, 2019. Disponível em: <<https://storymaps.arcgis.com/stories/d05cd0712acf45e49ce19903608e10d6>>. Acesso em: 21/04/2021.

Diante da situação caoticamente precária na qual o Haiti se encontra, um número significativo de seus habitantes viu-se na obrigação de sair em direção a diversos países do mundo (LEDIX, 2017). O que imprime no imaginário haitiano a ideia de que a vida se encontra fora. Alguns provérbios locais testemunham o fato: “*Chen grangou pa kouche; Bourik chaje pa kanpe*”⁹⁹. Enquanto o país segue parado (ou recuado), as responsabilidades, preocupações e esperanças dos seus habitantes não param. Eis o gerador migratório! O que faz da mobilidade humana um fenômeno antigo e estrutural no universo haitiano.

Boa parte dos emigrados do Haiti entrou na república vizinha ilegalmente, ou seja, sem ter que apresentar documento comprovando a sua identidade. Por um lado, o Estado haitiano reconhece a presença deles no território nacional e por outro, o Estado dominicano os desconhece como cidadãos ou residentes. A estas formas de existência social, estes seres humanos são submetidos a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016a). Mortos devido à ausência no Haiti e vivos devido à presença na República Dominicana; vivos no sistema censitário do Haiti e mortos no da República Dominicana. Aliás, se não houver um consenso legal entre os dois países, esta situação de ilegalidade vai perpetuar de geração em geração.

Catherine Bourgeoise (2018), na sua pesquisa etnográfica, descobre que o status da situação dos migrantes haitianos no país vizinho é chamada de “la cuestión haitiana”. Por outro lado, Sébastien Voyneau (2005) concebe o mesmo como “el problema haitiano”. Tanto a nomenclatura da Bourgeoise quanto a de o Voyneau não deixam de figurarem, a priori, no quadro de um *problema social* causado pela migração, já que esta desestrutura o tecido social tanto no país emissor como no receptor. E analisando, este mesmo *problema social* pode ser uma *solução social*, visto a migração a única chance de renovação de uma sociedade demograficamente esgotada e economicamente frágil. Isso tudo, pela disponibilização de uma força de trabalho barata ou escrava para responder às grandes demandas dos grandes mercados (LEDIX, 2018). A partir daí, é possível entender o porquê de uma eventual manutenção da indústria de migrantes.

Este estudo objetivou mostrar o que constitui o fenômeno da migração, como mudança social, e como busca de trabalho e de melhores condições de vida como parte inerente ao viver dos nativos haitianos na República Dominicana, desde as causas estruturais até as

⁹⁹ Cachorro faminto não deita; Burro carregado não para.

conjunturais. As doenças decorrentes dessa mudança social, especialmente as mentais, vêm somando-se aos maus tratos e ao medo de serem devolvidos ao país de origem por via das deportações massivas. Além disso, o acesso aos serviços básicos para a população, parece ser uma utopia e a permanência silenciosa das medidas discriminatórias demonstra um vilipêndio dos órgãos competentes locais e internacionais sobre o assunto.

Mesmo com a manutenção das condições de vida precárias dos trabalhadores haitianos, eles continuam migrando. São em sua maioria vulneráveis e pouco qualificados, e “são vítimas de abusos por parte dos empregadores, violações de seus direitos fundamentais, e estão constantemente sob a ameaça de expulsão” (OCDE/INURED, 2017, p. 43). O fluxo migratório não cessa. “Para o ano de 2020, de 136.000 vistos dominicanos distribuídos em todo o mundo, 132.000 foram retirados no Haiti”¹⁰⁰. Muitos entram legalmente (com visto), outros saem “legalmente” por meio de deportações massivas e arbitrárias.

As expulsões forçadas da República Dominicana destacam a necessidade de uma ação nacional [haitiana] concertada para mudar o sistema social, de modo que os haitianos possam aprender a viver no Haiti e identificar os reais desafios para melhorar suas condições de vida. Isso não minimiza o esforço das organizações nacionais e internacionais para promover os direitos básicos dos migrantes. Pois, o trabalho do migrante, por mais louvável que possa ser, não pode resolver sozinho a raiz do problema da migração haitiana (CERFAS, 2015). De fato, “os líderes haitianos devem combater a pobreza, criando as condições para aumentar a produção e garantindo uma redistribuição justa da renda nacional” (p. 11).

A reclamação de qualquer direito enquanto migrante (no país de destino) deveria se alinhar à da exigência do reconhecimento de uma cidadania plena no país de origem. O combate ao tráfico de seres humanos é um ponto de vista que merece ainda mais atenção, enquanto a situação do Haiti e de muitos outros países fabricantes de migrantes continua tão “fragilmente precária” e, por consequência, propícia às migrações forçadas.

Se o governo dominicano está construindo um muro na fronteira com o Haiti é porque o *brutalismo* está à superfície. Achille Mbembe (2020) fez apelo ao esse termo mostrando que o velho mundo de corpos e distâncias, de matéria e extensões, de espaços e fronteiras, persiste metamorfoseando-se e a transformação da humanidade em matéria e energia é o projeto final do brutalismo. Ao detalhar a monumentalidade e o gigantismo de tal projeto, o ensaio de

¹⁰⁰ PIERRE LOUIS, G. Les autorités dominicaines vont octoyer 2800 visas aux étudiants haïtiens. Haïti: Le Nouvelliste, 2021.

Mbembe pleiteia uma refundação da comunidade humana solidária com o conjunto dos seres vivos, o que, entretanto, só acontecerá com a condição de reparar o que foi danificado.

À luz do dizer expressado no decorrer desta dissertação, faço questão de deixar algumas perguntas para continuarmos o debate talvez em outras folhas ou em outros lugares onde elas estão sendo ou serão lidas. Tomo plena consciência de que é difícil debater sobre tal tema, ainda mais, incluindo um conceito problemático que é a *modernidade*. Esta, que na sua polissemia, deixa um campo vasto para o livre cruzamento de pensamentos, isto é, suscita debates. Sendo assim, vamos refletir juntos: Como (e por que) defender a vida em tempos de políticas de morte? Para além do trabalho das organizações internacionais, como de fato está sendo a luta pela vida, ou melhor dizer, as formas de organização dos migrantes e refugiados frente às forças das políticas de morte? Como isso está ocorrendo durante a pandemia causada pelo coronavírus? Não seria melhor os países, outrora colonizados, pensarem em montar uma nova modernidade, ou melhor, a depender do caso, uma etnomodernidade? Fugir do sofrimento é fugir de uma responsabilidade vital? Mesmo considerando a migração como direito humano, há como impedir o deslocamento de fluxos massivos? Como podemos garantir ou traçar o caminho do equilíbrio ou da sustentabilidade a nível global? É possível viver num planeta sem contar vidas precárias? Como fazer para tornar o planeta um lugar vivível por e para todos? E por fim, é possível construir sem destruir, e reconstruir sem desconstruir?

“Uma proposta de saída. Breve sugestão!”

“Pas de solution dominicaine à la situation haïtienne”

[Não há solução dominicana para a situação haitiana] ¹⁰¹

Frente ao problema que causa a migração haitiana na República Dominicana (e em vários países), além dos consensos - através de políticas públicas - de ambos os países para monitorar, controlar, regular e fiscalizar os fluxos migratórios, é evidente que cabe

¹⁰¹ Rezo Nòdwès. “Pas de solution dominicaine à la situation haïtienne”, d’après le gouvernement de Luis Abinader. Le Figaro, 2021.

exclusivamente ao Haiti a responsabilidade de conter a saída massiva dos seus trabalhadores e colocá-los a serviço da sociedade.

As evidências mostram a falência do Estado haitiano. Porém, não basta mostrar a fraqueza do Estado se não se pode mostrar a fortaleza do povo, tanto *o de dentro*, como *o de fora*, que segue encarando as tenebrosas situações cotidianas do país. O de dentro é aquele que, por razões diversas, continua (sobre)vivendo no território. O de fora é aquele que, também por razões diversas, decide criar novas expectativas jogando-se às correntes migratórias: é o da diáspora.

Tanto é que o Haiti, além de ser um país de emigração - pela produção frenética de emigrantes (ou migrantes) -, também é um país de exclusão. Uma exclusão interna da classe trabalhadora que acarreta a sua saída massiva do país, e uma exclusão externa que lhe tira os direitos fundamentais e constitucionais. De fato, é uma exclusão completa. Aqui, vamos nos focar sobre o povo de fora na sua mais crítica exclusão por parte do Estado.

Em 2015, segundo estimativas, a diáspora representava mais de 11% da população do país (OCDE/INURED, 2017), sem contar os que os dados oficiais desconhecem: os ditos “ilegais”. O uso corrente da palavra “diáspora” indica uma tentativa de reapropriação desse termo que durante o regime ditatorial de Duvalier (de 1957 a 1986) se referia a haitianos que abandonaram sua pátria no sentido de traí-la (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2007).

Contudo, com o advento da era democrática, um grande passo tentaria preencher a lacuna entre a diáspora e seu país de origem: *a criação do Ministério dos Haitianos Vivendo no Exterior (MHAVE)*. Assim, esses haitianos que vivem no exterior tiveram que esperar até 1989 para a criação de um “Commissariat des Haïtiens d'Outre Mer” (Comissariado dos Haitianos de Ultramar) e a ideia ganhou força nas últimas décadas, levando ao MHAVE¹⁰² em 8 de novembro de 1994, cuja intervenção gira em torno da capacitação de compatriotas na diáspora, seu envolvimento no processo de desenvolvimento sustentável do país e sua *reintegração política, social e econômica*.

¹⁰² MHAVE. Ministère des haitiens vivant à l'étranger. Accueil. Disponiblesur: <<https://mhav.gouv.ht/accueil/>>. Accédéle: 11/05/2021.

Para reforçar a ideia dessa integração inexistente, segue-se o artigo 17 da Constituição¹⁰³ do Haiti, que estipula que "*os haitianos, sem distinção de sexo e estado civil, com idade de dezoito (18) anos, podem exercer seus direitos civis e políticos se cumprirem as demais condições previstas na Constituição e na lei*". Visto que os que vivem na diáspora sequer têm direito e acesso a votar e muitos menos conseguem concorrer a um cargo político, eles não são haitianos? Além disso, mesmo tendo a migração no imaginário do povo, o Estado teve de retardar até 2012 para poder afirmar que: "os haitianos finalmente têm o direito à dupla nacionalidade"¹⁰⁴. Até então, o MHAVE fracassou no seu objetivo. Sem reintegração política, nem social! O que se pode dizer da reintegração econômica?

Sabe-se que a diáspora participa diretamente na vida do país. O Haiti ultrapassou pela primeira vez a marca de dois bilhões de dólares em remessas em 2015 e desde então, segundo o Banco Mundial, o país nunca registrou queda em suas recepções: 2, \$ 1 bilhão recebido em 2015; \$ 2,3 bilhões recebidos em 2016; \$ 2,7 bilhões recebidos em 2017; \$ 2,9 bilhões recebidos em 2018 (Ibid). Para o ano fiscal de 2017-2018, o gasto total do governo foi de cerca de US \$ 2,2 bilhões (com base na taxa de câmbio média daquele ano), enquanto a diáspora enviou US \$ 2,9 bilhões no final de 2018.

Em 2019, as remessas dos imigrantes dessa diáspora atingiram 37,1% do PIB do Haiti, que perdeu apenas para Tonga (37,6%), no que diz respeito os países que mais recebem dinheiro de fora (BANQUE MONDIALE, 2020). Tudo isso para mostrar como o braço forte que está fora do país vem sustentando-o nesta relação assimétrica. Mesmo assim, ainda se pode afirmar que não há uma integração econômica, já que não existe nenhuma instituição transparente e crível que possa propiciar a instalação de investidores haitianos da diáspora no Haiti e muito menos garantir a segurança dos seus negócios.

Os membros da diáspora são os principais consumidores e investidores em turismo, pequenas empresas e no setor de mineração haitiano, mas eles preferem passar por canais informais enquanto esperam a melhoria da situação de segurança e do clima de investimento para poder confiar no governo (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2007). O cadáver não teme o túmulo. A contribuição econômica que eles trazem para o país deveria refletir no sistema político através da representação da diáspora no Parlamento. Isso exigirá emendar a

¹⁰³ REPUBLIQUE D'HAÏTI. Constitution du 29 mars 1987 (version amendée le 9 mai 2011). Disponibles sur: <<https://mjp.univ-perp.fr/constit/ht2011.htm>>. Accédé le: 11/05/2021.

¹⁰⁴ CAROIT, J-M. Les Haïtiens ont enfin droit à la double nationalité. Le Monde, 2012.

constituição. Também devem ser tomadas medidas para facilitar a participação nas eleições nos consulados haitianos para os cidadãos residentes no exterior.

As muitas iniciativas lançadas por organizações internacionais a fim de aproveitar a diáspora para resolver os problemas de desenvolvimento nos países de origem mostram que essas organizações têm confiança no potencial da diáspora; porém no Haiti, essas iniciativas não vingaram (OCDE/INURED, 2017). São patentes os fracassos para estabilizar ou normalizar o Haiti nos últimos 25 anos e, a partir desse descalabro, o país passou a ser alcunhado como “cemitério de projetos” ¹⁰⁵ (SEITENFUS, 2014, p. 63).

“Em relação ao Haiti, escuta-se mais os ocidentais do que os próprios haitianos.” ¹⁰⁶ Desta forma, com a ausência do Estado haitiano, presencia-se o que Trouillot chama de *autoridade discursiva*, e segundo ele, nada é pior para um povo que perder a capacidade de se autodefinir. O desafio agora é reverter o quadro. Há uma possibilidade. Mesmo com uma finalidade incerta, os meios existem, pois, é melhor tentar o desconhecido ao invés de seguir com um conhecido penoso. *Daí uma proposição para uma saída para a situação caótica do país usando da melhor forma possível o apoio do povo de fora que também está dentro.*

De acordo com a OIM (2008), os migrantes transferem habilidades e atitudes para casa - conhecidas como "remessas sociais"- que apoiam o desenvolvimento e "podem ser uma força poderosa para o desenvolvimento, por meio da transferência de recursos e ideias de volta aos países de envio" (p. 8). Essas afirmações da OIM não são novidade no imaginário haitiano, já que o trabalho póstumo e a primeira obra (romance) da literatura haitiana moderna: "Gouverneurs de la Rosée / Senhores do Orvalho" de Jacques Roumain (1944) vem evidenciando isso. ***Como o Haiti pode se servir da diáspora para o bem-estar local?***

O Haiti tem o MHAVE e uma grande indústria produzindo migrantes. O país pode usar o que já tem para iniciar uma nova partida. Seria fundamental criar um clima de confiança da parte do governo e fazer uma reforma governamental tendo o Executivo como um poder independente (do Parlamento) como vimos anteriormente (cap. 1); abrindo canal de investimentos dos membros da diáspora e espaço para que eles possam se candidatar a cargos

¹⁰⁵ O que pressupõe que os projetos já saem mortos onde foram pensados e chegam ao Haiti apenas para serem enterrados.

¹⁰⁶ TROUILLOT, L. Concernant Haïti, on écoute plus les Occidentaux que les Haïtiens-mêmes. Jeune Afrique, 2012.

políticos, entre outros; e, tornando a MHAVE um órgão independente com um ministro escolhido pela diáspora. Isto é, montar um *governo paralelo*.

(1) Com toda transparência possível, esse governo paralelo manteria o mesmo objetivo visto anteriormente, só que, de maneira funcional. Assim, o povo de fora estará totalmente dentro, investindo em projetos de infraestrutura, habitação, energia limpa, agricultura, entre outros, criando empregos. Desta forma, o país conhecerá um desenvolvimento econômico e este “reduzirá a emigração, incentivará a migração de retorno e criará condições necessárias para utilizar o capital proporcionado pela diáspora” (OIM, 2008, p. 8). Onde a burguesia local e a comunidade internacional fracassam em prol do bem-estar do país, a diáspora pode se fortalecer tornando-se uma *burguesia diaspórica* e uma *comunidade internacional diaspórica* e participando diretamente no desenvolvimento sustentável do país.

(2) O mesmo governo paralelo, representado pelo MHAVE, seria o responsável pela criação e manutenção do *Banco do Haiti*, onde os membros da diáspora teriam uma conta de modo que quando eles quiserem fazer uma “remessa econômica”, poderiam apenas gerar um código, enviá-lo ao destinatário e este, por sua vez, se iria até um estabelecimento do banco para sacar o dinheiro ou fazer as suas transações de forma remota. O lucro desse banco seria exclusivamente para fortalecer o sistema agrário meramente orgânico do país, já que: do êxodo rural à migração internacional, o campesinato haitiano acha que *os deuses o abandonaram*. Mais uma vez, voltamos com Jaques Roumain (1944) no seu livro “Senhores do Orvalho”, onde Manuel, o migrante retornado e protagonista do romance, sussurra: “*Não são os deuses que nos abandonam, somos nós que abandonamos a terra*” e a primeira grande lição da obra revela que “*a exigência de conciliação entre o homem e seu ambiente é a condição da própria existência do ser...*” (p. 6).

Posição consolidada, proposta dada! Para a concretização desta proposta, a sociedade civil não pode ficar na inércia. Os caminhos mais sofisticados existem, basta segui-los! A (re)construção do Haiti não deveria/poderia ser eficaz e eficiente com a manutenção da exclusão [da diáspora]. Ademais, com um sistema descentralizado e transparente e com uma participação popular consciente, o Estado pode e deve, no uso da sua função, solicitar o *reembolso da dívida [injusta] da independência*¹⁰⁷ paga à França.

¹⁰⁷ LALIME, T. Thomas Piketty annonce un projet de recherche sur l’esclavage et la dette de l’indépendance d’Haïti. Haïti: Le Nouvelliste, 2021.

6. REFERÊNCIAS

ABRAHAM, J. M. De l'antisémitisme nazi à l'antihaitianisme de la décision de la Cour Constitutionnelle dominicaine. Haiti Press Network: oct. 2013. Disponível em: "<http://www.hpnhaiti.com/site/index.php/politique/10685-de-lantisemitisme-nazi-a-lantihaitianisme-de-la-decision-de-la-cour-constitutionnelle-dominicaine>". Acesso em: 24 abr. 2020.

ACHOTEGUI, J. **Dossier of the International Meeting “The Ulysses Syndrome”**. Brussels. Seat of European Parliament, 2003.

_____. **Estrés Límite y Salud Mental: El Síndrome del Inmigrante con Estrés Crónico y Múltiple (Síndrome de Ulises)**. Revista Norte de salud mental de la Sociedad Española de Neuropsiquiatría, 2005. vol. V, n. 21, pp. 39-53.

_____. **12 specific characteristics of migratory stress and grief**. Ediciones El Mundo de la Mente, 2014.

ACNUR. Refugiados e migrantes enfrentam três crises de uma só vez, alerta secretário-geral da ONU. **UNHCR Brasil**, 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus**, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 27/01/2021.

ALEXANDER, Leslie. **The Black Republic: The influence of the Haitian Revolution on Northern Black Political Consciousness**. Routledge: New York and London, 2013.

ALTERPRESSE. **La République Dominicaine pratique-t-elle l'esclavage envers les coupeurs de canne en provenance d'Haïti ?**, 2007. Disponível em: <<https://www.alterpresse.org/spip.php?article6007#.X9dgZfVKjiU>>. Acesso em: 14/12/2020.

_____. Haïti-Rép. Dominicaine : Plusieurs milliers dans les rues de P-au-P contre l'anti-haïtianisme et l'axénophobie. In: **Noticias de America Latina y el Caribe**. Haitianos protestan contra el racismo y Dominicana retira a su embajador, 2015. Disponível em: <<https://www.nodal.am/2015/02/haitianos-protestan-contra-el-racismo-y-dominicana-retira-a-su-embajador/>>. Acesso em: 14/12/2020.

_____. **Haïti-Évasion : Les autorités dominicaines revendiquent la capture de Clifford Brandt**. Réseau alternatif haïtien d'information, 2014. Disponível em: <<https://www.alterpresse.org/spip.php?article16873#.YG49Dh9KjiU>>. Acesso em: 07/04/2021.

ALVES, F. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris**, Campinas, v. 3, p. 145-165, 2009.

AMERICAN CONFERENCE OF GOVERNMENTAL INDUSTRIAL HYGIENISTS – ACGIH. Limites de Exposição Ocupacional (TLVs) para substâncias químicas e agentes físicos e Índices Biológicos de Exposição (BEI) 1999. Tradução de Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais – **ABHO**. São Paulo: ABHO, 1999.

AMNESTY INTERNATIONAL. Sans papiers, je ne suis personne. Les personnes apatrides en République Dominicaine. **Amnesty International**, 2015.

_____. **Rapport annuel 2004**. Extrait du rapport concernant la République dominicaine, Index POL 10/004/2004/AMR27, Londres, 26 mai 2004, 2 p., <http://www.amnesty.asso.fr/asp/Detail.asp?DocumentID=4446&Commander=0> [consulté le 14 mars 2005].

ANTUNES, R; PRAUN, L. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015

ARNAUD, R. Les nantis d'Haïti. **Le Monde**. Disponible em: < https://www.lemonde.fr/m-styles/article/2012/01/06/les-nantis-d-haiti_1625913_4497319.html >. Acesso em: 05/04/2021.

ASSUNÇÃO, A. A.; VILELA, L. V. **Lesões por esforços repetitivos**: guia para profissionais de saúde. Piracicaba: Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, 2009.

AUDEBERT, C. **La diaspora haïtienne**: Territoires migratoires e réseaux internationaux. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2012.

AUGE, M.; HERZLICH, C. **Le sens du mal, Anthropologie, histoire, sociologie de la maladie**. Archives Contemporaines, 2000.

AUGUSTIN, J. **Le Vodou libérateur**. Et si le Vodou était une valeur! Montreal: Tanboula, 1999.

BAKAN, A. B.; COX, D.; LEYS, C. **Imperial power and regional trade**: the Caribbean Basin Initiative. Ontario: WilfridLaurierUniversity Press, 1993.

BASAGLIA, F., LOVELL, A. M.; SCHEPER-HUGHES, N. **Psychiatry Inside Out**: Selected Writings of, New York: Columbia University Press, 1987.

BASTIDE, R., et al. **Pesquisa Comparativa e Interdisciplinar**. Porto Alegre: Ed. KarontLivreiro, 1976.

BHABHA, H. K. **Locations of culture**: the post-colonial and the postmodern Postmodern Debates, London: Ed. Routledge, 2001.

BALAGUER, J. **La isla al revés, Haití y el destino dominicano**. Santo Domingo: Librería Dominicana, 1983.

_____. **La realidad dominicana**: semblanza de un país y de un régimen, Buenos Aires: Impr. Ferrari Hnos, 1947.

BANQUE MONDIALE. **Repatriements de fonds**. Migration Data Portal, 2021. Disponible em: < https://migrationdataportal.org/?i=remit_re_gdp&t=2019 >. Acesso em: 11/05/2021.

BASSO, P. **Tempos modernos, jornadas antigas**: vidas de trabalho no início do século XXI. Editora UNICAMP, 2018. 392pp.

BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nuevamodernidad. Barcelona: Paidós, 2006.

BEN JELLOUN, T. **La plus haute des solitudes**. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

BENEDUCE, R. **Dia-tige (Ombra Recisa), Strutture antropologiche della depressione e metamorfosi del legame sociale in Africa**. Galzigna. M. (dir.), La Sfida dell'Altro. Le Scienze Psiciche in una Società multiculturale, Venezia: Ed. Marsilio, 1999.

_____. **Etnopsichiatria**. Sofferenza mentale e alterità frastoria, dominio ecultura. Roma: Ed. Carocci, 2007.

BERNADIN, R. **Les envois de fonds de la diaspora: le moteur de l'économie haïtienne**. Haïti économie, 2019.

BEZERRA, M. **Síndrome de Ulisses afeta imigrantes e pode ser confundida com depressão**, 2015. UOL Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2015/06/29/sindrome-de-ulisses-afeta-imigrantes-e-pode-ser-confundida-com-depressao.htm>>. Acesso em: 22/03/2021.

BIBEAU, G. **Cultural Psychiatry in a Creolizing World**. Transcultur. Psyc. Res. Rev, 1997. 34, 1, pp. 9-42.

BID. **Estimation et prévision de la pauvreté et des inégalités de revenus en Haïti en utilisant l'imagerie satellite et les données du téléphone mobile** / Neeti Pokhriyal, Omar Zambrano, Jennifer Linares, Hugo Hernández. p. cm. — (Monographie de la BID ; 824), 2020.

BIDEGAIN. G. **Les Haïtiens qui sont partis**. Combien sont-ils ? Où sont-ils ? Janvier, 2013.

BITENCOURT, D. P.; RUAS, A. C.; MAIA, P. A. **Análise da contribuição das variáveis meteorológicas no estresse térmico associada à morte de cortadores de cana-de-açúcar**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 65-74, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012000100007>.

BOLTANSKI, L. **La souffrance à distance** (Morale humanitaire, médias et politique). Paris, Métailié, 1993.

BORDONARO, L., PUSSETTI, C. **Da utopia da emigração à nostalgia dos emigrados. Percursos migratórios entre Bubaque (Guiné Bissau) e Lisboa**. Lima e Sarró (eds.), Terrenos Metropolitanos, Lisboa: ICS, 2006.

BOURDIEU, P. **La misère du monde**. Paris: Ed. du Seuil, 1993.

_____. **Funções da violência simbólica na reprodução das estruturas sociais**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2020.

BOURDIEU, P.; LOÏC W. **The Organic Ethnologist of Algerian Migration**. Ethnography, vol. 1, no. 2, 2000, pp. 173–182. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/24047705. Accessed 29 Jan. 2021.

BOURGEOISE, C. **Vivre sur fond de frontière**. Nationalités et enjeux des identifications à la frontière dominico-haïtienne. Número 10, abril-septiembre 2018, 71-104. *MERIDIONAL Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos* 10, abril-septiembre 2018.

BOST, F. **Les zones franches, interfaces de la mondialisation**, Annales de géographie 2007/6 N°: 658 p. 563-585.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRÊTAS, A. C. P.; GAMBA, M. A. (Org.). **Enfermagem e saúde do adulto**. São Paulo: Manole, 2006.

BREWER, T. H.; HASBUN, J.; RYAN, C. A.; HAWES, S. E.; MARTINEZ, S.; SANCHEZ, J.; BUTLER DE LISTER, M.; CONSTANZO, J.; LOPEZ, J.; HOLMES, K. K. **Migration, ethnicity and environment: HIV risk factors for women on the sugar cane plantations of the Dominican Republic**. AIDS. 1998 Oct 1;12(14):1879-87. doi: 10.1097/00002030-199814000-00020. PMID: 9792389.

BROWN, K. **Mama Lola: a vodou priestess in Brooklyn** (comparative Studies in religion and society). University of California Press, 2001.

BUSS, P. M.; ALBERTO, P. F. **A Saúde e seus Determinantes Sociais**. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1): 77-93, 2007.

BUTLER, J. **Quadros de guerra - quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUZBY, K. **Five Years Later, Is Haiti Really Open for Business?** Bloomberg, 2015. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2015-01-12/haiti-goes-after-foreign-investment-five-years-after-earthquake>>. Acesso 01/05/2021.

BUZENOT, L. « Les zones franches industrielles d'exportation dans la Caraïbe. Les causes économiques de leur émergence », **Études Caraïbéennes**, [en ligne] 13-14/ Décembre 2009. Disponiblesur: < <https://journals.openedition.org/etudescaribeennes/4100> >. Consulté le 04 octobre 2020.

CANGUILHEM, G. O.; CAPONI, S. O normal e o patológico. 4. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995. In: BRÊTAS, A. C. P.; GAMBA, M. A. (Org.). **Enfermagem e saúde do adulto**. São Paulo: Manole, 2006.

CARBALLO, M., DIVINO, J. J.; ZERIC, D. **Migration and health in the European Union**. Tropical Medicine and International Health 3 (12), 1998. pp. 936-944.

CARICOM-UN. **Haiti 'not yet' open for business**, 2013. Disponível em: <<https://caricom.org/haiti-not-yet-open-for-business-un/>>. Acesso: 01/05/2021.

CARNOY, M. **The state and the political theory**. New Jersey: Princeton University Press, 1984

CARRASCO, M. A.; BARRINGTON, C.; PEREZ, M.; DONASTORG, Y.; KERRIGAN, D. **Social cohesion, condom use, and sexually transmitted infections among female sex workers living with HIV in the Dominican Republic**. Int J STD AIDS. 2019 Jan;30(1):64-71. doi: 10.1177/0956462418792100. Epub 2018 Aug 31. PMID: 30170526.

CARTA, M. et al. **The Report on the Mental Health in Europe, working group, Migration and mental health in Europe**. The state of the mental health in Europe workinggroup: appendix 1, 2005, in Clin PractEpidemolMent Health 31, pp. 1-13.

CASIMIR, J. **Une lecture décoloniale sur l'histoire des Haïtiens: Du Traité de Ryzwick à l'Occupation américaine (1697-1915)**. Bibliothèque Nationale d'Haïti. Port-au-Prince, L'Imprimeur S.A, 2018.

CASTOR, S. **A transição haitiana: entre os perigos e a esperança.** Em publicação: Encarte CLACSO. Cadernos da América Latina No. 5. São Paulo : CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Julho 2008.

_____. **Les racines séculaires d'une difficile construction nationale.** Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2012. Disponível em: http://www.cresfed-haiti.org/IMG/pdf/suzy_castor_total.pdf. Acesso: 29/11/2019.

_____. **Migración y Relaciones Internacionales : el caso haitiano-dominicano,** Santo Domingo, Editora Universitaria, UASD, 1987.

CEBERT, H. **Le vraidiscoursactuel de Hermann Cebert,** 2015. Disponível em:< <https://levraidiscoursactuel.com/2015/03/25/les-mains-invisibles-qui-empechent-haiti-de-se-developper-les-effets-negatifs-du-conflit-israelo-palestinien-sur-haiti/>>. Acesso em: 09/04/2021.

CECCIM, R. B.; JUNIOR, A. G. S.; MARQUES, C. M. S.; PALMEIRA, G. A. E. S.; FEUERWERKER, L. C. M.; FIGUEIREDO, M. C. B.; MISHIMA, S. M. **Textos didáticos do Curso de Formação dos Facilitadores de Educação Permanente em Saúde.** Unidade de Aprendizagem: Análise do contexto da gestão e das práticas de saúde. Ministério da Saúde/Fiocruz, 2005.

CERO, H. Denuncian ante la CIDH sólo 7% de braceros en RD recibíopensión del Estado, March 28, 2014. In: PÉAN, L. **Construir el futuro de las relaciones entre la República Dominicana y Haití** (2 de 4), out, 2014. Disponível em: <<https://acento.com.do/opinion/construir-el-futuro-de-las-relaciones-entre-la-republica-dominicana-y-haiti-2-de-4-8187084.html>> Acesso em: 30/09/2020.

CERFAS. **Déportation des dominicains d'origine haïtienne et des haïtiens vivants en République Dominicaine.** Port-au-Prince, Haïti; décembre, 2015.

CHOMSKY, N. L'an 501, la conquête continue. Paris: L'Herne, 2006.

CIDH. **Comisión Interamericana de Derechos Humanos.** Informe sobre la situación de los derechos humanos en la República Dominicana. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 45/15; República Dominicana, 31 diciembre 2015.

CLORMÉUS, L. A. **Le vodou haïtien, entre mythes et constructions savantes.** Paris: Riveneuve, 2015.

CONGRESO NACIONAL. **Ley que establece un régimen especial para personas nacidas en el territorio nacional inscritas irregularmente en el Registro Civil dominicano y sobre naturalización,** 2014. Disponível em:< <https://web.archive.org/web/20160103092524/http://presidencia.gob.do/haitianos-sin-papeles/docs/Ley-No-169-14.pdf>>. Acesso em: 29/09/2020.

CORTEN, A. **Politique migratoire et sociétés de rente.** Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes, Vol. 16, No. 32, pp. 5-34, 1991a.

_____. **Port au sucre.** Prolétariat et prolétarisations. Haïti et République dominicaine. Les Éditions du CIDIHCA, Montréal : 1986, 312 pp.

_____. **"La question des braceros, une pièce du puzzle"**, dans Cary Hector, Herard Jadotte, Haïti 86-88: Continuités et ruptures, Port-au-Prince, Editions Deschamps, 1991b.

_____. **L'État faible**. Haïti et République Dominicaine. Montreal : Les Éditions Mémoires d'encier, 2011, 398 pp. Édition revue et augmentée. Collection Essai.

DAL LAGO, A. **Non persone, l'esclusione degli immigrati in una società globale**. Milano: Ed. Feltrinelli, 1999.

DAMASCENO, V. **Embaixada do Brasil no Haiti é investigada por cobrança de propina em visto**. UOL; 2019. Disponível em: " <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/09/23/mpf-investiga-pagamento-de-propina-da-embaixada-do-brasil-no-haiti.htm> ". Acesso em: 25 abr. 2020.

DARBOUZE, J. **Territoire, terreur et pouvoir à l'ère du capitalisme paramilitaire en Haïti**: Ce que le massacre à La Saline nous apprend sur la société haïtienne et la nature actuelle de la crise de l'État. Alterpresse, 2019.

DAUDIER, V. Clifford Brandt sous les verrous pour kidnapping. **Le Nouvelliste**, 2012. Disponível em: < <https://lenouvelliste.com/article/110176/clifford-brandt-sous-les-verrous-pour-kidnapping> >. Acesso em: 07/04/2021.

DELORME, D. **La misère au sein des richesses**: Réflexions diverses sur Haïti. Les Éditions Fardin, 1873/2009.

DEL VECCHIO G. M. J.; HYDE S.; PINTO, S.; GOOD, B. **Postcolonial Disorders**. Berkeley, CA: University of California Press, 2008.

DESCARTES, R. **Discours de La Méthode**. Édition électronique, 1637.

_____. **Méditations Métaphysiques**. Édition électronique, 1641.

DESROSIERS, M. **Zonas francas, mulheres "negras" e trabalho no Haiti contemporâneo**: o "empresariado humanitário" neocolonial em movimento. Tese de doutoramento-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. - Campinas, SP, 2014.

DIÓGENES, A. **Sinhaitianidad no hay dominicanidad**, Editora Nacional, Santo Domingo, Republica Dominicana, p. 95, 2014.

DORSAINVIL, J.-C. **Manuel d'histoire d'Haïti**. Port-au-Prince : Henri Deschamps, 1934.

DUFFAULT, W. Vaudou e psiquiatria em Haïti: une question qui suscite beaucoup de débats. **Le Nouvelliste**, 2017. Disponível em: < <https://lenouvelliste.com/article/178812/vaudou-et-psychiatrie-en-haiti-une-question-qui-suscite-beaucoup-de-debats> >. Acesso em: 16/07/2021.

DUPUY, D. « **somos dominicanos** » : la migration haïtienne et la question de l'identité nationale en République Dominicaine. École d'études Sociologiques et Anthropologiques, Faculté des Sciences Sociales [Thèse]. **Université d'Ottawa**, Canada, 2016.

DUVAL, F. Des enfants meurent dans un incendie, notre échec. **Le Nouvelliste**; 2020. Disponível em: " <https://lenouvelliste.com/article/212402/des-enfants-meurent-dans-un-incendie-notre-echec> ". Acesso em: 26 abr. 2020.

ESSED, P., FERNANDO, S. **Understanding everyday racism: An interdisciplinary theory**, Newbury Park, CA: Sage Publications, 1991.

EVANS, R. G.; STODDART, G. L. **Producing health, consuming health care**. Soc Sci Med, v. 31, n. 12, p. 1347- 1363, 1990.

EXALUS, M. Haïti : Les plantations de riz menacées par la sécheresse dans la vallée de l'Artibonite. **Reliefweb**. Disponível em: < <https://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%A9ti-les-plantations-de-riz-menac%C3%A9es-par-la-s%C3%A9cheresse-dans-la-vall%C3%A9e-de-l%E2%80%99artibonite> >. Acesso em: 05/04/2021.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Civilização Brasileira, 1997.

FARMER, P. **Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor**, Berkeley, CA: University of California Press, 2003.

FARRINGTON, A. **Transcultural Psychiatry, Ethnic Minorities and Marginalization**. Br J Nurs, 1993.

FELIPE, E. **Comércio, Mobilidade e Dinheiro** - A busca pela vida no Plateau Central haitiano e na fronteira dominicana (Tese de doutorado, 2019). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. 314 pp.

FERNANDO, S. **Racism as a Cause of Depression**. International Journal of Social Psychiatry, 1984. pp. 30-41.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. 252 p.

_____. **Estado y Crisis: Una perspectiva latinoamericana**. In: Fleury Teixeira, Sonia (Coord.) Estado y políticas sociales en América Latina. México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco / Río Janeiro: FIOCRUZ. 1992. p. 19 a 49.

FOVILLE, A. **Les aliénés voyageurs ou migrants**. Étude clinique sur certains cas de lypémanie. Annales Medico-Psychologiques, 1875. 2, pp. 5-45.

FRANCE-MONDE. Haïti : un orphelinat insalubre brûle, 15 enfants tués. Le Journal; 2020. Disponível em: "<https://www.lejsl.com/france-monde/2020/02/14/haiti-mort-de-15-enfants-dans-l-incendie-d-un-orphelinat>". Acesso em: 26 abr. 2020.

GALEANO, E. **Cinco siglos de prohibición del arcoiris en el cielo americano**. La Haine, 2010.

GAMBOA, L; HARRINGTON-REDDY, J. Desnacionalización judicial de las personas dominicanas de ascendencia haitiana. **Migraciones forzadas**, Vol. (46), p.52-46, 2014. Disponível em: <<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/es/afghanistan/gamboa-harrington.pdf> >. Acesso em: 30/09/2020.

GARR-HAITI. Traite de personnes en Haïti : Le GARR, le CNLTP et l'Observatoire Haïtien sur la Traite et le Trafic de personnes se mobilisent pour combattre ce fléau, 2016. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/haiti/traite-de-personnes-en-ha-ti-le-garr-le-cnltip-et-l-observatoire-ha-tien-sur-la-traite>>. Acesso em: 11/09/2020.

GAUTHIER, D. "**Haïti est la preuve de l'échec de l'aide internationale**". Mediapart: 9 jan 2011. Disponível em: < <https://blogs.mediapart.fr/dominique-gautier/blog/090111/haiti-est-la-preuve-de-lechec-de-laide-internationale> >. Acesso: 26/01/2020.

GHISLAINE, A. **Le vodou guérit-il?** Port-au-Prince, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275412414_Le_vodou_guerit-il. Acesso em: 16/07/2021.

GIFFONI, M. **Droit douanier de la C.E et aspects économiques**. Législation applicable au 1^{er} janvier 1994, Office des publications officielles des Communautés européennes, 1993 ISBN 92-826-6656-5 © CECA-CEE-CEEA, Bruxelles • Luxembourg, 1993.

GLASS, V. Com ajuda do Brasil, Haiti pode virar maquiladora, diz autor. **Carta Maior**, São Paulo, 2 ago. 2004. Disponível em: < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Com-ajuda-do-Brasil-Haiti-pode-virar-maquiladora-diz-ativista/6/2261> >. Acesso: 14/01/2020.

HAITIAN RESOURCE DEVELOPMENT FOUNDATION (HRDF). **The Government strengthens the controls on NGOs**, 2012. Disponível em: < <http://www.hrdf.org/category/nongovernmental-organizations-ngo/> >. Acesso: 25/01/2020.

HANDERSON, J. **A historicidade da (e)migração internacional haitiana**. O Brasil como novo espaço migratório. Periplos. GT CLASCO - Migración Sur-Sur, v. 1, n. 1, 2018.

HATTON, M. C.; MARSTEINTREDET, L.; YRI, J. S. La brecha creciente. Una comparación de lasituación socioeconómica y demográfica de la República Dominicana y Haití. In: **Nordic journal of Latin American and Caribbean Studies**. Vol, XLIV: 1-2; Institute of Latin American Studies, Stockholm University: 2014.

HAVENITH, G. **Heat balance when wearing protective clothing**. The Annals of Occupational Hygiene, Oxford, v. 43, n. 5, p. 289-296, 1999. <http://dx.doi.org/10.1093/annhyg/43.5.289>. PMID:10481628.

HECTOR, M; HURBON, L. **Genèse de l'Etat haïtien (1804-1859)**. Maison des Sciences de l'Homme, 2009.

HOETINK, H. **El pueblo dominicano (1850-1900)**, Apuntes para su sociologia histórica, Santiago: UCM, 1985.

HÖFER, J. **Dissertatio medica de Nostalgia oder Heimweh**. Bulletin of the History of Medicine, 1934.2, pp. 376-391.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Illegal people: Haitians and Dominican-Haitians in the Dominican Republic**, vol 14, n° 1, 32 p, 2002. Disponível em: < <https://www.hrw.org/report/2002/04/04/illegal-people/haitians-and-dominico-haitians-dominican-republic> >. Acesso: 15/08/2018.

_____. **PERSONAS ILEGALES: Haitianos y domínico-haitianos en la República Dominicana**. Vol. 14. no 1 (B); New York: abr 2002.

HURBON, L. **Comprendre Haïti**. Essai sur l'État, la nation, la culture. Paris : Les Éditions Karthala, 1987, 174 pp.

HURBON, L; GILLES, A. Historique, contexte social et situation actuelle des partis politiques. In: **Les partis politiques dans la construction de la démocratie en Haïti**. Suède: International IDEA (Institut International pour la Démocratie et l'Assistance Electorale), 2014.

INSTITUT HAITIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE (IHSI). **Population totale, population de 18 ans et plus**: menages et densités estimés en 2009. Mars 2009.

_____. (IHSI). **Population totale de 18 ans et plus**: menages et densité estimés em 2015. Direction des statistiques démographiques et sociales (DSDS). Bibliothèque Nationale d'Haïti: mars, 2015.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Construire la paix en Haïti** : inclure les Haïtiens de l'étranger. International Crisis Group, Rapport Amériquelatine/Caraïbes n° 24, 2007.

IOM. **Migration and development**: perspectives from the South. Geneva: International Organization for Migration, 2008.

_____. **Haïti**: COVID-19 surveillance frontalière. Surveillancedes flux sur 50 Points de PassageFrontalier entre Haiti et laRépubliqueDominicaine. Rapporthebdomadaire, 2020.

JANSÀ, J. M. **DiàlegSalut i Desenvolupament Reptes per als**. Barcelona, XXI Fòrum Universal de lesCultures, 2004.

JEAN-LOUIS, D.; KLAMER, J. **From Aid to Trade**: How Aid Organizations, Businesses, and Governments Can Work Together: Lessons Learned from Haiti. Fresh Strategy Press, 2016.

KEMPADOO, K. Globalizing Sex Worker Rights. In: KEMPADOO, K.; DOEZEMA, J. (orgs.) **Global Sex Workers: Rights, Resistance and Redefinition**. Nova Iorque, Routledge, 1998, pp. 1-28; e Women of Color and the Global Sex Trade: Transnational Feminist Perspectives. *Meridians* 1, n° 3, 2001, pp. 28-51.

_____. Mudando o debate sobre o tráfico de pessoas. **SciELO**, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200003>.

KEYS H.M.; KAISER B. N.; FOSTER J. W.; BURGOS MINAYA R. Y.; KOHRT B. A. **Perceived discrimination, humiliation, and mental health**: a mixed-methods study among Haitian migrants in the Dominican Republic. *Ethn Health*. 2015; 20(3): 219-40.

KEYS, H. M.; NOLAND, G. S.; De ROCHARS, M. B.; BLOUNT, S.; GONZALES, M. **Prevalence of malaria and lymphatic filariasis in bateyes of the Dominican Republic**. *Infect Dis Poverty*. 2019 May 27;8(1):39. doi: 10.1186/s40249-019-0547-3. PMID: 31130142; PMCID: PMC6535845.

KEYES, E. **Mental health Status in Refugees**: an integrative review of current research. *Mental Health Nursing*, 2000. pp. 397-410.

KJELLSTROM, T.; LEMKE, B.; HYAT, O. **Increased workplace heat exposure due to climate change**: a potential threat to occupational health, worker productivity and local economic development. *Asian- Pacific Newsletter on Occupational Health and Safety*, Helsinki, v. 18, n. 1, p. 5-11, 2011.

KLEINMAN, A. **Why Psychiatry and Cultural Anthropology Still Need Each Other.** Psychiatry, 2001. pp. 14-22.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (eds.). **Social Suffering.** Berkeley: University of California Press, 1997.

LAROSE, S. R. **République d'Haïti et République Dominicaine : Une nouvelle forme de relation (Nord/Sud) entre deux pays du Sud,** ESN, UEH, 2013.

LAURELL, A. C. **La salud-enfermedad como proceso social.** Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982, pp. 7-25. Trad. E. D. Nunes.

LE BRETON, D. **La sociologie du risque.** Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

LECHNER, N. **Estado y política en América Latina.** México: Siglo XXI Ed., 1981.

LEDIX, W. **Conhecer o Haiti: aspectos histórico-culturais do "kreyòlayisyen".** UNIOESTE. Cascavel, 2017.

_____. **Trabalho e processos sociais de saúde-doença:trabalhadores haitianos no sul do Brasil.**2018.71 p.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

_____. Inserção e participação de imigrantes haitianos em universidades brasileiras. **Temáticas**, Campinas, 25, (49/50): 271-298, fev./dez. 2017.

_____. **Haití.** In: PADILLA, E. **Predicciones y escenarios para América Latina en 2020.** ZONACRÍTICA, 2020. Disponível em:<
http://www.zonacritica.mx/nota/38044/predicciones-y-escenarios-para-america-latina-en-2020?fbclid=IwAR1zdoJIP4SgZASJq1Ld_p6jqpVue9hH0rQyNBrk7V2KK_ylWBZ0U0DW53k> Acesso em: 06/02/2020.

LEMOINE, M. **Sucre amer:esclavesaujourd'hui dans les Caraïbes.** Paris : Encre, 1981.

LENOIR, Rémi. Objeto sociológico e problema social. In: Patrick Champagne, Remi Lenoir & Dominique Merllié. **Inicição à prática sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1998, p. 59-107.

LE NOUVELLISTE. **Le fond Petro Caribe en chiffres,** 2015. Disponível em: <
<https://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/140854/Le-fonds-Petro-Caribe-en-chiffres>>. Acesso: 07/02/2010.

_____. **Le BINUH remplace la MINUJUSTH.** Port-au-Prince, 2019. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/203639/le-binuh-remplace-la-minujusth>. Acesso em: 28/11/2019.

LIENHARD, M. **Expulsados, desterrados, desplazados:** Migraciones forzadas en América Latina y en África. Iberoamericana. Vervuert, 2011.

LITTLEWOOD, R.; LIPSEGE, M. **Aliens and Alienists:** Ethnic Minorities and Psychiatry, Hove and New York: Brunner-Routledge Press, 1997.

LOUIS-JUSTE, J. A. **Internacional Comunitária:** ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no desenvolvimento de comunidade no Haiti. 2007. 353 f. Tese (Doutorado em serviço social). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

LOZANO, W, BÁEZ, F. E. **La migración estacional de trabajadores haitianos a lacosechacafetalera dominicana**, Población y desarrollo, VII, N° 21, janvier-mars 1988.

MADDERN, S. **Post-traumatic stress disorder in asylum seekers**. Nursing Standard, 2004. pp. 36-39.

MAGALHÃES, R. F. **Dessalines**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 9, n. 2 jul./dez. 2014 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 (print), 2014.

MAMED, L; LIMA, E. O. **Trabalho, precarização e migração**: o processo de recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. Revista Novos Cadernos NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, v. 18, n. 1. p. 33-64, jan./jun. 2015.

MAMED, L; LIMA, E. O. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia sul ocidental e o acampamento público de imigrantes do Acre. In: BAENINGER, R; PERES, R; FERNANDES, D; SILVA, S. D; ASSIS, G. O; CASTRO, M. C. G; COTINGUIBA, M. P. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

MANIGAT, L. F. Da hegemonia francesa ao imperialismo americano, In.: FERRO, M. (org.), **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 243-253.

MANIGAT, S. **Les partis politiques**. Pétion-Ville, Haïti: CRES DIP Dossiers, 1990.

MARÍÑEZ, S. **DU MASSACRE DE 1937 À LA SENTENCE 168-13** : conflit fatal ou solidarité ? Notes d'un parcours littéraire des rapports entre Haïti et la République Dominicaine: City University of New York; Chemins Critiques, 2017.

MARTINEZ, S. **Allegations lost and found**: the afterlife of the Dominican sugar slavery. Third World Quarterly, vol 33, n° 10, p. 1855-1870: 2012.

MARSTEINTREDET, L. Justice, Nationality and Migration on Hispaniola. In: **Nordic journal of Latin American and Caribbean Studies**. Vol, XLIV: 1-2; Institute of Latin American Studies, Stockholm University: 2014.

MBEMBE, A. **Brutalime**. Paris: La Découverte, 2020.

_____. **Le droit universel à la respiration** | AOC media - Analyse Opinion Critique, 2020.

_____. **Necropolítica**. Arte & Ensaios. Revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32: dez. 2016a. [Tradução: Renata Santini].

_____. **Politiques de l'inimitié**. La Découverte, 2016b, 182 p.

MCBRIDE, K. **Postcolonial Politics, Pathologies, and Power**. Political Theory, 2007. vol. 35, n. 4, pp. 517-521.

MCENZIE, K. **Something borrowed from the blues?** British Medical Journal, 1999. pp. 616-617.

MELGEN, L. **Antecedentes**: contexto histórico y político de la ley 169-14. Instituto de Investigación Social para el Desarrollo; julho, 2018.

MENDES, René. Karojisatsu (suicídio relacionado à exaustão por excesso de trabalho). In: MENDES, R. (org.). **Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos, definições, história, cultura**. Novo Hamburgo (RS): Proteção Publicações Ltda, 2018. 1280p.

_____. Karoshi (morte por excesso de trabalho). In: _____. (org.). **Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos, definições, história, cultura**. Novo Hamburgo (RS): Proteção Publicações Ltda, 2018. 1280p.

MEZIL, L. Construction d'un mur entre Haïti et la République dominicaine : Les travaux avancent bon train. **Haïti24**, 2021. Disponível em: < <https://haiti24.net/construction-dun-mur-entre-haiti-et-la-republique-dominicaine-les-travaux-avancent-bon-train/>>. Acesso em: 12/05/2021.

MICHEL, P. **Le problème du trafic des êtres humains dans les orphelinats haïtiens**. Ayibopost: 2020. Disponível em: " https://ayibopost.com/le-probleme-du-traffic-des-etres-humains-dans-les-orphelinats-haitiens/?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=facebook&utm_source=socialnetwork&fbclid=IwAR2rxPgTtpCC2jWi5YjT02AYBYbJUv7peNOkxQ9drOaLomHm5zZIbmdzRNE ". Acesso em: 26 abr. 2020.

MICHEL, P. **L'Affaire Clifford Brandt: Le plus puissant chef de gang de la Caraïbe bientôt libéré?** Ayibopost, 2018. Disponível em: < <https://ayibopost.com/affaire-clifford-brandt-le-plus-puissant-chef-de-gang-de-la-caraibe-bientot-libere/>>. Acesso em: 07/04/2021.

MONTREUIL, R. **Haiti is Open TO Business but not yet FOR business**. LinkedIn, 2014. Disponível em: < <https://www.linkedin.com/pulse/20140718210311-12529087-haiti-is-open-to-business-but-not-yet-for-business>>. Acesso: 01/05/2021.

NASCIMENTO, S. Desmobilização, imobilidade e a implicação da comunidade internacional na reconfiguração da violência armada no Haïti. In: LIENHARD, M. **Expulsados, desterrados, desplazados: Migraciones forzadas em América Latina y en África**. Iberoamericana. Vervuert, 2011.

NATHAN, T. **La folie des autres**. Traité d'ethnopsychiatrie clinique, Paris: Ed. Dunod, 1986.

_____. **L'influence qui guérit** [Healing Influence], Paris: Éditions Odile Jacob, 1994.

OACNUDH. **Expertos piden restaurar la ciudadanía a los nacidos en Rep. Dominicana, pero no inscritos al nacer**, 2014. Disponível em: < <http://www.oacnudh.org/expertos-de-la-onu-piden-restaurar-la-ciudadania-a-los-nacidos-en-republica-dominicana-pero-no-inscritos-al-nacer/>>. Acesso em: 30/09/2020.

OBMICA. **Observatorio Migrantes del Caribe**. Estado del arte de las migraciones que atañen a la República Dominicana 2012. República Dominicana, Julio 2013.

OCDE/INURED. Paysage de la migration en Haïti. In: **Interactions entre politiques publiques, migrations et développement en Haïti**, 2017. Disponível em: < <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264278844-6-fr.pdf?expires=1590772141&id=id&accname=guest&checksum=23389B51538AFD9099B380BB45F66CF8>>. Acesso em: 11/05/2021.

OEA. **Comisión interamericana de derechos humanos**, Informe sobre lasituación de losderechos humanos en República Dominicana, OEA/Ser.L/V/II.104, Doc. 49 rev. 1, Washington, 7 octubre 1999, §360.

OIM. World. **Key migration statistics**. UN DESA, 2020. Disponível em:<https://migrationdataportal.org/?i=remit_re_gdp&t=2019>. Acesso em: 12/05/2021.

OMS. Organización Mundial de La Salud. **Documentos básicos**. 26 ed. Ginebra: OMS, 1976.

OMS/OPS. **Culture et santé mentale en Haïti** : une revue de littérature. Genève, 2010.

ONE, **Oficina Nacional de Estadísticas**. Disponível em: <<https://www.one.gob.do/sociales/migracion>>. Acesso em: 06/02/2020.

ONE. **Oficina Nacional de Estadísticas**, República Dominicana. Primera Encuesta Nacional de Inmigrantes en la República Dominicana. ENI-2012; Santo Domingo, República Dominicana, abril de 2013.

ONE. **Oficina Nacional de Estadísticas**, República Dominicana. Primera Encuesta Nacional de Inmigrantes en la Republica Dominicana. ENI-2017; Santo Domingo, República Dominicana, julho de 2018.

ONE. **Oficina Nacional de Estadísticas**, República Dominicana: 2015; 2017; 2019. Disponível em: <<https://www.one.gob.do/sociales/migracion>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

ONPES; WORLD BANK GROUP. **Haïti: investir dans l'humain pour combattre la pauvreté**. Éléments de réflexion pour une prise de décision informée, 2012. Disponível em:<https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Poverty%20documents/WB_Haiti_overview_FR_FINAL.pdf>. Acesso em: 06/04/2021.

OPERAMUNDI. **Prisão e morte de haitianos na República Dominicana provocam crise diplomática**, 2015. Disponível em:<<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/39763/prisao-e-morte-de-haitianos-na-republica-dominicana-provocam-crise-diplomatica>>. Acesso em: 14/12/2020.

ÖZDEN, Ç. **Brain drain in latin America**. 5 February 2006. Disponível em:<https://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/other/turin/P10_Ozden.pdf>. Acesso: 27/01/2020.

PAULO, R. F; EDUARDO, U. A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho das Nações Unidas. In: HAMANN, P; TEIXEIRA, C.A.R. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004 - 2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: out, 2017. Disponível em: < <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf> >. Acesso: 27/01/2020.

PELTIER, E. U.N. Peacekeepers in Haiti Said to Have Fathered Hundreds of Children. **The New York Times**, 19 dez. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/12/18/world/americas/haiti-un-peacekeepers.html?fbclid=IwAR3y5xngfHlxdgKj8I0Lwc5Rjz56Tkiwatf_3wXF2atKwt1sYDsufgvAryk>. Acesso em: 15/01/2020.

PERANT, M. **Les politiques d'immigration du Canada:** stratégies, enjeux et perspectives. Les Études du CERI, 2001.

PÉREZ, A; PÉREZ, J. M. **Racisme d'État en République Dominicaine**. Paris: 2014.

PERSAUD, R. B., LUSANE, C. **The new economy, globalization and the impact on African Americans**. Race and Class, 2000. pp. 21-34.

PIARD, J. F. Liste complètes des Konze de 2004. Haïti Liberté, 2019.

PIKETTY, T. **Face à notre passé colonial et esclavagiste, "affronter le racisme, réparer l'histoire**. Le Monde, 2020.

PNUD. **Haití y representantes de ONGs, incluyendo Sean Penn, delinear una nueva hoja de ruta para el país**, 2012. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/undp/es/home/presscenter/articles/2012/09/24/haitian-prime-minister-and-ngo-representatives-including-sean-penn-outline-a-new-roadmap-for-haiti.html>>. Acesso em: 25/01/2020.

PNUE. Programme des Nations Unies pour l'environnement. **Haïti – République Dominicaine: Défis environnementaux dans la zone frontalière**. France: Le Cadratin, 2013.

PRACA, A. Haiti is open for business, not for workers' rights. EqualTimes, 2013. Disponível em: <<https://www.equaltimes.org/haiti-is-open-for-business-not-for-workers-rights#.YI3aJNVKjIU>>. Acesso: 01/05/2021.

PRADO, E. J. P; COELHO, R. **Migrações e trabalho**. Brasília : Ministério Público do Trabalho, 2015, 236 p.

PRETE, A. **Nostalgia storiadiun sentimento**. Milano: Ed. Raffaello Cortina, 1992.

PUSSETTI, C. **A patologização da diversidade: uma reflexão antropológica sobre anção de Culture-Bound Syndrome**. Etnográfica, 2006. vol. 10, n. 1, pp. 05-40.

PUSSETTI, C. Biopolíticas de saúde mental - Medicalização, cultura e resistência (Parte I). In: PUSSETTI, C. (Coord.); FERREIRA, J. F.; LECHNER, E.; SANTINHO, C. **Migrantes e Saúde Mental - A construção da competência cultural**. ACIDI, I. P: Lisboa, 2009.

REPUBLICA DOMINICANA. **Ley No. 42-01 Ley General de Salud**. Santo Domingo, 2001.

RÉPUBLIQUE D'HAÏTI. **Plan d'Action pour le Relèvement et le Développement National** (PADRN). Les grands chantiers pour l'avenir, mars, 2010.

RÉMY, L. **Réflexions stratégiques sur Haïti: Sauvons un patrimoine universel en péril**. Xlibris Corporation, 2013.

RISSO, M.; FRIGESSI, D. **Emigrazione, nostalgia, malattiamentale**. Torino: Ed Einaudi, 1982.

ROBERT., A. **Haïti est la preuve de l'échec de l'aide internationale**. Le Temps, dez 2010. Disponível em: <http://lesmorenantis.org/files/On_Wed_STEINFUUS_FROM_OAS_extra.pdf>. Acesso: 26/01/2020.

ROUMAIN, J. Gouverneurs de la Rosée (1944) . Port-au-Prince: **Les Éditions Fardin**, 2007.

SAINT-PRÉ, P. Visa dominicain, la nouvelle denrée rare. **Le Nouvelliste**; 2019. Disponível em: " <https://lenouvelliste.com/article/205762/visa-dominicain-la-nouvelle-denree-rare>. Acesso em: 25/04/2020.

SARDENBERG, R. M. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004 - 2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: out, 2017 [Prefácio]. Disponível em: < <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf> >. Acesso: 27/01/2020.

SAYAD, A. **La double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré.** Paris: Ed. Seuil, 1999.

_____. **L'immigration et les paradoxes de l'altérité.** La fabrication des identités culturelles, Raison d'agir, coll. "Cours et Travaux", p. 205, 2014.

_____. **A emigração e os paradoxos da alteridade.** São Paulo; Edusp, 1998. Actes de la recherche en sciences sociales, n. 2, mar. 1975, pp. 50-66.

SCHEPER-HUGHES, N. **The Madness of Everyday Life: In Search of a Critical and Engaged Anthropology.** Ethnostoria (Palermo, Sicily), 1996. pp. 35-51.

SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti.** 2014. Tese de doutoramento-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

SEITENFUS, R. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. - 464 p.

SONNTAG, V. **El Estado y el capitalismo contemporáneo.** México: Siglo XXI Ed., 1977.

STANDING, G. **O precariado : a nova classe perigosa /** Guy Standing ; tradução Cristina Antunes. -- 1. ed.; 1. reimp. - Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2014 (Invenções Democráticas, v. IV).

SUSSER, M. **Does risk factor epidemiology put epidemiology at risk? Peering into the future.** *J Epidemiol Community Health*, n. 52, p. 608-611, 1998.

TAUSSIG, M. **Shamanism, Colonialism and the Wild Man.** A Study in Terror and Healing, Chicago: University of Chicago Press. Migrantes e Saúde Mental – A Construção da Competência Cultural (257), 1986.

_____. **The Nervous System.** New York: Routledge Press, 1992.

THE NEW YORK TIMES. **Another blow for Haiti: a sugar mill closes.** The New York Times Archives, 1987.

TOURAINE, A. **Critique de la modernité.** Paris : Les Éditions Fayard, 1992, 510 pp.

_____. **Les sociétés dépendantes.** Paris: Duculot, 1976.

TROUILLOT, A. L. Wòch nan dlo, wòch nan solèy, rienn'achangé. **Le Nouvelliste**, 2015. Disponível em: < <https://lenouvelliste.com/article/149570/woch-nan-dlo-woch-nan-soley-rien-na-change> >. Acesso em: 05/04/2021.

TROUILLOT, M-R. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Curitiba: Huya, 2016. 263p. [Tradução: Sebastião Nascimento].

UNOCD. **Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes**. Escritório de ligação e parceria no Brasil; 2020. Disponível em: "<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>". Acesso em: 26 abr. 2020.

VEGA, B. **Trujillo y Haití**. Santo Domingo, Fundación Cultural Dominicana, 1988.

VEGA, B. "Problemas sociales y políticos creados por la industria azucarera dominicana", Conférence prononcée au séminaire "**Perspectivas de la Industria Azucarera Dominicana**", "Consenso Agrario", le 6 septembre 1989 à l'Hotel Santo Domingo.

VEGA, B. **El Futuro de las Relaciones Haitiano-Dominicanas**. Topicos para Agenda , Conférence prononcée devant l'Asociación Nacional de Jóvenes Empresarios (ANJE) à l'Hotel Jaragua, le 17 janvier 1990.

VEGA, J. E. Política e Estado: Apuntes y hipótesis para una reflexión sobre sus interrelaciones. In: VEGA (Comp.): **Teoría y Política de América Latina**. México: CIDE, 1984.

VELASQUEZ, R. J. et al. **Teaching Counselors to Use the DSM-III-R with Ethnic Minority Clients: A Paradigm**. Counselor Education and Supervision, 1993.

VERAS, R. A. **Inmigración, haitianos, esclavitud**. Santo Domingo: Editora Taller, 1983.

VERTUS, J. **Une étude ethnographique de la guérison dans les Églises pentecôtistes de l'Armée Céleste en Haïti**. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFPR. Curitiba, 2017.

VILELA, R. A. G et al. **Surveillance experience in the sugarcane sector: challenges indisrupting the perilous "marathon" of the sugarcane plantations**. Ciência & Saúde Coletiva, 19(12):4659-4668, 2014.

VILELA, R. A. G. et al. **Pressure for production and risks production: the dangerous 'marathon' of sugar cane manual cutting**. Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 40 (131): 30-48, 2015.

VONARX, N. Le Vodou haïtien comme système de soins, nouvelle lecture. In: HAINARD, J.; MATHEZ. P.; O. SCHINZ, O. (eds.). **Vodou** (pp. 177-197), Geneva: Musée d'ethnographie de Genève, 2008.

_____. Le vodou haïtien. Entre médecine, magie et religion. **Presses de L'Université Laval**, 2011.

VOYNEAU, S. **République Dominicaine: le traitement infligé aux Haïtiens et aux Dominicains d'origine haïtienne, une discrimination institutionnalisée ?** Université du Québec à Montréal. Observatoire des Amériques: oct. 2005.

WACQUANT, L. **Scrutinizing the Street: Poverty, Morality, and the Pitfalls of Urban Ethnography**. American Journal of Sociology, Chicago: University of Chicago Press, 2002.

WHO. **Mental health: facing the challenges, building solutions**. Library Cataloguing in Publication Data, 2005.

_____. **Mental Health Action Plan 2013-2020.** Department of Mental Health and Substance Abuse. WHO Library Cataloguing-in-Publication Data: Geneva, 2013.

WOODING, B.; MOSELEY-WILLIAMS, R. **Nécessaires mais indésirables:** Les immigrants haïtiens et leurs descendants en République Dominicaine. Catholic Institute for International Relations (CIIR); Londres, 2005.

WOODING, B. L'évolution des relations entre Haïti et la République Dominicaine après le séisme de 2010, **Outre-Terre**, n° 32, p. 251-259, 2013.